



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TÂNIA DO NASCIMENTO TAVARES

INTERSECCIONALIDADE: ENTRE PRIVILÉGIOS E RESISTÊNCIAS NA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DUAS MULHERES NA CÂMARA LEGISLATIVA DE
CAMPINA GRANDE-PB

CAMPINA GRANDE-PB
2024

TÂNIA DO NASCIMENTO TAVARES

**INTERSECCIONALIDADE: ENTRE PRIVILÉGIOS E RESISTÊNCIAS NA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DUAS MULHERES NA CÂMARA LEGISLATIVA DE
CAMPINA GRANDE-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa I - Cultura e Cidades e área de concentração História, Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack.

**CAMPINA GRANDE- PB
2024**

T231i

Tavares, Tânia do Nascimento.

Interseccionalidade: entre privilégios e resistências na trajetória política de duas mulheres na Câmara Legislativa de Campina Grande / Tânia do Nascimento Tavares. – Campina Grande, 2024.

190 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack".

Referências.

1. Interseccionalidade. 2. Mulher – Participação Política. 3. Câmara Municipal de Campina Grande - Paraíba. 4. História Política. 5. Política e Racismo. 6. Barbosa, Maria Dulce. 7. Oliveira, Josilene Maria de. I. Knack, Eduardo Roberto Jordão. II. Título.

CDU 32-055.2(813.3)(043)

TÂNIA DO NASCIMENTO TAVARES

**INTERSECCIONALIDADE: ENTRE PRIVILÉGIOS E RESISTÊNCIAS NA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DUAS MULHERES NA CÂMARA LEGISLATIVA
DE CAMPINA GRANDE-PB**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa I - Cultura e Cidades e área de concentração História, Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 30/08/2024.

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
MICHÉLLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO
CPF: 02.02024.10.455-0000
Contato: cordao@ppgh.ufcg.edu.br

Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack
Orientador

 Documento assinado digitalmente
MICHÉLLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO
CPF: 02.02024.10.455-0000
Contato: cordao@ppgh.ufcg.edu.br

Prof. Dr.ª Michelly Pereira de Sousa Cordão
PPGH/UFCG

 Documento assinado digitalmente
LIDIANE FRIDERICHS
CPF: 02.02024.10.455-0000
Contato: friderichs@ppgh.ufcg.edu.br

Prof. Dr.ª Lidiane Friderichs
PPGH/UEMA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 16h (dezesseis) do dia 30 (trinta) de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nas sala 101 do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Tânia do Nascimento Tavares**, titulada: "Interseccionalidade: Entre Privilégios e Resistências na Trajetória Política de Duas Mulheres na Câmara Legislativa de Campina Grande-PB, 1947-2020", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Eduardo Roberto Jordão Knack - Orientador(a), Michelly Pereira de Sousa Cordão - Examinador(a) Interno(a), Lidiane Friderichs - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e a Coordenadora do PPGH Michelly Pereira de Sousa Cordão, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A BANCA DECIDIU PELA APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO, RECOMENDANDO UMA ALTERAÇÃO DO TÍTULO PARA A VERSÃO FINAL.

Lista de Presença

Orientador(a)	Eduardo Roberto Jordão Knack	PPGH/UFCG	
Examinador(a) Interno(a) e Coordenadora	Michelly Pereira de S. Cordão	PPGH/UFCG	
Examinador(a) Externo(a)	Lidiane Friderichs	PPGH/UEMA	
Secretário	Yaggo Fernando X. de Aquino	PPGH/UFCG	

Campina Grande-PB, 12 de agosto de 2024.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres que, com coragem e resiliência, enfrentam os desafios interseccionais em suas vidas. Às mulheres que batalham incansavelmente pelo direito fundamental de serem quem desejam, independentemente das expectativas e barreiras impostas pela sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, o centro de tudo, por me sondar e preencher o meu coração ansioso com sentimentos de capacidade e superação, quando eu já não era capaz de encontrá-los sozinha.

Aos meus familiares por terem lutado comigo e confiado no poder transformador da educação. Em especial, à minha filha Dalva Deyse, por ter sido a principal incentivadora e por acreditar que eu era capaz.

Agradeço ao meu orientador, Prof. dr. Eduardo Roberto Jordão Knack, pelas orientações, sugestões e pelas muitas contribuições teóricas e metodológicas que foram indispensáveis para a realização desta dissertação.

À Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, e a todos os professores do mestrado que também contribuíram para o enriquecimento do processo de aprendizagem e elaboração desta dissertação.

Aos professores da banca, Michelly Pereira de Sousa Cordão, Lidiane Friderichs e Marinalva Vilar de Lima, que durante a qualificação nos apresentaram valiosas sugestões para o aprimoramento do nosso trabalho.

Por fim, somos gratos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada. Cada gesto de incentivo, cada palavra de apoio e cada crítica construtiva foram fundamentais para que pudéssemos chegar até aqui.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo contextualizar as intersecções na participação feminina na política de Campina Grande-PB, investigando como essa participação foi construída, concebida e legitimada em meio a práticas e representações de poder, considerando marcadores sociais, tais como gênero, raça e classe. As análises se concentram em duas mulheres que atuaram em contextos distintos: uma, filha de um grande proprietário de terras, apoiada pelo político Argemiro de Figueiredo, em um período marcado pela cultura coronelista; a outra, uma mulher negra, feminista, antirracista, de origem social menos privilegiada, filiada a um partido de esquerda e sem vínculos com famílias elitistas. Neste estudo, exploramos a participação feminina na política local, considerando as interações sociais que moldam as relações e impactam a vida das pessoas. Metodologicamente, estabelecemos uma comparativa entre Maria Dulce Barbosa, a primeira mulher eleita vereadora em 1947, e Josilene Maria de Oliveira, a primeira mulher negra a ocupar um cargo na Câmara Legislativa, 73 anos depois. Nosso arcabouço teórico inclui obras de Maurice Halbwachs que discute a memória social, as contribuições de Joana Pedro (2005) enfocando a construção cultural dos papéis de gênero, e para uma abordagem sobre o racismo utilizaremos estudos de Lélia Gonzalez. Para uma análise política local, utilizaremos os trabalhos de Josué Sylvestre que explora o período de 1947 a 1953, e de Sousa (2005) que estuda a vida das mulheres nas ruas e subúrbios de Campina Grande-PB nas décadas de 1930 e 1940. Adicionalmente, integramos a história oral, particularmente, a conferência de Josilene Maria de Oliveira em 2020 que oferece uma visão ímpar de sua experiência como mulher negra na política.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade; Mulher; Política; Gênero; Racismo.

ABSTRACT

This study aims to contextualize the intersections in female participation in Campina Grande-PB politics, investigating how this participation was constructed, conceived and legitimized amid practices and representations of power, considering social markers, such as gender, race and class. The analyzes focus on two women who worked in different contexts: one, daughter of a large landowner, updated by the politician Argemiro de Figueiredo, in a period marked by coronelist culture; the other, a black, feminist, anti-racist woman, from a less privileged social background, affiliated with a left-wing party and without ties to elitist families. In this study, we explore female participation in local politics, considering the social interactions that shape relationships and impact people's lives. Methodologically, we established a comparative analysis between Maria Dulce Barbosa, the first woman elected councilor in 1947, and Josilene Maria de Oliveira, the first black woman to hold a position in the Legislative Chamber, 73 years later. Our theoretical framework includes works by Carla Akotirene and Lélia Gonzalez for an approach to intersectionality; Maurice Halbwachs, who discusses social memory; and the contributions of Joana Pedro (2005), focusing on the cultural construction of gender roles. For a local political analysis, we use the works of Josué Sylvestre, who explores the period from 1947 to 1953, and Sousa (2005), who studies the lives of women in the streets and suburbs of Campina Grande in the 1930s and 1940s. Additionally, we integrated oral history, specifically Josilene Maria de Oliveira's conference in 2020, which offers a unique insight into her experience as a black woman in politics.

KEYWORDS: Intersectionality; Woman; Policy; Gender; Racism.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

AJURCC	Associação de Juventude pelo Resgate à Cultura e Cidadania
ANL	Aliança Nacional Libertadora
d.C.	Depois de Cristo
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FURNE	Fundação da Universidade Regional do Nordeste
GWBR	Trem, conhecido como “cavalo de aço”, da rede ferroviária Great Western
JÔ	Josilene
LGBTfobia	Terminologia usada para abarcar todas as formas de violência contra pessoas
LGBTI+	em que a motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.
PAER	Plano Acadêmico de Ensino Remoto
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido Socialista Democrático Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PL	Partido Liberal
PR	Partido Republicano
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - TRAJETÓRIAS FEMININAS EM FOCO: UMA ANÁLISE DAS INTERSECÇÕES E DOS DESAFIOS DA MULHER NA SOCIEDADE	18
1.1.1 Contextualizando Interseccionalidade	18
1.1.2 Memória e Grupos Sociais	27
1.1.3 Relações Sociais e Poder: Breves Considerações Teóricas	32
1.2 A História e as Mulheres	35
1.2.1 Papéis de Gênero, Diferenças Estabelecidas Culturalmente	37
1.2.2 A Mulher no Brasil.....	43
1.3 Articulando a temática com a linha de pesquisa I.....	46
1.3.1 Campina Grande: Breves Considerações Sobre Sua História.....	46
1.3.2 Como Viviam as Mulheres no Meio Popular em Campina Grande-PB nas Décadas de 30 e 40?	52
CAPÍTULO II - DULCE BARBOSA, A MULHER NA POLÍTICA, 1947: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A SOCIEDADE PATRIARCAL E AS ESTRUTURAS DE PODER	62
2.1 Estruturas de Poder e Inserção da Primeira Mulher na Política Campinense: 1947. 62	
2.1.2 Patriarcalismo, Coronelismo, Mandonismo e Clientelismo	63
2.2 Contextualizando a História de Dulce.....	70
2.2.2 Família: O Primeiro Grupo Social.....	72
2.2.3 Dulce e Sua Base Familiar	73
2.2.4 As Oligarquias na Paraíba e a Política de Parentela	75
2.3 Trajetória Política de Dulce	81
2.3.2 Dulce e a União Democrática Nacional	90
2.3.3 A UDN e o PCB no Cenário Paraibano na Década de 40.	94
2.3.4 A Percepção dos Eleitores sobre Dulce.....	97
CAPÍTULO III - JOSILENE OLIVEIRA, A PRIMEIRA MULHER NEGRA NA POLÍTICA DE CAMPINA GRANDE-PB EM 2020: UMA DISCUSSÃO INTERSECCIONAL SOBRE RACISMO E ESTRUTURAS DE PODER	101
3.1 O Patriarcado sob a Perspectiva das Teorias Feministas	101
3.1.2 Gênero e Patriarcado	105
3.1.3 Colonialidade e Gênero: Uma Análise Crítica da História e do Poder na Sociedade	

Brasileira.....	107
3.1.4 Racismo: A Construção de um Mito Sobre a Inferioridade	109
3.2 Uma Mulher Negra na Política Campinense: Contextualizando a História de Josilene Oliveira	112
3.2.1 Jô Oliveira: Desafios e Perspectivas nas Intersecções de Classe, Gênero e Raça	118
3.2.2 Racismo Estrutural.....	121
3.2.3 Movimentos Sociais.....	122
3.2.4 Inserção na Política Por Meio Dos Movimentos Sociais	123
3.3 Política da Parentela: A Presença de Jô Oliveira Marca uma Ruptura nas Estruturas de Poder	125
3.3.1 Configurações das Disputas Eleitorais	128
3.3.2 Os Desafios de uma Mulher Negra na Câmara Legislativa.....	137
3.3.3 Experiências Vivenciadas na Câmara Legislativa.....	139
3.3.4 PCdoB – Partido Comunista do Brasil.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE	165

INTRODUÇÃO

A seleção de um tema de pesquisa é um marco importante em nossa jornada acadêmica. A decisão de focar em questões de gênero se concretizou quando escolhemos um assunto para o trabalho de conclusão do nosso curso de graduação em História, realizado em 2004 na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O foco do nosso estudo foi a trajetória de Maria Dulce Barbosa, a primeira mulher a ocupar um cargo de vereadora em Campina Grande-PB, no ano de 1947. Nosso objetivo era investigar se, durante seus três mandatos, ela se engajou ou lutou por causas femininas. Nossa pesquisa revelou a ausência de evidências de seu envolvimento com movimentos feministas e a inexistência de proposições de sua autoria na câmara municipal relacionadas às questões femininas.

Ao retomar as atividades acadêmicas para concluir minha dissertação de mestrado na Universidade Federal de Campina Grande - PB (UFCG), decidi aprofundar o tema da representatividade feminina na política local. Desta vez, as análises destacam duas mulheres: Dulce Barbosa, a primeira mulher eleita vereadora em 1947, e Josilene Oliveira, a primeira mulher negra eleita para o mesmo cargo sete décadas depois, em 2020. A pesquisa concentrou-se no contexto político e social que envolveu ambas as figuras, considerando os diferentes grupos sociais e as condições específicas de cada período em que atuaram.

Ao cursar a disciplina "Memória e Monumentos", ministrada pelo professor dr. Eduardo Roberto Jordão Knack, que também é meu orientador, fui apresentada a uma bibliografia parcialmente nova e fascinante sobre memória, despertando assim meu interesse pelo tema. Nossos debates abordaram as diversas dimensões da prática memorialística, ressaltando a importância de registrar nossas histórias e memórias, bem como seu papel na construção, legitimação e manutenção de identidades e imaginários coletivos. Essas discussões despertaram em mim um desejo ainda mais intenso de resgatar a memória feminina na política local. É importante salientar que o foco não reside em realizar uma análise biográfica das personagens ou em examinar as pessoas individualmente, mas sim em rememorar e documentar a história política feminina.

Tendo dito isso, é importante reconhecer que nossas memórias são construídas a partir das experiências vividas e das atividades nas quais nos envolvemos. Isso significa que as recordações são tecidas juntamente com os acontecimentos sociais e históricos que são intrínsecos às pessoas e às suas trajetórias de vida. Assim, nossas memórias são um componente

essencial do nosso cotidiano, formando uma trama que interliga a memória individual à coletiva. A memória de cada pessoa é moldada por seu relacionamento com a família, a classe social a que pertence, o ambiente escolar, a igreja e, finalmente, pelos grupos de convívio e de referência que são únicos a cada indivíduo.

Desta forma, a memória é sempre uma construção realizada no presente a partir de vivências do passado. As memórias individuais e coletivas se entrelaçam, uma vez que não existimos de maneira isolada; estamos sujeitos à influência e, ao mesmo tempo, exercemos influência sobre os grupos aos quais pertencemos e com os quais nos identificamos. Podemos entender a memória como a presença do passado na mente, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado. Essa construção nunca é integral, mas sim parcial, em decorrência dos estímulos que direcionam a sua seleção.

Peter Burke (1992) descreve a memória como uma reconstrução do passado, salientando que lembrar e escrever sobre ele não são atividades ingênuas e inocentes, como pensávamos até pouco tempo atrás. Identificamo-nos com eventos públicos que são relevantes para o nosso grupo, e estes são assimilados e moldados por nossas estruturas comportamentais. Portanto, ao discorrer sobre a mulher, evocamos a sororidade que nos une através das feridas causadas pelo machismo e pela misoginia, embora nem todas sejamos afetadas pelo racismo.

Para Maurice Halbwachs (2004), toda memória é coletiva e, como tal, constitui um elemento essencial da identidade, bem como da percepção de si e dos outros. Assim como a história oral, ela se centra na memória humana e em sua capacidade de rememorar o passado, atuando como testemunha do vivido. Não se trata apenas da memória de um indivíduo específico, mas da memória desse indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, de tal forma que suas recordações são influenciadas por inferências coletivas, sejam elas moralizantes ou não. A peculiaridade da fonte oral reside na riqueza oferecida pela rede de signos, sentimentos, significados e emoções, expressa pelo narrador ao pesquisador, em forma de dados coletados. Ela expressa, em si mesma, tanto abundância quanto qualidade. Torna-se evidente, especialmente quando o pesquisador está aberto a isso, a possibilidade de apreender os significados e conotações das narrativas, seja por meio do tom, ritmo e volume transmitidos pelo narrador, aspectos frequentemente não captados na forma escrita.

Vale ressaltar também que a sociedade humana é orientada por conjuntos de valores, práticas e normas que chamamos de cultura. Esses conjuntos incluem os códigos, normas sociais, as maneiras de se expressar e se comportar, mitos, tabus e preconceitos que se

diferenciam de um grupo social para outro. Um exemplo disso é o Brasil, que apresenta uma grande diversidade cultural. Os elementos comuns entre as pessoas que pertencem a um grupo social específico são reflexos da realidade social desses indivíduos. Eles constroem a realidade social, dando forma às relações e estabelecendo valores e normas.

Levando em consideração essas explicações iniciais, torna-se importante compreender os pilares que constituíram a formação da história da mulher na sociedade, abordando as questões de gênero como um instrumento teórico que permite uma abordagem empírica e analítica das relações sociais. Estas relações remetem a um padrão patriarcal, sexista e excludente, típico do “macho” que se vê como possuidor, provedor e mantenedor do outro. Trata-se de uma concepção produzida pelo poder, um padrão que subalterniza o outro em favor de uma estrutura que impõe dogmas e doutrinas aos dominados.

Nessa estrutura social de olhares e pressupostos verticalizados, que colocam o soberano acima do dominado, há também a incidência sobre as mulheres. Dentro da história da colonização brasileira e da estrutura de colonialidade do poder, as mulheres sempre foram consideradas à margem da sociedade e objetificadas como 'propriedades masculinas', e ainda desempenhando um papel de 'ilegitimidade' em comparação ao homem.

Nesta lógica perversa, existe uma dicotomia de poder em que o homem ocupa uma posição de superioridade em relação à mulher. Aqui, torna-se evidente o desafio de promover uma discussão sobre o protagonismo feminino, especialmente quando reconhecemos que nosso próprio imaginário e subjetividade são influenciados pela ideia herdada de "superioridade androcêntrica". Mesmo tentando argumentar a favor do lugar das mulheres e promover sua posição de destaque, nos deparamos com situações que persistem em relegar-nos a um papel secundário e periférico, historicamente imposto pelos homens. Tal perspectiva destaca a necessidade contínua de discutir e debater o protagonismo feminino, para que o lugar das mulheres seja efetivamente valorizado.

Registrar a história das mulheres é fundamental para a compreensão integral da história humana e para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada. Historicamente, as contribuições das mulheres foram frequentemente marginalizadas ou ignoradas, criando lacunas significativas na narrativa histórica. O resgate e a valorização dessas histórias não apenas preenchem essas lacunas, mas também proporcionam uma perspectiva mais abrangente do passado, justificando assim a realização deste trabalho.

Do ponto de vista acadêmico, a inclusão das histórias de mulheres na narrativa histórica amplia o escopo do conhecimento humano. Ela permite uma compreensão mais profunda dos complexos sistemas sociais, políticos e econômicos nos quais as mulheres estão inseridas. A análise crítica das experiências das mulheres ao longo da história oferece insights valiosos sobre a natureza das sociedades e contribui para o desenvolvimento de teorias e metodologias mais inclusivas e representativas em diversas disciplinas acadêmicas. Além disso, registrar as histórias das mulheres desafia e enriquece a compreensão tradicional da história. Ao trazer à luz as narrativas das mulheres, desconstruem-se estereótipos e preconceitos, fomentando uma maior empatia e compreensão entre os gêneros.

Sendo assim, torna-se imprescindível compreender as dinâmicas sociais vivenciadas pela sociedade, as quais exercem influências nas interações coletivas que moldaram a formação do Brasil. Concomitantemente, observa-se como essa coletividade foi moldada ao longo da história por meio de paradigmas dominantes de poder.

Destacamos que a temática proposta deste trabalho é explorar o protagonismo feminino de duas mulheres na política de Campina Grande-PB. Pretendemos examinar suas trajetórias, levando em conta as diferenças e os marcadores sociais que delinearão suas histórias, a fim de entender as complexidades que definiram suas experiências. Neste contexto, a aplicação da interseccionalidade é essencial para compreender os marcadores interseccionais que moldaram suas histórias.

Portanto, abordaremos a história de Maria Dulce Barbosa, a primeira mulher eleita vereadora em 1947, uma mulher branca pertencente à elite local e com o apoio de políticos influentes, e Josilene Maria de Oliveira, a primeira mulher negra a conquistar um assento no legislativo municipal, 73 anos após o primeiro marco. Sua eleição ocorreu sem conexões com famílias abastadas ou influência de figuras masculinas, como pai ou marido.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, este abrange os anos de 1947 a 2020. A delimitação deste intervalo foi estabelecida considerando que, em 1947, foi eleita a primeira mulher vereadora no município de Campina Grande-PB; e em 2020, a primeira mulher negra assumiu o mesmo cargo nesse município. Esta demarcação temporal, no entanto, permite recuos ou avanços no tempo, desde que sirvam para complementar ou completar o processo analisado.

Nosso aporte teórico incluirá: Para abordar as intersecções e desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade, especialmente as mulheres negras, recorreremos a Carla Akotirene. Akotirene destaca que o conceito de interseccionalidade foi desenvolvido por mulheres

feministas negras, que são as verdadeiras protagonistas dessa teoria inovadora. Desde sua fundação, o projeto feminista negro trabalha com o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global.

Adicionalmente, fundamentaremos nossas análises nos estudos de Lélia Gonzalez. Seu trabalho acadêmico focou em raça, gênero e críticas ao conceito de democracia racial. Gonzalez examinou detalhadamente como as estruturas de dominação sexual, de classe e racial não apenas coexistem, mas também interagem para criar hierarquias sociais e raciais complexas.

Para debater a noção de memória, recorreremos a Maurice Halbwachs que discute o papel dos grupos sociais na manutenção da memória; Michael Pollak que aborda memória e identidade social e Lenner que trata do patriarcado. Sob esta perspectiva de pensamento, investigaremos, através das lentes teóricas selecionadas, a influência de práticas como coronelismo, mandonismo, clientelismo e patrimonialismo na história política do Brasil, com um enfoque particular na cidade de Campina Grande, cenário das narrativas de Maria Dulce Barbosa e Jô Oliveira. Analisaremos como esses padrões de poder, apesar de suas evoluções ao longo do tempo, continuam a ser uma presença marcante e visível na sociedade contemporânea.

Além do aporte teórico bibliográfico, utilizaremos a história oral. Uma das fontes será a “Conferência” com o tema “Interseccionalidade”, realizada no Centro de Humanidades. Este evento ocorreu no dia 17 de maio de 2022, na Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de História, no contexto do Plano Acadêmico de Ensino Remoto (PAER) 2022.1, durante a disciplina de Estudo de Gênero. A “Conferência” foi ministrada pelos professores doutores Rosilene Dias Montenegro e Fábio Ronaldo da Silva, e teve a participação, como convidada, a mestra em Serviço Social e vereadora da Câmara Municipal de Campina Grande, Josilene Maria de Oliveira.

Conforme mencionado anteriormente, metodologicamente, para a realização desta pesquisa, optamos por investigar as interseções de poder e os marcadores sociais que influenciaram as trajetórias políticas de duas mulheres em contextos distintos. A escolha dessa metodologia não foi aleatória; baseia-se na necessidade de compreender como variáveis como classe, raça, gênero e origem social, interagem e moldam as experiências dessas mulheres no cenário político.

Neste estudo, buscamos identificar os fatores que facilitam ou dificultam a ascensão de mulheres a cargos políticos. Isso envolve a análise das barreiras sistêmicas que persistem, apesar dos avanços legislativos e sociais voltados para a igualdade de gênero. Para compreender

o intervalo de sete décadas entre a eleição da primeira mulher branca como vereadora em Campina Grande e a eleição de uma mulher negra para o mesmo cargo, investigamos os mecanismos de exclusão e as dinâmicas de poder que mantiveram essa disparidade ao longo do tempo.

Quanto à sua estrutura, esta dissertação está organizada da seguinte maneira. No primeiro capítulo, discutimos interseccionalidade, memória, grupos sociais e relações de poder, considerando os marcadores sociais que influenciam e moldam a identidade social e individual. Essas relações representam dinâmicas de poder que estabelecem padrões específicos de interação entre homens e mulheres, definindo seus papéis na sociedade.

Ainda no primeiro capítulo, realizaremos uma breve contextualização da mulher na sociedade e abordaremos um pouco da história de Campina Grande. Além disso, exploraremos as contribuições de Sousa (2005), que visam reconstruir aspectos cotidianos da década de quarenta, focando na trajetória de algumas mulheres pelas ruas e subúrbios da cidade e observando as características singulares de mulheres anônimas que emergem na cena urbana. Essas características imprimem na cidade um caráter de espaço com múltiplas práticas, relações e conflitos.

No segundo capítulo, dedicamos nossa atenção à trajetória da primeira mulher ao assumir o cargo de vereadora na cidade, em 1947. Buscando entender como as dinâmicas sociais daquela época foram moldadas e, reciprocamente, como elas moldaram a entrada de Dulce Barbosa na esfera política. Abordamos os desafios e obstáculos que ela enfrentou, bem como as estratégias e alianças que utilizou para se estabelecer em um ambiente predominantemente masculino.

Iniciamos examinando as estruturas de poder em que Dulce estava inserida, investigando como as dinâmicas de poder da época influenciaram sua carreira. Em seguida, abordamos a maneira como Dulce se inseriu no cenário político, incluindo o partido político ao qual estava afiliada, para compreendermos suas ideologias, alianças e o cenário político em que atuava. A parte final do capítulo foi dedicada a entender a percepção dos eleitores em relação a Dulce, sua base familiar e, por fim, o papel das oligarquias no cenário paraibano daquele período.

No terceiro capítulo, adentramos no universo da primeira mulher negra a ingressar na política de Campina Grande, explorando suas falas. Aprofundaremos as questões que permeiam sua trajetória. Nesta análise, mergulharemos nas complexas interações entre gênero, racismo,

machismo e preconceitos que afetam não apenas sua vida, mas também a de todas as mulheres impactadas por essas questões. Ao longo do capítulo, exploraremos as barreiras enfrentadas por Jô Oliveira e analisaremos como o machismo e o racismo se entrelaçam, criando um ambiente hostil onde sua voz e suas ideias são frequentemente desvalorizadas e subestimadas.

Nas considerações finais, prosseguiremos com uma análise comparativa, abordando diferentes aspectos das vidas de Dulce e Jô. Examinamos seus contextos familiares e educacionais, buscando entender como esses fatores influenciaram suas trajetórias e contribuíram para a formação de suas identidades e visões políticas. Além disso, exploramos a forma como ambas se inseriram na política local, destacando as estratégias adotadas por elas para se manterem no poder. Essa análise nos permitirá entender melhor as habilidades, táticas e resiliência demonstradas por essas mulheres em ambientes desafiadores.

Portanto, mais do que um mero exercício histórico, nossa análise destaca a importância de registrar a memória feminina na história política de nossa cidade, um esforço imprescindível para assegurar que essas memórias valiosas não sejam relegadas ao esquecimento. Ao mergulharmos nas histórias dessas mulheres, não apenas resgatamos e celebramos suas contribuições únicas, mas também destacamos o papel fundamental que as mulheres desempenham no moldar de nossas sociedades. A análise de suas lutas e sucessos nos permite compreender melhor as complexidades enfrentadas pelas mulheres na esfera política, ilustrando as barreiras persistentes impostas pelo gênero e, em alguns casos, pela raça.

CAPÍTULO I

TRAJETÓRIAS FEMININAS EM FOCO: UMA ANÁLISE DAS INTERSECÇÕES E DOS DESAFIOS DAS MULHERES NA SOCIEDADE

Neste capítulo, buscamos oferecer uma análise sucinta dos desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade, com especial atenção às intersecções nos contextos sociais e políticos. Iniciaremos nosso estudo explorando o conceito de interseccionalidade, que será fundamental para entender as dinâmicas que influenciaram as trajetórias de Maria Dulce Barbosa e Josilene de Oliveira, temas que abordaremos detalhadamente mais adiante.

1.1 Contextualizando Interseccionalidade

A palavra “interseccionalidade” tem origem no termo em inglês “intersectionality”. Ela foi cunhada pela professora de direito e ativista Kimberlé Crenshaw em 1989. O termo em inglês deriva de “intersection” (interseção), que se refere ao ponto de cruzamento de duas ou mais linhas ou caminhos. Neste contexto, Crenshaw utilizou o conceito para descrever a interconexão e a sobreposição das opressões enfrentadas por indivíduos que pertencem a múltiplos grupos marginalizados, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outros.

Em vez de analisar essas opressões de forma isolada, a interseccionalidade busca entender como elas se sobrepõem e interagem, criando experiências únicas e complexas para diferentes grupos sociais. Essa abordagem crítica destaca a importância de conhecer as diversas formas de privilégios e marginalização que cada indivíduo pode experimentar simultaneamente. É uma ferramenta essencial para a construção de políticas públicas e movimentos sociais mais inclusivos e eficazes.

Isabella Garcia, em seu estudo "Narrativas Subalternas de Mulheres Negras na Elaboração da Interseccionalidade como Metodologia Adotada pelo Comitê da ONU Contra a Discriminação Racial", explica como Crenshaw utiliza uma analogia para ilustrar o conceito de interseccionalidade. Crenshaw faz uso da metáfora de um cruzamento rodoviário por onde o

tráfego se origina de quatro direções diferentes. Nesse cruzamento, um acidente pode ser causado por veículos que vêm de diversas direções, ou mesmo de todas ao mesmo tempo. Analogamente, quando uma mulher negra sofre impactos nesse cruzamento simbólico, os desafios que ela enfrenta podem ser resultantes tanto da discriminação racial quanto de gênero.

Considerar uma analogia ao tráfego num cruzamento, indo e vindo nas quatro direções. Discriminação, como o tráfego através de um cruzamento, pode fluir num sentido, e pode fluir noutra. Se ocorrer um acidente num cruzamento, ele pode ser causado por carros que viajam de qualquer número de direções e, às vezes, de todas elas. Da mesma forma, se uma mulher negra for prejudicada porque ela está no cruzamento, o seu ferimento pode resultar de discriminação sexual ou discriminação racial. Decisões judiciais que pressupõem um alívio interseccional mostrando que as mulheres negras são especificamente reconhecidas como uma classe são análogas à decisão de um médico no local de um acidente para tratar uma vítima de acidente apenas se o ferimento for reconhecido pelo seguro médico. Da mesma forma, a prestação de assistência jurídica apenas quando mulheres negras mostram que as suas alegações se baseiam na raça ou no sexo é análogo a chamar uma ambulância para a vítima apenas depois de identificado o condutor responsável pelos ferimentos. Mas nem sempre é fácil reconstruir um acidente: Por vezes, as marcas de derrapagem e os ferimentos indicam simplesmente que ocorreram em simultâneo, frustrando os esforços para determinar qual o condutor que causou o dano. Nestes casos, a tendência parece ser que nenhum condutor é considerado responsável, nenhum tratamento é administrado, e as partes envolvidas simplesmente voltam aos seus carros e zoom de distância (Crenshaw, 1989, p.149 apud Garcia, 2022, p. 26-27).

A metáfora sugere que mulheres negras podem sofrer discriminações simultâneas, semelhantes e diferentes das experienciadas por mulheres brancas e homens negros. Frequentemente, essas discriminações surgem com efeitos combinados, fazendo com que mulheres negras enfrentem uma dupla discriminação. O conceito de interseccionalidade descreve como identidades sociais, como gênero e raça, se interseccionam em trajetórias identitárias que podem agravar o sofrimento dessas mulheres.

O modelo de discriminação de gênero é tradicionalmente baseado nas experiências de mulheres brancas, e o modelo de discriminação racial é geralmente restrito a um conjunto limitado de situações, sem abranger a discriminação específica contra mulheres negras. Segundo Garcia, Crenshaw utiliza a analogia do cruzamento para destacar a necessidade de incluir e valorizar as experiências de mulheres negras, de modo que estas sejam reconhecidas e incorporadas nas discussões feministas e antirracistas.

Portanto, a metáfora do cruzamento representa uma analogia para os diversos eixos de poder, destacando que raça, gênero e classe são algumas das principais vias que moldam os ambientes sociais, econômicos e políticos. Estes são os caminhos por onde tanto o empoderamento quanto a promoção da subordinação transitam. Neste contexto, entende-se que a formação das subjetividades pode ser influenciada por interpelações que geram opressões

decorrentes de questões raciais, etárias, de sexualidade, de classe, entre outras. Portanto, as diferenças em qualquer marcador simbolizam a materialidade em um sistema de poder desigual, onde as identidades de alguns sujeitos são relegadas e marginalizadas.

Crenshaw aponta que, apesar das falhas das políticas e teorias feministas em abordar as experiências das mulheres negras, elas próprias já narravam e reivindicavam suas demandas. Para ilustrar isso, ela menciona o renomado discurso de Sojourner Truth, “Gostaria de contar parte da história porque estabelece alguns temas que têm caracterizado o tratamento feminista da raça e ilustra a importância de incluir a raça negra as experiências das mulheres como uma fonte rica para a crítica do patriarcado” (Crenshaw, 1989, p.153 apud Garcia, 2022, p. 28).

O discurso mencionado pela autora é de Sojourner Truth, ativista abolicionista, escritora, empregada doméstica e ex-escravizada, cujo nome de nascimento era Isabella Baumfree. Ela nasceu em condição de escravidão em 1797, em Swartekill, Nova Iorque.

O Estado de Nova Iorque, em 1799 começou a legislar sobre abolição da escravização, mas só aboliu em 1827. Aos nove anos foi vendida com um rebanho de ovelhas e passou por diversos senhores até ser vendida a Dumont, em 1810, por 175 dólares. Neste período Dumont prometeu sua emancipação antes da instituição da abolição, porém mudou de ideia com a justificativa que por uma lesão na mão ela não trabalhou como deveria e foi menos produtiva. No ano de 1826, ela escapou com sua filha mais nova e não pode levar seus outros filhos, pois eles não seriam legalmente libertos pelas leis da época. Até a abolição no seu Estado sair ela trabalhou para Isaac e Maria Van Wagener. Após a abolição, Truth teve a notícia que Dumont havia vendido um dos seus filhos ilegalmente. Truth acabou recorrendo ao tribunal e recuperou o seu filho. Ela foi a primeira mulher negra a processar um homem branco e ganhar. Depois de converter-se ao cristianismo, em 1843, Isabella Baumfree mudou seu nome para Sojourner Truth e saiu para propagar a abolição (Garcia, 2022, p. 28-29).

Em 1851, durante a conferência sobre os direitos da mulher na cidade de Akron, localizada no Estado Americano de Ohio, no Condado de Summit, homens brancos fizeram discursos que utilizavam estereótipos da feminilidade branca, alegando que as mulheres eram frágeis e delicadas demais para se envolverem com a política. Diante disso, Truth levantou-se para falar, e muitas mulheres brancas temeram que seu discurso desviasse a atenção dos temas do sufrágio e da emancipação feminina. No entanto, ela proferiu um dos discursos mais emblemáticos da época:

Olha para o meu braço! Arado, plantado e recolhido em celeiros, e nenhum homem me podia chefiar - e não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto como um homem - quando eu podia apanhá-lo - e suportar a chicotada também! E eu não sou uma mulher? Eu pari treze filhos, e vi a maioria deles vendidos como escravos, e quando eu gritei com o pesar de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu - e não sou uma mulher? (Crenshaw, 1989, p.153 apud Garcia, 2022, p. 29).

Como feminista negra no século XIX, Sojourner Truth usou sua própria vida como exemplo de resistência e destacou as contradições ideológicas nas noções de feminilidade, refutando a ideia de que as mulheres eram essencialmente mais fracas que os homens. Além disso, ela mostrou que as experiências de mulheres negras diferem significativamente das de mulheres brancas.

Os esforços para silenciar Sojourner Truth e desconsiderar sua posição como cidadã capaz de produzir e transmitir conhecimento, mesmo sendo uma mulher negra subalternizada, reforçam a tese de que mulheres negras já denunciavam a intersecção de opressões muito antes de acadêmicas como Kimberlé Crenshaw que cunhou o conceito. Fica evidente que Crenshaw se inspirou nos ensinamentos deixados por essas ancestrais. A teoria feminista negra muitas vezes é minimizada dentro de um contexto dominado por perspectivas raciais brancas.

Para Crenshaw, o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade centra-se principalmente na invisibilidade interseccional das mulheres negras, que são frequentemente agrupadas sob um conceito universal de "mulher", pressupondo que todas experienciam o sexismo de maneira igual. Neste contexto, ela emprega os conceitos de superinclusão e subinclusão para abordar essas nuances.

Na superinclusão, o marcador de gênero é considerado como a única referência para interpretar a existência das mulheres na sociedade, o que se mostra insuficiente para capturar e responder à realidade concreta das mulheres negras. Por outro lado, a subinclusão acontece quando as experiências de certas mulheres não são reconhecidas como questões de gênero porque não se alinham com as vivências do grupo dominante de mulheres.

Embora o termo interseccionalidade tenha sido formalizado academicamente por Kimberlé Crenshaw, a professora buscou inspiração nas experiências de outras mulheres negras, que não eram necessariamente acadêmicas, para desenvolver sua teoria. O discurso de Sojourner Truth, mencionado por Crenshaw, uma mulher negra e subalterna, mostra que as questões interseccionais das mulheres negras vêm sendo discutidas há séculos. Crenshaw não foi a única a fomentar o debate sobre interseccionalidade, mas foi ela quem conceituou e popularizou o termo no meio acadêmico. No entanto, outras autoras, como veremos a seguir, também fizeram contribuições significativas ao conceito de interseccionalidade.

Carla Akotirene, mulher negra, é uma pesquisadora e professora influente no estudo da interseccionalidade no Brasil, nascida em Salvador, Bahia, em 30 de abril de 1980. Ela atua como professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Akotirene começou sua trajetória

acadêmica estudando patologia clínica no Instituto Anísio Teixeira entre 1998 e 1999, mas seus projetos sempre estiveram conectados à comunidade negra. Ela se formou em serviço social e realizou uma pesquisa de mestrado em estudos feministas, focando na interseccionalidade no sistema prisional feminino de Salvador. Seu doutorado, também na UFBA, foi em estudos de gênero.

Em 2018, Akotirene publicou um dos seus principais trabalhos, o livro “O que é Interseccionalidade? ”, parte da coleção Feminismos Plurais, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro. O livro começa reconhecendo Kimberlé Crenshaw, que criou o conceito de interseccionalidade, e discute como a teoria ganhou popularidade após a Conferência de Durban. Segundo Garcia (2020), a “Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, recebeu esse nome por ter sido realizada na cidade de Durban, na África do Sul em setembro 2001.

Akotirene esclarece que, segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade revela as colisões entre estruturas e a interação de trajetórias identitárias que foram negligenciadas pelo feminismo tradicional, o qual não abordava as especificidades das mulheres negras, assim como pelo movimento negro. “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutura do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2018, p. 19).

Akotirene ressalta que sua pesquisa em interseccionalidade se concentrará em mulheres negras, latinas, lésbicas, africanas e do terceiro mundo, adotando uma abordagem decolonial. Além disso, ela menciona que as trajetórias identitárias desses grupos são frequentemente desvirtuadas pelo feminismo ocidental e branco. “Lavouras identitárias plantam negritudes onde não existem e impõem para nossos úteros significados ociosos e ocidentais do feminismo branco em detrimento da matripotência iorubana” (Akotirene, 2018, p. 22).

A autora destaca que o conceito de interseccionalidade foi desenvolvido por mulheres feministas negras, que são as verdadeiras protagonistas dessa teoria inovadora. “Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global” (Akotirene, 2018, p. 22).

As interseções destacadas pelo feminismo negro podem ser ampliadas para incluir a comunidade LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, povos indígenas, trabalhadores e outros grupos historicamente marginalizados. Reconhecendo que as mulheres podem também

enfrentar todas essas interseções de opressões moldadas pela visão de mundo ocidental, Akotirene acrescenta:

A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos. E repito, não socorre as vítimas do colonialismo moderno prestando atenção à cor da pele, ao gênero, à sexualidade, genitália ou língua nativa. Considera, isto sim, humanidades. Orixá ilustra bem nossa base ética civilizacional: o corpo se relaciona com alteridade, baseado na memória, informação ancestral do espírito, e não pela marcação morfofisiológica, anatômica, fenológica (Akotirene, 2018, p. 24).

Djamila Ribeiro (2016), aponta o livro de Ângela Davis, “Mulheres, raça e classe” como sendo a tradução de conceito de interseccionalidade que traz um potencial revolucionário para quem pensa um novo modelo de sociedade.

A perspectiva adotada por Davis realça o mérito do livro: desloca olhares viciados sobre o tema em tela e atribui centralidade ao papel das mulheres negras na luta contra as explorações que se perpetuam no presente, reelaborando-se. O reexame operado pela escrita dessa ativista mundialmente conhecida é indispensável para a compreensão da realidade do nosso país, pois reforça a práxis do feminismo negro brasileiro, segundo o qual a inobservância do lugar das mulheres negras nas ideias e projetos que pensaram e pensam o Brasil vem adiando diagnósticos mais precisos sobre desigualdade, discriminação, pobreza, entre outras variáveis (Ribeiro, 2016, p. 6).

Rios e Lima (2020) apontam Lélia Gonzalez como uma das principais intelectuais negras do Brasil. Nascida em Belo Horizonte em 1 de fevereiro de 1985, ela fez contribuições significativas com suas reflexões acadêmicas sobre as diversas formas de discriminação. Atuou como professora, filósofa, política e antropóloga, sendo pioneira nos estudos da cultura brasileira. Co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras no Rio de Janeiro, Gonzalez também teve uma participação ativa no Movimento Negro Unificado (MNU) e no grupo cultural Olodum.

Seu trabalho acadêmico se concentrou em raça, gênero e nas críticas ao conceito de democracia racial, que moldava a imagem internacional do Brasil. Através de sua vivência como mulher negra, feminista e ativista do movimento negro, ela se tornou uma das principais críticas do feminismo hegemônico. Gonzalez destacou as dificuldades enfrentadas por mulheres negras, indígenas e latinas em contraste com as demandas reivindicadas por mulheres brancas europeias.

Ao delinear suas raízes, Lélia, filha de mãe indígena e pai negro, constatou que a cultura brasileira foi profundamente marcada pelas contribuições desses povos. Em sua atuação como intelectual, Gonzalez destacava a importância dos ensinamentos dessas culturas, que muitas

vezes eram depreciadas em comparações tendenciosas com a cultura ocidental branca e europeia:

Mas enfim: voltei às origens, busquei as minhas raízes e passei a perceber, por exemplo, o papel importantíssimo que minha mãe teve na minha formação. Embora, índia e analfabeta, ela tinha uma sacação incrível a respeito da realidade em que nós vivíamos e, sobretudo, em termos de realidade política. E me parece muito importante eu chamar a atenção para essa figura, a figura de minha mãe, porque era uma figura do povo, uma mulher lutadora, uma mulher inteligente, com uma capacidade muito grande de percepção das coisas e que passou isso para mim... que a gente não pode estar distanciado desse povo que está aí, senão a gente cai numa espécie de abstracionismo muito grande, ficamos fazendo altas teorias, ficamos falando de abstrações... Enquanto o povo está numa outra, está vendo a realidade de uma outra forma (Rios; Lima, 2020, p. 251).

Ainda segundo Rios e Lima, no âmbito político, Lélia buscou ativamente influenciar a política partidária, candidatando-se a deputada pelo Partido dos Trabalhadores em 1982 e pelo PDT em 1986. Embora não tenha sido eleita, seu impacto como ativista foi indelével. No campo acadêmico, sua contribuição foi igualmente significativa. Ela lecionou no Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e dirigiu o Planetário da Gávea.

Os escritos de Lélia Gonzalez, particularmente "Racismo e sexismo na cultura brasileira" e "Por um feminismo afro-latino-americano", são essenciais para quem estuda as dinâmicas sociais que marginalizam as mulheres negras e outros grupos oprimidos. Ela introduziu e popularizou o conceito de "amefricanidade", desafiando as narrativas eurocêntricas e fomentando uma consciência mais integrada entre os povos afrodescendentes.

Seu compromisso com um feminismo que abordasse as especificidades das mulheres negras na América Latina foi evidenciado pelo seu artigo "Por um feminismo afro-latino-americano", publicado em 1988. Lélia Gonzalez faleceu em 1994, deixando um legado duradouro de luta e resistência contra as desigualdades sociais e raciais.

Lélia Gonzalez foi uma intelectual e ativista brasileira cuja obra é essencial para entender as intersecções de raça, gênero e classe na sociedade. Em seus estudos, Gonzalez adotou uma perspectiva interseccional, uma abordagem que permite uma análise mais profunda das várias formas de opressão que se entrelaçam e reforçam umas às outras. Ela explorou detalhadamente como as estruturas de dominação sexual, de classe e racial não apenas coexistem, mas também interagem para criar complexas hierarquias sociais e raciais. Esta abordagem possibilitou um entendimento mais rico de como essas opressões impactam a vida das mulheres negras, em particular.

A interseccionalidade revela como diferentes fatores interagem para influenciar o modo como uma sujeita é percebida e tratada pela sociedade. Para as mulheres, isso significa que a experiência de ser mulher não é uniforme, mas diferenciada por outras identidades e situações sociais que elas possuem. Por exemplo, a vida de uma mulher negra de classe trabalhadora é marcada por desafios distintos daqueles enfrentados por uma mulher branca de classe média, devido às interseções de racismo, sexismo e classismo.

Nessa perspectiva, ao analisar a participação na política de Campina Grande-PB de duas mulheres, Maria Dulce Barbosa e Josilene Maria de Oliveira, observando as diferenças e os marcadores que perpassaram suas histórias, é fundamental utilizar a interseccionalidade como fio condutor para entender as complexas realidades que moldaram as experiências dessas mulheres. É importante considerar que as opressões não ocorrem de forma isolada, mas são interconectadas e frequentemente se sobrepõem, criando múltiplas camadas de discriminação e desvantagem.

Na perspectiva de Lopes (2005), é fato que toda pesquisa envolve uma estratégia metodológica, que pode ser vista como um caminho delineado para atingir o objetivo de elaborar análises sobre o objeto estudado. Essa estratégia é desenvolvida através de escolhas e decisões tomadas de forma consciente e reflexiva pelo pesquisador, refletindo o ajuste mais adequado entre o investigador e o objeto de estudo em um contexto específico de pesquisa.

Para aprofundar a compreensão das narrativas de Dulce Barbosa e Jô Oliveira, adotamos o método comparativo, conforme definido por Bloch. Esse método permite uma análise mais detalhada e enriquecedora, possibilitando a identificação de semelhanças e diferenças significativas entre as histórias dessas duas figuras.

Deviam-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre eles, em um ou vários meios sociais diferentes; em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros. De preferência, propunha estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, sociedades sincrônicas, próximas umas das outras no espaço (Bloch apud Prado, 2005, p. 19).

Segundo Prado, apesar de enfrentar resistências por parte da maioria dos historiadores, a prática da história comparada requer uma compreensão profunda da própria evolução do campo da História no século XIX. Naquela época, as fronteiras desse campo estavam nitidamente definidas, destacando a busca pela verdade objetiva embasada em fontes documentais e na singularidade dos eventos históricos. Nesse contexto, os eventos eram

considerados únicos, não suscetíveis a generalizações ou a modelos baseados em variáveis constantes.

Por outro lado, Prado também destaca que os críticos da história comparada alertam sobre os possíveis erros associados aos métodos comparativos, que podem, por exemplo, levar os pesquisadores a adotar uma perspectiva impregnada de eurocentrismo. Ele cita como exemplo os trabalhos de Gabriel Amon e Sidney Verba que utilizam o conceito de cultura política nos contextos de democracia e cidadania. Eles examinam como as atitudes dos cidadãos afetam o funcionamento da democracia em cinco países: México, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, focando na percepção dos sistemas políticos, nas sensações dos cidadãos em relação a esses sistemas e na participação política.

Empregando um paradigma específico, Amon e Verba consideram a cultura política e as instituições democráticas do modelo anglo-saxão como superiores e universalmente desejáveis. Consequentemente, concluem que a cultura política 'ideal' é encontrada nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, enquanto México, Itália e Alemanha são considerados desviantes desse ideal, posicionados em um patamar inferior em termos de atitudes democráticas e cívicas.

Portanto, o ato de fazer comparações traz consigo desafios e necessita de uma abordagem cautelosa. Bloch argumenta que a concentração dos historiadores em estudos puramente nacionais resulta em uma conversa fragmentada, onde se passa de um contexto nacional para outro sem uma verdadeira interação. Prado destaca a abordagem proativa de Bloch na promoção da inclusão do estudo comparativo de história nos currículos universitários, enfatizando sua significativa amplitude e profundidade.

No entanto, quando se adota uma abordagem comparativa, esses princípios podem ser desafiados. A comparação entre diferentes contextos históricos pode exigir que os historiadores se afastem da proximidade das fontes imediatas, recorrendo a fontes secundárias ou a uma análise mais abstrata dos dados disponíveis. Além disso, a ênfase na comparação pode obscurecer as especificidades do contexto de cada caso, levando a generalizações simplistas ou à perda de nuances importantes.

[...] a distanciar-se um pouco do caso melhor conhecido da “própria história”. *Verfremdung* é a palavra alemã. À luz das alternativas observáveis seu próprio desenvolvimento perde a autoevidência que poderia ter tido antes. Descobre-se que o caso com o qual se é mais familiar, é somente uma possibilidade entre outras (Kocka, 2014, p. 281).

Ao destacar a necessidade de distanciamento dos fenômenos, o autor sublinha a importância de uma análise que se estende além de um único instante, visando compreender a trajetória e as transformações desses fenômenos ao longo do tempo. A orientação para analisar tanto as convergências quanto as divergências, e procurar suas explicações, sublinha a premissa de que o mérito da análise histórica comparativa não está somente em reconhecer padrões recorrentes, mas igualmente em discernir e interpretar as características únicas que distinguem os fenômenos em estudo.

Entretanto, apesar de enfrentar alguma oposição de certos acadêmicos, a história comparada emerge como uma ferramenta importante na pesquisa histórica, facilitando a identificação de semelhanças e diferenças que aprofundam a compreensão teórica. Esta metodologia vai além da simples observação, engajando-se ativamente na descoberta de padrões, causas e efeitos que poderiam permanecer ocultos em análises isoladas. Por meio da comparação, o historiador obtém uma ferramenta analítica valiosa, capaz de destacar as particularidades de cada caso examinado e de desvendar as ligações complexas entre diversos eventos ou grupos ao longo da história.

Os méritos da abordagem comparativa para a história são inegáveis. A comparação ajuda a identificar questões, e a clarificar perfis de casos únicos. É indispensável para explicações causais e sua crítica. As comparações ajudam a criar um clima de história investigativa menos provinciana (Kocka, 2014, p. 279).

Portanto, seguindo a metodologia de seleção de fenômenos para comparação sugerida pelos autores, optamos por explorar os contextos sociais nos quais ambas atuaram. Nossa análise se concentrará em como as dinâmicas de poder, gênero, classe e raça impactaram ou foram relevantes em suas trajetórias políticas. Todavia, para avançar em direção ao nosso objetivo, é necessário abordar as memórias coletivas e as relações de poder, uma vez que um dos nossos propósitos é resgatar a memória feminina e registrar na história política de Campina Grande-PB a participação das mulheres.

1.1.2 Memória e Grupos Sociais

A relação entre memória e grupos sociais é um tema fascinante e complexo, que abrange como os grupos sociais formam, mantêm e transmitem suas memórias coletivas. Essas memórias são fundamentais não apenas para a identidade e coesão do grupo, mas também para a forma como interagem e são percebidos por outros grupos e pela sociedade em geral.

A memória coletiva desempenha um papel crucial na compreensão das histórias individuais, funcionando como um tecido que conecta experiências pessoais ao contexto mais

amplo da sociedade e da história. Este conceito, explorado em profundidade pelo sociólogo Maurice Halbwachs, sugere que nossas memórias pessoais são influenciadas e moldadas pelo grupo ou sociedade a que pertencemos.

Primeiramente, a memória coletiva fornece um pano de fundo contra o qual as histórias individuais são contadas e compreendidas. Por exemplo, entender os eventos históricos de uma nação pode ajudar a contextualizar e dar significado às experiências de vida de seus cidadãos. As experiências individuais de guerra, migração ou mudança social, por exemplo, ganham uma dimensão mais profunda quando vistas através da lente da memória coletiva de um grupo ou nação.

Além disso, a memória coletiva ajuda a preservar e transmitir valores culturais, tradições e identidades. As narrativas que emergem de uma memória coletiva, como mitos, lendas e histórias orais, fornecem um senso de continuidade e pertencimento, conectando indivíduos a um passado comum e a uma comunidade mais ampla. Esta conexão é vital para a formação da identidade individual, pois ajuda as pessoas a entenderem de onde vieram e como suas histórias pessoais se encaixam no tecido maior da história humana.

Por outro lado, a memória coletiva também pode ser seletiva e excludente, às vezes obscurecendo ou distorcendo histórias individuais que não se alinham com a narrativa dominante. Isso pode levar à marginalização de certos grupos ou experiências, fazendo com que algumas histórias sejam esquecidas ou sub-representadas na história maior. Portanto, é importante reconhecer e desafiar as limitações da memória coletiva, buscando uma compreensão mais inclusiva e diversificada da história.

Maurice Halbwachs foi o pioneiro a abordar sobre memória coletiva. De acordo com Halbwachs (1990), a memória, embora possa ser pessoal, é uma construção social. Ivan Izquierdo (2003) sustenta que as pessoas têm uma propensão para viver em grupos e se organizar em sociedades, pois são seres coletivos. Como resultado, elas estabelecem laços, procuram afinidades e constroem memórias compartilhadas, a partir das quais surge uma identidade coletiva e uma memória social. Dessa forma, a memória pessoal e, por extensão, a identidade pessoal, acabam sendo influenciadas pela coletividade, incluindo elementos mais abrangentes do que os individuais.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

Portanto, a partir do pensamento de Halbwachs (1990), pode-se inferir que as memórias são construídas por grupos sociais. Embora sejam indivíduos que lembram de maneira literal e física, é nos grupos sociais que determina o que é considerado “memorável” e como será lembrado. Assim, as memórias coletiva e individual estão intrinsicamente conectadas. Quanto mais sólidos forem os grupos, mais agregadoras serão as memórias. Nesse sentido, o foco não está em como as pessoas lembram, mas sim no contexto em que essas lembranças ocorrem.

É por meio dos grupos com os quais convivemos que nossa memória é moldada. O grupo desempenha um papel crucial, pois é através do processo de socialização, facilitado pela linguagem, que somos capazes de compartilhar histórias. As lembranças surgem em resposta às experiências vividas no presente. Recordar é ter uma representação do passado, uma imagem que fica gravada na mente, resultado dos eventos ocorridos. Ricoeur discute esses eventos que deixam sua marca na consciência.

[...] quando narramos coisas verdadeiras, mas passadas, é da memória que extraímos, não as próprias coisas, que passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens que elas gravaram no espírito, como impressões, passando pelos sentidos (Ricoeur, 2010, p. 27).

De acordo com Halbwachs (1990), a memória coletiva é essencialmente a contribuição da memória individual de cada indivíduo em relação aos eventos. O autor afirma que “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. (1990, p. 51). A memória é o reconhecimento imediato e a forma como o passado influencia o presente. Halbwachs (1990) nos indica que, por meio das experiências compartilhadas em grupos, a memória pode ser reconstruída.

O autor também ressalta que toda memória é seletiva e passa por um processo de “negociação” para reconciliar as memórias individuais e coletivas. Assim, não basta ter testemunhos de outras pessoas para que as suas memórias sejam incorporadas por um indivíduo. É necessário que essas memórias estejam de acordo com as memórias já existentes desse sujeito e compartilhem alguns pontos em comum, a fim de serem construídas sobre uma base compartilhada.

Para o autor Halbwachs (apud Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 288), “a memória é sempre construída em grupos, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito”. Dessa maneira, pode-se afirmar que a memória reflete o passado, trazendo consigo, no presente, os pensamentos individuais e coletivos, contribuindo de forma significativa para a construção da história dos grupos sociais.

É possível também considerar que a memória é o entrelaçamento de diversas memórias, pois, é por meio das trocas e experiências vividas, que o passado pode ser transmitido às gerações futuras. Nos dias de hoje, com as mudanças tecnológicas ocorrendo em ritmo acelerado, a cultura social busca se manter e reorganizar a memória social, a fim de que possa ser transmitida às próximas gerações.

A memória de um país, da família, das épocas, das instituições integram o conjunto a que chamamos de memória social. Os registros, sejam quais forem, permitem o desenvolvimento da cultura, guardam nossa memória coletiva, o que incide sobre a possibilidade de alterações culturais (Debray, 2000, p. 16).

Sendo assim, é através da memória que as informações do passado serão lembradas e vividas no presente, contribuindo para que novas descobertas aconteçam, pois, o conhecimento perdura entre o passado e o presente. Assim, a continuidade dos grupos sociais se dá a partir da perpetuação da memória, onde essa representa um acervo acumulado de lembranças e transfere experiências vividas por diversas gerações.

As memórias coletivas presentes nos grupos sociais, como escolas, associações e comunidades, complementam de alguma forma a memória individual, pois, o homem faz parte do meio em que vive e se relaciona com os demais agentes sociais. Seguindo a mesma linha de pensamento, Halbwachs (2006) acredita que a duração de uma memória limita-se à duração da memória do grupo. Portanto, para que a memória coletiva permaneça viva, é essencial que os laços entre os membros dos grupos não se rompam, pois a dispersão desses laços pode resultar na falta de encaixe da história, deixando lacunas na conexão entre as memórias.

Quando as memórias são compartilhadas, elas se mantêm vivas e constroem a história. As memórias individuais criam vínculos com as memórias coletivas, pois ambas são inseparáveis. Ao recordarmos nossas lembranças, também nos referimos à história de vida de outras pessoas que compartilharam aqueles momentos conosco. Em outras palavras, assim como a memória individual faz parte do coletivo, o coletivo também está presente na memória de cada indivíduo.

Maurice Halbwachs destaca a importância do testemunho que só faz sentido em relação a um grupo do qual o indivíduo faz parte. Esse testemunho pressupõe a existência de um acontecimento real vivido em conjunto no passado e, portanto, dependendo do contexto de referência no qual tanto o grupo quanto o indivíduo estão atualmente inseridos.

Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (Halbwachs, 1990, p. 14).

Halbwachs nos conduz a uma apreciação mais refinada da dinâmica intrincada que ocorre entre a memória individual e a memória coletiva à medida que vivenciamos esses eventos individuais, eles não ocorrem em isolamento, mas sim em constante interação com grupos sociais aos quais estamos conectados. Essas conexões são essenciais, pois é por meio delas que somos capazes de forjar laços, compartilhar experiências e criar memórias compartilhadas que contribuem para a identidade coletiva.

Preservar a memória é garantir o bem-estar do ambiente que nos cerca, “a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho”, Leal (2012, p. 3). O indivíduo, por meio de suas memórias e das trocas de lembranças com o seu grupo de referência, constrói ou reconstrói seus pensamentos, partindo do momento presente e se reportando ao passado. Nesse processo, ele revive suas experiências em busca de significados que possam, hoje, fundamentar e justificar suas escolhas.

É no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências (Halbwachs, 2006, p. 67).

Nesse contexto, podemos conceber emaranhados, como sendo as trocas de experiências compartilhadas que se desenvolvem dentro de determinados grupos, formando uma memória coletiva, onde todos são responsáveis por constituí-la. De acordo com Simson (2006, p. 1), a memória coletiva é: “[...] aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes que são guardados como memória oficial da sociedade”.

Dessa forma, a memória pode ser abordada tanto de forma individual quanto coletiva, destacando assim a importância de sua preservação, uma vez que ela contará a história das ações que serão compartilhadas pelos grupos pertencentes à sociedade. Manter viva a história de uma determinada época é reviver o passado, o qual pode ser testemunhado por documentos, fotografias e eventos que corroboram uma narrativa cultural.

Segundo Diehi (2002, p. 54), a memória está estreitamente vinculada às tradições

familiares e aos grupos com suas peculiaridades idiossincráticas, de acordo com o senso comum. Cada sociedade carrega consigo seus próprios costumes e valores, os quais só serão preservados se os indivíduos que a compõem compreenderem a importância de preservar a cultura para as gerações futuras. Isso acontece porque tudo o que o ser humano produz pode ser considerado como parte da cultura, uma memória do local onde sua história foi formada.

A memória de um indivíduo é exclusivamente sua. Ela repousa em seu esconderijo mais íntimo e só será acessada por ele, caso assim deseje. Entretanto, ao entrelaçar sua memória com as memórias de outros indivíduos, elas, em algum momento determinado, formam a chamada memória coletiva. Conforme Halbwachs (2006) explica, a memória coletiva carrega sempre consigo significados e histórias específicas para um determinado grupo, contribuindo assim para a construção social desse grupo. As memórias individuais se transformam em vivências e experiências pessoais dos indivíduos, as quais estão profundamente conectadas ao grupo ao qual pertencem.

Portanto, no contexto do interesse público, reconhecer e celebrar as realizações das mulheres é essencial para a construção de uma sociedade que valoriza a igualdade de gênero e o respeito mútuo. Quando as histórias das mulheres são incorporadas na memória coletiva, elas atuam como fontes de inspiração e modelos para futuras gerações, mostrando que as mulheres têm sido e continuarão a ser agentes fundamentais de mudança e inovação. Isso é particularmente importante em contextos onde as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas para a igualdade.

Sob a perspectiva acadêmica, incorporar as histórias das mulheres na narrativa histórica enriquece e expande o conhecimento humano. Isso possibilita uma análise mais detalhada dos intrincados sistemas sociais, políticos e econômicos nos quais as mulheres estiveram inseridas e atuaram. Examinar criticamente as vivências das mulheres ao longo da história fornece perspectivas essenciais sobre a dinâmica das sociedades. Além disso, essa abordagem contribui significativamente para a evolução de teorias e metodologias que sejam mais abrangentes e representativas em várias áreas do conhecimento acadêmico.

1.1.3 Relações Sociais e Poder: Breves Considerações Teóricas

A análise baseada na orientação crítica, sustentada por diversos autores como Lane (1985); Carlos (1998); Tschiedel (1998); Góes (2000); Foucault (1987); Zanella e Sobrera

Abella (2000); Zanella e Pereira (2001) converge para a ideia de que o sujeito se constitui nas relações sociais. Nessa perspectiva, o sujeito é compreendido como um “indivíduo concreto, mediado pelo social, indivíduo determinado histórica e socialmente, jamais podendo ser compreendido independentemente de suas relações e vínculos” (Neves, 1997, p. 7).

Dessa forma, a abordagem considera o indivíduo em sua dualidade, sendo ao mesmo tempo ativo (sujeito) e passivo (sujeitado), uma vez que é moldado pelo meio social em que está inserido, mas também possui a capacidade de transformá-lo. Portanto, ele é constituído no contexto das relações sociais, adquirindo conhecimentos e técnicas da sociedade através de sua participação em diferentes grupos, ocupando assim distintos papéis sociais.

De acordo com Nuernberg (1999), o lugar social refere-se à posição simbólica ocupada pelo sujeito dentro de um grupo. Essa posição, por um lado, é determinada por fatores históricos e culturais pré-estabelecidos, antecedendo o próprio sujeito. Por outro lado, esse lugar é constantemente reconstruído pelos sujeitos em suas relações. Portanto, o significado do lugar social remete tanto à sua história dentro de uma determinada cultura, quanto aos novos significados que os sujeitos atribuem a esse lugar em suas interações.

Circunscreve-se assim o fato de que as relações sociais são mediadas pelos significados historicamente produzidos para as posições ali assumidas, marcando os discursos dos sujeitos e a forma como são escutados e atendidos pela audiência. Em outras palavras,

...sempre falamos a partir de uma posição enunciativa determinada: de aluno, de professor, de homem, de mulher, de quem ocupa um cargo importante ou não, ou tem a formação acadêmica em alguma área do conhecimento e é reconhecido enquanto tal. Face a isso, fica claro que tais lugares sociais são constitutivos das significações em trânsito nas relações sociais... (Nuernberg, 1999, p. 22).

Ao considerar que o sujeito se relaciona com os outros a partir de sua posição social, as interações entre as pessoas são encaradas como relações de poder (Ortiz, 1983). Nessa perspectiva, o poder é entendido como algo relacional, pois se manifesta nas dinâmicas entre indivíduos, decorrendo, principalmente, das assimetrias que as caracterizam. Portanto, é evidente e os relacionamentos nem sempre são harmoniosos, apoiadores ou concordantes; muitas vezes, estão repletos de conflitos, desencontros e desacordos (Smolka; Góes & Pino, 1998).

Consoante com a perspectiva de Foucault (1987), o poder pode ser compreendido a partir de diversas características. Ele não se limita apenas a aspectos institucionais, organizacionais ou formas econômicas, tampouco se restringe a relações de classe, status, prestígio ou desempenho de papéis sociais. Pelo contrário, o poder está presente em todas as

esferas das relações humanas, seja na rua, na família, nas relações afetivas, de amizade, entre outras. Além disso, o poder não se resume apenas às suas formas repressivas, nas quais anula e destrói o outro. Em sua concepção “positiva”, o poder também pode ser produtivo, ou seja, tem o potencial de gerar efeitos construtivos e moldar os discursos, valores e normas sociais.

Conforme a perspectiva de Bourdieu (1989), o poder simbólico consiste em um poder exercido por meio do discurso, reconhecido e legitimado pelos outros devido à posição social daquele que o profere. Esse tipo de poder não é meramente imposto; ele é aceito e reforçado pela sociedade, que atribui a ele um valor especial com base na autoridade e no prestígio do indivíduo que o exerce. No entanto, apenas aqueles que possuem capital simbólico, ou que são capazes de converter outras formas de capital - econômico, cultural ou social - em capital simbólico, conseguem obter esse prestígio. Ademais, de acordo com Bourdieu, as lutas simbólicas são uma constante no cotidiano, ocorrendo de forma dissimulada, entre os interessados em manter as objetivações/representações oficiais (os dominantes) e os que pretendem transformá-las (os dominados).

Destarte, quando alguém ou um grupo é reconhecido pelos demais como possuidor de algum tipo de capital, passa a deter também o poder simbólico, que é exercido por meio do discurso, moldado conforme os interesses de quem o detém Bourdieu (1989). Consequentemente, as relações de poder tornam-se cada vez mais dissimuladas, ambíguas e abstratas:

O poder já não é mais necessariamente atribuído a uma pessoa ou a grupos de pessoas; é considerado como algo que aparece dissimulado, não se sabe ao certo de onde vem, é a “mão invisível do poder” que na verdade está em todo lugar: na distribuição do espaço, na distribuição e produção do saber e das normas e no próprio funcionamento da organização. “A ‘mão invisível’, tão importante para os economistas liberais, está mais oculta do que nunca e mais operante no sentido da submissão do conjunto do sistema aos objetivos de lucro, expansão e dominação” (Pagès et al., 1987, p. 225).

Inferimos que as relações sociais e o poder estão intrinsecamente entrelaçados, exercendo um papel fundamental na dinâmica da sociedade. O poder é uma força sutil e onipresente que permeia todas as esferas das interações humanas. Ele não se limita apenas aos aspectos institucionais ou hierárquicos, mas também estão presentes nas nuances do cotidiano, moldando as relações entre os indivíduos.

As relações sociais são mediadas pelo poder, que se manifesta através de discursos, posições sociais, hierarquias e assimetrias. As interações são influenciadas pelos significados históricos e culturais atribuídos aos papéis sociais, bem como pela capacidade de converter diferentes formas de capital em poder simbólico.

É importante reconhecer que o poder nem sempre é explícito ou identificável facilmente, muitas vezes agindo de forma dissimulada e ambígua. Sua presença pode ser sutil, mas suas consequências são profundas e moldam as estruturas sociais, as identidades individuais e as dinâmicas coletivas.

Nesse contexto, compreender o poder e suas ramificações nas relações sociais é essencial para uma análise mais abrangente da sociedade. A consciência das dinâmicas de poder permite que os indivíduos e comunidades tomem decisões informadas e busquem ações transformadoras, visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Ao reconhecer a influência do poder nas relações sociais, podemos avançar rumo a uma conscientização e empoderamento, buscando equilibrar as assimetrias e promover o bem-estar coletivo.

1.2 A História e as Mulheres

Os historiadores anteriores aos Annales foram criticados pelas feministas por terem deixado a mulher fora da história, ou ainda, por perderem a oportunidade de incorporá-la de maneira mais efetiva, já que sempre mencionavam as mulheres de tempos em tempos e tinham como intuito fazer uma história total, centrada no homem e suas relações com o meio. Desta forma, Georges Duby e Michelle Perrot, estiveram empenhados em organizar uma história da mulher em várias produções.

Michelle Perrot que se dedica a analisar a situação da mulher na Europa, em especial na França, enfatiza que:

História, muitas vezes, a mulher é excluída (...), o ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino, os campos que abordam são os da ação e do poder masculino, mesmo quando anexam novos territórios. (...) o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder (Perrot, 1998, p. 185).

Contudo, a autora Rachel Soihet em “História das Mulheres” aponta que,

Nas últimas décadas do século XX, a história das mulheres tem sofrido um surto de interesse pelos pesquisadores que têm descoberto novas temáticas e se interessado por grupos sociais “(...) até então excluídos do seu interesse (...). Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural (...). Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história (Soihet, 1997, p. 275).

Soihet e Perrot, cada uma com suas particularidades, apontam para o predomínio das

imagens que se atribuíam às mulheres, e que, de uma forma geral, continuam enraizadas no nosso imaginário ao falarmos de mulheres nos tempos passados, a saber: a imagem de vítima, de oprimida. Perrot ainda alerta que é preciso “desprender-se dessas imagens criadas, pois moldam a história dentro de uma visão dicotômica do masculino e feminino: o homem criador/a mulher conservadora, o homem revoltado/ a mulher submissa” (Perrot, 1998, p. 186). Imagens que, não se pode negar, encontram-se instituídas no imaginário ocidental até os dias de hoje.

A autora Joan Scott (1992), no clássico artigo “História das Mulheres”, esclarece que “(...) a emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava faltando”. Scott considera que:

(...) a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história (...). Entretanto, desde que na moderna historiografia ocidental, o sujeito tem sido incorporado com muito mais frequência como um homem branco (...), por isso reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado (Scott, 1992, p. 75).

No intuito de procurar dar visibilidade à mulher na história do Brasil, a autora Mary Del Priore vai buscar no período colonial as raízes do “machismo” e dá uma boa visão dos estereótipos perpetuados na história do nosso país sobre as mulheres. Segundo suas palavras: “desde que no século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideais masculinos dos historiadores que, até bem pouco tempo, a produziam com exclusividade” (Priore, 1988, p. 12). A autora traça um panorama de extrema relevância se transportado ao cenário da política local, onde os homens eram quem dominavam a essência de representar uma sociedade politicamente, prevalecendo nesse sentido o patriarcalismo que vem de tempos em tempos ocupando predominantemente o âmbito público ao mesmo ritmo em que exclui quem não se adequa ao meio, que seria a mulher.

Por sua vez, Céli Regina Pinto entende que “o movimento feminista foi organizado para lutar contra uma condição, condição esta dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressa ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo” (Pinto, 1992, p. 132). Desta forma, há muito mais do que podemos perceber acerca das discussões que envolvem gênero, a mulher que

sempre foi proposta como excluída, agora invade os cenários não só da história mais de outros saberes, como protagonista, responsável por proliferar cultura, com seus gestos e toques tão peculiares que chegam a marcar com profundas características o passar dos períodos e das histórias. A visibilidade das mulheres foi uma conquista inegável de pesquisadores, historiadores e militantes, condição necessária para uma postura de questionamento dos procedimentos habituais das ciências humanas.

Portanto, a noção de gênero define a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais, sendo assim, estando ligada à questão da desigualdade e do poder. Marcadas então, pelas práticas discursivas construídas ao longo do tempo em determinadas sociedades e realidades sociais, expondo desta forma, que a construção deturpada acerca do feminino foi uma questão histórica apresentada e moldada a partir das relações de poder, mas que essas representações passam a ser desmistificadas, quebrando com a perspectiva de que a mulher sempre esteve em colocações inferiores aos dos homens, estando submissa às suas vontades em todas as sociedades.

Nesse sentido, as pesquisas que pairam sobre as mulheres devem ater-se a uma perspectiva de que há uma parceria entre os indivíduos no ciclo de uma sociedade, ninguém passa a agir sozinho, essa quebra no pensamento através dos novos estudos, mostram que a importância das mulheres na composição social e cultural nas sociedades sempre procurou ao longo do tempo exaltar a imagem masculina enquanto dominante, mas que haverá uma ruptura nesse pensamento cedendo o devido espaço e colocações que as mulheres merecem nessa reconstrução de concepções do social.

1.2.1 Papéis de Gênero, Diferenças Estabelecidas Culturalmente

Sabemos que a questão de gênero é um dos elementos que estruturam a identidade social e individual e que estas relações, são relações de poder, que estabelece certo padrão de relação entre homens e mulheres, definindo os papéis na sociedade. Durante muitos séculos, as mulheres foram excluídas de todos os direitos humanos, direito à educação, direito à posse de terra, direito à cidadania e participação política, direito ao emprego e à remuneração igual à dos homens e direito a atendimento de saúde especializado.

O conceito de gênero, segundo Souza e Carvalho (2000), refere-se a um sistema de relação de poder baseado num conjunto de papéis, qualidades e comportamentos opostos

atribuídos a mulheres e homens. As relações de gênero, assim como as de classe e raças, são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Enquanto o sexo é determinado pela natureza, pela biologia, o gênero é construído historicamente, sendo, portanto, variável e mutável.

Para o entendimento das formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, partimos do pressuposto de que homens e mulheres vivem sob dadas condições objetivas e subjetivas que são produtos das relações sociais. Isto significa que a construção social das respostas que dão às suas necessidades e vontades tem na sociabilidade sua determinação central ou, de outra forma, significa também que os indivíduos fazem a história, mas suas possibilidades de intervenção se efetivam na dialética relação entre objetividade e subjetividade, entre ser e consciência.

Joana Pedro (2005) no seu trabalho intitulado “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, faz uma reflexão sobre relações de gênero e aponta o motivo pelo qual os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo:

Afinal, do que estamos falando quando dizemos “relações de Gênero”? Estamos nos referindo a uma categoria de análise, da mesma forma como falamos de classe, raça/etnia, geração. Mas, o que significa? Todas/os nós sabemos que, em gramática, quando perguntamos pelo gênero de uma palavra, a resposta, invariavelmente em português, é: masculino ou feminino. Em português não temos o neutro como no latim, por exemplo. Como exemplo, vamos analisar gramaticalmente a palavra cadeira: ela é substantiva, singular e feminina, não é? E a palavra mar: em português é masculina, mas em francês – “la mer” – é feminina. Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados ou inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas a cultura (Pedro, 2005, p. 78).

A autora afirma que as diferenças nos comportamentos entre homem e mulher são definidas pelo “gênero” e, estão ligadas à cultura. Portanto, na realidade, os papéis de gênero nada têm a ver com as diferenças biológicas entre homem e mulher. Os comportamentos masculinos e femininos não são determinados pela natureza, mas pela cultura e mudam com o tempo (época) e o espaço (realidade social). Os papéis sociais de gênero são construídos de acordo com a cultura de cada povo.

Pedro (2005) afirma que outras autoras passaram a questionar a forma como o gênero estava sendo pensado em relação ao sexo:

Apesar da afirmação de que se tratava de coisas diferentes, era sobre o sexo biológico que se estava constituindo a identidade de gênero, e no caso dos integrantes dos movimentos gays e lésbicos, estes termos não coincidiam. Foi dentro desta perspectiva que Judith Butler questionou a categoria gênero como sendo calcada no sexo biológico em seu livro “Problemas de Gênero”. Assim, seguindo a perspectiva de Foucault sobre o caráter discursivo da sexualidade, Butler propõe o que ficou sendo chamado como “teoria performática”. De acordo com essa teoria, a “performatividade” do gênero é um efeito discursivo, e o sexo é um efeito do gênero (Pedro, 2005, p. 91).

A autora continua certificando que “Judith Butler está, então, questionando a própria categoria gênero como “interpretação cultural do sexo”. E mais: afirma, categoricamente “gênero não está para a cultura assim como o sexo está para a natureza”. Desta forma, a autora focaliza o sexo como resultado “discursivo/cultural”, e questiona a constituição do sexo como “pré-discursivo” e, portanto, anterior à cultura.

A sociedade humana é orientada por um conjunto de valores e práticas que chamamos cultura, são os códigos, as normas sociais, as maneiras de se expressar e se comportar, os mitos, os tabus e os preconceitos, que muitas vezes se diferenciam de região para região, de um grupo social para outro, até mesmo dentro de um mesmo país, a exemplo do Brasil, que comporta uma grande diversidade cultural.

No mundo dividido, o feminino e o masculino se definem como polos opostos e excludentes e as relações de gênero baseiam-se em ideias bem rígidas, sobre como devem ser, como se comportar, pensar e sentir homens e mulheres distintamente. Assim, a ideia sobre masculinidade e feminilidade tendem a criar estereótipos que ditam os papéis sociais e sexuais dos seres humanos. Podemos citar como exemplo, a cultura do enxoval azul para os meninos e rosa para as meninas, impostos a partir do nascimento.

Outro exemplo que podemos citar, como se processa a formação da cultura sexista, seria o uso dos adjetivos: “homem” = forte, corajoso, racional e objetivo; “mulher” = frágil, sensível, emotiva e intuitiva. Esses adjetivos que perpetuam ao longo dos tempos, refletem o conjunto de diversas manifestações de comportamentos discriminatórios que favorecem um sexo em detrimento do outro.

Podemos, então, verificar que há diferenças dentro da relação do homem e da mulher em diversos setores da sociedade. Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, ou seja, um maior poder dado para os homens, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia da

esfera masculina. Entretanto, é notório perceber que há avanços: a mulher como sexo frágil, por exemplo, é uma visão que vem sendo desmistificada com o passar dos tempos. Sim, podemos ver muitos progressos, mas ainda tem muito a ser mudado.

A antropologia e a sociologia trabalham juntas para entender a universalidade cultural e suas particularidades, criando uma política de identidade. A antropologia tem sido usualmente conceituada como ciência da cultura. Seguimos aqui os passos de Clifford Geertz que define a cultura como uma rede de significados tecidos pelo próprio homem (Geertz, 1978) ou seja, é uma forma de viver que o próprio homem cria de acordo com o tempo. Reforçando, Edward Tylor diz que “a cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (Taylor apud Laraia, 2006, p. 25).

Portanto, o conceito de cultura é muito abrangente. Na visão antropológica, podemos definir cultura como a rede de significados que dão sentido ao mundo que cerca uma pessoa, ou seja, a sociedade. Essa rede engloba um conjunto de diversos aspectos, como crenças, valores, costumes, leis, moral, línguas etc. Assim sendo, a cultura pode ser caracterizada como uma forma de viver de determinado grupo que cria seus costumes e crenças, são as tradições que caracterizam a forma como esse grupo se relaciona.

Considerada em sua historicidade, a categoria gênero se apresenta de modo complexo, envolvendo não só relações e características entre os sexos, mas indo além, sendo determinada também, numa dinâmica temporal, por elementos que são, ao mesmo tempo, significativos no que se refere às relações entre sociabilidade e cultura. Trata-se de apreender como se efetivam as relações sociais entre os indivíduos e as particularidades produzidas, mediante a forma como se organizam e o modo como absorvem e reproduzem valores, poder e direitos nos mais diferenciados ambientes como o trabalho, a família, a política, e nas relações afetivo-sexuais.

Nessa perspectiva, entendemos que somos iguais como seres humanos, mas diferentes em nossas individualidades, principalmente enquanto grupo étnico e classe social, mas cada um tem seu valor, de acordo com a sua particularidade. A cultura dentro do Brasil nos leva a conhecer muitos aspectos que determinam a forma de viver de um determinado povo. No entanto, podemos afirmar que determinados grupos culturais são diferentes e assumem formas específicas no interior da sociedade.

Samara (1989) afirma que a perseguição e pressão sobre a mulher exercida pelas instituições de poder, como o Estado e a Igreja, resultaram no estabelecimento ideológico do

poder centrado no homem e na autoridade masculina sobre a sociedade e a família. Ao longo da história, o Estado garantiu a autoridade do homem como um direito, perpetuando uma estrutura de poder patriarcal. Paralelamente, a Igreja, aliada ao ideal masculino burguês, utilizou sua influência sobre a mentalidade e comportamento dos indivíduos para reforçar essa hierarquia de gênero. Assim, essas instituições trabalharam em conjunto para consolidar a supremacia masculina, moldando normas sociais e culturais que subjugavam a mulher e asseguravam o domínio masculino em diversas esferas da vida pública e privada.

Em ressonância à compreensão da Igreja e do Estado, trilhava a medicina, que atuando como segmento do poder público, apresentou argumentos técnicos a fim de comprovar a fragilidade da mulher em relação ao homem. Numa visão elaborada durante os séculos, desde a antiguidade, a Medicina dotou a mulher de caráter biológico frágil, onde diante das vivências públicas, a mulher estaria se expondo e arriscando o outro espaço consolidado como sua principal ocupação social, o cuidado com a família.

A mulher foi “naturalizada” como de status inferior, chegando a ser “comparada por alguns médicos à galinha, que tinha por exclusiva função botar os ovos”. Esta visão deturpada e subordinada da mulher foi algo tão consistente e organizado que a busca pela compreensão da sexualidade e a recusa do prazer levou à constituição de manuais de Medicina no início da modernidade. Em 1599, o título de um desses manuais expressa a visão da Medicina. Intitulado “O antídoto do amor”, denotava a ideia do amor e conseqüentemente, o prazer como uma doença, passível de cura. Observava que as reações percebidas nos indivíduos “contagiados” apresentariam características patológicas de doença (Del Priore, 2011, p. 31-34).

Estas constituições históricas favoreceram de forma crescente ao ápice da reclusão da mulher ao espaço privado vivido no século XIX (Hunt, 2009, p. 45). Mesmo a industrialização não rompeu, mas favoreceu o fortalecimento dos antigos estigmas relacionados à mulher. As percepções organizadas ao longo do tempo favoreceram o desenvolvimento da preocupação quanto à atuação da mulher em atividades que “naturalmente” não eram vistas como suas. Uma mulher burguesa que tivesse uma ocupação rentável, não era vista como feminina (Hall, 2009, p. 71).

No contexto do desenvolvimento do capital, ocorreu a sua integração ao patriarcado, no sentido de manter a mulher na condição de segregada social, de baixa renda e assim dependente do homem. Em meio à classe operária, a presença da mulher na mesma ocupação, era vista como negativa, pois representaria uma ameaça aos ganhos dos trabalhadores que teriam seu

salário mantido baixo (Hall, 2009. p. 72). Desta forma, mesmo a passagem dos séculos marcados pela industrialização, o XIX e XX, a identidade forjada ao longo do tempo, pautada pelo domínio do homem ganhou força impondo os aspectos anatômicos como elementos produtores da hierarquização do trabalho entre os sexos.

Alguns historiadores afirmam que as duas guerras mundiais foram grandes aliadas para a conquista feminina, porque a mulher participou ativamente na força de trabalho fora dos limites do lar. Os homens, por estarem comprometidos com guerras e viagens, tinham de se afastar, e as mulheres, por conseguinte, encarregavam-se de encaminhar os negócios da família e assumirem, na indústria e no comércio um posto que, até então, era de responsabilidade masculina. Daí por diante o mercado de trabalho nunca mais teria sido o mesmo. Tais questões passam a ser questionadas.

Segundo Pedro (2005) a contribuição das duas guerras mundiais, para as conquistas femininas, passa a ser questionada. O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero. Françoise Thébaud (2015), refletiu sobre as duas guerras mundiais, perguntando até que ponto estas interferiram na construção do gênero:

Inúmeras vezes já foi afirmado que as guerras promoveram mudanças nas relações entre homens e mulheres, isto é, que as guerras trouxeram mais oportunidades para elas de ganharem autonomia financeira, o que, conseqüentemente, levou à conquista de direitos públicos, reduzindo as hierarquias de gênero. Será verdade? É isto que a historiadora citada focaliza e questiona. Considera que as mudanças ocorridas foram apenas provisórias, e que, após a guerra, presenciou-se um retorno aos antigos significados do gênero, com reforço na rigidez das afirmações da diferença. Ou seja: é como se, após a guerra (período considerado de exceção), homens e mulheres tivessem voltado aos seus “devidos lugares”: assim, todas aquelas que haviam sido convidadas a participar de diferentes funções costumeiramente atribuídas aos homens, teriam sido convidadas a retornar para suas antigas atividades, ligadas à casa e ao privado (Pedro, 2005, p. 88).

É perceptível a relevância do movimento feminista, quando falamos de gêneros, pois as mulheres ainda são muito hostilizadas em seus direitos. Sim, podemos perceber que muitas coisas já demonstram avanços e, em alguns setores, as mulheres vivem lado a lado dos homens, mas é muito importante que as mulheres lutem para que sejam ouvidas pela sociedade para conquistar a ainda almejada igualdade. Podemos ver que muitas se organizam para exigir que sejam extintas práticas de violência e discriminação contra a mulher, bem como para mudanças sociais na conjuntura em que a sociedade determina a vida das pessoas. Dessa forma,

[...] o feminismo tem como pressuposto ético-político denunciar um conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural” (por exemplo, a heterossexualidade,

a maternidade) engendram práticas opressivas e discriminatórias, causando sofrimento para as pessoas que fogem do padrão de “normalidade” estabelecido. Os estudos feministas propõem, ainda, desconstruir os papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade, com base na tese de que a diferença sexual é o principal fundamento da subordinação feminina (Lisboa, 2010, p. 69).

Inferimos que só será possível mudar esses problemas enfrentados pelas mulheres com mudanças de comportamentos que precisam encontrar aderência na sociedade. E esse debate também não pode ser levado para a população somente como separações de funções entre homens e mulheres, mas também como dimensões que levam à violência, preconceito, e outros fatores que desrespeitam a dignidade humana, em uma conjuntura que afeta a vida do indivíduo de maneira negativa.

Gênero, em seu conteúdo explicativo, tornou-se fundamental teoricamente e estratégico politicamente para fazer alavancar à consciência social sobre as formas de desigualdades entre as pessoas de sexos diferentes. Denunciou que o sexismo além de ser uma ideologia, também é uma forma de exercício do poder (Mirales, 2010, p. 2-3).

1.2.2 A Mulher no Brasil

Durante os períodos colonial e imperial, a participação da mulher na história brasileira não foi amplamente reconhecida, contudo, foi somente com a chegada da República que sua presença gradualmente começou a ganhar visibilidade. A participação feminina na política brasileira, de uma maneira mais intensa, apresentou-se a partir de 1919, quando, depois de uma greve de 30 mil trabalhadores do setor têxtil em São Paulo e interior, milhares de mulheres reivindicaram jornada de trabalho de oito horas e igualdade salarial entre os sexos.

A luta pelo direito feminino ao voto continuou durante as três primeiras décadas do século passado, e esse movimento contou com a presença, principalmente, de mulheres das classes média e alta que tinham maior acesso à educação e que pertenciam a famílias mais abastadas e instruídas. As manifestações femininas tornaram-se cada vez mais presentes na sociedade brasileira da época e, como afirma Teles (1999, p. 44), “a década de 20 foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança. A república dos coronéis não dava mais conta da ebulição social e política do país”.

Entretanto, essas lutas estavam muito mais ligadas a algumas mulheres que se destacavam pela sua inserção na intelectualidade da época, como foi o caso de Bertha Lutz, um dos nomes mais importantes do feminismo no país.

Ainda na década de 1920, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, a qual impulsionou ainda mais a luta da mulher pelo voto, além disso, a organização

objetivava promover a sua educação, elevar o nível de instrução feminina, proteger mães e crianças, conquistar garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino, enfim, assegurar às mulheres direitos políticos e sua integração social efetiva. O “I Congresso Internacional Feminista” foi realizado no Rio de Janeiro nesse mesmo ano de 1924, sendo ambos os movimentos liderados por Bertha Lutz, um dos principais nomes do feminismo brasileiro.

Segundo Pinto (2003), a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se dava a partir da luta pelo voto, porque elas encontravam respaldo e respeito entre os membros da elite e da conservadora classe política brasileira. Portanto, era “um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (Pinto, 2003, p. 26).

A presença das mulheres na vida política tornava-se cada vez maior. Na revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo, duas mulheres tiveram importante papel: a professora paulista Maria Iguassiba, que combateu na linha de fogo, e Maria Emília Leonel, presidente da Cruz Vermelha, que levava mensagens do campo de batalha para o Quartel General Central responsável pelo movimento. A mulher adquiriu o direito de votar e ser votada pelo Código Eleitoral de 1932, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas. Com essa conquista, muitas mulheres se candidataram à Constituinte de 1934, mas apenas a médica Carlota Pereira de Queiroz foi eleita a primeira deputada federal por São Paulo. A nova constituição tinha vários artigos que beneficiavam a mulher, dentre eles, a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial, a jornada de trabalho de oito horas, a licença-maternidade de dois meses e a proibição de demissão por gravidez.

Embora o governo Vargas tenha proporcionado um maior acesso das mulheres na sociedade e rompido uma série de preconceitos, o papel da mulher não despertava consenso. O grupo católico fazia restrições à emancipação feminina, pois a considerava uma ameaça à estabilidade familiar.

Nesse mesmo período, foi fundada a União Feminina, em 1935, a qual fazia parte da ANL – Aliança Nacional Libertadora, partido ligado aos socialistas que tinha por objetivo derrubar o governo Vargas. Com o golpe de Estado de Vargas, em 1937, a luta feminina incorporou-se à luta de todo o povo, que estava resistindo à ditadura e defendendo a democracia.

Segundo Schwartzman (1984), o governo Vargas interferiu na luta pela emancipação feminina implantando o Plano Nacional de Educação de 1937, que previa a criação de um ensino específico para as mulheres, o “ensino doméstico”, que tinha como objetivo prepará-

las para a vida de dona-de-casa e incentivar sua “missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade [...]” (Schwartzman, 1984, p. 109).

Depois dessa proposta de ação educativa a disciplina de economia doméstica foi implantada definitivamente nas escolas secundárias como “educação feminina”, sendo que as associações católicas prestaram “inestimável contribuição” a esse tipo de ensino que se destinava a “dar às mocinhas [...] formação complementar que possa facilitar-lhes no futuro o acesso a boas colocações, tornando-se ao mesmo tempo boas donas-de-casa e mães de família” (Schwartzman, 1984, p. 110).

Alguns anos mais tarde, em 1939, Getúlio Vargas propôs um “estatuto de família” que, dentre outras questões previa a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Dizia o estatuto que “não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da convivência familiar”. Para parte da Igreja Católica, a mulher que trabalhava fora “funcionária ou operária, ou não é mãe, ou não é boa mãe, ou não é boafuncionária” (França apud Schwartzman, 1984, p.113).

Para Schwartzman (1984), estas restrições impostas ao trabalho feminino estavam relacionadas à ideia vigente da completa divisão de papéis e de responsabilidade dentro do casamento. Um dos artigos do estatuto dizia que: “Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa”. A *Revista Feminina*, publicação que circulou no Brasil entre 1915 e 1925, foi um dos instrumentos mais fortes de perpetuação do comportamento conservador que a sociedade impunha ao sexo feminino. Para Maluf & Mott (1998, p. 373), “o dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi [...] traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos”.

Para (Besse apud Bruschini, 1990, p. 6), no final da década de trinta, as discussões a respeito do papel da mulher na sociedade diminuíram, e as relações de gênero tinham mudado o suficiente para acomodar as realidades da sociedade urbano-industrial que se impunha, “mas não o suficiente para balançar as bases patriarcais da cultura brasileira, pois o viés da educação das mulheres assegurava que elas continuassem subordinadas aos homens”.

Essas transformações pelas quais a mulher passou desde as primeiras décadas do século XX no Brasil geraram inúmeras discussões a respeito do seu papel pois ela deixou a esfera do privado - seu lar, sua família -, e buscou engajamento na esfera do público, ou seja, queria ter os seus direitos.

Cabe salientar, conforme nos informa Chalhoub (2001), que nem todas as mulheres eram submissas e tinham sua vida restrita ao lar, pois as mulheres trabalhadoras não possuíam os rígidos padrões comportamentais dominantes de docilidade, passividade ou “mulher-vítima”. Para o autor, as relações materiais de vida determinavam uma relação homem-mulher “bipolarizada”, com uma maior divisão de poder entre eles.

Entretanto, o que percebemos foi que a entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado criou uma divisão sexual do trabalho na esfera pública que espelhava e reforçava a divisão sexual do trabalho na família. Já que esta tinha se tornado menos rígida hierarquicamente, mas “não menos importante como uma instituição para controlar a sexualidade das mulheres e preservar as relações de classe” (Besse apud Bruschini, 1990, p. 6).

Nesse sentido, Rago (1987, p. 63) diz que o próprio movimento operário nas primeiras décadas do século XX no Brasil, que era liderado pelos homens, atuou no sentido de “fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço do lar.” O modelo de comportamento feminino determinou as suas opções profissionais, ou seja, elas poderiam optar entre serem professoras primárias, enfermeiras, domésticas, operárias, costureiras, telefonistas, datilógrafas.

1.3 Articulando a temática com a linha de pesquisa I

Nossa temática sobre a participação feminina na política de Campina Grande-PB está vinculada à linha de pesquisa "Cultura e Cidades". Esse enfoque nos permite realizar um estudo sobre a política de nossa cidade e as dinâmicas sociais que moldam e são moldadas pelas estruturas de poder locais. Com isso em mente, faremos uma breve exploração sobre a história da nossa cidade.

1.3.1 Campina Grande-PB: Breves Considerações Sobre Sua História

A cidade de Campina Grande teve sua importância estabelecida, inicialmente, a partir da sua privilegiada posição geográfica, enquanto local de passagem das regiões de pastoreio no Sertão, para as áreas de produção agrícola na Zona da Mata e do Brejo paraibano, funcionando como local de repouso para os viajantes e animais encarregados de transportar mercadorias. A respeito do assunto Maia relata que:

No período quando os fluxos comerciais eram realizados com tropas de burros, a localização geográfica privilegiada da Vila Nova da Rainha, antigo nome da cidade de Campina Grande, era de fundamental importância (ponto optimum) para os viajantes, por oferecer um descanso ao esforço físico exigido para o transcurso entre as cidades do Sertão e as do Litoral Oriental. Campina Grande estabelece-se, originalmente, como um ponto nodal para o conjunto de fluxos que, por um lado, abasteciam o Sertão e, ao mesmo tempo, permitiam a saída dos produtos produzidos no interior com destino ao litoral (Maia et al., 2020, p. 38).

Segundo Basílio (2009), os naturais de Campina Grande se arrepiam ao ouvir 'Tropeiros da Borborema' na voz dolente e melodiosa de Luiz Gonzaga. Ouvir o Rei do Baião é como uma viagem no tempo, iluminando, do fundo de sua alma, a poesia de Rosil Cavalcanti e Raimundo Asfora, dois filhos adotivos, o primeiro do Ceará, o segundo de Pernambuco. Ambos souberam traduzir a gênese da Rainha da Borborema em versos simples e cadenciados, como a passada dos tropeiros, semelhante a um chicote. Esta revelação surge na música 'Tropeiro da Borborema', de Raimundo Asfora e Rosil Cavalcante.

Estala relho marvado, recordar hoje é meu tema, quero é rever os antigos tropeiros da Borborema. São tropas de burros que vêm do Sertão, trazendo seus fardos de pele algodão, o passo moroso só a fome galopa, pois tudo atropela os passos da tropa, o duro chicote cortando seus lombos, os cascos feridos nas pedras aos tombos, a sede e a poeira do sol que desaba, ó longo caminho que nunca se acaba! Estala relho marvado, recordar hoje é meu tema, quero é rever os antigos tropeiros da Borborema. Assim caminhavam as tropas cansadas, e os bravos tropeiros buscando pousada, nos ranchos e aguadas dos tempos de outrora, saindo mais cedo que a barra da aurora, riqueza da terra que tanto se expande, e se hoje se chama de Campina Grande, foi grande por eles que foram os primeiros, ó tropas de burros, ó velhos tropeiros (Basílio, 2009, p. 1).

Ainda segundo Basílio, em 1946, o historiador Epaminondas Câmara, que tanto se debruçou sobre a história de Campina Grande-PB, já dizia da vocação que a cidade tinha de atrair tantos caminhos, tantas histórias, tantas pessoas:

(...). Com o tempo os boiadeiros e tropeiros procuraram encurtar as distâncias, aproveitando os desvios menos sinuoso e acidentados. O povoado de Campina por se achar à margem do Brejo e reunir uma abundantíssima feira de cereais, tornou-se pouso obrigatório de almocreves, cavalerianos e tangerinos que desciam do Seridó, do Curimataú e do Sertão para Goiânia e Olinda (Câmara apud Basílio, 2009, p. 1).

Pereira em seu artigo: “Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande”, questiona até que ponto o desenvolvimento econômico campinense se deve

à posição geograficamente privilegiada, ele defende outros fatores históricos e econômicos construídos pela interação das relações de produção:

Quando consideramos que o padrão de acumulação então vigente propiciou o desenvolvimento da antiga Vila Nova da Rainha – Campina Grande –, tendo como cerne desse desenvolvimento o incremento das relações comerciais entre o município e as demais praças exportadoras do algodão, podemos compreender que a tese de que o desenvolvimento econômico campinense se deve à posição geograficamente privilegiada do município não explica tudo, ou seja, esse pensamento é limitado por não explicar a evolução econômica de Campina Grande em sua totalidade e complexidade. Afinal essa posição geograficamente privilegiada só é “privilegiada” porque o padrão de acumulação de capital em ação assim a define (Pereira, 2016, p. 25).

Ao rejeitar-se a posição geodeterminista de alguns estudiosos, isso não conduz à rejeição total dos condicionantes geográficos, cuja influência no crescimento da economia do município talvez não tenha sido determinante, mas preponderante, devido a posição de confluência que a cidade ocupava, somada a múltiplos fatores econômicos e de relações de produção, contribuindo assim, de forma concomitante e decisória para o desenvolvimento econômico.

Câmara (1998), argumenta que o desenvolvimento da povoação de Campina Grande-PB e de suas funções urbanas está, inicialmente, relacionado à pecuária, à produção mercantil da farinha de mandioca e às atividades comerciais, realizadas nas feiras do gado e de cereais. Apesar da origem do povoamento ter sido um aldeamento indígena, é a partir da implantação das fazendas para criação do gado pelos Oliveira Ledo; da produção da farinha que atraía os tropeiros àquele povoado; das feiras e, especialmente, da sua condição de entroncamento dos caminhos do gado e de entreposto comercial entre o litoral e o Sertão, que o povoado vai prosperar, tornar-se freguesia, vila e, depois, cidade.

Se a pecuária foi a base da organização econômica do povoado, a produção da farinha de mandioca e a feira de cereais foram os primeiros fatores de atração do interior da província até Campina Grande, conforme relata Câmara (1998, p. 29): “a farinha de mandioca foi o primeiro fator do comércio da aldeia ou povoado de Campina Grande com o interior da capital. ” A farinha abastecia a feira e era fator de atração dos tropeiros e boiadeiros do Sertão paraibano, que estabeleceram como pouso o povoado de Campina Grande:

Apareceram, nas adjacências (Brejo e Agreste), as primeiras ‘casas de farinhas’, cujo produto já estava abastecendo a feira da rua das Barrocas. Em razão da procura deste produto e de outros cereais, o povoado foi se tornando um pouso quase obrigatório dos boiadeiros e tropeiros do interior (Câmara, 1998, p. 23).

Nesse período, surge também, a feira do gado, que atraía boiadeiros, fazendeiros e comerciantes das províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e outras. Assim, os

fluxos decorrentes da atividade pecuária, da produção da farinha e das feiras do gado e de cereais criaram redes, em que Campina Grande se constituía o principal nó, marcando fortemente o desenvolvimento do povoado:

A primeira fase do povoado caracteriza-se pela atração. Sua feira atraiu almocreves e boiadeiros. A segunda a adaptação. Aqueles homens, nossos primeiros fregueses, adaptaram-se às nossas estradas, fazendo do povoado o principal ponto de convergência do interior da capitania (Câmara, 1998, p. 21).

Entre as atividades comerciais em Campina Grande destacava-se o algodão. Com o declínio da produção algodoeira norte-americana, a produção e a comercialização da cotonicultura nordestina, principalmente a campinense, pôde atender os interesses de países europeus como a Inglaterra, que deixando de comprar a matéria-prima aos americanos, passaram a investir em outras áreas produtoras. De forma que o Estado da Paraíba atendeu às necessidades do mercado britânico através da cidade de Campina Grande enquanto polarizadora deste comércio, ficando conhecida desde então de "Liverpool do Brasil", pois se tornou a maior produtora de algodão do Brasil. Como afirma o Lima:

O comércio sempre ocupou lugar de destaque entre as atividades econômicas do município. Entre as atividades comerciais destacava-se o algodão, ou o "ouro branco" como era conhecido no ápice da cultura algodoeira no Estado. Com a comercialização do algodão, a cidade ficou conhecida internacionalmente e tornou-se o centro comercial de toda região que compõe o compartimento da Borborema" (Lima, 1999, p. 121).

Desde as estradas carroçáveis Campina Grande se ligava a Olinda e depois ao Recife, via Estrada das Boiadas e a Estrada do Sertão em decorrência da produção da farinha de mandioca que era comercializada na cidade. O algodão era entregue, pelos seus produtores, em caroços e fardos de plumas para os exportadores fazendo de Campina a "terceira praça algodoeira do mundo". Esse comércio era realizado da seguinte forma: O algodão era comercializado, e seguia para o porto do Recife e de Cabedelo-PB, onde era embarcado para o exterior. No entanto, com a estrada de ferro ligando diretamente Campina Grande à cidade do Recife estreitam-se ainda mais suas relações a partir de uma maior frequência e quantidade de fluxos de mercadorias e pessoas, propiciando todo um crescente desenvolvimento na economia campinense.

De acordo com Mendes em 1904 começou a construção da estrada de ferro que ligava Campina Grande a Itabaiana e no dia 2 de outubro de 1907 chegou nesta cidade a máquina número 3 da GWBR. A inauguração contou com mais de 4.000 pessoas e personalidades ilustres. O "Cavalo de aço", como era conhecido o trem, trouxe consigo o desenvolvimento da cidade, facilitando o comércio algodoeiro:

Em 1907, inaugurou-se entre nós a estrada de ferro, fato esse que veio quadruplicar a influência desta cidade, intensificando consideravelmente a população, determinando a construção de novas ruas, edifícios modernos: particulares e públicos, que os possuímos, já agora em número avantajado (Mendes, 1925, p. 38).

Neste período, a cidade era um importante entreposto comercial e, a partir da ferrovia, tornava-se um empório comercial, conforme defende Almeida (1978, p. 319): “Com a ferrovia, Campina Grande erigiu-se à condição de empório comercial, não faltando produtos para o fluxo de mercadorias, fortalecendo por sua vez o caráter polarizador regional da cidade”. A estrada de ferro que interliga o Recife a Campina Grande, além de estar ligada a um dos portos mais importantes e dinâmicos do Nordeste, estava integrada, desde o início do século XX, à rede ferroviária da Great Western, que abrangia os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

No caso de Campina Grande, não se pode tratar da chegada da ferrovia nessa cidade sem relacioná-la diretamente ao período de expansão da produção algodoeira na Paraíba, pois ambos estão intimamente entrelaçados. Na segunda metade do século XIX, conforme apresenta o relatório de André Rebouças reproduzido no livro “Melhoramento dos Portos do Brasil”, de autoria do Conselheiro Manoel da Cunha Galvão, a Parahyba do Norte já possui destaque na produção do algodão: “como produtora de algodão no ano de 1865 a província da Parahyba ocupou o terceiro lugar entre todas as províncias do Império, só levando vantagem Pernambuco e Alagoas” (Galvão, 1869, p. 159).

A implantação da ferrovia em Campina Grande, não eliminou as tropas de burros, que permaneciam realizando o transporte de mercadorias do Sertão até Campina Grande, sobretudo, do algodão em rama para ser beneficiado e, em seguida, transportado para o porto do Recife. Associa-se, assim, o transporte moderno e o rudimentar. Na cidade, chegavam as tropas carregadas de algodão e saíam os comboios de mercadorias e produtos, tais como: aguardente de cana-de-açúcar, rapadura, cereais, farinha para distribuição no sertão (Aranha, 1991). A esse respeito Farias e Costa (2017), ao tratarem das rugosidades do comércio algodoeiro em Campina Grande, ressaltam que as modernizações atingem de forma desigual os espaços, de forma que coexistiam e se complementavam a forma de transporte arcaica e a moderna:

[...] as modernizações não alcançam igualmente todos os espaços, observa-se a coexistência de fluxos rápidos que aceleravam as trocas entre Campina Grande/Recife/exterior, através de um território equipado com sistema de transporte ferroviário moderno e propenso à racionalidade, com os fluxos lentos dos tropeiros e do gado que, partindo do interior, dirigiam-se para Campina Grande, mas que se complementavam através dos objetivos capitalistas. Neste momento, o espaço campinense se integra diretamente a uma economia capitalista internacionalizada, integração que foi viabilizada pelo moderno sistema de transporte ferroviário e a comercialização do algodão (Farias; Costa, 2017, p. 16).

As vias e os meios de transporte (estradas carroçáveis, carros de boi, ferrovia, rodovia) coexistem nas primeiras décadas do século XX, unindo moderno e o arcaico, posteriormente, os carros de boi foram substituídos pelos caminhões e as estradas carroçáveis. Assim, do sertão até Campina Grande, o transporte do algodão permanecia sendo realizado pelas tropas de burros e desta cidade seguia via ferrovia Great Western a Recife, cidade portuária, como ressalta Aranha:

Salvo um ou outro carro de boi, era no lombo do burro que o algodão em “rama” (ainda no caroço) era inicialmente transportado das áreas de produção para os locais em que estavam localizados, no próprio sertão, os comerciantes beneficiadores, com suas bolandeiras para o trabalho de descaroçamento e prensagem do produto. Beneficiado o algodão, mais uma vez os tropeiros entravam em ação: desta feita para transportá-lo em fardos para as maiores praças de comércio, conforme o desejo dos comerciantes beneficiadores. No caso em apreço, a praça de comércio que concentrava especialmente o algodão sertanejo era a Praça de Campina Grande. Era para essa cidade que convergiam os tropeiros com seus comboios de algodão. Aqui chegando, a fibra era comercializada, reprensada e, em seguida, embarca na estrada de ferro com destino às praças portuárias. Neste sentido, as tropas de burro que vinham do sertão tornam-se caudatárias dessa estrada de ferro (Aranha, 1991, p. 258).

O transporte de cargas realizado por animais seguirá até por volta da década de 1920, quando, a partir de então, esse tipo de transporte será substituído pelos caminhões, tanto no espaço interno da cidade como também entre elas, conforme afirma Câmara (1998, p. 98), referindo-se ao ano de 1923: “desapareceram, por determinação da municipalidade, as carroças de bois que faziam o transporte urbano de mercadorias. Existiam mais de cem substituídas por caminhões. Em sequência foi a vez das tropas de burros serem também substituídas pelos caminhões: Os caminhões substituíram não somente as carroças de bois, mas, também, as tropas de burros que, às centenas, entravam diariamente na cidade” (Câmara, 1998, p. 109).

Fato é que, com a chegada do trem, a produção do algodão teria, a partir de então, um transporte mais eficiente e mais econômico de Campina Grande à praça portuária do Recife. Andrade (1980, p. 135) afirma que as condições de transporte do algodão anterior à ferrovia eram responsáveis pela alta dos preços desse produto: “o que encarecia o produto era o transporte para o porto do Recife através de péssimas estradas, em dorso de animais. ” Assim, a produção algodoeira, juntamente com a chegada da ferrovia, são dois fatores que irão impulsionar o crescimento populacional e econômico de Campina Grande, ampliando sua área de influência e reorganizando sua posição na rede urbana regional.

Alguns autores atribuem esse crescimento populacional e dinâmica econômica de Campina Grande à sua condição de Ponta de Trilho, como elemento central e impulsionador do crescimento da cidade e de sua centralidade como polo regional: “logo que se tornou

extremidade de linha férrea, entrou a cidade em crescimento rápido, excedendo as previsões mais otimistas. De 731 casas em 1907, passara a 1.216 em 1913” (Almeida, 1978, p. 349).

Porém, Aranha (1991, p. 92) observa que a importância não estava apenas no simples fato de ter se tornado ponta de trilho e sim nas condições excepcionais dessa ponta de trilho. O autor elenca dois fatores considerados excepcionais: 1 – posição privilegiada dessa ponta de trilho, localizada no mais movimentado entroncamento das principais estradas da Paraíba e dos Estados limítrofes; 2 – a ligação direta com o maior porto de exportação do Nordeste, o porto do Recife (Aranha, 1991, p. 92).

Conforme informações contidas no Almanaque de Campina Grande, de 1933, dirigido por Euclides Villar. A dinâmica econômica, decorrente da implantação da ferrovia e do desenvolvimento da atividade algodoeira, estimulou a expansão das atividades comerciais e de serviços em Campina Grande: armazéns, lojas que comercializavam, tecidos, retalhos, miudezas, ferragens e, entre estes, alguns se destacam pela quantidade expressiva: mercearias, bodegas, quitandas, quiosques, como também bancos, hotéis e pensões (Villar, 1933).

Ressalta-se ainda, entre os serviços ligados à saúde: parteiras, médicos, dentistas e farmácias. Outros serviços menores e mais específicos também são registrados no documento: barbearias, alfaiatarias, joalherias, ateliês de costuras, perfumarias, lavagem e consertos de chapéus, e até mesmo oficinas de consertos e peças de automóveis. A cidade contava ainda com serviços ligados à comunicação e publicações, segurança, entretenimento, educação, tais como: tipografias, jornais, correios e telégrafo, delegacia de polícia, cartórios, associações, escolas públicas e privadas e igrejas católicas e evangélicas. Dos estabelecimentos voltados ao entretenimento, destaca-se: o Cine Fox e o Cineteatro Apollo, além de clubes esportistas e a atividade industrial e fábricas de beneficiamento de caroço de algodão, de tecidos e fiação, de sabão, de camas, bebidas, gelo, arame farpado e fábrica de macarrão (Villar, 1933).

1.3.2 Como Viviam as Mulheres no Meio Popular em Campina Grande nas Décadas de 30 e 40?

Em Campina Grande, uma cidade notoriamente reconhecida por sua robusta indústria têxtil e um comércio vibrante no coração do Nordeste brasileiro, a visão sobre o papel da mulher na sociedade, nas décadas de 1930 e 1940, permanecia fortemente ancorada em tradições

conservadoras. Neste contexto, predominava a crença de que as mulheres deveriam focar primordialmente em suas responsabilidades domésticas e no cuidado com a família.

Embora o dinamismo econômico proporcionado pela indústria e pelo comércio, as oportunidades para as mulheres em Campina Grande eram frequentemente limitadas às esferas do lar e da vida familiar. A cultura local, profundamente enraizada em valores tradicionais, reforçava o estereótipo de que o trabalho feminino deveria se restringir ao ambiente doméstico, cuidando da casa, educando os filhos e apoiando os maridos em suas carreiras.

Essa percepção refletia a realidade de muitas mulheres brasileiras na época, que, apesar dos progressos em termos de direitos civis e políticos, como o direito ao voto conquistado em 1932, ainda encontravam barreiras significativas em termos de igualdade de gênero no ambiente de trabalho e na vida pública. Em Campina Grande, a participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em setores fora da esfera doméstica, era uma raridade e, muitas vezes, vista como uma afronta às normas sociais estabelecidas.

No entanto, apesar dessas limitações, o período também foi marcado por mudanças graduais. Sousa, em seu artigo: “Na casa...na rua: cartografias das mulheres na cidade de Campina Grande, entre 1930-1945”. Utilizou como recurso para a pesquisa 289 processos criminais que se encontram no arquivo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Campina Grande. Onde fez uma incursão específica ao mundo das mulheres, buscando reconstruir aspectos cotidianos da trajetória de algumas mulheres pelas ruas e subúrbios da cidade, focalizando características singulares de mulheres anônimas que aparecem na cena urbana, dando-lhe características singulares que fazem da cidade um lugar de múltiplas práticas, relações e conflitos. Na figura 1, apresenta-se a imagem de uma mulher do meio popular transitando pelas ruas de Campina Grande.



Figura 1: acervo Severino Bezerra de Carvalho

O autor procura compreender o cotidiano de mulheres do meio popular, o modo como utilizavam alguns espaços e territórios; buscando reconstituir aspectos da trajetória e da vida, privilegiando escalas menores, mulheres que, por motivos vários, apareceram na cena urbana (não estão entre estes motivos manifestações como a participação em passeatas, greves), dando-lhe características singulares que fazem da cidade um lugar de múltiplas práticas, relações e conflitos.

Nos mais diversos lugares da cidade de Campina Grande encontramos, nas décadas de 1930 e 1940, centenas de famílias e vizinhos convivendo harmoniosamente ou vivendo pequenas tensões. Nessas relações, marcadas por práticas de solidariedade e conflitos, as mulheres desempenham um papel crucial, revelando ao leitor facetas das formas como apareciam e usavam certos lugares e territórios da cidade. Flagramos mulheres em relações com vizinhos, familiares, maridos e amásios; as diversas facetas da sua luta pela sobrevivência, os usos que faziam de certos espaços da casa e da rua e os conflitos em que vez por outra se envolviam. Tudo isso conduz ao cotidiano das donas-de-casa e mulheres do meio popular em Campina Grande (Sousa, 2005, p. 156-157).

A maioria dos casos narrados em seu artigo, ocorreu entre os subúrbios e adjacências do centro da cidade, o que mostra que desde os primeiros anos da década de 30 eram áreas com forte presença popular. Locais que serviram de palco para os muitos desafios que mulheres da época enfrentavam para conquistar seus espaços na vida em meio à violência, ao machismo e ao preconceito social:

Em um caso de 1944, pequenos indícios mostram o quanto a vida daquelas mulheres e homens era cheia de problemas, levando-os a malabarismos diversos para continuarem no mundo. Mais uma vez, o trabalho desencadeara a questão. Noé Ferreira da Silva que havia se ausentado de Campina Grande em busca de emprego, passou uns tempos entre João Pessoa e em uma cidade do interior de Pernambuco. Segundo Severina Marques, “a princípio o seu marido mandava para ela e seu filho, algumas coisas, mas depois deixou de mandar”; o que o marido nega, informando que “sempre lhe mandava dinheiro para a feira, ou mesmo vinha trazer”. No entanto, desde que Noé partira, Severina Marques e o filho ficaram na casa de uma vizinha, após serem despejados, e desta última só saíram quando Noé voltou e agrediu sua esposa (Sousa, 2005, p. 159).

Ao examinarmos a citação, torna-se evidente a presença de diversas questões sociais intrincadas no enredo, incluindo aspectos como desigualdade de gênero, estruturas patriarcais, machismo e a problemática da violência. O relato indica uma estrutura familiar tradicionalmente patriarcal, onde o homem, é o provedor e detém o controle financeiro. A dependência econômica da mulher e de seu filho em relação ao homem é um reflexo das normas de gênero vigentes, que frequentemente deixavam as mulheres em posições vulneráveis. A ausência do marido e a conseqüente falta de recursos financeiros colocam a mulher em uma situação de extrema precariedade, dependendo da caridade de uma vizinha.

A narrativa em questão lança luz sobre as complexas e enraizadas estruturas patriarcais na sociedade de Campina Grande, uma realidade que transcende o tempo e o espaço, refletindo um problema mais amplo e profundo. No cerne desta história está a experiência de Severina Marques, cuja jornada não é um episódio isolado, mas um reflexo nítido da realidade vivenciada por inúmeras mulheres, tanto daquela época quanto nos tempos atuais.

Severina, em sua luta diária, personifica as adversidades impostas pelo patriarcado, uma estrutura social que relegava as mulheres a papéis secundários, limitando seu poder de decisão e autonomia. Sua história é emblemática das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, que, apesar de desempenharem papéis fundamentais na manutenção do tecido social e familiar, eram frequentemente marginalizadas e subjugadas a uma ordem dominada pelos homens.

Essa dinâmica de poder desigual se manifestava em várias esferas da vida. No plano econômico, mulheres como Severina enfrentavam enormes barreiras para conseguir emprego ou meios de subsistência independentes, tornando-as financeiramente dependentes dos homens em suas vidas, seja pai, irmão ou marido. No aspecto social, a voz feminina era frequentemente suprimida, suas opiniões e desejos relegados ao segundo plano, um reflexo da percepção de que o homem detinha a palavra final em todas as decisões.

Além disso, a narrativa também traz à tona a questão da violência de gênero, uma realidade sombria e muitas vezes escondida. Mulheres como Severina viviam sob a constante ameaça de violência física e emocional, uma ferramenta de controle e opressão usada para reafirmar a dominância masculina. Essa violência, tanto explícita quanto sutil, era uma consequência direta das normas patriarcais que permeavam a sociedade.

Sousa, segue seu artigo narrando outros casos, os espaços em que as mulheres transitavam, narra com riqueza os detalhes, os ambientes e os acontecimentos sociais que envolviam as pessoas que ali circulavam. Esses são exemplos dos usos que faziam de uma casa, quintal, calçada ou terreiro, cozinha, sala da frente, portas e janelas. Tudo aquilo podia ser muito diminuto, mas servia para movimentos bem mais amplos do que seu espaço físico fazia crer.

Aquele mundo era propício a essas aproximações. Casas pequenas, na maioria parede-meia, onde se ouvia tudo que ocorria na casa vizinha. Ao fundo da casa ficava a cozinha e após essa o quintal, onde parte dos afazeres domésticos era realizada e onde as mulheres conversavam, para dar vazão às agruras da labuta diária. Os quintais eram, na maioria das vezes, separados por uma cerca de varas, o que era uma forma de limitar as andanças dos animais domésticos na cidade. Em frente da casa havia o terreiro ou a calçada, local que deveria passar por uma limpeza diária e que era usado pelas mulheres para colocar as conversas em dia e saber das novidades da vizinhança e da cidade. Entabulavam-se conversas e criavam-se laços; confidenciavam sobre suas relações,

seus problemas e alegrias, projetos futuros e desencantos com o mundo. Marido, filhos, família, vizinhos, tudo era mote para prolongar aquelas conversas. Ali também faziam articulações contra as possíveis agressões de maridos ciumentos; discutiam a educação e cuidado dos filhos, ou como evitar a sua concepção; conversavam sobre o amor e o amar; ensinavam umas às outras os caminhos que levavam à delegacia, caso sofressem alguma agressão por parte do amásio, ou de vizinhos e desafetos, e davam combustível para alimentar aquelas formas de estar num mundo cheio de adversidades (Sousa, 2005, p. 166-167).

Os locais mencionados, como casas, quintais, calçadas, terreiros, cozinhas, salas da frente, portas e janelas, são mais do que meros cenários; eles se transformam em palcos de interações e vivências cotidianas. Embora muitas vezes fisicamente modestos, esses espaços se revelam como locais de significados profundos de atividades extensas, desempenhando um papel crucial na vida social das pessoas que ali conviviam.

Sousa captura a essência desses ambientes, mostrando como, por exemplo, uma simples cozinha não era apenas um lugar para cozinhar, mas também um espaço de comunicação e solidariedade entre as mulheres. As salas da frente, frequentemente consideradas o coração social da casa, eram locais onde se recebiam visitas e se realizavam importantes interações sociais. As calçadas e os terreiros, por sua vez, se transformavam em extensões da casa, onde se desenrolavam atividades ao ar livre, desde conversas cotidianas até eventos comunitários.

O autor destaca como esses espaços, apesar de suas limitações físicas, eram palcos de uma rica tapeçaria de atividades sociais, culturais e emocionais. Eles refletiam e influenciavam a dinâmica social, oferecendo uma janela para entender a complexidade das relações interpessoais e da estrutura social da época. Através dessa narrativa detalhada, o autor não apenas documenta os aspectos físicos desses locais, mas também revela como eles eram intrinsecamente ligados às experiências e à expressão da identidade das mulheres naquela sociedade.

Assim, o trabalho de Sousa vai além da mera descrição de espaços físicos; ele oferece uma compreensão profunda de como esses ambientes moldavam e eram moldados pelas experiências das mulheres, evidenciando sua importância não só como cenários, mas como elementos ativos na construção da vida social e cultural.

As mulheres do meio popular na cidade de Campina Grande, não se limitavam ao ambiente doméstico. Elas estavam ativamente envolvidas na vida cotidiana da cidade, circulando pelas ruas em diversas ocasiões e por motivos diferentes:

As mulheres do meio popular não viviam apenas no restrito mundo do lar, como muitos queriam. Faziam incursões diversas pelas ruas da cidade, fosse em busca de uma nova moradia, de alguém que procuravam caluniar, ou mesmo de uma desafeta caluniadora;

passeavam e faziam compras, visitavam amigos e familiares, iam à procura de políticos e compadres, pedir ajuda ou trabalho para o marido ou amásio; levavam filhos, vizinhos e amigos para o hospital ou à delegacia; visitavam as igrejas e a tenda de curandeiros; iam à feira vender e comprar; eram rezadeiras respeitadas, operárias assediadas, donas de casa enclausuradas, espancadas ou difamadas. Elas eram encontradas nas portas das casas vizinhas, a conversar, ou na sua própria casa, a olhar o movimento da rua, observar a vida alheia ou flertar com homens que por ali passavam. Vez por outra eram espancadas por maridos ou vizinhos (neste último caso, encontramos apenas mulheres viúvas ou mães solteiras) e condenadas ou admoestadas pela justiça; nesses casos, no entanto, percebe-se claramente que enfrentavam maridos e amásios no braço ou desafiando-os (Sousa, 2005, p. 171).

No contexto da cidade de Campina Grande, as mulheres oriundas de classes populares desempenhavam um papel ativo e multifacetado, que ia muito além dos limites do ambiente doméstico. Essas mulheres, com sua presença marcante e dinâmica, estavam profundamente envolvidas na vida cotidiana da cidade, desafiando as convenções tradicionais que muitas vezes as confinavam ao lar.

A rotina dessas mulheres não se restringia apenas às tarefas domésticas; elas circulavam pelas ruas da cidade por diversos motivos e em várias ocasiões. Suas atividades diárias as levavam a percorrer diversos caminhos, desde mercados e feiras até espaços de trabalho, demonstrando uma ampla gama de responsabilidades e interações sociais.

Mas pouco se comparava ao cotidiano de uma dona de casa, uma mulher que poderia ser a esposa ou amásia de um operário, agricultor, artesão ou desempregado. Ao invés das ruas, avenidas e estradas, o centro de suas atividades era a própria casa e o seu entorno, quase sempre localizados na periferia da cidade que, diga-se de passagem, não é a mesma para todo o período que este artigo abarca. Aparentemente, tinham naquela sociedade uma geografia mínima, ou era assim que muitos queriam que fosse. Apesar dos limites que uma certa moral tentava impor-lhes, coisas mais prementes, como a necessidade de sobreviver, as levava ao trabalho nas fábricas, ou a produção de doces e bolos caseiros para venderem nas ruas, em barracas de café na feira, o que ampliava o seu mundo e suas experiências (Sousa, 2005, p. 173).

Nas feiras e mercados, por exemplo, muitas dessas mulheres eram vistas negociando, vendendo produtos ou fazendo compras para suas famílias. Esta era uma atividade que não apenas contribuía para a economia do lar, mas também as colocava em um papel ativo na economia local. Por meio dessas interações, elas estabeleciam redes de contatos e comunicação, formando uma teia social que era vital para a sustentação da comunidade.

Além disso, a presença feminina nas ruas de Campina Grande não se limitava às atividades econômicas. Muitas mulheres participavam de eventos sociais, religiosos e culturais, desempenhando papéis significativos em festividades e celebrações. Esses eventos eram oportunidades para expressar sua identidade cultural, suas crenças e valores, e também para fortalecer os laços comunitários.

Elas dominavam, de maneira própria, como mulheres num mundo fortemente masculinizado, os códigos que um certo viver na cidade implicavam. Mas viver em Campina Grande entre os anos 1930-1940 era algo cambiante e, como todos os outros moradores do lugar, as mulheres do meio popular tiveram que aprender a lidar com os novos códigos que se lhes interpunham no dia a dia, como a proibição de criar animais soltos pelas ruas, os cuidados de si e dos filhos, a velocidade dos automóveis nas ruas calçadas, os médicos apalpando seu corpo, filhos indo à escola, aprendendo novas profissões ou virando larápios, o manuseio de máquinas nas fábricas de fiação e tecelagem, etc. Não era exatamente a vida que algumas delas tinham no lugar de origem, mas era uma vida com um forte peso das experiências trazidas, que não se perdiam do dia para a noite, apesar do ritmo dos automóveis, da dúbia claridade da luz elétrica, da beleza do cinema e dos novos ensinamentos que seus filhos tinham na rua e na escola (Sousa, 2005, p. 172).

Em uma sociedade marcada por traços patriarcais, onde a moral e um olhar vigilante dominavam, as mulheres enfrentavam um conjunto rígido de expectativas, valores e tradições. No entanto, como evidenciado nos episódios anteriormente citados, essas circunstâncias não impediam que muitas delas rompessem essas amarras com atitudes consideradas ousadas e até mesmo revolucionárias para a época. Em um ambiente onde a sobrevivência era frequentemente uma questão premente, romper com as amarras impostas não era apenas uma escolha, mas uma necessidade.

Portanto, a vida das mulheres do meio popular em Campina Grande era caracterizada por uma rica diversidade de experiências e atividades. Elas eram figuras centrais na construção da vida social e cultural da cidade, demonstrando resiliência, adaptabilidade e uma habilidade notável para navegar e influenciar o espaço urbano. Sua contribuição ia muito além do lar, marcando a cidade com sua força, determinação e espírito comunitário.

Contrapondo-se às mulheres do meio popular, as mulheres filhas e esposas da elite campinense ocupavam outros espaços na sociedade local. A cidade de Campina Grande no período em questão, apresentava uma clara divisão social, na qual as mulheres pertencentes às camadas privilegiadas tinham acesso a oportunidades e vivências diferentes das mulheres do meio popular.

As mulheres da elite campinense, devido ao seu status social e econômico, tinham acesso a uma educação mais refinada e eram criadas em um ambiente familiar que valorizava os costumes e tradições. Embora essa educação, por sua vez, deveria ser acompanhada de perto pela constante vigilância de suas mães que deveriam estar atentas às leituras realizadas por suas filhas e ao perigo que tal negligência poderia representar para a formação delas e para o seu futuro.

Segundo Costa (2015), em um artigo publicado no Jornal “A Imprensa”, atribuíam-se às mães a missão de fiscalizar:

A mãe deixa escapar sempre o segredo da sua melhor influência, não fiscalizando as leituras de suas filhas. Ela deveria conhecer cada livro que lhes permitisse ler e não aceitar, sem examinar, o conselho de uma amiga; não se referir sempre ao valor do título ou do autor, para prosseguir, durante as horas de descanso ou de passeio, com suas conversações, os temas que fortificarão sua ação moral. Muitos livros escritos “expressamente para as jovens” são perigosos. Deturpam as relações de simpatia, a comunhão de ideias criadas por dois espíritos, demonstrando que podem existir relações amáveis e cordiais sem que tenham por objeto o matrimônio (Jornal, A Imprensa, 01 jul. 1920, p. 1 apud Costa, 2015, p. 181).

Em relação ao matrimônio, as mulheres da elite campinense geralmente seguiam um modelo mais tradicional, no qual eram encorajadas a escolher um parceiro que pertencesse a uma família de igual ou maior status social. O casamento era visto como uma forma de fortalecer alianças entre as famílias e preservar o prestígio e o poder da elite. Como esposas, essas mulheres assumiram um papel de destaque na gestão dos afazeres domésticos e na educação dos filhos.

O modelo de mãe ideal, atualizada com as mudanças do seu tempo como forma de oferecer aos filhos uma formação adequada aos padrões morais e aos bons costumes cristãos, deveria manter-se afastada de qualquer expressão ou ideias que levassem à realização pessoal ou emancipação do seu sexo, no sentido de evitar qualquer prejuízo para sua “nobre missão” materna e formadora.

As contradições entre uma tradição fundada na moral e nos costumes cristãos e uma sociedade influenciada por novos padrões de comportamento que a vida moderna passava a impor formaram a base construtiva dos discursos divulgados na época. Essas contradições não deveriam permear a missão feminina na sociedade. Ser mãe, esposa e dona de casa deveria ser uma convicção de todas como papel a ser desempenhado. E afastar qualquer possível dúvida ou direcionamento em contrário foi o compromisso dos discursos e das práticas católicas no período.

Essas mulheres que aceitavam a idealização de seu gênero como uma vocação “natural” para as tarefas educativas e caridosas assumiam a “consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral, social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades”. A partir dessa consciência, muitas assumiam uma participação ativa na sociedade, não só para ver como elementos indispensáveis para tal missão, mas também para influenciar aquelas que não tinham tomado essa consciência (Iamamoto; Carvalho, 2005, p. 172).

Para a historiadora Margareth Rago (1987), nesse período de disciplinamento social, a

mulher é a peça central de todo um esforço de propagar um modelo imaginário de família, orientado para a identidade do lar. Dentro desse modelo normativo de feminilidade, tinha-se como finalidade convencer a mulher a correspondê-lo, para atender ao instinto natural e ao sentimento de responsabilidade na sociedade. Tudo o que ela deveria fazer era compreender a importância de sua missão de mãe.

As obras assistencialistas, além de serem compreendidas como uma extensão da maternidade para o ambiente social fora do lar, orientadas pela Igreja, assumiam a função recristianizadora, pois, além de levar o apoio material, cabia, também, às “damas de caridade”, levar o auxílio espiritual àqueles excluídos da fé católica. Nesse sentido, a caridade assumida pelas mulheres como missão social cristã tinha uma dimensão religiosa, com a finalidade de atender ao destino religioso orientado para as mulheres cristãs.

De acordo com Magaldi (2008), a função de assistente social era um caminho profissional que se abria para as mulheres sob as bênçãos da Igreja e da sociedade. Defendendo a centralidade da ação profissional da assistente social, no enfrentamento de uma questão que se tornaria preocupante nas décadas subsequentes, o discurso católico chama a atenção para uma arena onde a mulher poderia servir à sua sociedade, de acordo com as novas demandas impostas pelo cenário da modernidade, contribuindo, assim, para a afirmação de um projeto de civilização da sociedade brasileira nas bases concebidas pelo movimento católico. Portanto, o desempenho de outras atividades ou funções só poderia ser pensado como extensão delas ou para fortalecer, como a professora primária, que deveria estender ao ambiente social da escola, as suas características naturais de mãe para a formação dos futuros cidadãos da pátria.

Em geral, a passagem da vida doméstica, privada e familiar para a coletiva, pública e social, processou-se mediante o ingresso nas associações religiosas, a princípio, e nas de caridades, em seguida. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participarem do mundo do trabalho eram enormes, independentemente da classe social que representavam.

Podemos observar que embora as mulheres pertencentes à elite social desfrutassem de melhores oportunidades em comparação às mulheres da população menos abastardas, é importante reconhecer que ambas enfrentavam desafios semelhantes no que diz respeito às questões de gêneros. A desigualdade de gênero transcende as divisões sociais e se manifesta de diferentes formas, afetando mulheres de todas as classes sociais.

Por outro lado, as mulheres da população menos abastardas enfrentavam e enfrentam desafios adicionais relacionados às desigualdades socioeconômicas. Elas enfrentam dificuldades para acessar uma educação de qualidade, limitação no mercado de trabalho e menor poder de negociação nas suas relações pessoais e profissionais.

Independentemente da classe social estão expostas a situações de violência de gênero incluindo violência doméstica e assédio sexual, as mulheres são frequentemente confrontadas com necessidade de conciliar múltiplos papéis e responsabilidades, como cuidar da família, da casa e buscar suas próprias realizações pessoais e profissionais. Também enfrentam desafios relacionado à representatividade e participação política, sendo muitas vezes sub-representadas nas esferas de poder e tomada de decisões.

E é justamente sobre a participação da mulher na política local que trataremos a seguir. Quando Campina Grande estruturava-se politicamente e economicamente ao lado dos latifundiários, que exerciam grande influência política na região por meio do poder patriarcal das grandes famílias, surge uma mulher a disputar um cargo legislativo na Câmara Municipal de Vereadores na década de 40.

CAPÍTULO II

DULCE BARBOSA, A MULHER NA POLÍTICA, 1947: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A SOCIEDADE PATRIARCAL E AS ESTRUTURAS DE PODER

Neste capítulo, empreendemos uma análise sobre a trajetória de uma mulher na década de 1940, explorando como ela se estabeleceu em um cenário político dominado por homens e marcado por robustas estruturas patriarcais. Nosso objetivo com esta análise é desvendar as estratégias e dinâmicas sociais que promoveram o acesso de Dulce Barbosa a esferas previamente consideradas inacessíveis.

2.1 Estruturas de Poder e Inserção da Primeira Mulher na Política Campinense: 1947

Segundo Sylvestre (1982), com o término da Segunda Guerra Mundial, havia no Brasil um clima de mobilização nacional em favor da democratização. Campina Grande, não ficou alheia a esse processo, através dos intelectuais, estudantes e políticos, também aderiu ao citado movimento. Os partidos políticos começaram a se organizar para as disputas eleitorais numa intensa movimentação político-partidária. E é nesse contexto que surge a participação feminina, representada por Maria Dulce Barbosa, a disputar um cargo eletivo na câmara de vereadores em Campina Grande-PB em 1947.

Na década de 40, o ingresso de mulheres na política era extremamente desafiador devido às questões de gêneros que permeavam a sociedade. Neste período, as mulheres enfrentavam uma série de barreiras e preconceitos que limitavam suas oportunidades de participação ativa na esfera política. Para as mulheres cabia desempenhar papéis tradicionais ligados à esfera doméstica, como cuidar da família, do lar e do bem-estar dos filhos.

Esperava-se que as mulheres se mantivessem afastadas dos assuntos políticos e se concentrassem nas atividades consideradas “femininas”. Além disso, existiam fortes estereótipos de gênero que associavam a política às características masculinas, como liderança,

assertividade e habilidade de negociação. Esses estereótipos reforçavam a ideia de que a política era um espaço inadequado para elas.

As mulheres que ousavam desafiar essas normas enfrentavam resistências e discriminação. Eram frequentemente vistas como transgressoras, enfrentando críticas e julgamentos por se desviarem dos papéis esperados. Suas aspirações políticas eram muitas vezes desacreditadas e minimizadas e elas tinham que lidar com a falta de apoio e a marginalização dentro dos próprios partidos políticos.

Em Campina Grande, assim como em muitas outras regiões, as estruturas políticas estavam fortemente vinculadas aos latifundiários e às grandes famílias, que exerciam o poder patriarcal de forma predominante. A política era concebida como um espaço exclusivamente masculino, no qual os homens detinham o controle e influenciavam as direções dos municípios.

Contudo, é curioso imaginar como Maria Dulce Barbosa, mesmo diante das inúmeras barreiras de gênero enfrentadas pelas mulheres naquele período, conseguiu abrir caminho na política de Campina Grande. Sendo filha da elite campinense e contando, principalmente, com o apoio do político Argemiro de Figueiredo, conhecido por suas posições conservadoras e coronelistas, a trajetória de Dulce não se caracterizou por um confronto aberto ao sistema de poder político predominante naquele período. Ao contrário, seu ingresso e ascensão na política ocorreram por meio de sua associação e colaboração com essas mesmas estruturas. Portanto, faz-se necessário contextualizar essas estruturas de poder que são parte integrante da história brasileira e, em especial, da história de Campina Grande.

2.1.2 Patriarcalismo, Coronelismo, Mandonismo e Clientelismo

O Patriarcalismo é um modelo de organização social que se fundamenta no conceito de patriarcado. O patriarcado, por sua vez, refere-se a um sistema de poder social no qual o homem ou o aspecto masculino ocupa a posição central. Essa estrutura é baseada na figura do "pater", ou pai, e abrange tanto as esferas públicas quanto as privadas da vida social. No patriarcado, ocorre uma associação entre biologia e cultura, visando diferenciar os papéis sociais a partir de papéis sexuais. Comumente, posições de maior relevância cultural são reservadas aos homens, enquanto as responsabilidades ligadas ao âmbito familiar são frequentemente atribuídas às mulheres.

Esse sistema social e cultural que valoriza o papel masculino, em especial o do pai ou chefe de família, como detentor do poder principal em diversas esferas da vida, incluindo moralidade, política, lei e controle sobre a propriedade. Historicamente, o Patriarcalismo tem suas raízes em sociedades antigas, onde o papel de liderança masculina era visto como natural e inquestionável. Este sistema foi amplamente aceito e incorporado em muitas culturas ao redor do mundo, moldando leis, religiões e normas sociais.

O Patriarcalismo implica não apenas a liderança masculina dentro da família, mas também a dominação masculina na sociedade mais ampla. Sob este sistema, as mulheres são frequentemente vistas como subordinadas aos homens, com acesso limitado a poder e recursos. Isso se reflete em várias áreas, como a política, onde as mulheres historicamente tiveram menos representação; na economia, onde as mulheres frequentemente ganham menos que os homens e têm menos oportunidades de avanço; e em aspectos sociais e culturais, onde estereótipos e normas de gênero reforçam as posições e papéis tradicionalmente masculinos.

Em muitas sociedades, o Patriarcalismo também se manifesta na perpetuação de normas de gênero rígidas que ditam como homens e mulheres devem se comportar e quais papéis devem desempenhar. Essas normas frequentemente limitam a liberdade das mulheres e reforçam a ideia de que os homens são inerentemente mais adequados para certos papéis ou posições. A pressão para conformar-se a esses papéis pode levar a várias formas de discriminação e desigualdade de gênero.

No entanto, ao longo do século XX e início do século XXI, houve um questionamento crescente e uma rejeição ao Patriarcalismo, com movimentos pelos direitos das mulheres, igualdade de gênero e justiça social desafiando as normas patriarcais. Esses movimentos lutam por uma sociedade mais igualitária, onde homens e mulheres possam ter oportunidades iguais e sejam livres para escolherem seus próprios caminhos, independentemente do gênero.

Apesar dos avanços, o Patriarcalismo ainda é uma realidade em muitas partes do mundo, e seus efeitos continuam a influenciar a política, a economia, as relações sociais e as estruturas de poder. A luta contra o patriarcado e a busca por uma sociedade mais igualitária e justa para todos os gêneros continuam sendo um desafio significativo no mundo moderno.

Em relação ao Coronelismo, durante a Primeira República no Brasil (1889-1930), o Coronelismo emergiu como um fenômeno político determinante, redefinindo as estruturas políticas regionais. Esse fenômeno consistia em um pacto entre o governo em ascensão e os líderes locais em declínio, com destaque para os proprietários de terras, conforme Leal (2012). Comumente, há um

equivoco na interpretação do Coronelismo, considerando-o como qualquer forma de poder que utiliza o controle de recursos para influenciar regionalmente a população.

No entanto, essa compreensão mistura diferentes conceitos. Enquanto o Mandonismo se refere à dominância de um líder sobre uma comunidade, o Coronelismo é um fenômeno distinto, específico daquela era, e uma forma particular de Mandonismo. Este período foi caracterizado pela diminuição do poder dos líderes locais diante do fortalecimento do poder central. Paralelamente, o Clientelismo, que envolve a concessão de favores governamentais em troca de apoio eleitoral, também se fazia presente.

Mandonismo e Clientelismo, enquanto instituições políticas, têm uma longa trajetória na história brasileira, adaptando-se e evoluindo com as transformações políticas e econômicas do país. Essas instituições são frequentemente vistas como extrativistas, isto é, consideradas prejudiciais ao desenvolvimento econômico sustentável a longo prazo (Acemoglu; Robinson, 2012) – No Mandonismo, a monopolização dos recursos por parte dos dominantes restringe a participação da população sob seu domínio tanto na esfera pública quanto no mercado. A influência do mandão se origina do controle desses recursos, estendendo-se até às esferas políticas, resultando em uma situação onde suas ações são ou ignoradas ou legitimadas pelo Estado.

Há uma tendência recorrente de misturar termos ao se referir à atuação de grupos privados no Brasil, um problema notado até na literatura especializada, como aponta Carvalho (1997). O termo "coronelismo" é frequentemente empregado de forma ampla para denominar qualquer sistema de poder onde uma figura dominante exerce controle arbitrário sobre uma parcela da população, mantendo-a subjugada pelo controle de recursos estratégicos. No entanto, o conceito de Coronelismo foi introduzido em 1948 por Victor Nunes Leal para descrever um fenômeno específico e historicamente delimitado, ocorrido durante a Primeira República (1889-1930) no Brasil, e moldado por circunstâncias políticas e econômicas particulares daquele período.

A obra fundamental para compreender o Coronelismo no Brasil é "Coronelismo, Enxada e Voto", de Victor Nunes Leal (2012). Neste livro, o autor caracteriza o Coronelismo como

(...) resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu um fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, (...) uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (Leal, 2012, p. 20).

De acordo com o autor, o Coronelismo é essencialmente um acordo, uma negociação de benefícios mútuos entre as autoridades governamentais e os líderes locais, especialmente os grandes proprietários de terras. De forma paradoxal, esses resquícios de poder privado são nutridos pelo aparato estatal, principalmente com o objetivo de conquistar votos no campo. Esta relação dá origem a outras facetas do Coronelismo, como a prática de autoritarismo local e o Clientelismo.

No Coronelismo, a figura central é o coronel, detentor de influência significativa sobre um grande número de votos. Frequentemente, o coronel era considerado rico apenas em relação à maioria da população que dependia economicamente de suas terras para sobreviver (Leal, 2012). Como proprietários de terras e gado, tinham acesso facilitado a serviços bancários, e parte de seu prestígio político derivava de suas relações com bancos e da facilidade em obter créditos. Os trabalhadores rurais frequentemente recorriam aos coronéis em momentos de necessidade, seja adquirindo produtos a crédito no armazém para pagar com a colheita futura, ou solicitando empréstimos financeiros.

O poder eleitoral que o coronel exerce lhe traz prestígio político, servindo como um reconhecimento da sua posição econômica e social como proprietário de terras conforme corrobora Leal (2012). Na sua área de influência, o coronel incorpora diversas instituições sociais significativas, assumindo funções como a de resolver conflitos e desentendimentos, ou até de desempenhar diversas atividades policiais, frequentemente com a ajuda de empregados, dependentes e capangas.

O líder local reforça seu poder distribuindo posições e benefícios políticos aos seus aliados, frequentemente transitando entre o legal e o ilegal, com suas ações sendo negligenciadas em troca de assegurar vitórias eleitorais para seus candidatos apoiados. Um desafio inerente a esse sistema é a falta de qualificação dos indicados para os cargos, contribuindo para o caos administrativo em diversos municípios. Outro aspecto problemático é o emprego de recursos municipais em campanhas eleitorais.

Os coronéis eram responsáveis por cobrir os custos gerais dos trabalhadores rurais, incluindo despesas relacionadas ao alistamento eleitoral e votação. Custos com documentação, transporte, hospedagem, alimentação, compensação por dias de trabalho perdidos e até mesmo roupas eram pagas por esses líderes políticos, empenhados em garantir a presença desses eleitores. Portanto, era compreensível que o eleitor rural seguisse as instruções daqueles que financiavam suas despesas para realizar uma atividade que, para ele, tinha pouca relevância.

Um dos elementos primordiais do Coronelismo é a reciprocidade, visto que o coronel compreende que, ao preservar um relacionamento positivo com o poder estabelecido, ele adquire uma considerável parcela de autoridade pública. Esta dinâmica é descrita por Leal em 1948.

De um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregados, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (Leal, 2012, p. 43).

O prestígio inerente aos coronéis e o reforço que recebem do poder público são interdependentes. Na ausência da liderança do coronel, o governo não se sentiria compelido a manter uma relação de troca, e sem o apoio governamental, a influência do coronel seria reduzida. Muitos líderes municipais, mesmo quando operam em diferentes esferas de influência, frequentemente dependem de outros por laços de parentesco, amizade, arranjos políticos ou simplesmente pelas circunstâncias. Em todos os níveis da hierarquia política, prevalece o sistema de trocas mútuas, fundamentado na figura do "coronel", cuja força advém do seu alinhamento com a situação política dominante em seu Estado.

A relação de favores entre os coronéis e o poder público não se limita apenas a aspectos sociais, mas também inclui algumas melhorias para as respectivas municipalidades. Um administrador municipal não conseguiria manter sua liderança sem proporcionar algum benefício para a comunidade, pois até os fazendeiros, que precisam de infraestrutura para o transporte de seus produtos e de serviços de saúde, não ofereceriam apoio eleitoral sem tais melhorias. O Estado, por outro lado, tinha que equilibrar com cuidado a concessão desses favores de utilidade pública, priorizando os municípios governados por aliados políticos. Leal finaliza descrevendo a reciprocidade como:

A essência, portanto, do compromisso "coronelista" – salvo situações especiais que não constituem a regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (Leal, 2012, p. 43).

Apesar de um dos desafios do sistema municipal brasileiro da época ser a ausência de autonomia legal, os líderes municipais alinhados ao governo desfrutavam de considerável autonomia extralegal. As opiniões do chefe municipal prevaleciam nas decisões do governo em questões relativas ao seu município, inclusive em assuntos de competência exclusiva do Estado ou da União, como a nomeação de certos funcionários. Como Leal (2012) aponta: "Os chefes locais recebiam uma espécie de carta branca, em troca do seu apoio incondicional aos

candidatos do governo nas eleições estaduais e federais.”

A influência eleitoral de um coronel individualmente pode não ser significativa para o governo estadual, mas quando considerada coletivamente, a influência dos coronéis era crucial para a estabilidade do sistema. Para Carvalho (1997) era essencial que a maioria deles apoiasse o governo, embora essa maioria pudesse ser substituída. Se os governadores entrassem em conflito com um número significativo de coronéis, encontrariam-se em uma posição difícil, se não insustentável. Portanto, para a estabilidade do governo, era necessário manter um acordo com um número considerável de coronéis.

Segundo Carvalho (1997), o Coronelismo morreu simbolicamente em 1930 e foi definitivamente sepultado em 1937, com a instauração do Estado Novo. No entanto, outros conceitos, como Mandonismo e Clientelismo, continuam sendo usados para descrever as relações entre poderes privados e o poder público.

O Mandonismo é identificado pela presença de estruturas oligárquicas locais e personalizadas de poder, uma prática que remonta à colonização. Conforme Carvalho (1997) aponta, tende a desaparecer à medida que os direitos políticos e civis se tornam mais amplamente difundidos. O mandão, chefe ou coronel é a figura que exerce um controle pessoal e arbitrário sobre a população, detendo o controle de recursos estratégicos, e restringindo o acesso da população ao mercado e à vida política. Para o autor, a trajetória do Mandonismo está intrinsecamente ligada à história da formação da cidadania no Brasil. Já o Coronelismo, segundo Leal (2012), representa uma fase específica do Mandonismo, marcada pelo momento em que os mandões perdem poder e se veem obrigados a buscar apoio do governo.

O Clientelismo caracteriza-se como uma modalidade de interação entre agentes políticos, marcada pela troca de favores públicos em retorno por apoio eleitoral. Essa prática é um aspecto variável dos sistemas políticos e tem permeado a história política do Brasil de maneiras distintas ao longo do tempo. Carvalho (1997) argumenta que quando alguns estudiosos se referem ao "coronelismo urbano", na verdade estão descrevendo relações clientelistas ou mandonistas. Neste contexto, a figura do coronel é dispensável, pois a relação ocorre diretamente entre o governo ou políticos e segmentos desfavorecidos da população. Além disso, Carvalho considera que o Clientelismo tende a crescer à medida que o Mandonismo diminui.

Carvalho (1997) destaca que vários estudiosos observam um conflito inerente à política brasileira desde a época colonial: um processo de crescente burocratização em contraste com a

diminuição do patrimonialismo. Tanto o Estado português quanto o brasileiro posteriormente não dispunham de recursos humanos e materiais suficientes para gerir a colônia e o país após a independência. Isso tornava essencial a existência de poderes privados para suprir essa lacuna, resultando na independência de líderes rurais e, posteriormente, na formação da Guarda Nacional, que contribuiu para o surgimento do Coronelismo.

A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos “coronéis”, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes (Leal, 2012, p. 255).

Uma crítica frequente aos coronéis daquela época era que possuíam uma visão limitada, restrita ao seu âmbito de influência, e demonstravam desinteresse pelas qualidades dos candidatos em eleições estaduais e federais. O que realmente contava para eles eram os benefícios obtidos, independentemente das propostas políticas. Leal (2012) confirma que essa atitude contribuiu, ao longo dos anos, para o surgimento de um ceticismo em relação ao regime democrático no Brasil.

O autor ainda salienta que essa limitação não era exclusiva dos coronéis, mas também era partilhada por políticos de níveis estadual e federal, muitos dos quais iniciaram suas carreiras em âmbitos municipais e mantiveram essa perspectiva. Em última análise, essa mentalidade está fortemente enraizada na estrutura econômica e social do país.

Mandonismo e Clientelismo são práticas políticas que atravessam a história brasileira, e o Coronelismo é apenas uma das formas que essas práticas adotaram ao longo do tempo, sendo possivelmente a mais reconhecida. Ambas resultam na criação de instituições econômicas que podem ser descritas como extrativistas, ainda que de modos distintos.

O Clientelismo implica na alocação de favores e benefícios para aqueles que têm o poder de eleger, levando a ações que visam principalmente o benefício próprio do político, como a reeleição, em detrimento do bem-estar coletivo. Alston et al. (2008) desenvolveram um modelo teórico para analisar como os governantes eleitos decidem sobre os gastos públicos, o qual pode auxiliar na compreensão das dinâmicas clientelistas. Este modelo parte do princípio de que a capacidade de esforço de um governante é limitada, podendo ser direcionada para a criação de bens públicos, bens privados ou mesmo para atividades corruptas.

Na decisão política do governante, considera-se claramente tanto o nível de concorrência política quanto a eficiência das instituições responsáveis pela fiscalização e transparência na região, analisando como esses elementos afetam a eficácia dos esforços em

ganhar votos e angariar recursos financeiros. O foco do governante é aprimorar seus esforços para escolher a abordagem mais benéfica, com a sua eficácia sendo determinada tanto pela quantidade de votos obtidos quanto pelas vantagens provenientes de atividades corruptas. A obtenção de votos é influenciada tanto pelo investimento em bens públicos quanto em campanhas eleitorais, sendo esta última financiada por entidades privadas, conforme o modelo sugerido. Dessa forma, o governante aloca seu empenho e recursos públicos de modo a otimizar suas possibilidades de permanecer no poder.

No Mandonismo, o mandão detém o controle de recursos vitais para a população sob sua influência, restringindo seu acesso ao mercado e à participação na vida pública. Seu poder deriva do domínio sobre esses recursos e frequentemente se estende às esferas políticas, resultando em ações que são ou ignoradas ou legitimadas pelo Estado. O interesse primordial do mandão é o seu próprio bem-estar e, como demonstrado no período do Coronelismo, quaisquer benefícios concedidos à população visam unicamente a manutenção de seu poder. Possuindo o controle sobre recursos essenciais, o mandão tem capacidade econômica para perpetuar sua influência efetiva, mesmo diante de alterações no cenário político formal. Assim, o Mandonismo se estabelece como uma instituição política duradoura.

A trajetória do Coronelismo revela que seu advento foi facilitado pela débil presença do poder central nos municípios após a independência do Brasil, gerando uma teia de favores políticos e econômicos que influenciava decisivamente o destino do país, pautada em interesses regionais. O coronel baseava seu poder na posse de terras e no status econômico decorrente, além da capacidade de negociar com o poder estadual em troca de votos, o que lhe conferia uma certa autonomia.

2.2 Contextualizando a História de Dulce

Maria Dulce Barbosa nasceu em 11 de agosto de 1915, na localidade de Queimadas, na época um distrito de Campina Grande. Ela era filha de João Barbosa da Silva e Cecília Barbosa de Melo, um próspero fazendeiro, comerciante e produtor de algodão e cereais na região. Dulce Barbosa emergiu de um contexto familiar singular, sendo uma das três crianças nascidas do casal João e Cecília Barbosa. Seu irmão mais velho, o primogênito do casal, faleceu ainda na infância, restando Dulce e sua irmã mais nova, Maria de Lourdes Correia Lima Barbosa.

A educação formal de Dulce teve início em uma pequena escola local. Ao longo dos anos, ela continuou a trilhar seu caminho acadêmico, frequentando instituições que lhe

proporcionaram uma base sólida de conhecimentos e habilidades. Silva (2014) discorre sobre a educação de Dulce:

Em sua trajetória educacional, Maria Dulce cursou o primário no Colégio Sagrada Família, fez o curso pedagógico no tradicional Colégio das Neves na capital do Estado e depois se formou em Direito pela FURNE, após concluir seu curso Normal em João Pessoa retornou à sua terra natal para lecionar. É ainda neta da primeira professora pública de Queimadas (Jaiá de Melo) [...]. Maria Dulce Barbosa no período da década de 30 retorna diplomada para sua terra sendo nomeada pelo governo do Estado como Diretora do recém-formado Grupo Escolar José Tavares, fundado em 1937 (Silva, 2014, p. 48).

Essa era uma prática comum que os filhos das famílias proeminentes fossem estudar na capital e, posteriormente, retornassem "preparados" para contribuir com melhorias em sua comunidade. De acordo com o sociólogo Marciano Monteiro, essa era uma tendência observada na época.

Os filhos das famílias tradicionais, em sua grande maioria, saíam para estudar nos grandes centros e voltavam para o exercício de cargos públicos locais como - Doutores, mais acúmulo de capital simbólico, o que permitem o exercício legítimo da dominação política local, como sendo aqueles mais preparados para o ofício da governança local (Monteiro, 2009, p. 40 apud Silva, 2014, p. 47).

A fala do autor nos convida a refletir sobre as formas como o capital simbólico é utilizado para legitimar a dominação política, onde famílias tradicionais consolidam e perpetuam seu poder e influência. O título de "Doutor" e a formação recebida nas instituições de prestígio conferem a esses indivíduos uma aura de competência e preparo que facilita seu acesso a posições de liderança. Esse ciclo cria uma elite política local que, embora "mais preparada" aos olhos da sociedade, pode estar mais interessada em preservar seu próprio status e privilégio do que em promover políticas que beneficiem a todos. A nomeação desses "filhos da terra" por políticos locais evidencia e reflete as relações de poder estabelecidas entre as elites políticas e as grandes famílias tradicionais. Esses políticos, ao escolherem esses indivíduos para ocuparem cargos de destaque, buscavam fortalecer suas redes de apoio e consolidar alianças estratégicas.

No âmbito de sua vida pessoal, destoando dos padrões da época, Dulce fez a escolha consciente de não se casar, dedicando-se integralmente à política partidária e à vida educacional. Essa decisão, rica em significado, nos incita a refletir sobre os motivos subjacentes que a conduziram a trilhar esse caminho. Foi essa uma escolha autônoma, fundamentada em seus próprios desejos e aspirações pessoais, ou, ao seguir uma trajetória distinta, Dulce desafiou as expectativas e normas sociais de sua época?

Na década de 40, de acordo com os padrões vigentes, o casamento impunha à mulher um papel pré-estabelecido no cuidado do lar, dos filhos e do marido. As expectativas sociais ditavam que a mulher deveria ser obediente e submissa, muitas vezes renunciando aos seus próprios desejos e ambições em prol das necessidades e vontades do marido. Dulce, ao escolher um caminho diferente, desafiou essas expectativas e normas sociais. Essa escolha, incomum para as mulheres de sua época, pode ter sido vista como uma ameaça ao status quo, intimidando prováveis pretendentes que não estavam preparados para lidar com uma mulher independente e autodeterminada.

A história de vida de Dulce continua envolta em mistério, especialmente no que se refere aos detalhes de sua vida pessoal. Infelizmente, há poucos registros sobre ela, refletindo o período em que viveu, quando as histórias das mulheres eram frequentemente subestimadas ou relegadas ao esquecimento. Por séculos, a história feminina foi colocada em segundo plano, com seus feitos e contribuições muitas vezes ignorados pela historiografia tradicional.

2.2.2 Família: O Primeiro Grupo Social

Os grupos sociais e a família são intrinsecamente ligados e desempenham um papel insubstituível na formação da sociedade e do indivíduo. A família, como primeiro grupo social, estabelece a base sobre a qual as interações sociais subsequentes são construídas, moldando significativamente a trajetória de vida, as crenças, e os comportamentos dos indivíduos.

A família é geralmente definida como um grupo de pessoas unidas por laços de parentesco, sejam eles biológicos, legais ou afetivos. Este grupo primário desempenha um papel crucial na socialização inicial de um indivíduo, funcionando como o primeiro contexto em que normas, valores e tradições culturais são transmitidos. A família também é um espaço de apoio emocional, segurança e amor, essencial para o desenvolvimento saudável de qualquer pessoa.

Desde o nascimento, a família é responsável por introduzir a criança no mundo social. Através das interações familiares, aprende-se sobre a linguagem, as regras de comportamento social, e as expectativas culturais. Este processo de socialização familiar é fundamental para que o indivíduo possa operar efetivamente na sociedade mais ampla.

A família atua como um exemplo na assimilação e compreensão de diversos papéis sociais. Estes exemplos são essenciais no processo de desenvolvimento da identidade pessoal e na percepção do papel de cada pessoa dentro do contexto social mais amplo. No aspecto mais

concreto, a família proporciona uma base sólida e suporte aos seus integrantes. Esse suporte abrange aspectos emocionais, financeiros e educativos que são vitais para o crescimento e bem-estar de cada membro. A segurança e a estabilidade que emanam do núcleo familiar são fundamentais para permitir o desenvolvimento pessoal e a exploração de novos horizontes.

Embora a família represente um marco inicial essencial, com o tempo, as pessoas passam a interagir com outros agrupamentos sociais, como escolas, comunidades e ambientes profissionais. Nestes espaços, continuam seu processo de aprendizado e adaptação. Estes grupos adicionais enriquecem e ampliam a socialização que tem início no seio familiar, proporcionando perspectivas e experiências diversificadas.

2.2.3 Dulce e Sua Base Familiar

Dulce Barbosa é uma figura emblemática na política campinense, representando tanto a resistência quanto a conformidade em um cenário dominado por figuras masculinas e práticas tradicionais. Sua jornada na política é uma história de dualidades, onde a força de sua personalidade e suas capacidades se chocam e se mesclam com as estruturas de poder estabelecidas.

Nascida em uma família influente, Dulce cresceu observando a dinâmica do poder através de seu pai, uma figura proeminente no contexto político local. Seu pai, um adepto do Coronelismo, mantinha uma aliança forte com Argemiro, um poderoso político e corregilionario. Essa aliança foi fundamental para pavimentar o caminho de Dulce na política. Com o respaldo e o capital político fornecido por seu pai e Argemiro, ela conseguiu se inserir em um partido conservador, onde as oportunidades para mulheres eram escassas e muitas vezes simbólicas.

A trajetória de Dulce na política campinense é marcada por um constante jogo de equilíbrio. Por um lado, ela é produto e beneficiária do sistema coronelista, que historicamente perpetua as estruturas de poder e influência através de relações familiares e alianças políticas. Por outro lado, Dulce se destaca por sua própria competência e determinação, desafiando as expectativas em um ambiente patriarcal e machista.

Sua presença em um partido conservador, em si, já é uma declaração. Ela não apenas ocupa um espaço tradicionalmente reservado aos homens, mas também busca manejar e influenciar as decisões dentro do partido. Sua habilidade em navegar por essas águas turbulentas

demonstra uma perspicácia política. Contudo, não se pode ignorar que sua posição foi inicialmente viabilizada pelo poder e influência de seu pai e de Argemiro que representava a política coronelista da época.

Dulce Barbosa, assim, representa uma figura complexa na política de Campina Grande-PB. Ela é simultaneamente um símbolo de mudança e um produto de um sistema antigo. Por um lado, sua eleição como a primeira vereadora mulher estabelece um precedente histórico de transformação. Por outro lado, Dulce também personifica traços da política estabelecida, espelhando a hegemonia de longa data no cenário do poder local.

Dulce conta que certa vez disseram a seu pai que estavam desarmando um afiliado dele, e ele foi lá resolver a questão:

Papai era engraçado! Papai quando era chefe político em Queimadas, disseram que estavam desarmando um correligionário dele, ele foi lá, então quando chegou de lá, estava com uma mauser na mão, aí disse: minha filha pegue essa mauser, empurrou a mauser assim! Eu deixei a barra da saia de mamãe e corri para cima da mauser, mamãe disse: mais Joca por que você fez uma coisa dessa? – Não quero criar filho com medo de nada não. Aí eu trouxe a mauser e entreguei a mamãe; quando eu era pequena e eu me lembro tanto disso! (Barbosa, 2003).

A postura adotada por seu pai, João Barbosa, destoava dos padrões da época, na qual a educação feminina era voltada para o lar e para a preparação para o casamento. Naquele período, era comum que a educação das meninas fosse orientada predominantemente para prepará-las para serem esposas dedicadas e mães zelosas, com habilidades centradas nos afazeres domésticos. No entanto, João Barbosa escolheu um caminho diferente para Dulce e sua irmã. Ele estava determinado a educar suas filhas para enfrentarem o mundo sem medo.

A decisão de João Barbosa de educar suas filhas de maneira não convencional, desafiando os padrões da época, é um aspecto intrigante que chama a atenção. Isso nos leva a refletir sobre o que teria acontecido se o filho homem de João Barbosa tivesse sobrevivido. Em muitas famílias daquela época, o filho mais velho era frequentemente considerado o herdeiro natural do legado, especialmente em questões relacionadas ao poder e à política. No entanto, com a morte prematura do irmão, uma oportunidade pode ter surgido para Dulce adentrar uma arena predominantemente masculina.

O falecimento do filho mais velho na família de Dulce Barbosa pode ter sido um fator determinante para que ela assumisse funções geralmente reservadas aos homens. Essa mudança na dinâmica familiar possivelmente influenciou o desenvolvimento de uma oportunidade única para Dulce, algo que talvez não se destacasse tanto em um contexto familiar diferente. Portanto,

para compreender integralmente a história de Dulce Barbosa, é essencial considerar esses elementos familiares. Sua ascensão em uma área tradicionalmente dominada por homens e sua habilidade em se adaptar e influenciar esse ambiente devem ser vistos como um resultado direto de sua situação familiar e de suas interações com políticos da época.

2.2.4 As Oligarquias na Paraíba e a Política de Parentela

Conforme observado anteriormente, um fator que influenciou significativamente a configuração política do país foi a prática do Coronelismo. Apesar de sua conotação negativa, essa prática tinha forte presença na região Nordeste, mas não era exclusiva dela. O Coronelismo se estabeleceu fortemente, apoiado na concentração fundiária, uma característica que reflete a estrutura social do país desde o início da colonização.

As famílias no poder, que delimitavam territórios e forjavam identidades, permearam os períodos da Colônia, Império e República, imprimindo marcas profundas que persistem até os modelos contemporâneos. Com o surgimento da Primeira República, emergiu a figura do coronel, beneficiada pela estrutura agrária e pelos grupos familiares nos municípios do interior.

De acordo com Linda Lewin (1993, p. 9), a Paraíba, durante a República Velha, se caracterizou pela organização política fundamentada em grupos familiares. Esse modelo de política familiar é um elemento distintivo do sistema "coronelista" do Estado, no qual a figura do coronel é retratada como o grande líder, uma imagem frequentemente estereotipada na identidade nordestina.

A imagem de poder quase absoluto [...] ajudou a constituir a marca do coronel como líder da região. Rico e poderoso, ele é filho das famílias mais ricas, que por gerações foram detentoras de terras e poderes políticos no Nordeste. A ideia de que a região é dominada por um esquema político obsoleto e centralizador reforça sua dependência em relação à parte sul do país, considerada desenvolvida. Alimentar essa imagem do coronel ajuda a justificar o atraso com que se representa o Nordeste, principalmente o sertão, distante das sedes de governo e das mais importantes decisões políticas da região (Galvão, 2010, p. 22).

A prática do Coronelismo frequentemente dá origem a uma espécie de "carreira política", transformando-se em uma profissão que muitas vezes é herdada pelas gerações seguintes. Essa dinâmica se manifesta através da política de parentesco, onde os filhos dos oligarcas herdam o legado político de seus pais. Essa extensão do poder político muitas vezes inclui cônjuges, irmãos e cunhados, transformando a rede familiar em um mecanismo de enriquecimento. Isso ocorre pela exploração de relações com o aparato administrativo do Estado, tanto por meios lícitos quanto através de manobras que beiram ou cruzam a linha da ilegalidade.

A cultura política do Estado da Paraíba é marcada pela associação com grupos de base oligárquica e familiar, caracterizada por uma "adesão afetiva" que se liga ao poder simbólico. Isso é particularmente evidente na prática de nomear logradouros públicos - como praças, escolas, ruas e monumentos - com nomes que remetem à identidade de figuras proeminentes. Essa prática contribui para a manutenção da identidade desses indivíduos no imaginário social, o que acaba prejudicando a participação política da população em geral e auxiliando na perpetuação do poder dessas famílias dominantes.

Quando tratamos o conceito de parentela, é importante observar que ele não se restringe a uma estrutura estritamente familiar, mas também abrange pessoas próximas que pertencem ao círculo de confiança e colaboram com a manutenção da dominação política. Elas contribuem, portanto, para essa afinidade mútua, reforçando a continuidade do poder estabelecido. O conceito de parentela pode ser definido como:

[...] grupo familiar que, no mínimo, consiste de todos os parentes conhecidos, incluindo aqueles herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges. Além disso, as parentelas podem incluir outras pessoas que, embora sem ligações de sangue ou casamento, vivem próximas à margem do círculo (Chandler, 1980, p. 14).

Portanto, é importante reconhecer que a estrutura de poder de um clã familiar não se restringe apenas aos seus membros sanguíneos. Essa dinâmica se estende para incluir indivíduos que, embora não sejam parentes diretos, fazem parte do círculo íntimo de confiança da família. Estas pessoas desempenham um papel importante na perpetuação da dominação política do clã. Elas não só apoiam, mas também reforçam os laços de lealdade e as estratégias que sustentam a continuidade do poder. Essa afinidade mútua entre os membros do clã e seus colaboradores próximos cria uma rede de influência e apoio, que é fundamental para a manutenção e a expansão do controle político. Assim, a presença e o envolvimento dessas figuras próximas são essenciais para entender como essas famílias continuam a exercer sua influência e poder ao longo do tempo.

Linda Lewin (1993, p. 113) destaca que, na Paraíba, a filiação mais significativa de um indivíduo era pertencer a uma parentela ou a uma família extensa. Essa conexão era universal, abrangendo todos, desde o pequeno agricultor em uma casa de taipa até o exportador de algodão morando em uma casa nobre na capital; todos estavam de alguma forma, direta ou indiretamente, ligados à parentela.

Portanto, é possível levantar outra perspectiva na história da família no Brasil, considerando o papel privado assumido pela família e a conseqüente confusão entre o público e o privado na consolidação do poder. Uma contribuição significativa para este debate foi

fornecida pela obra de Sérgio Buarque de Holanda. Segundo ele, a estrutura da empresa colonial, caracterizada pela família patriarcal, resultou na 'invasão do público pelo privado, do Estado pela família' (Holanda, 1995, p. 82), destacando a sobreposição entre as esferas familiar e estatal.

A família, atuando como uma entidade empreendedora, constituiu a fundação da estrutura político-social do Brasil. A concepção de Estado era equiparada a de uma ampla união familiar gerenciando uma grande corporação. No entanto, é importante salientar que, ao longo do século XIX, o Estado brasileiro foi progressivamente integrando-se às estruturas administrativas de cunho capitalista. Essa integração demandava uma maior eficiência econômica, resultando na moderação de uma variedade dessas influências anteriormente predominantes de forma mais específica.

O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família e, conseqüentemente, amparar todos que nela estão como seus filhos e cooperadores da felicidade geral (Holanda, 1995, p. 85).

Este modelo situa a família como substituta do Estado. Contudo, é importante destacar que, no século XIX, o sistema de sesmaria foi abolido pela Lei de Terras de 1850, impondo limitações tanto à família real quanto às demais famílias.

[...] a Lei de Terras de 1850 também nos indica que igualmente era preciso ensinar aos fazendeiros, grandes posseiros, sesmeiros e proprietários de grandes extensões de terras, latifundiários em geral, que seus interesses de expansão e apossamento da forma como até então vinham acontecendo em algum momento deveriam ter fim. Ou deveriam, ao menos, ser realizados respeitando os critérios da Lei e, nesse caso, o principal deles dizia que a compra era a única forma de acesso à terra. Em outros termos, a expansão do latifúndio não seria impedida, mas passaria a ter como suporte principal o mercado de terras que a Lei ajudou a construir. Portanto, da mesma forma que os pobres do campo, os senhores e possuidores de grandes extensões de terras deveriam aprender a lidar com a propriedade limitada, deixar de vê-la como uma dádiva (Silva, 2015).

Ou seja, a Lei de Terras, de certa forma, manteve a expansão latifundiária, mas agora através de compras. Conseqüentemente, não houve uma reforma que assegurasse a ampliação das oportunidades para os cidadãos em geral terem acesso à terra.

Em parte, as desigualdades sociais e regionais do país foram originadas durante este período, juntamente com os líderes políticos que se apropriaram dos bens públicos como se fossem extensões de suas próprias propriedades. Isso ocorreu devido à constante interligação entre o âmbito público e privado. É através da transgressão dos limites entre o público e o privado que o "empregado" ou o indivíduo categorizado pela "amizade desigual" se torna um cidadão, como apontado por José Murilo.

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com a poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas (Carvalho, 2002, p. 45).

No texto citado anteriormente, Carvalho (2002) nota que o poder da grande propriedade é manifestado em algumas regiões do país, porém é importante destacar que essa influência se estende de forma mais abrangente por todo o território nacional.

O direito civil estava unicamente definido pela lei, sem uma execução adequada, o que evidenciava a dominação dos poderosos sobre os subjugados. Esse modelo de transformação que converte a família patriarcal e, por conseguinte, o poder familiar, em poder do Estado, é o resultado da expansão da produção industrial. Dessa forma, o poder patriarcal de base rural perde sua influência com o crescimento das cidades, decorrente das mudanças no mercado de trabalho.

Ao estabelecerem sua dominação política em um território, essas famílias oligárquicas acabavam por expandir seu controle regional. De acordo com Rêgo:

A acumulação de material simbólico obedeceu às estratégias familiares previamente definidas, mas que possuíam todas a mesmo objeto, a de preservar e a de aumentar o mais possível a prestígio econômico, social e político da família (Rêgo, 2008, p. 18).

Assim, ao longo dos anos, esses grupos oligárquicos conseguiam gerenciar a crescente probabilidade de se manterem no poder, uma vez que ocupavam o ápice da liderança social local, preservando, desse modo, seus privilégios em detrimento de uma ampla maioria da população que permanecia excluída desse processo.

Podemos observar que a identidade da família era um fator determinante para que a política se tornasse sua marca registrada. Nesse contexto, era essencial para a família, a fim de garantir a continuidade de seus privilégios, ter sempre um de seus membros ocupando um cargo em alguma esfera de governo, seja municipal, estadual ou federal. Dessa forma, era o nome que valorizava seus integrantes, conferindo-lhes um capital simbólico significativo.

Para Linda Lewin (1993, p. 113), na Paraíba, “pertencer a uma parentela, uma família extensa, constituía a sua mais importante filiação organizacional”. A identidade conferia à política uma marca registrada. Nesse contexto, era imperativo que a família, visando preservar

continuidade de privilégios, mantivesse constantemente um de seus membros envolvidos em alguma esfera governamental seja municipal, estadual ou federal. Dessa maneira, o nome da família torna-se um símbolo de prestígio para seus integrantes, funcionando como capital simbólico.

As estruturas de poder oligárquicas se destacam pela acumulação de influência, recursos e domínio político em um círculo limitado de pessoas ou famílias. Ocorre um rodízio no poder quando diferentes membros dessa oligarquia se alternam em posições políticas importantes, tais como prefeituras, governos estaduais ou outros cargos de liderança. Esse rodízio entre membros da mesma elite assegura a manutenção de seus interesses e diretrizes, independentemente do partido ou da ideologia que eles aparentem representar. Esse processo é um meio de manter o controle político e econômico, mesmo diante de uma mudança superficial na liderança.

Na Paraíba, e mais especificamente em Campina Grande, a continuidade das oligarquias se dá através de um processo conhecido como "política de hereditarismo" ou "sucessão política familiar". Esse fenômeno é marcado pela passagem de cargos políticos eletivos entre integrantes de uma mesma família. Tal prática é comumente ligada à estagnação política e à concentração de poder em um número limitado de famílias, o que pode acarretar diversos problemas para a democracia e para a efetiva representação dos interesses da coletividade.

A sucessão política familiar pode resultar em uma limitada diversidade de ideias e pontos de vista no cenário político, restringindo o debate democrático e diminuindo a eficiência do governo em atender às necessidades da sociedade. Além disso, essa prática pode facilitar a ocorrência de nepotismo e corrupção, já que promove a acumulação de poder e influência em mãos de algumas famílias específicas.

Lilian Schwarz (2019), em seu trabalho sobre o autoritarismo brasileiro, aborda o fenômeno da ascensão de parlamentares por meio de laços consanguíneos, frequentemente referido como a formação de uma "bancada de parentes", na dinâmica política contemporânea. Este padrão revela uma tendência persistente de indivíduos ligados por laços familiares adentrarem o cenário político e, subsequentemente, alcançarem posições de destaque no aparato legislativo.

O legado do poder privado sobrevive dentro da máquina governamental. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apresenta dados muito reveladores acerca da chamada "bancada de parentes", que continua crescendo no Congresso Nacional. Na Câmara, em 2014, foram eleitos 113 deputados com sobrenomes oligárquicos, sendo parentes de políticos estabelecidos. Nas eleições de

2018, o número de parlamentares com vínculos familiares aumentou para 172 (Schwarcz, 2019, p. 82).

No cenário paraibano, emerge uma tendência marcante de famílias que, ao longo das eleições, têm consolidado sua presença nas fileiras do poder legislativo. Schwarcz aponta a Paraíba como o Estado que possui a maior quantidade de legisladores eleitos com vínculos familiares:

A Paraíba é o Estado que possui o maior número, proporcional, de parlamentares eleitos com laços familiares. Dos doze deputados eleitos pelo Estado, dez tem relação de parentesco com outros políticos. No senado, os dois estreantes Veneziano do Rêgo (MDB) e Daniela Ribeiro (PP) chegaram ao poder por conta de sua ascendência familiar. Completa a bancada José Maranhão (MDB), com mandato até 2023, e que também se enquadra perfeitamente nos critérios da “bancada de parentes (Schwarcz, 2019, p. 83).

No trecho a seguir, Schwarcz destaca a existência de uma dinastia política entre os integrantes da oligarquia paraibana, os quais ocupam regularmente cargos eletivos. Este fenômeno revela-se por meio de uma sucessão contínua de líderes que ultrapassa diversas gerações familiares, consolidando assim uma continuidade notável no exercício do poder. Essa persistência ao longo do tempo enfatiza a influência significativa e duradoura das famílias oligárquicas na configuração política da Paraíba, ressaltando a complexidade e a profundidade dessa dinâmica:

Na Paraíba, o deputado federal Veneziano Vital do Rêgo (MDB) conquistou uma vaga no Senado, onde seu irmão já cumpriu mandato e sua mãe ocupa uma suplência. A outra vaga do Estado é de Daniela Ribeiro (PP), irmão do deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), que foi reeleito. Ou seja, a bancada paraibana na Câmara é na verdade “um retrato escancarado da persistência da força dos clãs políticos”. Das doze vagas, dez são ocupadas por deputados com laços com outras pessoas que já cumpriram algum mandato eletivo (Schwarcz, 2019, p. 84).

A trama política da Paraíba desvela-se complexa, moldada por um fenômeno recorrente: a presença constante de familiares que se revezam no poder. Ao longo do tempo, essa dinâmica tem delineado um cenário no qual as fronteiras entre o poder público e o poder privado tornam-se difusas, onde o cargo público passa a ser passado de pai para filho como uma herança familiar marcante que perdura em nossa sociedade. Essa relação abusiva que se instaura entre a sociedade e o Estado, Max Weber intitulou como “patrimonialismo”, quando o bem público é apropriado privadamente. Em outras palavras, trata-se da compreensão equivocada de que o Estado é bem pessoal, um “patrimônio” daqueles que detêm o poder.

É importante também salientar que os vínculos de associação relacionados à família não necessariamente precisavam ser laços de parentesco. Isso nos leva a compreender que o conceito de parentela não era algo restrito à residência do líder político, mas sim algo que

transcendia as fronteiras físicas dessa casa, estendendo-se de município a município e criando rivalidades, assim como laços entre diversas classes sociais.

Lewin (1993), utiliza o termo "sistema político de base familiar da Paraíba" para descrever essa estrutura, na qual a lealdade ao grupo e o caráter "quase-corporativo da parentela" predominavam. É evidente que esse sistema englobava também conexões que iam além das relações familiares, formando uma extensa rede de assistência mútua que caracterizava a política na Paraíba. No entanto, é importante destacar que, segundo Lewin, não era a política que criava esses laços familiares, mas sim o contrário: a política na Paraíba se desenvolvia a partir desses vínculos de longa data. Nesse contexto, Dulce estava imersa em uma sociedade que havia recebido como herança estruturas de poder que perduravam ao longo do tempo e continuam a persistir, mesmo que agora sob uma nova roupagem.

Essas relações familiares, especialmente nutridas por meio de favores, levam as pessoas "de baixo" a conviverem com as pessoas "de cima" em uma dinâmica de benefícios mútuos, que ocorre de maneira socialmente desigual, porém, assegura a sobrevivência de ambas as partes.

2.3 Trajetória Política de Dulce

A partir de 1946, após a queda da Velha República e o fim do Estado Novo, o Brasil testemunhou uma significativa transformação política com a promulgação de uma nova e democrática Constituição. Esse marco histórico trouxe consigo avanços importantes para a sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres. Pela primeira vez, as mulheres não apenas ganharam o direito de votar, mas também o direito de se candidatar a cargos públicos eletivos.

Com a convocação de eleições nacionais para preencher os cargos das recém-formadas Câmaras Municipais, abriu-se um novo capítulo na participação política feminina no Brasil. As mulheres, antes excluídas do processo eleitoral e das esferas de poder, começaram a ocupar espaços importantes na política, trazendo novas perspectivas e demandas para o debate público. A inclusão das mulheres na vida política representou um avanço significativo na luta pela

igualdade de gênero e pela ampliação da democracia no país. Na figura 2, apresenta-se a imagem de Dulce Barbosa em comício realizado em Campina Grande nos anos 50.



Figura 2: Dulce Barbosa em comício realizado em Campina Grande nos anos 50.
Disponível em: <http://tataguassu.blogspot.com.br/>. Acesso em: 14/05/2024.

Em 1947, Maria Dulce Barbosa, foi a primeira mulher eleita vereadora no município de Campina Grande-PB. Dulce teve uma trajetória política de longa duração, destacando-se como vereadora no município de Campina Grande por três legislaturas consecutivas. E em 1962, após a emancipação do distrito de Queimadas, ela foi eleita como a primeira prefeita do Estado da Paraíba.

O percurso político de Maria Dulce Barbosa teve início nas eleições municipais de 1947, quando ela se candidatou pela primeira vez ao cargo de vereadora no município de Campina Grande. Representando a União Democrática Nacional (UDN), Maria Dulce Barbosa obteve 947 votos, correspondendo a 6,59% dos votos válidos, conquistando assim a primeira colocação entre os candidatos de seu partido e terceira colocação entre todos os eleitos. Na Tabela 1, apresenta-se o resultado das eleições 1947 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador.

Tabela 1: Resultado das Eleições 1947 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador

Nº	Candidato	Partido	Votação	% Válidos	Situação
01	Antônio Luiz Coutinho	PSD/PDC	1.401	9,75 %	Eleito
02	Protásio Ferreira da Silva	PSD/PDC	1.378	9,59 %	Eleito

03	Maria Dulce Barbosa	UDN	947	6,59 %	Eleito
04	Otoni Barreto Serrão	UDN	813	5,66 %	Eleito
05	Gumercindo Barbosa Dunda	UDN	782	5,44 %	Eleito
06	Pedro Salvino de Farias	PSD/PDC	781	5,43 %	Eleito
07	João Cavalcante Pedrosa	PSB	756	5,26 %	Eleito
08	José Marques de Almeida Sobrinho	UDN	722	5,02 %	Eleito
09	Antônio Borges da Costa	UDN	668	4,65 %	Eleito
10	Arthur Vilarim	PSD/PDC	610	4,24 %	Eleito
11	Sebastião Taveira de Macedo	UDN	562	3,91 %	Eleito
12	Cezário Lourenço Vaz Ribeiro	PSD/PDC	483	3,36 %	Eleito

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Ao analisarmos a tabela acima, verificamos que a presença de Maria Dulce Barbosa entre os eleitos é particularmente significativa, considerando o contexto histórico da época, quando as mulheres enfrentavam maiores barreiras para ingressar na política. A eleição de uma única mulher em meio a um total de doze candidatos eleitos destaca tanto a conquista feminina quanto a persistente disparidade de gênero na representação política.

A sub-representação feminina na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também de eficácia governamental. Estudos mostram que a inclusão de mulheres em posições de poder contribui para a formulação de políticas mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero, resultando em benefícios para toda a sociedade.

A socióloga Flávia Biroli, em seu livro "Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil" (2018), argumenta que a presença de mulheres em espaços de decisão política contribui para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero. Ela enfatiza que a diversidade de gênero na política resulta em decisões que melhor refletem as necessidades de toda a sociedade, promovendo a justiça social e a equidade.

A autora argumenta que a desigualdade de gênero é uma barreira significativa para a democracia plena. Ela discute como a participação das mulheres em espaços de poder e decisão política é fundamental para a construção de políticas públicas que atendam às necessidades de todos os cidadãos, promovendo justiça e equidade social.

Biroli (2018), também examina as estruturas sociais e culturais que perpetuam a exclusão das mulheres da política. Entre essas estruturas estão: Normas culturais e sociais:

Padrões tradicionais que relegam as mulheres a papéis domésticos e subservientes, limitando sua participação pública; Discriminação institucional: Práticas e regras dentro dos partidos políticos e instituições que desfavorecem às mulheres; Violência política de gênero: Assédio e agressões dirigidas às mulheres que se aventuram na política; Desigualdade econômica: Disparidades salariais e falta de recursos financeiros que dificultam campanhas políticas femininas.

Para superar essas barreiras, Biroli propõe: Implementação de cotas de gênero: Adoção de cotas para aumentar a representação feminina nos espaços de decisão política; Educação e conscientização: Promover a educação sobre igualdade de gênero e a importância da diversidade na política; Reforma das instituições políticas: Modificar as estruturas institucionais para torná-las mais acessíveis e inclusivas para as mulheres; Apoio a candidaturas femininas: Oferecer suporte financeiro e logístico para candidaturas femininas, facilitando o acesso das mulheres à política. Essas medidas são essenciais para garantir que as políticas públicas reflitam a diversidade da sociedade e promovam a justiça social.

A autora conclui destacando a necessidade urgente de uma democracia mais inclusiva, que incorpore as vozes e experiências das mulheres. Ela reforça que a desigualdade de gênero não é apenas uma questão de justiça social, mas também de qualidade democrática. Biroli enfatiza que, para alcançar uma democracia plena, é crucial dismantelar as estruturas que perpetuam a exclusão das mulheres, promovendo reformas institucionais e culturais que favoreçam a igualdade de gênero e a representatividade feminina nos espaços de poder.

Em 1950, Maria Dulce Barbosa enfrentou um novo desafio em sua trajetória política. Nas eleições de 3 de outubro daquele ano, ela se candidatou ao cargo de deputada estadual. Contudo, apesar do apoio de Argemiro de Figueiredo e dos 1.412 votos que recebeu, Dulce não conseguiu ser eleita. Na Tabela 2, apresenta-se o resultado das eleições 1950 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Deputado Estadual.

Tabela 2: Resultado das Eleições 1950 no Estado: Paraíba. 1º Turno. Cargo: Deputado Estadual

Nº	Candidato	Partido	Votação	% Válidos	Situação
01	Severino Bezerra Cabral	CDP	4.514	1,78 %	Eleito
02	José Fernandes de Lima	CDP	4.282	1,69 %	Eleito
03	Pedro Moreno Gondim	CDP	3.937	1,55 %	Eleito
04	Fernando Paulo C Milanez	CDP	3.536	1,40 %	Eleito
05	Isaias Silva	UDN	3.534	1,40 %	Eleito
06	Hercílio Alves Ferreira Lundgren	PR	3.444	1,36 %	Eleito
07	José Afonso Gayoso de Souza	CDP	3.414	1,35 %	Eleito
08	Ernesto Heráclito do Rêgo	UDN	.318	1,31 %	Eleito
09	Ivan Bichara Sobreira	CDP	3.248	1,28 %	Eleito
10	José Cavalcanti	UDN	3.213	1,27 %	Eleito
11	José Marques de A Sobrinho	UDN	3.195	1,26 %	Eleito
12	Otacílio Nóbrega de Queiroz	CDP	3.174	1,25 %	Eleito
13	Américo Maia de Vasconcelos	UDN	3.119	1,23 %	Eleito
14	João Feitosa Ventura	UDN	3.024	1,19 %	Eleito
15	Ramiro Fernandes de Carvalho	CDP	2.980	1,18%	Eleito
16	Agnaldo Veloso Borges	CDP	2.959	1,17%	Eleito
17	Clovis Bezerra Cavalcanti	UDN	2.945	1,16%	Eleito
18	Antônio de Paiva Gadelha	UDN	2.925	1,16%	Eleito
19	José Marques da Silva Mariz	UDN	2.913	1,15%	Eleito
20	Álvaro Gaudêncio de Queiroz	UDN	2.889	1,14%	Eleito
21	Luiz da Costa A Bronzeado	UDN	2.871	1,13%	Eleito
22	Balduino Minervino de Carvalho	CDP	2.839	1,12%	Eleito
23	Francisco Seráfico da Nobrega Filho	UDN	2.795	1,10%	Eleito
24	Jacinto Dantas C. de Góes	CDP	2.715	1,07%	Eleito
25	Jacob Guilherme Frantz	UDN	2.691	1,06%	Eleito
26	Ascendino Virginio de Moura	UDN	2.666	1,05%	Eleito
27	Tertuliano Correia da Costa Brito	CDP	2.660	1,05%	Eleito
28	Napoleão Abdon da Nobrega	CDP	2.649	1,05%	Eleito
29	Roberto Pessoa	CDP	2.639	1,04%	Eleito
30	Lourival de Lacerda Lima	UDN	2.622	1,04%	Eleito
31	Aluísio Afonso Campos	PTB	2.613	1,03%	Eleito
32	Pedro Augusto de Almeida	CDP	2.610	1,03%	Eleito

33	José Ribeiro de Farias	CDP	2.582	1,02%	Eleito
34	Francisco de Paula B. Sobrinho	CDP	2.557	1,01%	Eleito
35	João Carneiro de Freitas	CDP	2.513	0,99%	Eleito
36	Severino Ismael de Oliveira	PR	2.471	0,98%	Eleito
37	Antônio Leite Montenegro	PR	2.412	0,95%	Eleito
38	Antônio D' Avila Lins	PR	1.878	0,74%	Eleito
39	Francisco Chaves Brasileiro	PR	1.746	0,69%	Eleito
40	Arnaldo Bonifácio da Paiva	PTB	1.591	0,63%	Eleito
91	Maria Dulce Barbosa	UDN	1.412	0,56 %	Não eleito

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

O contexto eleitoral de 1951 foi marcado pela Vitória de Plínio Lemos como prefeito de Campina Grande, derrotando Argemiro de Figueiredo que, embora não tenha sido bem-sucedido, continuou a apoiar Dulce em sua jornada política. Nesse mesmo ano, Maria Dulce Barbosa mais uma vez colocou seu nome como candidata ao cargo de vereadora, representando a UDN, para o período compreendido entre 1952 e 1955. Desta vez, Dulce Barbosa conquistou 1.087 votos, sendo a terceira mais votada de seu partido e a oitava entre todos os eleitos. Na Tabela 3, apresenta-se o resultado das eleições 1951 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador.

Tabela 3: Resultado das Eleições 1951 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador

Nº	Candidato	Partido	Votação	% Válidos	Situação
01	Felix Sousa Araújo	CDP	2.797	11,01 %	Eleito
02	Petrônio Ramos de Figueiredo	UDN	2.683	10,56 %	Eleito
03	Olímpio Bonald da Cunha P Filho	PSB	1.659	6,53 %	Eleito
04	Zoroastro Coutinho	CDP	1.442	5,68 %	Eleito
05	Manuel Figueiredo	UDN	1.319	5,19 %	Eleito
06	Antônio Bezerra Sobrinho	CDP	1.220	4,80 %	Eleito
07	Protásio Ferreira da Silva	CDP	1.149	4,52 %	Eleito
08	Maria Dulce Barbosa	UDN	1.087	4,28 %	Eleito
09	Pedro Salvino de Farias	CDP	990	3,90 %	Eleito
10	Américo Porto	UDN	750	2,95 %	Eleito
11	Luiz Pereira da Silva	CDP	722	2,84 %	Eleito

12	Gumercindo Barbosa Dunda	UDN	651	2,56 %	Eleito
----	--------------------------	-----	-----	--------	--------

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Nas eleições de 1954, para legislatura de 1955/59, Maria Dulce Barbosa candidatou-se mais uma vez, buscando seu terceiro mandato como vereadora na Câmara Municipal de Campina Grande, e obteve sucesso, totalizando 761 votos. Na Tabela 4, apresenta-se o resultado das eleições 1954 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador.

Tabela 4: Resultado das Eleições 1954 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador

	Candidato	Partido	Votação	% Válidos	Situação
01	Mario de Souza Araújo	PSP	2.148	8,73 %	Eleito
02	Raimundo Asfora	CST	1.080	4,39 %	Eleito
03	Eraldo Cavalcante Cruz	UDN	948	3,85 %	Eleito
04	Noaldo Moreira Dantas	PSP	881	3,58 %	Eleito
05	João Gerônimo da Costa	UDN	862	3,50 %	Eleito
06	João de Souza Castro	UDN	816	3,32 %	Eleito
07	Maria Dulce Barbosa	UDN	761	3,09 %	Eleito
08	Manuel Figueiredo	UDN	723	2,94 %	Eleito
09	Zacarias Lourenço Vaz Ribeiro	UDN	648	2,63 %	Eleito
10	Agassis de Amorim Almeida	PL	647	2,59 %	Eleito
11	Gumercindo Barbosa Dunda	UDN	638	2,58 %	Eleito
12	Benedito Wilson Mota	PSB	634	2,55 %	Eleito

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

No entanto em agosto de 1959, Dulce Barbosa enfrentou sua primeira derrota eleitoral ao concorrer novamente ao cargo de vereadora em Campina Grande, desta vez pelo PTB. Apesar de seu esforço e engajamento político, ela obteve 638 votos. Na Tabela 5, apresenta-se o resultado das eleições 1959 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador.

Tabela 5: Resultado das Eleições 1959 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador

Nº	Candidato	Partido	Votação	% Válidos	Situação
01	Salvino Figueiredo Neto	PTB	1.155	3,67 %	Eleito
02	Langstaine Amorim de Almeida	PSD	1.136	3,61 %	Eleito
03	Ronaldo Cunha Lima	PTB	952	3,03 %	Eleito
04	Evaldo Gonçalves de Queiroz	PSP	926	2,94 %	Eleito
05	Pedro Salvino de Farias	PSD	895	2,84 %	Eleito
06	Williams de Sousa Arruda	PSB	863	2,74 %	Eleito
07	Sóstenes Pedro da Silva	PSD	859	2,73 %	Eleito
08	Everaldo da Costa Agra	PTB	832	2,64 %	Eleito
09	Mario de Souza Araújo	PTB	804	2,56 %	Eleito
10	José Gaudêncio de Brito	PTB	776	2,47 %	Eleito
11	Aldino Lucas Gaudêncio	PSD	766	2,43 %	Eleito
12	Zacarias Vaz Ribeiro	PTB	729	2,32 %	Eleito
13	Fernando Silveira	PSD	706	2,24 %	Eleito
14	Pedro Cordeiro da Sá	PART	648	2,06 %	Eleito
15	Augusto Ferreira Ramos	PART	501	1,59 %	Eleito
20	Maria Dulce Barbosa	PTB	638	2,03 %	Não eleito

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Lopes (2010), aponta os motivos que teria levado a derrota de Dulce Barbosa nas eleições de 1959:

Um dos motivos de sua derrota foi o próprio desgaste depois de tanto tempo no poder além do mais, Dulce Barbosa sempre foi apoiada por Argemiro de Figueiredo e este líder sempre foi visto pelos demais como um típico político representante da “política coronelista” e do “voto de cabresto” na região, portanto, este tipo de prática política estava em decadência e nesse momento era impossível separar o nome de um, do nome do outro, ou seja, Dulce Barbosa era vista como a representante do coronelismo em Queimadas (Lopes, 2010, p. 141 apud Silva, 2014, p. 51).

A dificuldade de dissociar seu nome da figura de Argemiro de Figueiredo prejudicou sua campanha, já que os eleitores buscavam uma mudança e rejeitavam as práticas coronelistas. Dessa forma, a derrota de Dulce Barbosa em 1959 pode ser entendida não apenas como um reflexo do desgaste em sua própria trajetória política, mas também como um indicativo das transformações políticas e sociais que ocorriam na região e no país, com uma crescente conscientização política da população.

Segundo Silva (2014), encerrava-se um ciclo para Dulce Barbosa na cidade de Campina Grande, mas esse não foi o fim de sua trajetória política. Em contrapartida iniciava-se outro, com a emancipação do distrito de Queimadas que trazia consigo a oportunidade para Dulce trilhar um novo caminho e se tornar a primeira mulher eleita prefeita do município de Queimadas em 1962. Sendo também a primeira no Estado da Paraíba. Eleita com 1.050 votos. Na Tabela 6, apresenta-se o resultado das eleições 1962 na Paraíba. Município: Queimadas. 1º Turno. Cargo: Prefeito.

Tabela 6: Resultado das Eleições 1962 na Paraíba. Município: Queimadas. 1º Turno. Cargo: Prefeito

Nº	Candidato	Partido/Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	Maria Dulce Barbosa	PR/PTB	1.050	51,75 %	Eleito
	Veneziano Vital do Rego	PDC	979	48,25 %	Não Eleito
	Votos nulos		0		
	Votos brancos		0		
	Total apurado		2.029		
	Eleitorado		3.036		
	Abstenção		1.007	33,17 %	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

A seguir, na figura 3, apresenta-se a imagem de Dulce em um comício realizado em 1962 durante a campanha eleitoral na cidade de Queimadas.



Figura 3: Comício nas campanhas eleitorais de Queimadas-PB.
Disponível em: < <http://tataguassu.blogspot.com.br/site> >. Acesso em: 14/05/2024.

Analisando a figura acima, a imagem de Dulce rodeada por figuras masculinas nos chama a atenção para o público predominantemente masculino, refletindo sobre a realidade

histórica em que as mulheres eram frequentemente excluídas de posições de poder e influência na esfera pública. Embora sua inserção na política tenha ocorrido com o apadrinhamento da elite política da época, essa cena ressalta a desigualdade de gênero presente nesses ambientes.

2.3.2 Dulce e a União Democrática Nacional

Para compreender melhor a trajetória política de Dulce, é essencial conhecermos um pouco mais sobre o partido político com o qual ela se engajou. Segundo Benevides (1981), a União Democrática Nacional – UDN - nunca foi um partido popular. Originada de uma aliança entre representantes das "tradicionalis famílias mineiras" e das oligarquias paulistas, a UDN não conseguiu escapar de suas raízes elitistas. Fundado em 1947, esse partido político brasileiro tinha uma orientação conservadora e era firmemente contrário às políticas e à figura de Getúlio Vargas. Reunindo diversas correntes que haviam se oposto à ditadura do Estado Novo nos anos anteriores, a UDN surgiu como uma ampla frente anti-Vargas (Benevides, 1981, p. 212).

O udenismo se destacava pela defesa do liberalismo clássico e da moralidade, além de sua forte oposição ao populismo. O partido contava com um sólido apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite, especialmente devido à sua postura favorável às influências do imperialismo.

Ainda segundo Benevides (1981) nas eleições parlamentares até 1962, a UDN era a segunda maior bancada do Congresso Nacional, ficando atrás apenas do Partido Social Democrático. No entanto, em 1962, o Partido Trabalhista Brasileiro conquistou o segundo lugar, relegando a UDN ao terceiro posto. A trajetória da UDN foi interrompida pelo governo militar que assumiu o poder em 1964, por meio do Ato Institucional Número Dois, que extinguiu todos os partidos políticos, incluindo a UDN. Esse período marcou o fim da influência política do partido, mas sua história como uma força de oposição conservadora e elitista na política brasileira é parte integral do contexto político do país.

A União Democrática Nacional (UDN) sempre manteve uma identidade distinta na política brasileira, caracterizando-se pela sua natureza elitista e distante das massas populares. Desde o seu surgimento, a UDN foi moldada por uma aliança entre representantes das "tradicionalis famílias mineiras" e as oligarquias paulistas, estabelecendo uma base sólida entre as elites econômicas e políticas do país. A origem senhorial da UDN se refletia em sua agenda política que estava fortemente alinhada com os interesses dos latifundiários e das classes

dominantes. O partido defendia o liberalismo clássico, promovendo políticas econômicas que beneficiavam os detentores do poder e das terras (Benevides, 1981, p. 212).

Além disso, a UDN era conhecida por sua forte oposição ao populismo, uma postura que a distanciava ainda mais das preocupações e demandas das camadas populares. “A UDN nunca foi um partido popular. Nascida em berço fidalgo, de uma aliança marcada por representantes das ‘tradicionalis famílias mineiras’ e das oligarquias paulistas, a UDN nunca conseguiu transcender sua origem senhorial” (Benevides, 1981, p. 212).

Dulce foi eleita com o apoio de um partido conservador, a União Nacionalista Democrática (UND), que mantinha estreitas conexões com a elite local e representava os interesses da elite econômica e social da região. Sua orientação ideológica estava alinhada aos valores tradicionais e às hierarquias estabelecidas na sociedade, o que incluía a defesa dos interesses dos latifundiários e das famílias abastadas da região.

A dinâmica política da Paraíba foi profundamente marcada pela atuação da União Democrática Nacional (UDN), um partido que agregava os interesses de figuras políticas regionais. Nesse ambiente, destacou-se Argemiro de Figueiredo, um influente líder político do Estado, notório por suas abordagens coronelistas. Na década de 1950, diante de sucessivas derrotas e desafios políticos, Figueiredo abandonou a UDN e migrou para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Maria Dulce Barbosa também optou por essa mudança partidária, seguindo os passos de Figueiredo.

Segundo Lopes (2010), Argemiro de Figueiredo na época desenvolvia uma espécie de “política dos coronéis” contando com o apoio dos donos de fazendas existentes nos distritos. Os coronéis destacavam-se como figuras proeminentes nas comunidades rurais, frequentemente ocupando uma posição de liderança incontestável. Sua autoridade era tão ampla que, por longos períodos, personificavam o próprio Estado em suas localidades. A fidelidade das famílias à liderança do coronel era uma característica marcante desse sistema, unindo a comunidade em torno de um líder central que desempenhava um papel multifacetado, extrapolando as funções tradicionais do governo.

De acordo com Silva (2014), Dulce emergiu como figura política em um ambiente onde os traços do Coronelismo era uma força predominante. Este sistema serviu como base estrutural para a construção de sua carreira política, fornecendo ferramentas necessárias para navegar nas complexidades do cenário político local. Silva relata que, em entrevista, a sobrinha de Dulce, Germana Correia Lima, aponta que:

Dona Dulce (popularmente conhecida) gosta de lembrar a figura do seu Pai, que lhe foi sempre de inspiração e apoio e que, antes dela, ele teria seguido a orientação política do Dr. Argemiro de Figueiredo. No entanto é importante acentuar que Joca Barbosa (como era conhecido no meio), fazendeiro e homem de bem, respeitado em sua comunidade e havendo durante algum tempo exercido a função de autoridade civil a cargo do policiamento local, já havia falecido há mais de 10 anos quando Dulce Barbosa, sua filha primogênita, se decidiu a embarcar na carreira política (Lima, 2006 apud Silva, 2014, p. 49).

Conforme destaca a autora, Dulce Barbosa, em sua trajetória política, teve como referência fundamental a figura de seu pai, embora este tenha falecido dez anos antes de ela iniciar sua carreira política. A decisão de seguir as tradições políticas paternas revela a herança do Coronelismo em sua vida. Dessa forma, é compreensível a presença de Dulce nesse âmbito, atuando enquanto correligionária de Argemiro de Figueiredo. Ao apoiar Argemiro, Dulce não apenas exerce um papel de suporte político, mas também contribui para a manutenção e fortalecimento da relação do político com o eleitorado.

Segundo Heredia (2002), por meio dessas redes de relacionamento, os políticos conseguem estabelecer um vínculo duradouro e significativo com os eleitores, criando uma base sólida de apoio e confiança para manter e nutrir suas relações com os eleitores. Essa proximidade com a população vai além do período eleitoral, representando uma estratégia contínua de envolvimento e diálogo com os cidadãos.

Há um cotidiano fora do período em que ocorre a campanha eleitoral, durante o qual os políticos desenvolvem um trabalho para manter a relação com os “eleitores reais e potenciais” (...) são essas redes de relações que fazem com que a ligação com a população se mantenha e se alimente (Heredia, 2002, p. 18-200).

Nesse contexto, estratégias são implementadas para garantir que o político que deseja manter sua visibilidade durante os intervalos entre as eleições não seja esquecido. Isso envolve a alocação de equipes e pontos de apoio em diversas regiões e localidades do Estado. Desta forma, Dulce Barbosa atuava como elo entre o candidato argemerista e a população, para não deixar que o político fosse esquecido, sustentando o eleitorado e garantindo votos em favor do candidato de seu partido e inclusive para ela própria.

O progenitor de Dulce, sr. João Barbosa, não apenas desempenhou o papel de autoridade responsável pelo policiamento no ainda distrito de Queimadas, mas também detinha a propriedade de terras e integrava o intrincado sistema político fundamentado na concentração de poder entre líderes rurais, conhecidos como coronéis. Nesse contexto, destacava-se uma dinâmica complexa de dependência e reciprocidade, em que a troca de favores desempenhava um papel essencial, contribuindo para a sustentação e funcionamento eficiente desse arranjo político e social.

Segundo Leal, o sistema coronelista de poder definir-se-ia por relações de poder manifestadas em diferentes formas e situações nos diversos contextos históricos regionais da trajetória política brasileira. Contudo, foi utilizado verticalmente pelo Estado em formação, por meio da cooptação de lideranças locais conforme a conjuntura específica de cada localidade ou região.

Na região nordeste, para ilustrar a manifestação do poder do coronel, Edgard Carone (1971) apresenta a seguir um trecho que descreve o padrão clássico do sistema político coronelista. Esse perfil é centrado no coronel José Bezerra de Araújo Galvão, residente no município de Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte:

O seu nome soava como uma nota de clarim, vibrando nas quebradas das serras e dos vales, como defensor da honra alheia, dos limites da propriedade privada, da moça ofendida, do pobre que apelava para a sua proteção, inimigo da prepotência, defensor dos hábitos e dos costumes de seu povo, transformados por uma sedimentação de vários séculos em norma de vida ou código de lei. No seu município predominou por muito tempo o regime do Estado sou eu. O município era ele. A lei era ele. O juiz, o delegado, o padre, era ele. Tudo isso, é lógico, dentro do decoro, da prudência, da polidez, da cordura que o seu nome de homem superior, inteligente, experimentado, abrangia, sem dizer que estava mandando. [...]. Os seus homens de confiança eram guardiões de segurança da cidade, do município, da redondeza. Vem daí, em grande parte, o seu prestígio, a sua força moral, perante o povo bom, honesto e simples do sertão. [...]. As famílias viviam unidas confraternizadas na dor, no sofrimento, na alegria, em torno do seu chefe (Carone, 1971, p. 87).

O Coronelismo era um sistema político que se baseava na concentração de poder nas mãos de líderes locais, os coronéis, que desempenhavam um papel vital na organização e na governança das comunidades rurais, exercendo influência sobre todos os aspectos da vida das pessoas que compartilhavam o mesmo território. Esse sistema, embora tenha sido essencial para a coesão social em algumas regiões, também apresentava desafios significativos em termos de abuso de poder e falta de instituições democráticas.

Uma das principais características era a relação de Clientelismo que se estabelecia entre os coronéis e a população local. Os coronéis exerciam controle sobre seus “currais eleitorais”, garantindo votos em troca de favores e benefícios, como empregos, proteção, acesso a recursos e soluções de problemas. Essa relação de dependência e troca de favores estabelecida entre o líder local e a população reforçava o poder do coronel.

Os laços familiares e a influência política desempenharam um papel decisivo na trajetória de Maria Dulce Barbosa, conferindo-lhe um lugar assegurado na arena política. Nascida em um ambiente onde prosperidade econômica e conexões com figuras políticas se entrelaçavam, Dulce encontrava-se imersa em um contexto que moldaria significativamente sua carreira política. O sistema ao qual Dulce estava inserida coaduna com a política da parentela.

É relevante destacar que essa abordagem não se restringe apenas a relações familiares, estendendo-se também a redes e formando uma ampla rede de ajuda mútua que define a dinâmica política na Paraíba extrafamiliares.

Dulce, inserida em um contexto marcado por estruturas coronelistas, patriarcais e mandonismo, personifica as relações intrincadas entre o poder, a família e a política. Essas relações oferecem insights valiosos sobre como essas estruturas, ao longo das gerações, têm desempenhado um papel marcante na definição dos destinos políticos e na manutenção de poder que, muitas vezes, desafiam os princípios democráticos.

2.3.3 A UDN e o PCB no Cenário Paraibano na Década de 40

De acordo com Cittadino (1998), as conjunturas internacional e nacional favoreceram o processo de abertura política dos anos quarenta, passando o Brasil a vivenciar uma experiência calcada na democracia. Com isto, os comunistas tiveram então a possibilidade de ressurgimento. Recuperando-se das perdas orgânicas, o PCB, que exigira a participação do Brasil na Guerra contra o nazifascismo e orientando seus militantes a se incorporarem à Força Expedicionária Brasileira, se reestrutura nacionalmente com a famosa “Conferência da Mantiqueira” em agosto de 1943.

O ano de 1945 marcou a transição do regime autoritário do Estado Novo no Brasil para a fase conhecida como democracia populista, iniciada em 1946. Esse período também foi marcado por movimentos em várias partes do país, incluindo a Paraíba, que reivindicavam a anistia para os exilados políticos da era Vargas.

Em Campina Grande, em fevereiro de 1945, ocorreu um evento notável no edifício Esial. Líderes locais como Plínio Lemos, Osmar de Aquino, João Santa Cruz de Oliveira, Alírio Vanderley e José Peba Pereira dos Santos organizaram um comício para promover a redemocratização do Brasil e pedir a libertação do influente líder comunista Luiz Carlos Prestes. Em 18 de abril, um decreto de Getúlio Vargas resultou na anistia de Prestes, que tinha passado nove anos na prisão, bem como de outros líderes, marcando um momento significativo na história política brasileira.

Cittadino observa que as expressões de apoio à democracia na Paraíba se intensificaram após o anúncio do término da Segunda Guerra Mundial em 8 de maio de 1945:

O fim da II Guerra Mundial na Paraíba foi acompanhado de comemorações que ganharam as ruas das cidades: comícios, passeatas, enterro simbólico de Adolf Hitler. Em todas as manifestações, a ligação com as reivindicações pela queda da ditadura de Vargas era feita de maneira automática (Cittadino, 1998, p. 25).

No dia 23 de maio do mesmo ano, Luiz Carlos Prestes liderou um grande comício no Rio de Janeiro, defendendo a redemocratização e anunciando seu apoio à união nacional em torno de Getúlio Vargas, alinhando-se ao movimento "Queremista". Na Paraíba, essa postura comunista foi refletida nos artigos escritos pelo jovem Baldomiro Souto.

Nos dias de hoje, quando os supremos interesses da Pátria e da Humanidade reclamam a união indissolúvel de todos os brasileiros, ele se bate pela UNIÃO NACIONAL em torno do presidente Vargas, combate à quinta-coluna e o fascismo, numa demonstração clara de amor à liberdade e à fraternidade (Souto, 1988, p. 18).

Cinco dias após esse evento, um decreto foi emitido para estabelecer eleições livres, agendadas para 2 de dezembro de 1945, abrangendo a presidência, senado e câmara dos deputados. Esse decreto também criou um ambiente propício para a legalização do Partido Comunista. No entanto, essa medida não garantiu a permanência de Getúlio Vargas no poder até a data das eleições e ele foi deposto em 29 de outubro de 1945.

Ainda antes da queda de Getúlio Vargas, duas grandes forças políticas começaram a dominar o cenário político brasileiro. De um lado, havia o Partido Social Democrata (PSD), fundado oficialmente em julho de 1945 com a orientação de Vargas. Este partido atraiu interventores estaduais, figuras centrais do extinto Estado Novo, além de comerciantes, advogados, proprietários rurais e outras personalidades proeminentes nos municípios e estados.

Por outro lado, surgiu a União Democrática Nacional (UDN), que se dedicava a derrubar Vargas e os interventores estaduais, preferencialmente através de intervenções militares. A UDN era notavelmente diversa, unida principalmente pelo anti-getulismo, e composta por militantes contra a ditadura, políticos marginalizados, profissionais liberais, jornalistas, empresários, intelectuais e membros do Partido Comunista do Brasil. Também contava com o apoio de partidos menores como o Democrata Cristão, o Republicano e o Liberal.

Na Paraíba, era possível identificar três correntes políticas distintas, cada uma representando diferentes forças econômicas e classes sociais às quais elas se alinhavam e em nome das quais expressavam suas opiniões.

Com origens no meio rural, mas com uma abordagem voltada para os centros urbanos, a União Democrática Nacional (UDN) na Paraíba se destacava pelo seu discurso focado na restauração das liberdades constitucionais, sem dar grande ênfase a questões sociais. Essa tendência se tornou dominante na política do Estado, unindo grupos que se opunham à ditadura de Vargas. Essa união incluía antigos adversários como José Américo e Argemiro de Figueiredo, ambos ressentidos com Getúlio. José Américo, sentindo-se traído pelo golpe de 1937 que o impediu de se tornar presidente, representava os interesses da classe média urbana ligada ao modelo agroexportador, dos intelectuais e dos estudantes, adotando uma abordagem populista e assistencialista, especialmente em relação ao Nordeste.

Argemiro, por sua vez, excluído em 1940 devido a intrigas políticas, era uma figura de liderança que defendia os interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e dos coronéis agropecuaristas do sertão, aos quais ele serviu durante seu governo de 1935 a 1940. Essa liderança lhe permitiu reunir e manter um forte apoio nesses setores, conferindo à UDN um caráter mais "sertanejo" (Blondel, 1994, p. 133).

A facção do Partido Social Democrata (PSD), empenhada em liderar o processo de "redemocratização" em curso, era comandada pelo ex-interventor Ruy Carneiro e, em Campina Grande, por José Joffily. Esses líderes representavam os interesses dos proprietários menores do interior e da burguesia industrial e comercial das grandes cidades, conferindo ao partido uma característica predominantemente litorânea, conforme enfatizado por Blondel. Essa orientação do PSD era reforçada pelo carisma populista de Rui Carneiro.

A terceira corrente era formada por intelectuais progressistas focados em assegurar avanços sociais. Dentro desse grupo, assim como em outras partes do país, começou a emergir um movimento de massa estimulado pelo colapso da Alemanha nazista em meados de 1945. Esse movimento contribuiu para a reorganização do então dissolvido Partido Comunista Brasileiro (PCB), destacando-se pela participação ativa de jovens intelectuais. Esse fenômeno era de certa forma notável, considerando o perfil ideológico do partido, cujos fundamentos marxistas estavam alinhados principalmente com os interesses da classe trabalhadora.

Na Paraíba, veteranos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) como João Santa Cruz, David Falcão, Leon Clerot e Carlos di Pace retomaram suas atividades políticas, acompanhados por uma nova geração de intelectuais de esquerda, incluindo Baldomiro Souto, Edésio Rangel de Farias, Danival de Carvalho, Geraldo Baracuhy, José Lucena e o ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Félix Araújo. Entre eles, Félix Araújo,

de Cabaceiras, destacava-se como um antifascista fervoroso e veterano da FEB, tendo se alistado voluntariamente. Contudo, o cerne do partido residia em Santa Cruz, que assumiu a liderança da seção paraibana do PCB, dedicando-se intensamente para promover os candidatos comunistas em caravanas por todo o Estado durante a campanha eleitoral daquele ano. Esta nova fase do partido também foi objeto de análise por Cittadino:

Durante o Estado Novo, os militantes do PCB foram duramente perseguidos, e o comunismo na Paraíba sofreu um profundo retrocesso; para a sua reorganização em 1945, o PCB teve que contar com a atuação de um novo grupo de integrantes, constituído, sobretudo de jovens intelectuais (Cittadino, 1998, p. 38).

Portanto, o renovado Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Paraíba era composto principalmente por intelectuais, alguns membros da classe média baixa e estudantes. O grupo compartilhava a defesa da liberdade democrática, influenciada pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, um forte senso de nacionalismo e o apoio a reformas sociais. Estes fatores eram mais preponderantes do que os próprios princípios filosóficos marxistas na identidade do partido.

2.3.4 A Percepção dos Eleitores sobre Dulce

Dulce era uma figura emblemática no cenário político, reconhecida pela população por sua personalidade forte. Sua abordagem ao enfrentar desafios lhe rendeu a alcunha de "mulher macho", um título que refletia sua capacidade de encarar qualquer situação. Dulce não recuava diante de obstáculos e estava disposta a ir às últimas consequências para defender seus interesses.

Lopes (2010), em seu livro “Queimadas: seu povo sua terra” destaca de que forma Dulce era vista pela comunidade:

Ela era reconhecida por todos os seus contemporâneos como uma mulher de personalidade forte e de uma inteligência rara, conseguindo com essas suas qualidades vencer barreiras e obstáculos, na época, quase intransponíveis, de uma sociedade conservadora, machista e patriarcal (Lopes, 2010, p. 140).

Conforme o autor destaca, Dulce era reconhecida pela população como uma mulher de personalidade forte. Essa característica se destacava aos olhos de seus contemporâneos, pois contrastava marcadamente com as expectativas sociais da época. Naquele período, não era comum que uma mulher adotasse uma postura tão assertiva e confiante; pelo contrário, esperava-se que as mulheres fossem dóceis, meigas e recatadas.

A firmeza de Dulce em suas convicções e ações era evidente em cada passo de sua jornada política. Ela não se intimidava diante dos obstáculos, estando sempre pronta para defender seus interesses com vigor e tenacidade. Essa postura não era apenas uma marca de sua personalidade, mas talvez uma estratégia necessária para navegar no ambiente político da época, marcado por conservadorismo, machismo e estruturas patriarcais profundamente enraizadas.

Conforme exemplifica Silva (2014), ao entrevistar o senhor José Maria Vital Ribeiro que enfatiza um pouco da personalidade de Dulce:

Ela enfrentava tudo, era uma mulher macho sim sinhô, briga para tudo que é lado, uma vez em Campina um caba falou dela, ela deu uma ‘surra’ em Edvaldo do Ó. O motivo real eu não sei, mas foi político com certeza, mas o que foi eu num sei. Foi em frente da antiga câmara dos vereadores subindo pra Maciel Pinheiro, ‘danole’ a mão e derrubou se pendurou no pescoço dele e sentou no pescoço dele e foi serviço. O motivo não sei, porque Edvaldo era uma pessoa calma, mas Dulce era temperamental demais, eu mesmo discuti muito com ela (Ribeiro, 2014 apud Silva, 2014, p. 63).

Segundo Silva (2014), o confronto envolvendo o senhor Edvaldo do Ó, teve relevância na época, e gerou manifestações de solidariedade dos aliados políticos a Dulce Barbosa. Em um dos principais jornais na época, no período em que ela esteve como representante na Câmara municipal de Campina Grande, esse incidente recebeu destaque em um dos principais jornais da época, o Diário da Borborema, que publicou uma nota “Argemiro de Figueiredo ao lado de Dulce Barbosa. Telegrama de solidariedade à vereadora de Campina Grande - Lealdade à sua correligionária”. Eis a notícia:

O senador Argemiro de Figueiredo manifestou-se, ontem, pela primeira vez, publicamente, a respeito do incidente havido entre a vereadora Maria Dulce Barbosa e o Sr. Edvaldo do Ó. Como era esperado, o ex-senador udenista preferiu ficar ao lado de sua correligionária distrital. A vereadora Dulce Barbosa recebeu, ontem, a seguinte mensagem telegráfica do quase chefe trabalhista paraibano: “Profundamente revoltado com o atentado que foi vítima minha distinta e ilustre amiga queira aceitar meus protestos de integral solidariedade. Confio você está recebendo conforto moral, nossa cidade que conhece dignidade sua vida pública e privada. Abraços. Argemiro de Figueiredo (Diário da Borborema, 11 de abril de 1958, apud Silva, 2014, p. 63).

O texto relata um episódio político significativo, destacando a posição do senador Argemiro de Figueiredo em relação a um incidente envolvendo a vereadora Maria Dulce Barbosa e o senhor Edvaldo do Ó. A manifestação pública do senador Figueiredo, um ex-senador udenista, a favor de sua correligionária distrital, a vereadora Dulce Barbosa, indica um forte apoio político e pessoal.

A escolha de Argemiro de Figueiredo em expressar sua solidariedade através de uma

mensagem telegráfica ressalta a seriedade com que ele tratou o assunto. Ele descreve o incidente como um "atentado", o que sugere uma percepção de agressão ou injustiça grave contra a vereadora. Ao mencionar a "dignidade" da vida pública e privada de Dulce Barbosa, Figueiredo não apenas oferece apoio moral, mas também enfatiza o respeito e a estima que ele tem por ela tanto como pessoa quanto como figura política.

Essa mensagem de solidariedade do senador pode ser vista como um gesto estratégico dentro do ambiente político, reforçando alianças e mostrando unidade diante de adversidades. Além disso, reflete a dinâmica de poder e as relações entre figuras políticas em um contexto de disputas e conflitos. O fato de o senador tomar partido publicamente também indica a importância do incidente no cenário político local e a necessidade percebida de manter uma frente unida diante do público e dos eleitores.

O jornal por sua vez também publicara uma nota de solidariedade do líder trabalhista o senhor João de Souza Castro a Dulce apontando que:

Na reunião da Câmara Municipal, na próxima quinta-feira, o líder trabalhista Sr. João de Souza Castro irá apresentar a casa, uma moção de solidariedade à sua colega de representação Dulce Barbosa, em face do incidente em que esteve envolvida com o Sr. Edvaldo do Ó (Diário da Borborema, 13 de abril de 1958, apud Silva, 2014, p. 63).

O episódio em questão gerou uma grande repercussão e evidenciou não apenas o apoio recebido por Dulce Barbosa, mas também ressaltou sua personalidade destemida e corajosa ao enfrentar o senhor Edvaldo do Ó. A manifestação de apoio por parte de seus aliados políticos reflete a admiração e o respeito que ela conquistou ao longo de sua trajetória política. A postura firme, adotada por Dulce, diante desse atrito, demonstra sua determinação em defender suas convicções e enfrentar desafios. Sua coragem em confrontar oponentes políticos e defender suas ideias contribuiu para que se tornasse uma figura respeitada no meio político.

A atitude dos aliados políticos de Dulce em apoiá-la diante desse conflito, que ficou documentado nos jornais, revela a importância da defesa de sua imagem naquela sociedade, onde os direitos e privilégios eram predominantemente concedidos aos homens. Essa manifestação de apoio demonstra preocupação em não deixar Dulce desamparada em meio às tensões políticas da época, evidenciando a valorização de sua figura e o reconhecimento de sua relevância para o político Argemiro de Figueiredo.

Silva (2014) fala sobre o estereótipo criado em torno da personalidade de Dulce, uma mulher inserida em um ambiente essencialmente masculino, que é o cenário político. Ela se

munia de táticas e estratégias para se sobressair nesse meio, construindo uma imagem rígida, a fim de se legitimar perante a sociedade.

Nesse sentido, podemos observar como uma mulher inserida em um ambiente essencialmente masculino que é o cenário político se mune de táticas e estratégias para se sobressair no meio, construindo uma imagem rígida, que até se assemelhasse à de um homem para poder se legitimar perante a sociedade, é também algo que facilita sua inserção no referido espaço. A “mulher-homem” é um estereótipo que será criado em torno de sua personalidade. Contudo, devemos ter em vista, que Dulce não é advinda das classes populares, ela nasceu e se desenvolveu com a influência do seu sobrenome na localidade e se configura posteriormente pelo apoio de líderes políticos importantes, porém, ela era mulher, e passível de estereótipos e para se blindar de tudo isso, ela faz um movimento para consolidar no imaginário social a imagem de uma pessoa que não se fragiliza diante dos acontecimentos, sendo assim, tão capaz quanto um homem para assumir determinadas posições (Silva, 2014, p. 69).

Silva argumenta que a construção de uma imagem forte era essencial para Dulce. Em um ambiente onde percepções sociais e expectativas de gênero tinham grande importância, a forma como ela se apresentava e era percebida tornava-se essencial. Esta imagem robusta e firme atuava como um mecanismo para que Dulce legitimasse sua posição, alcançando não apenas reconhecimento, mas também respeito e aceitação na sociedade. Sendo mulher, ela estava sujeita a estereótipos e, para se proteger contra eles, empreendeu um esforço para firmar no imaginário social a imagem de alguém inabalável diante das adversidades, demonstrando, assim, ser tão apta quanto um homem para assumir determinadas posições.

CAPÍTULO III

JOSILENE OLIVEIRA, A PRIMEIRA MULHER NEGRA NA POLÍTICA DE CAMPINA GRANDE EM 2020: UMA DISCUSSÃO INTERSECCIONAL SOBRE RACISMO E ESTRUTURAS DE PODER

Josilene Oliveira, vivendo no século XXI, enfrenta estruturas de poder que têm suas raízes profundamente fincadas na história do Brasil desde a época colonial. Essas estruturas, que incluem o Patriarcalismo, o Mandonismo, o Clientelismo, o Racismo e o Patrimonialismo, persistem ao longo do tempo, mantendo-se enraizadas na sociedade brasileira.

Essas estruturas, remanescentes de um passado colonial, revelam como aspectos históricos continuam a moldar e influenciar as experiências contemporâneas. Para indivíduos como Josilene Oliveira, esses desafios não são apenas teóricos, mas realidades diárias. Além dessas estruturas, Jô, sendo uma mulher negra, ainda enfrenta o racismo estrutural, o que exige resistência constante e a busca por mudanças sociais significativas. Compreender essas intersecções é essencial para entender os fatos e eventos que moldam a história que iremos contar sobre Jô a partir de agora.

3.1 O Patriarcado sob a Perspectiva das Teorias Feministas

O conceito de patriarcado é amplamente utilizado pelas teorias feministas, porém, ele ainda se encontra cercado de diversas interpretações, inclusive dentro da própria Ciência Política. A consolidação deste conceito traria maior centralidade aos estudos feministas inseridos neste campo de estudo. Para abordar a história de subordinação da mulher, é necessário repensar como é construída a Teoria Política e a Ciência Política em sua totalidade. Além disso, não pode ser uma questão de algumas mudanças pontuais. “Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de ‘patriarcado’” (Pateman, 1993, p. 40).

A interpretação do patriarcado como uma estrutura fundamental na organização da sociedade foi inicialmente apresentada por Kate Millet em 1975. Um dos princípios centrais da corrente feminista radical é derivado do livro “A política sexual” (1975), onde a autora desenvolve o conceito de “patriarcado”, destacando o poder como objetivo principal desse sistema. Millet argumenta que o poder político dos homens está presente em todas as dimensões da experiência humana.

Kate Millet argumenta que o “patriarcado”, embora possa adotar formas mutáveis, mantém sua dominação sexual de maneira persistente em nossa cultura, constituindo assim o conceito fundamental de poder. Para a autora, o “patriarcado” é uma instituição que efetua a operacionalização da divisão sexista, gerando e perpetuando princípios que estruturam a sociedade com hierarquias de gênero. Além disso, ela enfatiza que “o patriarcado é uma ideologia dominante que não admite rival; talvez nenhum outro sistema tenha exercido um controle tão completo sobre seus súditos” (Millet, 1975, p. 45).

Ainda para a manutenção desse sistema opressor, as práticas violentas dentro de casa sempre foram consideradas formas de “correção” tanto dos filhos, quanto das mulheres incautas que cometam certos “deslizes”. Lerner destaca que:

Por quase quatro mil anos, as mulheres moldaram sua vida e agiram sob o “guarda-chuva” do patriarcado, em particular, uma forma do patriarcado mais bem descrito como dominação paternalista. Essa expressão fala da relação de um grupo dominante, considerado superior, com um grupo subordinado, considerado inferior, em que a dominação é mitigada por obrigações mútuas e direitos recíprocos. O dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por manutenção. Na família patriarcal, as responsabilidades e obrigações não são distribuídas de modo semelhante entre aqueles a serem protegidos: a subordinação dos meninos à dominação do pai é temporária: dura até que eles mesmos se tornem responsáveis por suas casas. A subordinação das meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas podem escapar de tal dominação apenas caso se posicionem como esposas sob a dominação/proteção de outro homem (Lerner, 2019, p. 267).

Para a teórica feminista Bell Hooks, em sua obra “Ain’t I a woman?: Black woman and feminism”, o patriarcado foi reconfigurado para atender às necessidades do capitalismo avançado, abandonando as concepções tradicionais de direito paterno. Para Hooks, o patriarcado é definido como “o poder que os homens usam para dominar as mulheres, este não sendo apenas um privilégio das classes altas e médias dos homens brancos, mas um privilégio de todos os homens na sociedade sem olhar a classe ou a raça” (Hooks, 1981, p. 64). A autora introduz o conceito de “patriarcado branco”, que não apenas implica o exercício do poder político sobre as mulheres, mas também possui elementos racistas que agravam a subordinação dos corpos das mulheres negras. Hooks observa que o feminismo branco, por vezes, não demonstra um esforço para combater esse patriarcado racista.

Sobre o movimento negro dos anos de 1960, a autora aponta que ele foi uma reação contra o racismo. Contudo,

Há um outro elemento como uma ligação entre homens é a identificação do homem negro, que, assim como o homem branco, admite a violência como primeira forma de afirmar poder. Em última análise, “o racismo tem sido sempre uma força separadora de homens negros e brancos e o patriarcado tem sido a força que une esses dois grupos”

(Hooks, 1981, p. 72).

A teórica feminista Heleieth Saffioti (2014) propõe que o patriarcado esteja intrinsecamente ligado ao poder, mais precisamente aos mecanismos de legitimação e perpetuação desse poder. Ela enfatiza a importância de abordar o conceito de patriarcado de maneira politicamente direcionada a essas dimensões. Portanto, torna-se crucial a utilização desse conceito para referir-se, sobretudo, as relações de poder e dominação. Saffioti (2014), alinha com as teorias de Pateman e Walby, sustenta que o patriarcado não é uma relação de natureza privada, mas sim de natureza civil, que concede aos homens direitos sexuais sobre as mulheres.

De forma complementar, Saffioti (2014) assegura que o patriarcado assume a forma de uma relação hierárquica que permeia todos os estratos da sociedade, constituindo uma estrutura de poder fundamentada tanto na ideologia quanto na violência. A teórica argumenta que, com a manutenção e perpetuação do patriarcado, a trivialidade da violência contra as mulheres se torna uma consequência inevitável. No que diz respeito à ideologia, esta se manifesta nas crenças arraigadas em cada indivíduo acerca de comportamento e educação. Por exemplo, a associação das mulheres à delicadeza e dos homens à firmeza e seriedade é um reflexo desse sistema de valores.

Conforme a perspectiva de Saffioti (2014), a ordem patriarcal assegura aos homens não apenas a capacidade de reproduzir a vida social, mas também o controle sobre os meios de produção. Nesse contexto, os homens estabelecem relações hierárquicas que lhes concedem controle sobre as mulheres. Em contrapartida, as mulheres são relegadas a papéis que as consideram objetos sexuais dos homens, ao mesmo tempo em que são responsáveis por produzir e reproduzir a força de trabalho, seja ela remunerada ou não. Esse arranjo, portanto, se caracteriza como uma forma de dominação e exploração que se traduz em opressão contra as mulheres.

Durante as décadas de 1980 e 1990, com o surgimento da categoria de gênero como uma ferramenta analítica, o ‘conceito de patriarcado’ perdeu destaque nos círculos acadêmicos do feminismo. No entanto, Pateman e Saffioti, em especial, advogam pela importância de aprofundar a teoria social do patriarcado como uma via fundamental para compreender a opressão das mulheres nas sociedades contemporâneas.

Uma interpretação clássica e fundamental do conceito de patriarcado é a elaborada por Weber, o patriarcado representa um tipo ideal de dominação. De acordo com este autor,

sobre dominação:

(...) compreenderemos então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”) e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam *como se* os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência) (Weber, 2004, p. 191).

No pensamento de Weber, a estrutura patriarcal envolve a criação de laços pessoais entre senhor, os membros da família e também os servos. Sua fundamentação principal repousa na autoridade do chefe de família que se baseia na “crença da inviolabilidade” e no “arbitrio pessoal do senhor”, sempre circunscrito pelas normas “sagradas pela tradição” (Weber, 2004, p. 243).

A autoridade do chefe de família ou senhor se manifestava como uma forma de propriedade, abrangendo não apenas filhos, mas também a esposa e os servos. Assim, a transferência do controle doméstico, em caso de falecimento do senhor, possibilitava que seu sucessor adquirisse, entre outras coisas, o direito ao uso sexual das mulheres que eram de seu antecessor (Weber, 2004, p. 236).

A dominação do patriarcado, que, por sua natureza, remonta a uma fase pré-burocrática, estava destinada a ser superada e substituída pelo modelo burocrático-racional. Esse modelo enfatiza o papel da burocracia e da legalidade na governança social, priorizando a impessoalidade e a previsibilidade em contraposição à autoridade baseada na tradição e nas relações pessoais. A transição para essa ordem burocrática-racional representou uma mudança significativa na estrutura de poder e organização social com implicações profundas para o desafio do patriarcado nas sociedades ocidentais (Weber, 2004).

Entretanto, limitar a compreensão do patriarcado apenas à dinâmica familiar e à relação com os servos seria negligenciar sua dimensão política mais ampla em que os homens exercem autoridade sobre as mulheres. O patriarcado permeia toda a sociedade, não se restringindo exclusivamente às estruturas familiares. Notáveis teóricos como Heleieth Saffioti, Carole Pateman e várias outras argumentam em favor da relevância e da necessidade de empregar o conceito de “patriarcado” para analisar as complexas dinâmicas de poder entre os gêneros.

Essa abordagem se justifica pelo fato de o patriarcado configurar um tipo de hierarquia que permeia todos os estratos da sociedade, constituindo uma relação de natureza civil e não restrita ao âmbito privado. Saffioti (2014) adota o conceito de “patriarcado” como elemento

central para aprofundar a análise e lançar novas perspectivas de compreensão de todas as questões relacionadas à violência e à opressão exercida pelos homens.

O conceito de “patriarcado moderno” tem sua raiz na reinterpretação da teoria patriarcal clássica realizada pelos contratualistas, conforme Pateman (1993). Essa reinterpretação ocorreu de tal maneira que culminou no que conhecemos hoje como esse conceito, o qual serve de alicerce para a organização da sociedade civil no contexto capitalista.

Prosseguindo na análise, o patriarcado moderno está relacionado a uma forma de legitimação do poder, conforme mencionado anteriormente. Refere-se, especificadamente, à sujeição da mulher e o direito político que todos os homens exercem unicamente por serem do sexo masculino. A aplicação desse conceito enquanto um sistema de dominação masculina sobre as mulheres nos permite compreender que a dominação não está restrita apenas ao âmbito familiar, mas permeia várias esferas da sociedade.

O Patriarcalismo desempenha um papel integral na estrutura da sociedade, estando profundamente arraigado na cultura e nas vidas cotidianos tanto dos indivíduos quanto das categorias sociais coletivas, como homens e mulheres. Carole Pateman afirma que “toda a sociedade civil é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública” (Pateman, 1993, p. 167).

3.1.2 Gênero e Patriarcado

Conforme destacado pela historiadora Joan Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995), o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. A autora também argumenta que esse conceito enfatiza a produção de novas questões, possibilitando uma análise em conformidade com a contemporaneidade e, conseqüentemente, as desigualdades entre os gêneros. Ainda sobre o conceito,

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo da definição repousa /numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 86).

A autora retoma a abordagem com o objetivo de desconstruir certos pressupostos do pensamento ocidental, como a oposição frequentemente considerada universal e atemporal

entre homem e mulher. Joan Scott, influenciada pelo pensamento de Michel Foucault, concebe o gênero como um sistema de conhecimento que se debruça sobre as diferenças sexuais. Considerando a íntima ligação entre conhecimento e poder, sendo, em sua perspectiva, a maneira primordial de dar significado a essas relações.

Fundamentada nessas bases teóricas, a autora, chega à conclusão de que o gênero é uma construção de entendimento das diferenças sexuais, muitas vezes moldando-as dentro de uma estrutura rígida e dualística. Nos estudos de Scott, seu interesse se concentra em compreender como os significados culturais que perpetuam as desigualdades e, por conseguinte, as relações hierárquicas, são construídos.

Heleieth Saffioti (2014) afirma que o conceito de gênero está longe de ser neutro, e, na verdade, carrega consigo uma ideologia patriarcal que desvia a atenção do verdadeiro propósito da estrutura de poder desigual entre homens e mulheres. Para a autora, o conceito de gênero não aborda profundamente dominação-exploração, mas, mesmo assim, é uma noção valiosa, rica e necessária. Portanto, pode-se compreender que o conceito de relações de gênero não veio para substituir o de patriarcado, mas sim para descrever as condições intersubjetivas que são legitimadas pelo poder patriarcal.

O gênero não se limita meramente a uma categoria de análise, embora demonstre uma capacidade substancial nessa função. É também uma categoria histórica, e a sua investigação requer um significativo intelectual, como destacado por Saffioti (2014). É essencial ter em mente que o patriarcado está em constante transformação, assim como os demais fenômenos sociais.

Por isso, abandoná-lo

(...) representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela Teoria Política Feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. (...). Grande parte da confusão surge porque o “patriarcado” ainda está por ser desvincilhado das interpretações patriarcais de seu significado. (...). Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (Pateman, 1993, p. 39-40)

Podemos observar que patriarcado representa uma relação de poder estruturante essencialmente masculina, embora tenha passado por mudanças ao longo da história. É evidente que a única solução para a erradicação da exploração e dominação é superar essa estrutura.

Deve-se atentar ao fato de que a dominação masculina é estruturante. No entanto, o patriarcado assume várias formas e se adapta em diferentes dimensões e estruturas, evoluindo ao longo do tempo. O indivíduo do sexo masculino desempenha o papel central do sistema patriarcal, detendo direitos e poder sobre as mulheres.

Por outro lado, o gênero não é estático, sendo caracterizado por fluidez, capacidade de transformação e reconstrução. Isso abre a possibilidade de uma visão positiva. Essa abordagem de gênero ressalta a intersubjetividade das feministas que exploram esse conceito. A perspectiva sugere que, eventualmente, por meio de desconstruções culturais, essas poderão ser modificadas.

Encerrando essa reflexão, é imprescindível destacar a valiosa contribuição significativa dos autores no que tange ao entendimento do patriarcado e à pesquisa sobre gênero. Importante notar que não existe uma rivalidade por supremacia entre esses conceitos, uma vez que não se excluem mutuamente. Ao contrário, eles apresentam a capacidade de se complementarem de maneira produtiva.

3.1.3 Colonialidade e Gênero: Uma Análise Crítica da História e do Poder na Sociedade Brasileira

Maria Lugones (2020), socióloga e feminista argentina, inspirada nas ideias de Quijano, entende que a colonialidade vai além da questão racial. Trata-se de uma visão de mundo hegemônica cis-hetero-patriarcal-opressora que definiu o lugar de existência de determinados corpos, incluindo o da mulher. O fenômeno é, de fato, muito mais abrangente, pois constitui um dos 'eixos do sistema de poder', influenciando o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade. Esse domínio estende-se, principalmente, à produção de conhecimento a partir dessas relações intersubjetivas. Assim, “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho está intrinsecamente ligada à colonialidade”, segundo Lugones (2020).

A mulher, dentro da história produzida por uma matriz eurocêntrica, foi silenciada e não se limita a ser uma mera figura em uma história feita pelo 'outro', que não representa necessariamente a sua realidade. Esta história, por assim dizer, relegou as mulheres a uma lógica de subserviência e subalternidade em relação ao papel do homem na sociedade. Nessa

perspectiva, aquelas que foram denominadas 'mulheres' sempre representaram o 'outro' e foram marcadas pelo gênero. Daí surge o conceito de 'tornar-se mulher' de Beauvoir (1949), um ato simbólico representativo que ainda hoje representa alto risco e perigo para a existência feminina. Neste contexto, enfrentamos também a falácia androcêntrica, que permeia todos os constructos mentais da civilização ocidental. Essa realidade não pode ser retificada simplesmente com a 'adição de mulheres' (Lerner, 2020), pois a civilização foi construída sobre a base da violência física e sexual contra as mulheres e pelo seu conseqüente apagamento.

A marcação dos corpos das mulheres pelo patriarcado, ancorado na relação entre colonialidade e modernidade, combina violência e sedução, além do mito da família e do amor, aspectos que Márcia Tiburi considera ser possível ressignificar por meio do feminismo. Para as mulheres brancas, a colonização e a civilidade foram mascaradas sob a 'ideologia do amor e devoção à família' (Tiburi, 2019). No entanto, é crucial entender que mulheres brancas e mulheres negras enfrentam e enfrentaram preconceitos em diferentes escalas e proporções.

Observando com maior criticidade, percebemos que, enquanto à mulher branca foi concedido o silêncio, às mulheres negras foi imposta a mordada, a 'máscara do silenciamento', que ainda hoje simboliza o projeto colonial em sua totalidade (Kilomba, 2019). Os confrontos que problematizamos voltam-se, portanto, principalmente para uma estrutura social que estabelece diferenças entre mulheres, brancas e negras, e suas funções na sociedade. Existe, assim, um discurso patriarcal e misógino que constrói narrativas sobre as relações de gênero, reforçando e definindo papéis específicos para mulheres e homens.

Segundo Kilomba, a mulher, em tempos coloniais, não foi escolhida para ser protagonista de suas ações diárias, mas sim relegada a ser um objeto, incapacitada e silenciada desde o nascimento. Este cenário reflete um passado que sustentou a ideia de uma família patriarcal, na qual as mulheres brancas eram vistas como procriadoras dos herdeiros oficiais, enquanto as mulheres negras representavam um Brasil que, culturalmente, ainda persiste.

No Brasil, mesmo com suas diversas regiões e diferentes formações sociais, a presença da colonialidade era predominante, e Campina Grande não estava à margem dessa estrutura. Era uma região caracterizada pela cultura coronelista, na qual famílias oligárquicas dominavam alternadamente o poder local. Zanella (2001) considera esse poder não como algo que se adquire ou se detém, pois, não sendo uma propriedade ou mercadoria, ele circula no meio social, pertencendo à ordem das práticas. O poder provém de múltiplos pontos da rede social; não

existe uma fonte única onde ele se concentre e de onde emane. Assim, o poder deve ser pensado não apenas nas grandes estruturas macropolíticas do Estado e da sociedade, mas também em sua abrangência e na pluralidade de suas práticas, ou seja, em seu dinamismo.

3.1.4 Racismo: A Construção de um Mito Sobre a Inferioridade

Ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, O racismo não deve e não pode ser encarado, fundamentalmente no sistema de exploração que legitimou a opressão e a subjugação de negros/as durante o Período Colonial através do processo de Escravização. Com o passar dos séculos, o racismo consolidou-se ideologicamente e estabeleceu-se como um discurso teórico, sobretudo, no final do século XIX, em um cenário político pós-abolicionista, quando a elite intelectual começou a considerar o negro como um objeto de estudo científico.

Nesse aspecto, Jaccoud (2008), observa:

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. [...]. Nesse novo contexto, entretanto, a valorização da miscigenação e do mulato continuaram propiciando a disseminação de um ideal de branqueamento como projeto pessoal e social (Jaccoud, 2008, p. 49).

As concepções do racismo científico europeu, que prevaleceram do século XVIII até o final do século XIX, tinham como objetivo validar a crença na superioridade biológica da raça branca em relação à "raça" negra. No Brasil, essas ideias exerceram influência sobre um grupo de intelectuais, incluindo médicos, historiadores, escritores, entre outros, que se congregaram em diversas instituições científicas a partir do século XIX. O propósito desses intelectuais era apresentar modelos teóricos que introduzissem um novo pensamento sobre a identidade nacional sob uma perspectiva científica. A respeito disso, Schwarcz (1993), traz a seguinte contribuição:

As construções teóricas de tais “homens das ciências” que dentro das instituições das quais participavam tendiam se autorepresentar como fundamentais para as soluções e os destinos do país, constituem, portanto, material privilegiado para a recuperação do período. Muitas vezes radicais em suas propostas, ou vistos como “estrangeiros” devido ao estranhamento que suas ideias geravam, esses intelectuais não apenas conheceram um momento de maior visibilidade e relativa autonomia, como buscaram formular, pela primeira vez, modelos globalizantes, estudos pioneiros, na tentativa de buscar uma lógica para toda a nação (Schwarcz, 1993, p. 40).

As opiniões acerca da miscigenação no Brasil divergiam significativamente entre o grupo de intelectuais. Por um lado, havia aqueles que adotavam uma perspectiva determinista e

pessimista, acreditando que o processo de miscigenação resultaria em "problemas" sociais. Por outro lado, existiam defensores de uma visão progressista, que argumentavam que a mistura de raças contribuiria para o avanço da nação. Isso se devia ao fato de que a raça branca era considerada superior e, portanto, mais "civilizada". A esse respeito, Albuquerque & Filho (2006), analisam:

[...] Casos de doença mental, epilepsia e alcoolismo, dentre outros males, eram considerados consequências da mistura de raças [...]. Mas para outros era justamente a miscigenação que garantiria a civilização no Brasil. Desse modo a "raça branca", considerada mais evoluída, corrigiria as marcas deixadas na população brasileira por aquelas tidas como "raças inferiores", negros e índios (Albuquerque & Filho, 2006, p. 205).

No entanto, as barreiras para a integração na sociedade brasileira foram colocadas sobre os próprios negros, que muitas vezes, foram culpabilizados pelas condições precárias de vida e pela situação de pobreza. Além disso, também refletiu a perpetuação de estereótipos por meio de uma estratégia ideológica que justificava a falta de oportunidades, como a inserção no mercado de trabalho, atribuindo-a à suposta "incapacidade" inerente à raça.

Nesse cenário, os negros foram direcionados para empregos informais e ilegais, além de terem que aceitar trabalhar nas casas e fazendas de antigos empregadores devido à substituição de mão de obra por imigrantes durante o início da industrialização.

Ao fim da escravidão [...] a população livre e pobre [...] encontrava-se em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra. Por sua vez, o acesso à instrução também não fora garantido por políticas públicas, não sendo sequer acolhido como objetivo ou garantia de direitos na Constituição de 1891. No mercado de trabalho, a entrada massiva de imigrantes europeus deslocava a população negra livre para colocações subalternas. Esse processo foi marcado tanto por uma ausência de políticas públicas em favor [...] à população negra livre (Theodoro, 2008, p. 37).

O mito da democracia racial é uma teoria que propõe a existência de uma convivência harmoniosa e igualitária entre diferentes raças no Brasil, particularmente entre brancos, negros e indígenas. Segundo essa teoria, o Brasil teria superado o racismo e a discriminação racial, oferecendo iguais oportunidades e tratamento justo para todos os seus cidadãos, independentemente de sua cor ou origem étnica. No entanto, essa ideia não reflete a realidade histórica e social do país.

Indiscutivelmente, essa visão romantizada das relações étnico-raciais se transformou em um discurso político-ideológico que perpetuou a discriminação contra os negros, atribuindo-lhes a responsabilidade por suas desigualdades em vários setores da sociedade brasileira. Como

resultado, isentou o Estado brasileiro de suas responsabilidades na promoção de políticas efetivas e vigorosas para superar as questões sociais, conforme analisa Verdecanna (2009):

O mito acabou sendo prejudicial à democracia racial brasileira ao atribuir os dramas da população de cor da cidade à irresponsabilidade do negro, isentar o branco de obrigações, solidariedade e responsabilidade coletivas dos efeitos “sociopáticos” da abolição, reavaliar as relações entre brancos e negros, e forjar uma falsa consciência da realidade racial brasileira. Com ideias como a de que o negro não tem problemas no Brasil, não há desigualdade no país, as oportunidades são iguais para todo [...] (Verdecanna, 2009, p. 97).

Também é fundamental ressaltar o papel ativo do Movimento Social Negro brasileiro entre os anos de 1930 e durante as lutas pela redemocratização do país na década de 1970. Suas ações foram voltadas para o reconhecimento, a denúncia e a inserção do racismo no debate político, assim como para a desconstrução da imagem de um "paraíso racial" que foi construída no imaginário coletivo da sociedade brasileira. Além da relevância desses movimentos, Gomes (2005) destaca os estudos acadêmicos e as instituições governamentais que comprovaram a existência do racismo e das desigualdades raciais entre brancos e negros no Brasil:

Essa imagem de “paraíso racial” [...] tornou-se muito aceita pela população brasileira. Através de vários mecanismos ideológicos, políticos e simbólicos, ela foi introjetada (e ainda é) pelos negros, índios, brancos e outros grupos étnico-raciais brasileiros. Porém, a atuação do Movimento Negro e, conseqüentemente, a construção de um debate político sobre a situação dos negros no Brasil, bem como a realização de pesquisas por acadêmicos e instituições governamentais, têm comprovado existência do racismo e, conseqüentemente, a desigualdade racial entre os negros e os brancos [...] (Gomes, 2005, p. 59).

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo no reconhecimento e na necessidade de reparação das injustiças sociais acumuladas e veladas ao longo da história brasileira. No contexto jurídico, várias conquistas foram efetivadas, incluindo a classificação do racismo como crime inafiançável e imprescritível, a proteção legal dos documentos das comunidades quilombolas, a garantia de direitos relacionados à identidade, gênero, raça, orientação sexual, entre outros.

Em 2001, na “III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas” foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul. O evento contou com a participação de líderes governamentais, organizações internacionais e intergovernamentais, ONGs, Movimentos Sociais e outros atores. Após a Conferência, o Estado brasileiro finalmente reconheceu que a Escravidão e o Tráfico de Escravos eram considerados crimes contra a comunidade negra. Em sua Declaração e Programa de Ação, expressou as responsabilidades dos Estados envolvidos

na restauração e na promoção da dignidade das pessoas racialmente discriminadas.

Em 2001, o Estado brasileiro participou da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, fórum em que a escravidão e o tráfico de escravos foram reconhecidos como crimes contra a humanidade - o que, por sua vez, reforça a luta por reparação humanitária ao povo negro. [...] A participação do Estado brasileiro nessas convenções evidencia uma tendência dos governos em *assumir* a postura de adesão a essas normas internacionais [...] (Cavalheiro, 2005, p. 66).

Nos últimos anos, temos observado um aumento na intensidade das lutas coletivas, todas com o objetivo de combater a opressão e a desigualdade que marcam a vida da população negra. Essas ações têm provocado reflexões sobre a necessidade de implementar políticas voltadas para a inclusão étnico-racial e para o combate ao racismo e à discriminação racial no território brasileiro.

Podemos destacar alguns progressos alcançados por meio dessas lutas, incluindo: a promulgação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na educação; a promulgação da Lei nº 7.437/05, que classifica o racismo como crime inafiançável; a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; e a implementação de sistemas de cotas nas universidades públicas.

Apesar de alguns progressos, ainda é necessário empreender várias ações para preencher as lacunas existentes, a fim de permitir que esse segmento étnico-racial conviva e desfrute de uma democracia racial com igualdade de direitos. Além disso, é fundamental reconhecer e dar visibilidade às suas histórias, culturas e diversidades.

3.2 Uma Mulher Negra na Política Campinense: Contextualizando a História de Josilene Oliveira

Josilene Maria de Oliveira nasceu em Campina Grande, em 29 de junho de 1981, filha de Dona Basta, uma mulher negra, trabalhadora doméstica e mãe solo. Ela estudou sempre em escola pública e graduou-se em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde também concluiu o mestrado na área. Sua atuação política teve início no movimento estudantil, chegando a fazer parte do Centro Acadêmico de Serviço Social e concorrendo às eleições do Diretório Central dos Estudantes da UEPB. No segmento das juventudes, sua militância começou com a participação nas atividades da Pastoral da Juventude do Meio

Popular (PJMP) e, posteriormente, ela integrou a Associação de Juventude pelo Resgate à Cultura e Cidadania (AJURCC), da qual tornou-se sócia fundadora.

A história familiar de Jô Oliveira é caracterizada pela presença de três mulheres: sua mãe, uma tia e sua madrinha. Essas mulheres desempenharam papéis fundamentais em sua formação. Jô encontrou nas mulheres de sua família os exemplos necessários para enfrentar os desafios da vida e da carreira política. Elas lhe ensinaram que a força feminina é poderosa e transformadora, e que a união e o apoio mútuo entre mulheres, podem superar qualquer obstáculo. Jô Oliveira relata suas origens e declara:

Sou filha de uma mulher negra, trabalhadora doméstica, mãe solo, que foi criada por uma tia-avó, lavadeira de roupa, costureira de ganho, como se dizia. Minha tia e minha madrinha, junto com a minha mãe, todas essas mulheres voltadas ao trabalho doméstico, são essas mulheres negras responsáveis por minha criação. Então, toda a minha casa, toda a minha experiência de criança, não havia essa presença masculina [...] (Oliveira, 2022, p. 3).

A história da autora é marcada por uma linhagem de mulheres fortes e resilientes, uma narrativa que reflete a realidade de muitas famílias ao redor do mundo. Filha de uma mulher negra, mãe solo e trabalhadora doméstica, ela foi criada em um lar onde as figuras femininas dominavam, tanto em número, quanto em influência. Sua mãe, criada por uma tia-avó que desempenhava múltiplos papéis de lavadeira de roupa à costureira de ganho, perpetuou o legado de força e determinação na criação da própria filha.

Nesse ambiente familiar, caracterizado pela ausência de uma figura paterna, a autora foi cercada por modelos femininos que desempenhavam papéis tradicionalmente associados ao universo feminino, como o trabalho doméstico. Essas mulheres, não apenas cuidavam do lar e da família, mas também sustentavam economicamente o lar com seus trabalhos. Elas personificavam a perseverança, a ética do trabalho e a capacidade de superar adversidades, características que indubitavelmente influenciaram a autora em sua jornada de vida.

A experiência de crescer em um lar sem presença masculina é significativa. Enquanto em muitas culturas a figura paterna é vista como a principal provedora e protetora, nesta família, esses papéis foram assumidos por mulheres. Isso não apenas desafia os estereótipos de gênero tradicionais, mas também destaca a capacidade das mulheres de serem autossuficientes e de assumirem múltiplos papéis dentro da estrutura familiar.

Além disso, a realidade de ser criada por mulheres negras trabalhadoras, num contexto social que frequentemente marginaliza e subvaloriza tanto as mulheres quanto os negros,

adiciona outra camada de complexidade à experiência da autora. Ela testemunhou de perto as lutas contra o racismo e o sexismo, assim como a força necessária para enfrentar tais desafios. Essa vivência, provavelmente, tenha ampliado sua compreensão sobre questões de igualdade, justiça social e a importância da resiliência. Na figura 4, apresenta-se a imagem de Jô Oliveira com sua mãe Dona Basta.



Figura 4: A mãe da política, Dona Basta, é uma de suas grandes referências, 2020 (créditos: reprodução Instagram)

Josilene compartilha conosco suas vivências na Feira Central e destaca a predominância de mulheres nesse ambiente:

Eu nasci e cresci na Feira Central de Campina Grande. Sou apaixonada pela feira, gosto de comer picadinho e quebra-queixo lá. É desse lugar que tenho como referência, sempre foi o lugar onde tinha de tudo, então qualquer coisa que precisássemos estava na feira, porque era esse lugar de possibilidades. Minha mãe ainda mora lá hoje e não há quem a faça sair de lá, porque ela diz que pode colocar água no fogo e comprar o pó de café que a água não ferve. Então, nesse lugar, a referência é sempre muito importante. E, falando um pouco sobre o que você mencionou sobre a feira, eu sempre percebi a presença feminina lá. Sempre foi marcante para mim, pois ia com minha avó, minha mãe, minha tia e minha madrinha, cada uma em um horário diferente. Ia várias vezes à feira no mesmo período e sempre via muitas mulheres. Elas são a maioria absoluta na condição de vendedoras de frutas, verduras e outras coisas, vemos até mesmo no setor de carnes, que costuma ser um espaço muito masculino, mas ainda assim encontramos mulheres lá (Oliveira, 2022, p. 20-21).

Jô é uma mulher que nasceu e cresceu na Feira Central de Campina Grande e sua paixão por esse lugar é evidente em cada palavra que pronuncia. Ela descreve a feira como um local mágico, onde se pode encontrar de tudo, um verdadeiro refúgio de possibilidades. Entretanto, quando Jô fala sobre a feira, uma ternura especial emerge em suas palavras ao mencionar sua mãe. A ligação entre elas e com a feira é profunda, o que torna o lugar ainda mais especial para Jô, pois é ali que residem não apenas sua mãe, mas também suas memórias de infância, sua história e suas raízes. A predominância das mulheres na feira não passa despercebida por ela, desde as vendedoras de frutas e verduras, até mesmo no setor de carnes, que costuma ser

dominado por homens. Essa presença feminina é um testemunho da força e determinação das mulheres naquele espaço que Jô tanto ama.

Portanto, a história da autora é um testemunho poderoso sobre o papel das mulheres na formação do indivíduo e na manutenção da família. Ela destaca o impacto significativo que as mulheres podem ter na criação de uma nova geração, especialmente, em um contexto de adversidades sociais e econômicas. A experiência de crescer em um lar matriarcal, dominado pela força feminina, não apenas fornece uma perspectiva única sobre o papel das mulheres na sociedade, mas também celebra a capacidade delas de superar barreiras e moldar o futuro.

Jô Oliveira e sua família, assim como muitos em situações de classe menos favorecida, enfrentaram diversas barreiras significativas em seu cotidiano. Esses desafios variaram desde questões financeiras imediatas até impactos de longo prazo nas oportunidades educacionais, na saúde e no bem-estar geral. Jô Oliveira foi uma exceção; mesmo enfrentando dificuldades econômicas e estudando sempre em escola pública, conseguiu se graduar e fazer uma pós-graduação em Serviço Social, sendo a primeira de sua família a conquistar tal feito.

Jô foi educada em escolas públicas desde o início, locais que lhe proporcionaram a oportunidade de desenvolver uma base sólida de conhecimento e de formar sua própria visão de mundo. Durante sua trajetória educacional, a influência e o incentivo de sua mãe foram fundamentais, pois ela via na educação uma ferramenta eficaz para a transformação pessoal e social de sua filha. Jô Oliveira fala sobre o assunto:

Minha mãe sempre teve uma opinião sobre tudo, embora dentro da forma como ela compreende, não é? Sem ter esse olhar acadêmico, sem essa coisa que a gente muitas vezes só dá credibilidade quando há uma série de elementos por trás. Mas ela sempre teve opinião sobre futebol, política, religião, entre outros. Portanto, é sempre importante destacar isso. Acima de tudo, é a perspectiva que ela apontou e aponta para a educação, como alternativa de mudança de vida, como alternativa de transformação, como possibilidade de ter uma vivência diferente da dela. Isso me trouxe a este lugar e me colocou inclusive nessa condição, como uma pessoa formada em serviço social, assistente social, que tem o mestrado exatamente por esses estímulos. Onde ela sempre entendeu que a educação é esse lugar que permitiria ter uma outra vivência, para além daquela que eu já experimentava com elas no trabalho doméstico (Oliveira, 2022, p. 3).

A declaração de Jô Oliveira, ao refletir sobre a influência de sua mãe em sua trajetória educacional e profissional, oferece uma perspectiva valiosa sobre a importância do incentivo familiar na formação de um indivíduo. Ela destaca o papel fundamental de sua mãe, que, mesmo sem uma formação acadêmica formal, reconhecia a educação como uma ferramenta essencial para a transformação pessoal e social. Essa observação sublinha a importância de valorizar diferentes formas de sabedoria e perspectivas, não apenas aquelas que são tradicionalmente reconhecidas no ambiente acadêmico.

Além disso, a narrativa da autora reflete a interseção entre educação e mobilidade social. Ela destaca como a educação não apenas a capacitou profissionalmente como assistente social, mas também a ajudou a transcender o contexto socioeconômico de sua criação. Isso demonstra que o acesso à educação pode ser um fator significativo na quebra de ciclos de desvantagens socioeconômicas.

Mas vejam bem, quando eu cheguei à universidade, eu tinha uma ideia limitada do serviço social e da dinâmica envolvida nessa área (risos). Era a ideia de fazer ação social, que estava presente na igreja, para ajudar aos pobres. Infelizmente, essa era a visão que eu tinha do lugar onde fui formada e que achava que precisava estar lá. É aí onde está a grande questão! A gente precisa sair desse processo de alienação que estamos todas inseridas! E assim, foi fundamental para mim essa chave em relação à universidade e à profissão que eu estava escolhendo. Mas acima de tudo, esse lugar em que me coloco na luta de classe, inclusive que fazendo questão de afirmar hoje que sou uma sujeita comprometida com a defesa da classe trabalhadora (Oliveira, 2022, p. 4).

Oliveira (2022) compartilha os impactos significativos que a educação teve em sua percepção de identidade e posição social. “Mas uma coisa é saber disso, e outra é ter elementos para racionalizar, identificar quem você é e entender em que lugar está na luta de classe”. Ao iniciar o curso de Serviço Social, ela pôde compreender teorias sobre classes sociais, o que foi de suma importância para aprofundar seu entendimento sobre si mesma. Embora sempre tivesse consciência de ser uma jovem mulher negra e de origem humilde, foi através da educação que ela conseguiu fundamentar e racionalizar essa percepção. Este processo a ajudou a identificar seu lugar na estrutura das classes sociais, proporcionando uma reflexão mais profunda sobre o tema, algo que muitas vezes é conhecido, mas não plenamente explorado ou compreendido.

Sua jornada acadêmica no Serviço Social foi um ponto decisivo, onde ela não apenas adquiriu conhecimento acadêmico, mas também ferramentas para analisar e entender melhor sua identidade como uma jovem mulher negra e pobre. Este entendimento não se limitou ao reconhecimento de sua situação, mas expandiu-se para uma análise crítica de como essas identidades se encaixam no contexto mais amplo das estruturas de classe e opressão.

Mas é importante o que pensamos quando falamos sobre Educação. Já temos legislações que precisam ser mencionadas o tempo todo, como a Lei 10.639, que torna obrigatória a história do ensino da África e a contribuição da população negra na formação do nosso país, considerando sua dimensão histórica, econômica, social e política. Tudo isso foi construído literalmente com o nosso sangue, com nossos durante 388 anos, e mesmo após a falsa liberdade, ainda continuamos no mesmo lugar. É importante destacar isso. Quando avaliamos, por exemplo, a Lei 10.639, os debates nas escolas públicas ou privadas ainda dependem muito do entendimento de cada profissional, de cada professor, de cada gestor. Cada um é afetado de forma diferente pela temática e percebe a importância de levar isso para a sala de aula (Oliveira, 2022, p. 11).

A educação, portanto, para Jô Oliveira, foi mais do que a aquisição de habilidades acadêmicas; foi um meio de capacitação para se tornar uma agente de transformação social. A

conscientização adquirida através da educação permitiu que ela identificasse as desigualdades, preconceitos e injustiças presentes na sociedade, incentivando-a a buscar mudanças não apenas para si mesma, mas também para sua comunidade.

A inserção de Jô Oliveira na política destaca-se pela ausência de apoio de algum político ou influência familiar, como mencionado anteriormente. Josilene encontrou sua base política inicialmente nos movimentos estudantis, refletindo um engajamento pessoal em questões sociais e políticas. Mais tarde, um questionamento dentro do grupo da Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania (AJURCC) no distrito de São José da Mata, do qual Jô Oliveira fazia parte, desempenhou um papel crucial em sua entrada na arena política, mas ela revela que foi no seio familiar que aprendeu a viver de forma coletiva.

Foi nesse ambiente com essas mulheres, as mulheres negras, que eu aprendi a pensar de forma coletiva. Porque assim, sempre que precisava encaminhar algumas coisas, precisava resolver alguma questão, era um momento sempre muito dialogado, com a minha mãe, com a minha tia, com a minha madrinha e com a minha tia avó. Então essa dinâmica de sentar-se, conversar, debater e resolver muitas vezes as coisas, parte muito dessa dinâmica da minha casa. Então, desde cedo quando eu me colocava nas disputas para presidência da turma e coisas do tipo, eu sempre ouvia que era a enxerida, que estava se colocando no processo. Mas, era também uma dinâmica que já vinha da minha casa: nós fazíamos debates para decidir o que precisava ser feito, se fosse para ir à feira, ao centro ou ao mercado e eu geralmente acabava sendo a escolhida para ir. Então, é sempre bacana mencionar isso (Oliveira, 2022, p. 3).

O relato de Jô Oliveira sobre suas experiências com mulheres negras e sua forma de aprender a pensar de forma coletiva dentro do ambiente familiar é inspirador e revela uma importante dimensão da cultura e do empoderamento dessas mulheres. No entanto, também nos faz refletir sobre como a sociedade muitas vezes desvaloriza a participação das mulheres, especialmente quando elas se destacam e assumem papéis ativos em sua comunidade.

Jô enfrentou comentários que a rotulavam como "enxerida" por se envolver em processos de tomada de decisão e disputas, como a presidência da turma. Esses rótulos refletem uma sociedade que, muitas vezes, desencoraja as mulheres, especialmente as jovens, a assumirem papéis de liderança e a expressarem suas opiniões de forma assertiva. Essa atitude é prejudicial e limitante, não apenas para as mulheres, mas também para a sociedade como um todo, que perde a oportunidade de se beneficiar das contribuições valiosas que as mulheres podem oferecer.

A dinâmica familiar descrita por Jô, em que o diálogo, o debate e a resolução de problemas eram incentivados, é um exemplo de como as famílias podem desempenhar um papel fundamental na formação de indivíduos que pensam de forma crítica e agem de maneira

colaborativa. É importante reconhecer e valorizar essas experiências, pois elas moldam futuros líderes e cidadãos comprometidos com o bem-estar da comunidade.

3.2.1 Jô Oliveira: Desafios e Perspectivas nas Intersecções de Classe, Gênero e Raça

Josilene Oliveira, em sua fala, na Conferência, sobre interseccionalidade, falando sobre suas experiências, afirma que nem sempre racionalizamos, nem sempre temos a percepção, mas todos nós somos atravessados por todas essas categorias e situações

Particularmente, minha trajetória é muito atravessada por todas essas categorias que fundamentam a interseccionalidade, seja em termos de classe, gênero ou raça. Aqui, é importante ressaltar que uso o termo “raça” no sentido de categoria política, com o objetivo de ressignificar a forma como foi utilizada para nos hierarquizar e inferiorizar. Nesse contexto, inclusive, em toda a sua trajetória religiosa, científica e, enfim, da forma como ela foi utilizada. Que hoje eu faço questão mesmo de frisar esse lugar da raça como categoria política (Oliveira, 2022, p. 2).

Josilene, expressa uma jornada pessoal atravessada por questões significativas que sustentam o conceito de interseccionalidade, abordando especificamente as categorias de classe, gênero e raça. O uso do termo “raça” é ressaltado como uma categoria política, com o intuito de redefinir seu significado original, que historicamente serviu para hierarquizar e oprimir. A escolha consciente de ressignificar o termo “raça”, como uma categoria política, sugere uma atitude ativa em relação à desconstrução de estruturas opressivas buscando desvinculá-la de noções biológicas ultrapassadas que historicamente foram usadas para justificar a exploração e a discriminação sistemática de certos grupos.

A interseccionalidade é uma abordagem teórica e política que busca compreender como diferentes sistemas de opressão e privilégio interagem e se influenciam mutuamente. Ela reconhece que as identidades das pessoas não são moldadas apenas por uma única categoria, mas sim por uma combinação complexa de fatores sociais, culturais e políticos. No caso da autora, a trajetória é marcada por essa intersecção, o que significa que ela experimenta opressões e privilégios simultâneos por conta dessas categorias multifacetadas.

Ao se apresentar:

Então, para quem não me conhece, eu sou Josilene, como já fui apresentada, mais conhecida como, Jô Oliveira. É sempre importante a gente frisar o nome e o sobrenome. É uma coisa que eu também aprendi no feminismo negro, porque se não formos nós a nos nomearmos, outras pessoas acabam colocando o nome, e esse nome geralmente é pejorativo, é diminutivo, é humilhante. E eu experimentei isso desde cedo, na condição de criança negra, na condição de ser apontada como a diferente, sem necessariamente saber o porquê desse tratamento diferente (Oliveira, 2022, p. 2).

Podemos observar que o posicionamento de Jô Oliveira neste texto é profundamente enraizado na conscientização e no empoderamento que ela adquiriu através do feminismo negro, o qual reconhece a interseccionalidade das lutas contra o racismo e o sexismo. A insistência em ser chamada pelo seu nome completo é uma rejeição à despersonalização e ao tratamento inferior que muitas vezes é imposto às mulheres negras. Ao compartilhar essa reflexão, a autora não apenas afirma sua própria identidade, mas também convida outros a refletirem sobre como a linguagem e as práticas sociais podem perpetuar a desigualdade e o preconceito.

As vivências pessoais de Jô Oliveira, desde a infância, desvendam as faces cruéis do racismo e do preconceito, mostrando como apelidos pejorativos e redutores são frequentemente utilizados para desumanizar e excluir. Assim, sua decisão consciente de se autoneojar representa um ato de resistência contra essa exclusão e uma maneira de reafirmar sua dignidade e identidade próprias.

Sobre educação e consciência do lugar que ocupa, Josilene revela:

Falando dessa trajetória, eu também falo sobre a interseccionalidade de forma prática. Como eu disse, eu já experimentava essa sociedade diferente. Quando paro para pensar e racionalizar, as primeiras experiências de racismo que eu me lembro foram na escola, na igreja, na rua, e em vários lugares, mas, nem sempre refletimos sobre elas. À medida que fui crescendo e me desenvolvendo, especialmente quando cheguei à universidade, me deparei com outras possibilidades [...]. Quando comecei o curso de Serviço Social, identifiquei, inclusive, a teoria sobre a classe. Sempre soube que era uma jovem, mulher negra e pobre. Mas uma coisa é saber disso e outra é ter elemento para racionalizar, identificar quem você é e entender em que lugar está na luta de classes. Embora a gente saiba disso, muitas vezes não pensamos a respeito (Oliveira, 2022, p. 4).

Podemos observar que Josilene Oliveira demonstra um amadurecimento em sua compreensão sobre sua identidade e posição na sociedade a partir do momento em que iniciou o curso de Serviço Social. Ela destaca a importância da apropriação das teorias de classe, que lhe proporcionaram ferramentas para racionalizar, identificar quem ela é. Ainda afirma que já tinha consciência de sua identidade como mulher negra e pobre antes de ingressar no curso; porém, o estudo das teorias de classe no contexto permitiu uma compreensão mais aprofundada e sistematizada sobre como essas identidades estão inseridas em um contexto maior de luta de classe.

No âmbito da conscientização, a educação assume um papel fundamental ao fomentar uma visão crítica e reflexiva do mundo. Essa abordagem possibilita que as pessoas obtenham uma compreensão mais abrangente das realidades sociais, políticas e culturais, permitindo-

lhes identificar desigualdades, preconceitos e injustiças. Além disso, a educação estimula a empatia, encorajando o respeito e a compreensão das experiências e perspectivas alheias.

Ademais, a educação capacita indivíduos a se tornarem agentes de transformação. Conforme as pessoas se conscientizam dos problemas e desafios que enfrentamos, são encorajadas a agir, seja por meio do ativismo, da participação em movimentos sociais, ou através de contribuições para o bem-estar da comunidade e da sociedade como um todo.

Conforme mencionado anteriormente, a abordagem da interseccionalidade representa um novo caminho, uma nova forma mais abrangente de compreender as categorias marginalizadas, sejam elas de gênero, classe social, orientação sexual ou raça, de maneira interligada. No entanto, ao longo da história do Brasil, as narrativas hegemônicas construídas pelos intelectuais na elaboração da história oficial negligenciaram os feitos e a resistência da população negra. Esse fenômeno é conhecido como “apagamento epistêmico”, como segue:

É fato que a história hegemônica apagou as negras e negros da construção social do Brasil e silenciou seus escritores e intelectuais ao longo da história do país. Junto com o racismo e o colonialismo vem o apagamento epistêmico, fazendo crer que as luzes são europeias e estendendo-se no máximo à América do Norte. Operando dentro de uma lógica e projeto eugenista desde o período colonial, seguimos com os apagamentos (Carneiro, 1958; Góes, 2015; Moura, 1988; Slenes, 2013).

De acordo com os atores, negros e negras, assim como as questões do racismo, foram relegados ao esquecimento. Isso ocorreu porque fomos convenientemente influenciados por sociólogos, pesquisadores e políticos a acreditar que o Brasil não tem problemas de racismo sendo retratado como uma nação de cordialidade, miscigenação e democracia racial. A naturalização do lugar social do negro e da negra dentro dessa lógica discursiva os coloca, tanto no imaginário como nas relações sociais, em uma posição de inferioridade chegando ao ponto de apagar qualquer traço intelectual que possam possuir.

Essa estratégica política ideológica visa manter um sistema de exploração, dominação e opressão, resultando em sua presença na esfera pública caracterizada por um jogo de apagamento ou superexposição esta última abordagem tende a estigmatizá-los, utilizando nomeações baseadas em identidades desqualificadas ou patologizadas, e, em alguns casos, levando à sua criminalização.

3.2.2 Racismo Estrutural

Os impactos das relações raciais na vida de homens e mulheres negras mesmo com inúmeras mudanças históricas, o mito da democracia racial, que supostamente promove a harmonia entre as raças, ainda persiste e desempenha o papel de silenciar as questões, apresentando-se como uma ficção social que oculta a opressão e a violência que afeta negros e negras em todas as esferas institucionais. Esse cenário culmina em violências incessantes direcionadas especificamente às mulheres de pele negra.

Nesse sentido, Gomes (2005) afirma que nos tornamos racistas à medida que aprendemos a inculcar o racismo em nossas mentalidades durante o processo histórico-social e nas diversas instâncias de nossa formação humana tais como: família, escola, trabalho e outros. Isso, além de contribuir para afastamento do sentido de pertença étnica, identitária e cultural de negros/as ainda reforça a rejeição do branco com estes/as.

Aprendemos, desde criança, a olhar a diversidade humana - ou seja, as nossas semelhanças e diferenças - a partir das particularidades: diferentes formas de corpo, diferentes cores de pele, tipos de cabelo, formato dos olhos, diferentes formas linguísticas etc. Contudo, como estamos imerso em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada: perfeições e imperfeições, beleza e feiura, inferioridade e superioridade (Gomes, 2005, p. 51).

Jô Oliveira, relata seus experimentos como criança negra:

Entendi que eu era tratada de forma diferente desde a minha infância, por ser essa criança negra. Mas parar para pensar sobre isso, entender que durante muito tempo a ciência foi responsável, até por justificar a forma como os nossos corpos ainda hoje são colocados à margem dos processos, justificando a exploração dos nossos corpos, colocando que nós não tínhamos alma e todas as outras coisas que envolvem o pensamento sobre esses corpos negros, que no caso também é o meu, é muito difícil! E aí, fica com aquela necessidade de estar sempre conversando, alertando outras pessoas. É um ciclo que às vezes é muito doloroso! Mas também foi muito importante, porque me impulsionou a falar mais sobre isso, porque obviamente que eu sempre falei, não é? Sempre falei do racismo, sempre falei sobre essa questão. Mas ainda não era, como posso colocar? Não era a minha bandeira de luta! Não era um compromisso pessoal e diário. Então, assim, eu sempre sou aquela pessoa que entra em espaço e conta quantas pessoas negras têm para saber se esse espaço será hostil ou não. Conto quantas pessoas negras estão em determinada mesa, em determinado local de fala, nos lugares que consideramos importantes para pensar nas políticas públicas, que estão no processo de fiscalização e acompanhamento, para que as coisas funcionem, que estão construindo sindicatos, movimentos, enfim (Oliveira, 2022, p. 6).

A vereadora menciona a construção de sindicatos e movimentos como uma forma de fortalecer a voz e a mobilização da comunidade negra. Os movimentos sociais têm desempenhado um papel essencial na luta contra o racismo em diversas sociedades ao redor do mundo. O racismo é uma forma de discriminação e preconceito baseada na raça, que tem raiz históricas profundas e impacta a vida de milhões de pessoas, especialmente as comunidades negras e minorias étnicas. Os movimentos antirracistas surgiram como resposta às

desigualdades raciais enfrentadas por essas comunidades buscando combater a discriminação, a violência e a exclusão social ao longo da história.

3.2.3 Movimentos Sociais

Esses movimentos não se limitam apenas à luta contra o racismo estrutural, mas também promovem uma análise crítica das instituições e sistemas que perturbam a desigualdade racial. Eles buscam sensibilizar a sociedade sobre as questões raciais, desafiando estereótipos arraigados e destacando a importância da diversidade e da inclusão. Um aspecto importante dos movimentos sociais antirracistas é o empoderamento das vozes marginalizadas. Eles têm proporcionado uma plataforma para que as pessoas negras expressem suas experiências, demandas e perspectivas.

Josilene acrescenta sobre movimentos sociais:

O lugar e a relevância dos movimentos sociais são fundamentais, de estarmos junto com as pessoas que estão também para além do teórico, para além da formação. Mas que também tenham uma atuação, que possibilite uma atuação prática mesmo. Apesar que a atuação já é prática, enfim, vocês me perdoem a redundância. Mas assim, colocar nesse lugar que a gente precisa pensar sobre, mas também que a gente precisa estar na ponta, fazendo, chamando outras mulheres, conversando com outras mulheres, construindo esse momento com outras mulheres e com outros homens. Até para que a gente também possa quebrar essa lógica que o estudo de gênero é só para as mulheres ou é só sobre as mulheres. Então foi fundamental também assim construir esse lugar (Oliveira, 2022, p. 6).

Em sua fala Josilene, ressalta a importância dos movimentos sociais e sua relevância em ir além do aspecto teórico e da formação acadêmica. Ela destaca que esses movimentos desempenham uma atuação prática, permitindo o envolvimento efetivo das pessoas. A autora enfatiza a necessidade de reflexão sobre essas questões e, ao mesmo tempo, a importância de agir de forma proativa, convocando tanto mulheres quanto homens para participarem. O objetivo é desmistificar a ideia errônea de que os estudos de gênero são restritos apenas às mulheres ou abordam exclusivamente questões femininas. A construção desse espaço é considerada essencial para uma abordagem mais abrangente e inclusiva.

Os movimentos sociais surgem como uma resposta às necessidades e demandas da sociedade em diferentes contextos e períodos históricos. Eles representam a voz dos grupos que buscam lutar por seus direitos, defender suas identidades, promover mudanças sociais e engajar-se em causas coletivas. Seu papel transcende o mero aspecto numérico, pois vão além da simples mobilização de pessoas, abarcando ações e experimentações que visam transformar a realidade social.

Diante do exposto, é perceptível que os movimentos sociais eclodam num contexto democrático como meio de participação ativa da população, levando em consideração aspectos que antes eram ditos como os insatisfatórios no que diz respeito ao leque de garantias corroboradas em lei e que são direitos do cidadão.

Neste contexto, é evidente que os movimentos sociais emergem de acordo com o cenário histórico vivido por uma determinada sociedade e as demandas de sua população em relação aos seus governantes. A partir dos conflitos sociais e das insatisfações, esses movimentos se organizam e desenvolvem suas ações em busca do bem comum e da satisfação das necessidades de todos os indivíduos.

3.2.4 Inserção na Política Por Meio Dos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na inclusão das mulheres na política. Eles atuam como plataformas para a luta pela igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a superação de estereótipos. Além de mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância da participação política das mulheres, tais movimentos destacam a relevância de suas vozes e perspectivas nas tomadas de decisões. É nesse contexto que Josilene decide ingressar na vida política, conforme ela mesma afirma:

E me inserir nesse lugar, passou muito pela minha relação com os movimentos sociais. Eu falo desse Lugar dos movimentos sociais, das camadas, que me redefini enquanto sujeita, enquanto cidadã negra campinense, essa formação de quem eu sou. Mas cada passo desse também foi me provocando nas ausências, por não ter mulheres negras na política, de não ter mulheres negras também nos espaços das universidades, nas organizações dos partidos, pensando nossas organizações sociais e essas questões vão nos provocando. [...] E então, em algum momento, as pessoas começaram a dizer: Ó, vocês estão aí há anos falando sobre a eleição! Vocês estão falando aí sobre quantidade! Mas por que vocês não se candidatam? E começamos a pensar: “Está tudo bem, mas quem se candidataria? (Risos). Foi quando esse pensamento começou a surgir dentro do nosso grupo, dentro da nossa organização, e aí sugeriram: ‘Acho que poderia ser a Jô!’ Foi assim que se estabeleceu nossa candidatura, até por ser mulher negra. O primeiro momento, de fato, foi de estranhamento; e eu reforço não fomos ensinadas que a política é esse lugar que serve para nós! Então, primeiramente, resisti. Mas depois dialogando e fazendo esse trânsito, porque falamos sobre como ainda somos poucas no espaço de representação, por sermos poucas nesse lugar de representação ainda. Então, tudo bem, eu vou! Mas eu não vou sozinha! Não é um desejo pessoal, não é uma proposta de Jô ser candidata, então é importante que a construamos tudo de formas coletivas (Oliveira, 2022, p. 18-19).

A presença de uma mulher negra nesse espaço de poder, que é a Câmara de Vereadores, representa um marco histórico para a população campinense, pois agora há uma representante das classes menos favorecidas, capaz de defender seus interesses e possibilitar a discussão de

pautas que visam combater o racismo estrutural, promover igualdade de oportunidades e garantir acesso aos direitos básicos para toda a população. Além disso, a representatividade negra na política empodera a população negra, mostrando que seus interesses são valorizados e que têm voz nas eleições e nas discussões que afetam suas vidas.

A luta pela igualdade de gênero e pela representatividade feminina na política ainda enfrenta desafios significativos. A ausência de mulheres em posições de poder e influência é uma realidade persistente em todas as esferas. Contudo, os movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial ao impulsionar mudanças e destacar a importância de mais mulheres ocupando cargos políticos.

É importante destacar que a inserção da mulher na política não se trata apenas de uma questão de justiça social, mas também de eficácia e democracia. A diversidade de vozes e perspectivas enriquece o debate político e fortalece a tomada de decisões, refletindo os interesses e necessidades de toda a sociedade. A construção desse espaço de participação política para as mulheres é essencial para garantir uma abordagem mais ampla e inclusiva de políticas públicas eficazes que atendem verdadeiramente às pessoas para as quais foram concebidas.

O objetivo principal de qualquer política pública é promover o bem-estar social, garantindo que os cidadãos tenham acesso igualitário a serviços e oportunidades, independentemente de sua origem, gênero, etnia ou classe social. Para que essas políticas alcancem seu propósito, é fundamental que sejam embasadas em uma análise cuidadosa das necessidades e demandas da população alvo. A escuta ativa e o diálogo com os grupos afetados são essenciais para entender os desafios que enfrentam e a identificar as soluções mais adequadas.

Observemos o que Josilene Oliveira aborda em relação a essas questões:

E eu, particularmente, me senti muito contemplada, ressignificada e aceita quando li o texto da Sueli Carneiro, no qual ela disse que precisamos “enegrecer” as políticas públicas e “empretecer” o debate sobre nossa sociedade, pois ele ainda não acontece. Então, se ainda não acontece, é fundamental que tenhamos esses olhares e possamos falar sobre políticas públicas universais, ou que possamos falar sobre as políticas sociais do modo que elas atendam a quem de fato se destina (Oliveira, 2022, p. 14).

No entanto, para que essas políticas sejam verdadeiramente eficazes, é necessário que sua implementação seja sensível e responsiva às necessidades específicas da população. Nem

todos enfrentam os mesmos desafios e situações, e, por isso, é importante adaptar as políticas de acordo com as realidades e demandas de grupos distintos.

As mulheres enfrentam uma série de desafios ao ingressar e se manter na política, enfrentando barreiras tanto no nível global como em âmbito local. Essas dificuldades se intensificam ainda mais para a mulher negra, pois ela lida com desafios únicos e complexos decorrentes da interseção de gênero e raça. Além dos obstáculos já mencionados que afetam as mulheres em geral, as mulheres negras enfrentam questões adicionais relacionada à discriminação racial, o que torna sua jornada política ainda mais difícil.

A representação política das mulheres, independentemente de sua etnia, ainda é insuficiente, e a sub-representação feminina em cargos de poder é uma realidade preocupante em todo o mundo. Isso reflete a existência de sistemas e estruturas que muitas vezes excluem as vozes femininas das tomadas de decisões políticas. Para a mulher negra, a situação é ainda mais desafiadora, pois ela enfrenta a dupla discriminação de gênero e raça, o que a coloca em uma posição de maior vulnerabilidade e desigualdade.

Por muitos anos, a política foi um espaço inimaginável para os negros. A história está repleta de exemplos de segregação racial e discriminação que impediram o acesso e a representação política dessa comunidade. Ao longo do tempo, os negros enfrentaram inúmeras barreiras para se envolverem ativamente na política desde o direito ao voto até a participação em cargos de poder.

3.3 Política da Parentela: A Presença de Jô Oliveira Marca uma Ruptura nas Estruturas de Poder

Campina Grande, uma cidade histórica e pulsante no coração da Paraíba, testemunhou a evolução de suas estruturas políticas e sociais ao longo do tempo. Em 1947, um marco significativo ocorreu com a eleição de Dulce Barbosa para o cargo de vereadora, tornando-a a primeira mulher a ocupar essa posição na cidade. Dulce, filha da elite local, inaugurou uma tendência que seria seguida por outras mulheres, frequentemente ligadas por laços familiares, ocupando cargos políticos em Campina Grande-PB. Esposas, filhas e protegidas políticas revezaram-se no poder, consolidando uma hegemonia que perdurou por sete décadas.

No ano de 2020, a história política de Campina Grande foi marcada pela entrada de Jô Oliveira no cenário político. Jô não fazia parte da oligarquia local e sua candidatura representou

uma ruptura significativa com a hegemonia política da cidade. Como mulher negra e filha de uma classe menos abastada, Jô trazia um contexto muito diferente daqueles que a precederam. Sua chegada à câmara legislativa como vereadora foi um marco não apenas por sua origem social e étnica, mas também pela sua disposição em desafiar as estruturas de poder estabelecidas. Sua candidatura quebrou a tradição de mulheres da elite no poder e pavimentou o caminho para uma representação mais diversa e inclusiva na política local.

Jô Oliveira compartilha a experiência de ser vereadora, ciente de que essa posição sempre pertenceu às famílias tradicionais e às oligarquias:

Eu me coloco como uma mulher negra em movimento, que não faz parte do movimento negro unificado em sua forma mais recente de apresentação, mas como uma cidadã negra campinense, como diz a Lélia Gonzalez e a Sueli Carneiro. Estamos aqui para falar um pouco sobre isso. Eu sempre faço questão de falar sobre minha trajetória pessoal política, para que possamos entender o nosso ponto de partida, a partir desse lugar. Porque sempre que falamos dessa experiência de estar enquanto vereadora, estar nesse lugar, de trazer as pautas que trazemos, de estar na linha de frente de alguns debates, é sempre importante que marquemos esse lugar, porque a política ainda é esse lugar dos poucos, é o lugar da família tradicional, ainda é esse lugar que representa as oligarquias, não é? Então é importante que façamos essa diferenciação (Oliveira, 2022, p. 2).

Jô enfatiza a importância de compartilhar sua trajetória política pessoal para que todos possam compreender seu ponto de partida. Ela destaca que, ao falar sobre sua experiência como vereadora e ao trazer determinadas questões para discussão, é crucial reconhecer o contexto em que a política está inserida.

A política, como ela ressalta, ainda é frequentemente associada a um espaço de privilégio, um lugar onde prevalecem as famílias tradicionais e as oligarquias. É essencial destacar essa distinção, pois isso demonstra que a política não é um campo acessível a todos, sendo muitas vezes dominada por interesses particulares e influências de longa data.

Em suas palavras, ela se define como uma "mulher negra em movimento," destacando uma identidade que vai além do movimento negro unificado, mas que é intrinsecamente ligada à sua experiência como cidadã negra campinense, ecoando as vozes de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Ao se posicionar como vereadora, Josilene traz à tona pautas que muitas vezes não são discutidas ou são ignoradas pelas tradicionais estruturas de poder. Ela está na linha de frente de debates essenciais, marcando a importância de sua perspectiva. A vereadora destaca a necessidade de marcar a diferença de seu lugar na política, que historicamente tem sido

dominada por famílias tradicionais e oligarquias. Segundo Josilene, a política ainda é um espaço de poucos, um reduto das elites que representam as oligarquias locais.

Jô Oliveira prossegue discutindo como, historicamente, as mesmas famílias e sobrenomes têm representado a cidade e o Estado:

Falando sobre historicamente serem as mesmas famílias, os mesmos sobrenomes a representar a cidade, a representar o Estado. E assim, eu também, volta e meia, fico muito feliz pelas ousadias. Na semana passada, teve um seminário sobre Direito Eleitoral aqui, que foi até com o Barroso. Fui convidada para fazer parte de uma dessas mesas, e quem estava comigo era a Daniela Ribeiro (risos) do meu lado e aí, assim! Eu coloquei na minha fala, eu vou falar! E a pessoa que estava perto de mim disse: tem certeza? - Tenho! Precisamos mudar essa lógica de fazer política, não dá mais para mudarmos só o sobrenome. Ela estava do meu lado, como Senadora, o filho lá na frente (risos) que já tinha sido vereador. Ela já tinha sido Vereadora, enfim! E à medida que eu fui falando sobre esse lugar das oligarquias ainda na política, ela foi diminuindo, alguém me mandou uma mensagem, dizendo assim: Ei! Segura o tom! Se não, a mulher vai sumir do seu lado! (Risos) (Oliveira, 2022, p. 19-20).

Jô Oliveira enfatiza a persistência das mesmas famílias e sobrenomes na política, representando tanto a cidade quanto o estado. Isso lança luz sobre um problema crítico na política brasileira: a política da parentela, onde o poder e a influência frequentemente são transmitidos de geração em geração dentro de determinadas famílias. Jô aproveita a oportunidade para expressar sua convicção sobre a necessidade de uma mudança na lógica da política. Ela destaca que simplesmente trocar o sobrenome não é suficiente. Reconhecendo a importância de romper com a tradição das oligarquias e advoga por uma política mais diversificada e inclusiva. Ela enfatiza que é necessário desafiar e alterar as estruturas de poder que sustentam essa concentração e exclusão.

A política de sucessão familiar pode levar à escassez de diversidade de ideias e perspectivas na arena política, limitando o debate democrático e enfraquecendo a capacidade de resposta do governo às demandas da sociedade. Além disso, essa prática pode abrir espaço para o nepotismo e a corrupção uma vez que favorece a concentração de poder e influência em determinadas famílias.

Vamos observar o que Josilene diz a respeito dessa prática:

Nós estamos no espaço em que somos 23 vereadores e vereadoras, mas a grande maioria, se não é ligada à família pela questão do sangue, do nome, do vínculo, é pela relação de subserviência, porque já foi, já esteve nesse lugar. Então, assim, as coisas ainda transitam muito em torno disso. Se acha que pertence ou imagina que pertence a esse lugar, também por ser agregado. Então, é um lugar muito difícil de ir lidando com essas coisas todas (Oliveira, 2022, p. 16).

A fala da autora traz uma reflexão importante sobre a política do hereditário e a perpetuação das oligarquias. Ao mencionar que a ligação entre os membros dessas famílias pode não se dar apenas pela questão do sangue, nome ou vínculo familiar, mas também pela relação de subserviência, ela aponta para a existência de uma dinâmica de poder e influência que se estabelece ao longo do tempo. Essa relação de subserviência pode surgir a partir da experiência prévia de um indivíduo nesse ambiente político, seja como funcionário, colaborador ou aliado de uma família política dominante.

Essa inserção em círculos de poder pode criar laços de dependência e lealdade, o que facilita o acesso de determinadas pessoas aos postos de liderança política. Essa reflexão é relevante porque mostra que a sucessão na política não se limita apenas à transmissão do poder entre familiares, mas também pode ocorrer por meio de outras formas de conexão e influência. Isso pode levar a um cenário de pouca renovação política com a concentração de poder em um grupo restrito de pessoas que compartilham interesses e objetivos comuns.

3.3.1 Configurações das Disputas Eleitorais

Em sua primeira candidatura pelo PSB, Jô Oliveira obteve 1.544 votos, alcançando a primeira suplência. Na Tabela 7, apresenta-se o resultado das eleições 2016 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador.

Tabela 7: Resultado das eleições para o cargo a vereador no município de Campina Grande, 2016

Nº	Candidato	Partido	Votação	% Válidos	Situação
01	Renan Maracajá	PSDC	4.977	2,25 %	Eleito por QP
02	Nelson	PSDB	4.494	2,03 %	Eleito por QP
03	Pimentel Filho	PSD	4.311	1,95 %	Eleito por QP
04	Ivonete Ludgerio	PSD	4.027	1,82 %	Eleito por QP
05	Rodrigo Ramos	PDT	3.888	1,76 %	Eleito por QP
06	João Dantas	PSD	3.616	1,63 %	Eleito por QP
07	Saulo Noronha	SD	3.276	1,48 %	Eleito por QP

08	Aldo Cabral	PSC	3.178	1,43 %	Eleito por QP
09	Marinaldo	PRB	3.121	1,41 %	Eleito por QP
10	Dr. Olimpio	PMDB	2.870	1,30 %	Eleito por QP
11	Anderson Maia	PSB	2.734	1,23 %	Eleito por QP
12	Marcio Melo Rodrigues	PSDC	2.322	1,05 %	Eleito por QP
13	Janduy Ferreira	PT do B	2.318	1,05 %	Eleito por QP
14	Rui	PSDC	2.261	1,02 %	Eleito por QP
15	Teles Albuquerque	PSC	2.259	1,02 %	Eleito por QP
16	Galego do Leite	PTN	1.932	0,87 %	Eleito por QP
17	Pastor Luciano Breno	PPL	1.432	0,65 %	Eleito por QP
18	Joia Germano	PSDB	3.569	1,61 %	Eleito por média
19	Alexandre do Sindicato	PHS	3.481	1,57 %	Eleito por média
20	Lula Cabral	PMB	2.177	0,98 %	Eleito por média
21	Saulo Germano	PSDC	2.096	0,95 %	Eleito por média
22	Sargento Neto	PRTB	2.013	0,91 %	Eleito por média
23	Bruno Faustino	PSB	1.921	0,87 %	Eleito por média
00	Jô Oliveira	PSB	1.544	0,70 %	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Ferraz (2020), em um podcast com a participação de Jô Oliveira, relata que Jô comentou sobre o resultado das eleições de 2016, mencionando que o período de campanha eleitoral foi reduzido de 90 para 45 dias. Jô afirmou que esse encurtamento afetou negativamente seu desempenho eleitoral na disputa por uma cadeira na Câmara dos Vereadores, levando-a a ficar na posição de suplente. “Eu costumo dizer que (se houvesse) mais uma semana de eleição naquele ano de 2016, com certeza o nosso resultado seria outro. Quando a campanha pegou ritmo e as pessoas entenderam que de fato nós estávamos candidatas, a gente já estava no domingo de eleição”.

Sobre a escolha do slogan para a campanha política, Jô, em resposta a Ferraz, afirma que a campanha "A Cor de Campina" é uma extensão dos esforços iniciados em 2016. Ela admite não se recordar se o nome foi concebido durante um bate-papo informal em um bar ou em uma reunião de campanha, mas destaca que o propósito era estimular reflexão.

“Acorde, Campina” foi a primeira sugestão: “Só que como eu venho de uma organização que tem muito dessa pegada cultural, dessa coisa de ensinar as crianças a tocar violão, flauta, os meninos disseram ‘Ah, não. Tem que ter alguma coisa aí com a música. Então

‘Acorde’ pode ser um acorde musical’. Aí do nada eu disse, ‘mas também pode ser A Cor de Campina’. Aí a gente ficou brincando com isso” (Oliveira apud Ferraz, 2020, p. 8).

Segundo a autora, Jô optou por incorporar diversos significados à campanha, porém tem dado ênfase à questão racial. Assim, o slogan servia como um convite à comunidade para examinar as dinâmicas raciais da cidade e considerar as implicações de longo prazo da exclusão racial. Através deste simples, porém poderoso, chamado à ação, a campanha almejava inspirar mudanças positivas que refletissem a verdadeira composição e os valores da comunidade de Campina Grande-PB.

Em 2020, Jô foi eleita vereadora pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tornando-se a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara Legislativa, com 3.050 votos, sendo a sexta mais votada entre todos. Na Tabela 8, apresenta-se o resultado das eleições 2020 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Vereador.

Tabela 8: Resultado das eleições para o cargo a vereador no município de Campina Grande, 2020.

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
01	Eva Gouveia	PSD	4.238	2,05%	Eleito por QP
02	Ivonete Ludgerio	PSD	3.893	1,88%	Eleito por QP
03	Fabiana Gomes	PSD	3.715	1,8%	Eleito por QP
04	Alexandre do Sindicato	PSD	3.198	1,55%	Eleito por QP
05	Aldo Cabral	PSD	3.059	1,48%	Eleito por QP
06	Jô Oliveira	PC do B	3.050	1,47%	Eleito por QP
07	Rui da Ceasa	PROS	3.008	1,45%	Eleito por QP
08	Valéria Aragão	PTB	2.854	1,38%	Eleito por QP
09	Marinaldo	REPUBLICANOS	2.793	1,35%	Eleito por QP

10	Dinho do Papaléguas	DEM	2.776	1,34%	Eleito por QP
11	Saulo Germano	PSC	2.748	1,33%	Eleito por QP
12	Pastor Luciano Breno	PP	2.321	1,12%	Eleito por QP
13	Saulo Noronha	SOLIDARIEDADE	2.293	1,11%	Eleito por QP
14	Ánderson Almeida-Pila	PODE	2.122	1,03%	Eleito por QP
15	Janduy Ferreira	PSD	2.653	1,28%	Eleito por média
16	Sargento Neto	PSD	2.610	1,26%	Eleito por média
17	Renan Maracajá	REPUBLICANOS	2.608	1,26%	Eleito por média
18	Carol Gomes	PROS	2.392	1,16%	Eleito por média
19	Dona Fátima	PODE	1.917	0,93%	Eleito por média
20	Dr. Olimpio	PSL	1.494	0,72%	Eleito por média
21	Waldeny Santana	DEM	1.442	0,7%	Eleito por média
22	Rostand Paraíba	PP	1.295	0,63%	Eleito por média
23	Hilmar Falcão	DC	1.093	0,53%	Eleito por média

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Conforme observamos na tabela acima, a eleição de Jô Oliveira como vereadora em 2020 pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) é um marco significativo na política de Campina Grande e na representatividade das minorias. Tornando-se a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara Legislativa, Jô recebeu 3.050 votos, sendo a sexta mais votada entre todos os candidatos. Este feito destaca a crescente conscientização e valorização da diversidade e inclusão por parte dos eleitores que reconhecem a importância de ter representantes que reflitam a composição da sociedade. A eleição de Jô Oliveira simboliza um avanço na luta por igualdade racial e de gênero, além de ser um incentivo para que mais mulheres negras se envolvam e participem ativamente da política.

Podemos observar no quadro a seguir que, em 2016, quando Jô Oliveira concorreu pela primeira vez, apenas uma mulher foi eleita para a Câmara Legislativa de Campina Grande. No entanto, em 2020, o município vivenciou um marco histórico na representatividade política feminina. Entre os 23 vereadores eleitos, 7 eram mulheres. Entre essas sete mulheres, Jô Oliveira se destacou ao ser eleita como a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara Legislativa desde a emancipação política do município. Na figura 5, apresenta-se a representatividade de mulheres negras na Câmara Legislativa de Campina Grande.

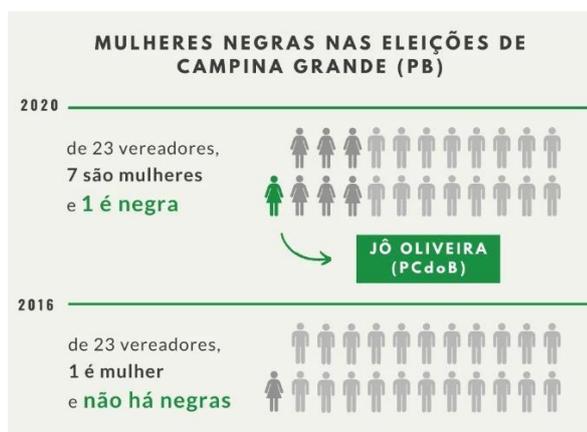


Figura 5: Representatividade na Câmara Municipal de Campina Grande
(Créditos: Brenda Silva)

A análise do quadro, que detalham os resultados das eleições para vereador em Campina Grande nos anos de 2016 e 2020, revela uma transformação significativa na composição de gênero e racial da Câmara Municipal. Em 2016, somente uma mulher, que era branca, conseguiu ser eleita. No entanto, em 2020, o panorama eleitoral se alterou substancialmente com a eleição de sete mulheres, incluindo, pela primeira vez na história política do município, uma mulher negra. A presença dessa mulher negra, com suas experiências e visões singulares, traz uma diversidade importante para a esfera política local, rompendo com o monopólio do poder exercido por determinados grupos políticos.

Jô discute a quebra de estereótipos e a hegemonia política na cidade de Campina Grande. “É uma cidade muito conservadora e tradicional”. Segundo ela, “para você ocupar determinados espaços, para você fazer determinadas pautas e principalmente pleitear um lugar político, você tem que ter um sobrenome familiar. (...) aqui os Vitais, os Ribeiro, e os Cunha Lima são os nomes de grande relevância e que historicamente se revezam nos domínios da cidade”. Quando se propôs como candidata em 2016, sabia que seu papel era trazer “exatamente essa quebra de estereótipo, essa quebra desse ciclo familiar.”

A eleição de uma mulher negra para um cargo político em Campina Grande é um marco histórico, simbolizando um avanço significativo em termos de representatividade e inclusão política. Esse acontecimento é especialmente significativo considerando o contexto social e as barreiras históricas que as mulheres negras enfrentam para alcançar posições de poder e decisão. Este marco não apenas demonstra uma mudança na mentalidade dos eleitores, mas também possui o potencial de influenciar positivamente as políticas e iniciativas focadas na equidade racial e de gênero no governo local.

Na eleição de 2022, a vereadora de Campina Grande, Jô Oliveira (PCdoB), concorreu a uma das 36 vagas na Assembleia Legislativa da Paraíba, ficando na suplência e alcançando uma votação expressiva. Em sua primeira candidatura a deputada, Jô obteve 20.785 votos, ficando muito próxima de ser eleita. Desses, mais de 11 mil votos foram conquistados apenas em Campina Grande. Na Tabela 9, apresenta-se o resultado das eleições 2022 na Paraíba. Município: Campina Grande. 1º Turno. Cargo: Deputado Estadual.

Tabela 9: Resultado das eleições para o cargo a deputado estadual no município de Campina Grande, 2022.

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
01	Adriano Galdino	REPUBLICANOS	59.329	2,64%	Eleito por QP
02	Wallber Virgolino	PL	49.419	2,2%	Eleito por QP
03	Felipe Leitão	PSD	48.277	2,15%	Eleito por QP
04	Fabio Ramalho	PSDB	48.260	2,15%	Eleito por QP
05	Eduardo Carneiro	SOLIDARIEDADE	47.535	2,12%	Eleito por QP
06	Wilson Filho	REPUBLICANOS	47.129	2,1%	Eleito por QP
07	Michel Henrique	REPUBLICANOS	46.699	2,08%	Eleito por QP
08	João Paulo	PP	46.088	2,05%	Eleito por QP
09	Chico Mendes	PSB	43.068	1,92%	Eleito por QP
10	Tanilson Soares	PSB	42.087	1,87%	Eleito por QP
11	Tiao Gomes	PSB	41.806	1,86%	Eleito por QP
12	Junior Araujo	PSB	41.800	1,86%	Eleito por QP
13	Dr ^a Jane Panta	PP	41.277	1,84%	Eleito por QP
14	Francisca Motta	REPUBLICANOS	40.230	1,79%	Eleito por QP
15	Dr ^a Paula	PP	38.799	1,73%	Eleito por QP
16	Joao Gonçalves	PSB	37.431	1,67%	Eleito por QP
17	Danielle do Vale	REPUBLICANOS	37.235	1,66%	Eleito por QP
18	Caio Roberto	PL	36.809	1,64%	Eleito por QP
19	Taciano Diniz	UNIÃO	33.779	1,5%	Eleito por QP
20	Jutay Meneses	REPUBLICANOS	33.272	1,48%	Eleito por QP
21	Camila Toscano	PSDB	32.586	1,45%	Eleito por QP
21	Cida Ramos	PT	31.819	1,42%	Eleito por QP
23	Chió	REDE	28.569	1,27%	Eleito por QP
24	George Morais	UNIÃO	26.733	1,19%	Eleito por QP

25	Anderson Monteiro	MDB	25.218	1,12%	Eleito por QP
26	Inácio Falcão	PC do B	24.266	1,08%	Eleito por QP
27	Tovar	PSDB	23.577	1,05%	Eleito por QP
28	Drº Eduardo Brito	SOLIDARIEDADE	22.778	1,01%	Eleito por QP
29	Gilbertinho	UNIÃO	21.893	0,97%	Eleito por QP
30	Sargento Neto	PL	20.602	0,92%	Eleito por QP
31	Galego de Souza	PP	34.452	1,53%	Eleito por média
32	Hervazio Bezerra	PSB	31.798	1,42%	Eleito por média
33	Branco Mendes	REPUBLICANOS	31.202	1,39%	Eleito por média
34	Drº Romualdo	MDB	24.075	1,07%	Eleito por média
35	Luciano Cartaxo	PT	22.272	0,99%	Eleito por média
36	Bosco Carneiro	REPUBLICANOS	21.066	0,94%	Eleito por média
00	Jô Oliveira	PC do B	20.785	0,92%	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Analisando o quadro acima, constatamos que, embora Jô Oliveira não tenha sido eleita como deputada estadual, seu desempenho nas urnas revela o desejo de mudança e renovação política por parte dos eleitores. A trajetória da vereadora, caracterizada por seu engajamento em causas sociais e sua atuação legislativa, foi reconhecida por um amplo contingente de votantes, evidenciando uma crescente maturidade política entre os paraibanos, que buscam governantes que realmente representem seus interesses e necessidades.

O engajamento de Jô Oliveira nas redes sociais tem se mostrado uma ferramenta poderosa em sua trajetória política e social. Jô utiliza suas plataformas digitais para ampliar seu alcance e influenciar positivamente a comunidade. Seu perfil é um espaço ativo de diálogo, onde ela compartilha não apenas suas iniciativas e conquistas como vereadora, mas também informações relevantes sobre políticas públicas, direitos sociais, igualdade racial e de gênero. Na figura 6, apresenta-se imagem de Jô Oliveira nas redes sociais.



Figura 6: Imagem de Jô Oliveira (Créditos Instagram)

De acordo com Ferraz (2020), desde as eleições de 2016, a base de apoiadores de Jô Oliveira aumentou significativamente. Após os resultados eleitorais de 2020, ela passou a compartilhar com mais de 5 mil seguidores uma mistura de registros de compromissos profissionais, momentos pessoais, perspectivas e ações através de seu Instagram. A interação do público é evidente, com muitos comentários e correntes de incentivo manifestando-se online. Luciana Santos, presidenta nacional do PC do B e vice-governadora de Pernambuco, considera a vitória de sua colega de partido extremamente significativa:

Uma jovem mulher, negra, assistente social com um histórico de lutas admirável em defesa das mulheres e do povo paraibano. Pela sua capacidade certamente vai fazer a diferença na Câmara de Vereadores, não só pelo seu perfil, que indica que fará um mandato participativo e popular, mas também pelo protagonismo que pode exercer em uma oposição consequente e articulada à gestão municipal e, no âmbito nacional, à política bolsonarista que faz tanto mal ao nosso País”, diz ela, que chegou a comemorar essa conquista nas redes (Santos apud Ferraz, 2020, p. 15).

A cientista social e assessora técnica do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), Ana Patrícia Sampaio, destaca que a recente eleição possui um forte significado simbólico. “Ela é a primeira mulher negra a se eleger para o cargo de vereadora em nossa cidade, que tem 156 anos de emancipação política. Sabemos que as mulheres negras são maioria em nosso país. Também são elas negras que estão na linha de frente das lutas sociais por saúde, moradia, educação e contra a violência do Estado que mata seus filhos todos os dias. Mas, essas mulheres alcançam apenas 2% de representação nas instâncias institucionais, nos espaços de decisão e representação política”.

Falando ainda sobre Jô, Ana Patrícia Sampaio a descreve como uma pessoa carismática, cativante, de alto astral e muito prestativa. "Profissionalmente, é uma assistente social competente. Em todos os espaços onde atua, sempre ressalta a importância da igualdade racial para alcançar a justiça social, posicionando-se como uma jovem mulher negra e periférica em busca dessa igualdade em seu cotidiano. Ana Patrícia acrescenta que a vereadora tem se dedicado à defesa e promoção dos direitos da juventude, das mulheres em situação de vulnerabilidade e à capacitação de mulheres negras para atuarem em espaços de decisão". Na figura 7, apresenta-se imagem de Jô Oliveira participando do ato “#EleNão”, em Campina Grande, nas eleições de 2018.



Figura 7: Jô esteve presente em ato #EleNão, em Campina Grande, nas eleições de 2018 (Créditos: Rafaela Costa)

A imagem que vemos refere-se ao protesto a nível nacional contra Bolsonaro, ocorrido no dia 29 de setembro de 2018. As manifestações foram convocadas pelas redes sociais e ganharam grande adesão em diversas cidades do Brasil. Segundo o G1, o protesto #EleNão em Campina Grande teve início por volta das 10h30 na Praça da Bandeira e percorreu diversas ruas do Centro da cidade até as 13h30. A estimativa de público, de acordo com as organizadoras, é de 3 mil pessoas. A Polícia Militar não divulgou estimativa.

Este protesto, parte de um movimento maior que aconteceu em várias partes do país, demonstrou a insatisfação de uma parcela significativa da população com a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência. Movido principalmente por questões relacionadas aos direitos das mulheres, minorias e à democracia, o movimento #EleNão reuniu diversos grupos sociais, incluindo movimentos feministas, organizações de direitos humanos e cidadãos comuns, que se uniram para expressar sua oposição ao então candidato.

Sendo assim, atualmente com 13,6 mil seguidores, Jô Oliveira continua utilizando suas plataformas digitais de maneira eficaz, compartilhando uma variedade de conteúdo, desde registros de seus compromissos profissionais e legislativos até momentos pessoais e perspectivas sobre questões sociais relevantes. Jô continua a mobilizar e inspirar pessoas, promovendo debates importantes e incentivando a participação cidadã. Sua presença nas redes sociais demonstra a importância de estar conectada com a população, utilizando a tecnologia como uma ferramenta poderosa para a transformação social e a luta por igualdade e justiça.

3.3.2 Os Desafios de uma Mulher Negra na Câmara Legislativa

No exercício de sua função como representante da população campinense na Câmara de Vereadores, Josilene Oliveira revela como se sente ocupando esse espaço de poder, destacando suas experiências e percepções únicas dentro desse ambiente político:

Me sentir forasteira naquele espaço, certamente eu me sinto todo dia, porque a forma como as estruturas de poder, elas são pensadas, elas não são pensadas para nós, nem por nós, e aí é importante a gente sempre começar do lugar, aqui na condição de mulheres em especial mulheres negras, empobrecida. A política nunca foi um ambiente possível, imaginável para nós, então a todo tempo eu estou achando que aquilo não é comigo, quando as pessoas dizem assim: Venha para cá! Você é autoridade! Não está no meu juízo que eu estou nesse lugar de autoridade (Oliveira, 2022, p. 15).

Josilene Oliveira compartilha que, para alguém como ela, na condição de mulher negra, a política nunca foi um ambiente concebível, resultando em um contínuo sentimento de não pertencimento ao assumir uma posição de autoridade na Câmara de Vereadores. Embora outras pessoas a vejam como uma figura de autoridade, ela resiste a essa ideia, provavelmente devido à histórica falta de representatividade de indivíduos em sua mesma condição no cenário político. Esse sentimento de estranhamento e deslocamento ressalta questões cruciais sobre a representatividade e inclusão na política, evidenciando como a ausência de diversidade e a exclusão podem impactar a confiança e identificação das minorias que ocupam posições de poder.

No contexto das mulheres negras, a ideologia do branqueamento exerce um impacto significativo em sua autoestima e identidade racial. Elas enfrentam pressão para se encaixarem em padrões de beleza eurocêntricos, como ter cabelos lisos ou claros. Essa negação de sua identidade e a busca por se aproximarem de padrões eurocêntricos de beleza podem afetar negativamente a autoaceitação e autoconfiança, desencorajando-as a se assumirem como mulheres negras e a valorizarem sua própria beleza e cultura.

Josilene Oliveira, como mulher negra, se depara com esse tipo de situação:

Ainda hoje, por exemplo, eu não consigo assumir a minha identidade de mulher negra sem que alguém questione se de fato é isso mesmo! E olha que eu sou uma mulher negra retinta, se a gente for comparar as outras tonalidades de cores! E aqui eu não quero, de fato, entrar nesse debate do colorido. Volta e meia quando eu assumo esse lugar de mulher negra, as pessoas dizem ainda: “não, mas você não é negra! Você é, no máximo moreninha! E aí vão trazendo as gradações de cores para retirar essa ofensa ou a possibilidade que eu tenho de me assumir como essa possibilidade de mulher negra (Oliveira, 2022, p. 21-22).

O relato acima ilustra uma triste realidade enfrentada por muitas mulheres negras: a negação de sua identidade racial por outras pessoas e a tentativa de invalidar sua experiência ao categorizá-las como “morenas” ou minimizar sua cor de pele. Essa negação é uma forma de colorismo, um problema profundamente enraizado que afeta a autoestima e autoaceitação dessas mulheres.

O colorismo é uma forma de discriminação que ocorre dentro da própria comunidade negra, onde diferentes tons de pele são valorizados de forma desigual. Esse fenômeno perpetua ideais de beleza baseados em traços eurocêntricos e acaba criando divisões internas que reforçam preconceitos e padrões de exclusão.

Ao negar a identidade racial de uma mulher negra e categorizá-la como “moreninha”, as pessoas estão contribuindo para a perpetuação do colorismo e reforçando a ideia de que ser negra é algo indesejável ou inferior. Isso pode levar a um sentimento de inadequação e invisibilidade fazendo com que essas mulheres se sintam excluídas de sua própria comunidade e cultura.

No cotidiano, geralmente, os termos racismo, discriminação racial e preconceito racial são empregados como sinônimos, o que resulta em diversos equívocos na compreensão conceitual entre eles. Embora, os mesmos apresentem relações no campo das ideias, é necessário compreendermos que os pressupostos teóricos trazidos por Nogueira (1985) e Guimarães (1998), deleneiam com precisão as distinções entre esses termos.

Para Guimarães (1998), o termo racismo pode ser compreendido como uma teoria que se fundamentou nas diferenças entre as raças humanas, estabelecendo uma hierarquia em relação às características morais, psicológicas, físicas e intelectuais dos indivíduos. A discriminação racial envolve o tratamento diferenciado de pessoas fundamentado na noção de raça, o que pode resultar em segregação e desigualdades raciais. Por outro lado, o preconceito racial é compreendido como uma crença pré-concebida sobre as qualidades morais, intelectuais, físicas,

psíquicas ou até mesmo estéticas, tendo como base a ideia de raça.

Portanto, não são poucos os desafios enfrentados pela pessoa negra para que a autoafirmação identitária seja sem conflitos, tendo em vista que todo o seu processo de formação humana, escolar, cultural e outras foi permeada pela legitimação de um modelo branco eurocêntrico. A desconstrução de tal modelo pelo imaginário social ainda se dá de forma vagarosa, o que torna imprescindível, o papel da família, escola, entidades negras e todos os outros para a formação da geração de pessoas com o orgulho de si mesmas para o fortalecimento de sua identidade étnica e resistentes às histórias e culturas afro-brasileira e africana.

3.3.3 Experiências Vivenciadas na Câmara Legislativa

E aí, vocês podem dizer assim: “Ah, mas ela está falando sempre em enfrentamento!” Porque é! Ainda é! E é um enfrentamento diário que experimentamos nesse espaço que nós estamos hoje, que é a Câmara de Vereadores de Campina Grande. E toda a nossa experiência nesse lugar, enquanto vereadora, passa muito por essa necessidade de estarmos afirmando o tempo inteiro que nós somos uma pessoa negra, uma mulher negra, uma mulher negra vinda dessa classe empobrecida e que historicamente foi explorada por essa oligarquia, que inclusive é responsável pela manutenção do poder na cidade. Então, a todo tempo estamos afirmando esse lugar. E a todo momento estamos colocando que o fato de estarmos aqui na condição de primeira mulher negra eleita é histórico, mas não é o suficiente. Precisamos ter mais mulheres negras, mais pessoas jovens, mais LGBTQIAPN+ assumidos! Porque enfim né (risos). Então, é importante fazer esse debate o tempo todo para que esse lugar de fato represente quem somos e quem constrói a sociedade como um todo. Mas, é especialmente importante ter pessoas com essa característica ou com essa visão nos espaços estratégicos, para que possamos formular projetos de lei, apontar políticas públicas e fazer um controle mais efetivo do pleno funcionamento da sociedade. É necessário que estejamos nos movimentando para que possamos alterar a estrutura que temos em funcionamento atualmente (Oliveira, 2022, p. 7-8).

Ao ler o relato da autora sobre sua experiência na Câmara de vereadores, fica evidente o quanto ela se sente desafiada nesse ambiente público. Ela destaca a importância de reafirmar sua identidade como mulher negra e representante de uma classe menos abastada que historicamente foi explorada pela oligarquia no poder. Estar neste espaço é para ela muito mais do que apenas assumir um cargo político; é uma oportunidade de romper com estereótipos e paradigmas, mostrando que pessoas negras e mulheres têm voz e devem ocupar espaços de poder na sociedade. A autora se vê como representante daqueles que foram marginalizados e subestimados por muito tempo, e sente a responsabilidade de ser uma voz para aqueles que lutam por justiça social igualdade de oportunidades. Ao se tornar a primeira mulher negra eleita para este cargo, a autora reconhece o caráter histórico deste feito, mas também percebe que isso é apenas um começo.

Josilene destaca a importância de manter um debate constante para que os espaços de representação política verdadeiramente espelhem a diversidade da sociedade. A ênfase recai sobre a necessidade de ter pessoas com características específicas, como mulheres negras e representantes de classes menos favorecidas, ocupando esses espaços estratégicos. Chama a atenção a relevância da representatividade e da diversidade na política, mostrando que a inclusão de diferentes vozes é essencial para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Ao compreendermos a necessidade de um debate contínuo e a presença de pessoas diversas em posições-chave, caminhamos em direção a uma democracia mais inclusiva e representativa.

Sabemos que não é fácil, sabemos que é um processo histórico. Sabemos que passa aí pelo desmonte, inclusive, dessa estrutura que forma nossa sociedade, que é racista, que é machista, que é misógina, que é LGBTfóbica e todas as outras possibilidades ainda de nos tirar desse processo, tirar a humanidade de quem nós somos, porque, infelizmente, ainda passa por isso. Mas é também ser esse lugar de referência para outras meninas, outras mulheres, outros corpos se inspirem para que possamos fazer a diferença (Oliveira, 2022, p. 8).

As palavras da autora expressam um entendimento profundo e sensível sobre as complexidades e desafios enfrentados no processo de transformação social. A autora reconhece que essa mudança não é fácil e que é um processo histórico contínuo. Ela aponta para a necessidade de desmontar as estruturas enraizadas na sociedade, que perpetuam o racismo, misoginia, LGBTfobia e outras formas de opressão que ainda privam as pessoas de sua humanidade. Ao mencionar que é necessário desmontar essas estruturas, a autora indica a urgência de uma abordagem crítica e ativa para combater as diversas formas de preconceito e discriminação presentes em nossa sociedade. Isso implica em reconhecer que tais problemas não podem ser ignorados e precisam ser enfrentados de forma coletiva, tanto no âmbito individual como institucional.

Josilene (2022), enfatiza a relevância de reforçar o papel de cada indivíduo na sociedade, destacando a busca constante por criar oportunidades para um futuro melhor. Ela aponta para a manutenção das vozes e ações, mostrando a magnitude da união de muitos para promover uma transformação significativa no futuro. Ressalta a aspiração por uma sociedade diferente, onde a igualdade, o respeito e a justiça sejam valores predominantes. Para alcançar essa visão, ela destaca a necessidade de desafiar as estruturas opressoras enraizadas na sociedade, como racismo, o machismo, a misoginia e a LGBTfobia. Essa jornada implica em um olhar crítico e consciente sobre o presente que impulsiona as mudanças necessárias para criar um futuro mais promissor e inclusivo.

Sabemos que a sociedade é uma construção complexa formada por diversas estruturas que moldam a interação entre seus membros e determinam as normas e valores que guiam seu funcionamento. Infelizmente, ao longo da história, temos testemunhado a emergência e persistência de estruturas danosas e opressoras, como a sociedade racista, machista e misógina.

Sueli Carneiro, em seu artigo “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” afirma que a luta das mulheres em nossa sociedade não se fundamenta apenas na habilidade de superar as desigualdades oriundas da histórica dominação masculina, mas também exige a superação de ideologias complementares desse sistema opressivo como é o caso do racismo:

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando os novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade Brasileira (Carneiro, 2011, p. 2).

A sociedade racista é uma estrutura que se baseia na hierarquia das raças, onde certos grupos são discriminados e marginalizados com base em suas características raciais. Essa forma de preconceito se manifesta em atitudes individuais e institucionais que favorece injustamente uma raça em detrimento de outras. Essas estruturas racistas perpetuam estereótipos negativos, o medo do diferente e a desigualdade em diversos setores, como educação, emprego, justiça e oportunidades econômicas. Essa condição resulta em injustiças profundas e violação dos direitos humanos e demanda ações e políticas ativas para eliminar sua base e promover a igualdade racial.

Assim como a sociedade machista que é uma estrutura que se apoia na opressão das mulheres em relação aos homens. As bases dessa estrutura são crenças culturais profundamente enraizadas que consideram as mulheres como inferiores e limita os seus direitos e oportunidades. Essa desigualdade de gênero se reflete em diversas esferas da vida, desde a violência doméstica e o assédio sexual, até a sub-representação das mulheres em posição de poder e liderança. O machismo impede que a sociedade alcance seu pleno potencial, pois exclui parte de sua população do processo de tomada de decisões e progresso. A luta pela igualdade de gênero requer a desconstrução das normas prejudiciais e promoção de uma cultura de respeito, igualdade e inclusão.

A sociedade misógina é uma estrutura específica que se concentra na aversão e desrespeito sistemático às mulheres. Essa forma externa de machismo é alimentada por visões e atitudes misóginas que desvalorizam, desumanizam e objetificam as mulheres. Essa estrutura se manifesta em diversas manifestações de violência, opressão e discriminação contra as mulheres, afetando suas vidas pessoais, profissionais e sociais. Essa configuração prejudica não apenas mulheres, mas também a sociedade como um todo, perpetuando uma cultura tóxica de desigualdade e desrespeito. Superar a misoginia requer uma transformação cultural que valorize e respeite as mulheres como seres humanos iguais em direitos e dignidade.

LGBTfobia é um termo que engloba diversas formas de preconceito, discriminação e violência direcionadas a pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênicos. Essa forma de opressão é uma triste realidade enfrentada por muitos indivíduos em diferentes partes do mundo, e suas consequências são profundas e devastadoras, desde insulto e discriminação verbal até violências físicas e agressões. Ela ocorre em espaços públicos, nas escolas, no ambiente de trabalho e até mesmo dentro de ambientes familiares. Essa hostilidade muitas vezes é motivada por preconceitos arraigados e a falta de compreensão sobre a diversidade de identidade de gêneros e orientação sexual.

Portanto, Josilene afirma que enfrentar essas estruturas opressoras requer um esforço coletivo, envolvendo governos, instituições, organizações e indivíduos em todos os níveis da sociedade. Educação, conscientização e políticas inclusiva são fundamentais para combater o racismo, o machismo e a misoginia.

É primordial trabalharmos juntos para construir uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de prosperar, independentemente de sua raça, gênero ou origem. Somente assim poderemos alcançar o verdadeiro potencial de nossa humanidade.

Josilene relata os desafios que enfrenta ao tentar aprovar seus projetos na Câmara de vereadores. Ela menciona o preconceito e as resistências à inclusão e ao reconhecimento da diversidade de identidade de gênero entre os colegas vereadores:

Então, assim, é esse lugar que ainda pauta os projetos que são fundamentais para a cidade de Campina Grande, como os que falam sobre os corpos que menstruam. No entanto, eles vetaram uma parte do artigo que eu coloquei sobre identidade menstrual. Nós usamos “corpos que menstruam” para evitar confusão, entende? Mas então eles retiraram essa parte e colocaram “as mulheres”, porque disseram que eu estava usando “corpos que menstruam” como um subterfúgio, uma pegadinha para atender “a todo esse povo aí que não é mulher”. E é esse tipo de coisa ainda se ouve na Câmara de

Vereadores de Campina Grande, o que muitas vezes faz a gente pensar: o que estou fazendo aqui? Mas, ao mesmo tempo, a gente lembra que há um compromisso, pessoal e político, para que possamos ocupar esse lugar e fazer esses debates, enfim! (Risos) (Oliveira, 2022, p. 15).

Essa narrativa ilustra os desafios que Josilene enfrenta ao tentar romper com padrões tradicionais e incluir pautas mais inclusivas e diversas nos espaços da câmara legislativa. A postura adotada pelos parlamentares é um lembrete de que ainda há muito trabalho a ser feito para que essas instituições reflitam de fato a diversidade e a pluralidade da sociedade. A falta de representatividade e a resistência às mudanças perpetuam a exclusão e a marginalização de grupos minoritários, dificultando o avanço na luta por direitos e igualdade.

3.3.4 PCdoB – Partido Comunista do Brasil

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) tem suas raízes profundamente entrelaçadas com o desenvolvimento da classe operária brasileira e o aprimoramento de sua consciência política. Esta história começa com o declínio do sistema escravagista no final do século XIX, um período marcado pelo início do crescimento industrial no Brasil. Essa mudança de paradigma possibilitou a emergência e fortalecimento de dinâmicas tipicamente capitalistas, dando origem e impulso às duas classes fundamentais desse sistema: a burguesia e o proletariado.

Embora o contingente de operários não fosse expressivo nas duas primeiras décadas do século XX, eles começaram a ganhar proeminência no cenário político. Nelson Werneck Sodré (1970), um marxista renomado e estudioso da História do Brasil e do movimento comunista, via o surgimento do Partido como um desdobramento inevitável do processo de formação da classe operária brasileira e do avanço de suas lutas. Segundo ele, a criação do Partido era uma resposta às demandas do movimento operário, que já evidenciava, nas primeiras décadas do século XX, a necessidade de um partido político operário de cunho revolucionário. Já em 1895, o movimento sindical brasileiro, com uma abordagem reformista, havia organizado a primeira celebração do “Primeiro de Maio” no país.

De acordo com a Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil, durante a década de 1920, as operárias começaram a se juntar às fileiras comunistas. O Partido Comunista do Brasil se destacou como a primeira organização partidária do país a incluir nas pautas gerais as demandas específicas das mulheres. Além disso, em 1929, Erecina Borges de

Lacerda tornou-se a primeira mulher a fazer parte da liderança do partido integrando o Comitê Central.

Josilene Oliveira, marcando um momento significativo na política de nossa cidade, foi eleita pelo Partido Comunista do Brasil, uma organização com raízes profundamente fincadas na luta pela classe operária. Conhecido por sua longa história de defesa dos direitos dos trabalhadores, o PCdoB não apenas representa os operários, mas também abrange um leque mais amplo de questões sociais. A eleição de Jô Oliveira simboliza um avanço importante na luta por justiça social e igualdade. Ela introduz uma nova voz e perspectiva na política de Campina Grande, reafirmando a importância da participação feminina no cenário político contemporâneo.

A vereadora enfrenta desafios decorrentes de preconceitos associados à sua filiação a um partido de esquerda. Ela relata que em uma ocasião, ao submeter um requerimento solicitando um voto de aplausos para seu partido, foi informada de que sua proposta não seria aprovada. O motivo alegado era a percepção de que o líder e mentor espiritual do PCdoB seria identificado como Lúcifer:

Infelizmente, essas pessoas estão cada vez mais presentes em lugares estratégicos, inclusive na política. Preciso lidar com isso diariamente na Câmara de Vereadores, tendo de ouvir alguém dizer que represento o partido do diabo só por ser do Partido Comunista Brasileiro. Quando apresentamos um requerimento com voto de aplausos por partido, disseram que não iriam aprovar porque o líder o mentor espiritual do PCdoB seria o próprio Lúcifer. São essas pessoas que estão nas comunidades, escolas, comércios e em todos os lugares, falando sobre nós. Portanto, precisamos estar nesses lugares também e falar sobre nós com autoridade que nos é possível, pois nós experimentamos e vivenciamos tudo isso (Oliveira, 2022, p. 23).

A fala da vereadora retrata uma realidade lamentável, onde o preconceito e a intolerância se manifestam em ambientes políticos. É preocupante constatar que pessoas preconceituosas ocupam lugares estratégicos na sociedade, incluindo na política, e disseminam discursos ofensivo e discriminatório. Essa demonstração de intolerância e falta de respeito por ideologias políticas diferentes é prejudicial para o debate democrático e a convivência harmoniosa na sociedade. É fundamental que os espaços públicos sejam palcos de discussões saudáveis e respeitadas, onde as divergências de opiniões sejam debatidas com civilidade e baseadas em argumentos sólidos, sem apelar para ofensas pessoais ou preconceito.

Ainda há muito trabalho a ser feito para promover uma cultura de respeito e tolerância na política e na sociedade como um todo. É responsabilidade de todos os cidadãos e líderes políticos, combater o preconceito e a discriminação, garantindo que as diferenças ideológicas

sejam respeitadas e que as discussões políticas sejam conduzidas de forma ética e construtiva. É necessário que todos os atores políticos se esforcem para criar um ambiente mais acolhedor, onde todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas, identicamente de suas convicções políticas. Dessa forma, poderemos avançar em direção a um futuro de maior harmonia e bem-estar para todos os cidadãos.

A vereadora relata outro episódio que para ela foi emblemático. Este incidente também ocorreu durante uma audiência pública, onde sua competência para presidir a sessão foi posta em dúvida. Este episódio é particularmente significativo, pois reflete não apenas os desafios que ela enfrenta como vereadora, mas também as barreiras adicionais impostas por preconceitos enraizados.

Os vereadores acharam por bem que eu não teria condições de presidir a audiência pública que chamei. A alegação era de que se tratava de um tema muito geral da cidade, que falava sobre a política de saúde e eu era uma pessoa que tinha pautas muito específicas sobre mulheres e a questão racial. Talvez eu não desse conta do debate. Não foi dito com essas palavras, não foi nesses termos, mas foi colocado de forma meio que rebuscada. O interlocutor era alguém do direito, e acharam que ele poderia usar palavras mais elaboradas para dizer que eu não teria capacidade de presidir a audiência pública. Na hora que isso foi proposto no microfone, ficou aquele mal-estar. Todos os nossos convidados estavam lá: secretário do estado de saúde, secretário municipal de saúde, coordenações, gerências, diretores de hospitais, todo mundo já ali esperando. E ficou aquele clima: como assim? Jô chama e não vai presidir? Então, houve um reboliço, servidores da casa vieram falar comigo: “acho que você não pode abrir! Você tem que presidir! Porque a audiência é sua! ”. Foi um problema! Algumas vereadoras vieram falar comigo, outras não vieram por questões políticas, ficou visível o mal-estar. Eu tive que ser mais enérgica com o presidente. Eu disse a ele: “Se eu não presidir essa sessão, essa casa vem abaixo hoje! A audiência é minha! Fui eu que chamei!” E eu nem gosto muito de dizer que é minha! Que a pauta é minha! Porque não é! A pauta é da cidade! (Oliveira, 2022, p. 24-25).

A situação descrita pela vereadora é um exemplo claro das barreiras que mulheres na política frequentemente enfrentam, especialmente quando ocupam posições de liderança. O fato de sua habilidade ser questionada em uma audiência pública revela uma realidade mais ampla sobre os desafios enfrentados por mulheres em cargos de autoridade. Frequentemente, elas são submetidas a um escrutínio mais rigoroso do que seus colegas masculinos, um reflexo de estereótipos de gênero e expectativas sociais desatualizadas.

Lamentavelmente, situações como essas refletem os desafios constantemente enfrentados por muitas mulheres na esfera política. É desolador observar a persistência de estereótipos e preconceitos de gênero, que, frequentemente, levam a questionamentos infundados sobre a capacidade e competência das mulheres em posições de liderança. O episódio em que a vereadora foi subestimada, com dúvidas levantadas sobre sua habilidade de

presidir uma audiência pública relevante, evidencia a relutância em aceitar e valorizar a voz e a relevância de temas femininos e raciais no âmbito político. O desconforto causado pela tentativa de impedi-la de liderar a audiência destaca a necessidade urgente de cultivar um ambiente político mais inclusivo e respeitoso, um espaço onde todas as vozes sejam devidamente ouvidas e valorizadas, independentemente das pautas e identidades que representam.

Vale ressaltar que todas as vozes, especialmente as dos grupos historicamente marginalizados, sejam reconhecidas e representadas na política para que as decisões tomadas reflitam as necessidades e interesses de toda a sociedade. A pauta da vereadora não é apenas dela, é uma pauta coletiva da cidade e de todos os cidadãos. O episódio descrito reforça a necessidade de promover uma cultura política mais igualitária e inclusiva onde as mulheres e outros grupos sub representados sejam valorizados e tenham espaço para contribuir com ideias e soluções para os desafios da sociedade.

Então, foi um estardalhaço grande. Neste dia, eu senti o impacto mesmo do que é essa máquina! Mesmo quando estamos nos espaços, querem nos colocar em caixas específicas! Como se não pudéssemos dar conta! Desse lugar! Do que ocupamos! Da responsabilidade que temos! Então, esse dia, foi quando senti mesmo! O peso! O tudo! Essa dúvida histórica com relação à nossa capacidade! Em relação ao nosso potencial! E nos colocar nesse lugar de inferioridade! Por sermos quem somos! E sobre o que falamos! Então foi bem difícil! Certamente foi o dia mais difícil! (Oliveira, 2022, p. 25).

Josilene (2022), “São essas pessoas que estão nas comunidades, escolas, comércios e em todos os lugares, falando sobre nós. Portanto, precisamos estar nesses lugares também e falar sobre nós com autoridade que nos é possível, pois nós experimentamos e vivenciamos tudo isso”. A vereadora demonstra sua indignação diante da situação em que sua capacidade é questionada, mas, ao mesmo tempo, ela reafirma a importância de ocupar esse lugar de poder. Ela compreende que é essencial estar presente nesses espaços para que as vozes daqueles que são marginalizados sejam ouvidas e representadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo de nossa pesquisa, ao discutirmos os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade, inferimos que os marcadores sociais e as estruturas de poder desempenham um papel fundamental na definição dos padrões de interação entre homens e mulheres, estabelecendo claramente os papéis que cada gênero deve desempenhar na sociedade. Esses marcadores sociais, sustentados e reforçados pelas estruturas de poder, moldam as expectativas e os comportamentos atribuídos a cada gênero, perpetuando estereótipos e normas que frequentemente limitam as oportunidades e a liberdade de escolha das mulheres.

Assim, observamos, nas trajetórias femininas em Campina Grande, nas décadas de 1930 e 1940, representações vívidas de uma época em transformação. Em uma sociedade rigorosamente moldada por normas patriarcais e conservadoras, as mulheres, tanto do meio popular quanto da elite, trilhavam caminhos distintos, mas igualmente desafiadores. Suas histórias de adaptabilidade destacam-se em um contexto que frequentemente as relegava a posições secundárias.

Verificamos que as mulheres do meio popular, enfrentando as adversidades diárias da sobrevivência, não se limitavam ao domínio doméstico. A necessidade as impulsionava para além dos muros de suas casas, levando-as a assumir papéis ativos na economia e na sociedade. Ao contrário do que se esperava para as mulheres da época elas se mostraram agentes de mudança, contribuindo não apenas para o sustento de suas famílias, mas também para o tecido social da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de nossa cidade.

Por outro lado, as mulheres da elite campinense, embora muitas vezes desfrutassem de maiores recursos materiais e acesso à educação, enfrentavam expectativas sociais rígidas que restringiam suas aspirações e impunham um ideal de comportamento e aparência. Esperava-se que cumprissem papéis de esposas e mães dedicadas, zelando pelo bem-estar da família e mantendo a honra e a tradição. No entanto, muitas dessas mulheres conseguiram expandir seus horizontes, envolvendo-se em atividades culturais, filantrópicas e até mesmo políticas, desafiando discretamente os limites impostos pela sociedade. Essas atividades, embora alinhadas com as expectativas sociais e morais, também forneciam um espaço para a expressão de suas identidades e o exercício de um tipo de poder social.

Em ambos os estratos sociais, as mulheres de Campina Grande desafiavam as limitações impostas por uma sociedade predominantemente masculina. Seus esforços para moldar suas

vidas e comunidades refletem não apenas a luta contra as restrições de gênero, mas também a capacidade de encontrar força e propósito dentro delas. Elas navegavam por um mundo em mudança, equilibrando tradição e inovação, submissão e resistência, para forjar um legado duradouro de força feminina e influência.

No segundo capítulo, ao explorarmos a trajetória de Dulce Barbosa, uma figura pioneira na política de Campina Grande na década de 1940, percebemos que sua trajetória reflete as complexidades de uma sociedade marcada por estruturas patriarcais robustas e por uma política dominada por homens. A análise de sua ascensão política nos oferece um vislumbre das dinâmicas sociais e estratégias que permitiram a uma mulher acessar esferas de poder até então inacessíveis.

Ao analisar as estruturas de poder predominantes, como o patriarcalismo, coronelismo, mandonismo e clientelismo, compreendemos melhor o cenário em que Dulce se movimentou. Esses sistemas, enraizados historicamente, configuraram um ambiente em que as relações de parentesco e alianças estratégicas eram latentes. Dentro desse contexto, Dulce navegou habilmente, justamente amparada por essas estruturas de poder.

A história de Dulce em Campina Grande-PB nos mostra como a ascensão de mulheres na política pode ser simultaneamente um símbolo de transformação e um reflexo das dinâmicas de poder estabelecidas. Embora Dulce tenha conquistado um lugar histórico como uma das primeiras mulheres a ingressar na política da cidade, seu percurso também foi caracterizado pela aliança com as práticas e estruturas de poder dominantes, que representavam as oligarquias tradicionais.

No terceiro capítulo, ao analisarmos a trajetória de Jô Oliveira, percebemos que as experiências vivenciadas por ela na política como mulher negra refletem as complexas intersecções entre gênero, raça e poder em uma sociedade ainda marcada por preconceitos e desigualdades que insistem em perpetuar-se na contemporaneidade. A trajetória de Jô é emblemática das dificuldades e resistências enfrentadas por mulheres negras ao tentarem se inserir em espaços tradicionalmente dominados por homens brancos.

Sua luta revela como as barreiras sistêmicas e estruturais atuam para limitar a participação plena de grupos historicamente marginalizados. A dupla discriminação que Jô enfrenta – tanto por ser mulher quanto por ser negra – ilustra claramente como as estruturas de poder operam para manter o status quo, excluindo vozes e perspectivas que poderiam enriquecer o debate político. As experiências de Jô Oliveira são um espelho da realidade de muitas outras

mulheres negras que, apesar das adversidades, continuam a desafiar as normas estabelecidas e a lutar por seus direitos e por um espaço de representação.

Ademais, compreendemos que o prolongado período de sete décadas para a eleição de uma mulher negra em nosso município expõe a persistência de barreiras históricas e sistêmicas que limitam a representatividade e a participação política dessa população. Essas barreiras são fruto de um legado de discriminação e exclusão que continua a moldar a estrutura do poder político no Brasil. A exclusão das mulheres negras dos espaços de decisão política representa tanto a desigualdade de oportunidades quanto a negação do pleno exercício da cidadania. Esse fenômeno destaca a necessidade urgente de abordagens e políticas inclusivas que promovam a equidade e a verdadeira representatividade em todos os níveis da governança, corrigindo as distorções históricas e garantindo que a voz e os direitos de todos os cidadãos sejam respeitados e valorizados.

Outrossim, a inserção de Jô Oliveira na política, por meio dos movimentos sociais, reitera a importância desses movimentos na inclusão de mulheres e minorias no cenário político. Os movimentos sociais têm sido, historicamente, um poderoso motor de mudança, proporcionando às populações marginalizadas uma plataforma para voz e ação. Eles trazem à tona questões críticas que muitas vezes são negligenciadas pelos mecanismos políticos convencionais, promovendo uma agenda mais inclusiva e equitativa. Eles impulsionam mudanças ao desafiar o status quo, questionando as normas e promovendo a justiça social.

Em suma, com base em nossa análise comparativa das trajetórias de Dulce Barbosa e Jô Oliveira, observamos tanto convergências quanto divergências marcantes em suas experiências. Apesar de terem backgrounds familiares distintos, diferentes formas de inserção na política e posturas políticas variadas, ambas compartilharam a vivência de preconceitos relacionados ao gênero em sua atuação política.

Dulce Barbosa, para se afirmar em um ambiente predominantemente masculino, precisou adotar uma imagem de mulher forte e determinada. Esta postura foi essencial para ser aceita e respeitada em um cenário político onde as mulheres frequentemente são subestimadas e marginalizadas. A necessidade de projetar uma imagem de força revela a pressão constante sobre as mulheres para obter legitimidade e reconhecimento.

Por outro lado, Jô Oliveira enfrentou, além do machismo, os desafios adicionais impostos pelo racismo estrutural. Sua trajetória evidencia como a intersecção entre gênero e raça agrava as barreiras à participação política. Jô não só precisou lutar para ser vista e ouvida

em um espaço dominado por homens, mas também teve que enfrentar a discriminação racial que historicamente exclui mulheres negras dos centros de poder. A complexidade de sua luta destaca a persistência de dinâmicas de exclusão que penalizam duplamente as mulheres negras.

Concluindo a análise das narrativas que constituem a memória e a história de Dulce Barbosa e Jô Oliveira, percebemos uma constante significativa: os padrões de poder. Embora esses padrões tenham evoluído ao longo do tempo, eles continuam a exercer uma influência marcante e visível na sociedade contemporânea. Atuando não apenas como demarcadores de lugares, mas também como forças que excluem pessoas, esses padrões nos lembram que, apesar dos avanços alcançados, a jornada rumo à verdadeira igualdade ainda está em curso.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. Lutas sociais nas primeiras décadas do século XX. In: **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 201 - 222. Disponível em: <<http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/uma%20historia%20do%20negro%20no%20bras il.pdf>>. Acesso: 20 out. 2023 às 22h47min.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. A criação da prosperidade e da pobreza. In: _____ . **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012a.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** 1. ed. São Paulo: Pólen, 2018.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANDRADE, Leo Rosa de et al. **A estrutura coronelista de dominação**. SC. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1984 - (Tese de Mestrado).

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1980.

ANGELIN, Rosângela; BUSANELLO, Elisabete. **Direitos humanos e mulheres nos parlamentos: reflexões a partir das teorias da redistribuição econômica e do reconhecimento identitário sob o enfoque da política de cotas eleitorais**. Anais do Congresso Estadual de Teologia. 2016. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2023.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)**. 1991. Orientador: Josemir Camilo de Melo. 316f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1991.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. **Coronelismo, cooptação e resistência: 1200 votos contra o coronel – a eleição da banha em Ijuí, 1934**. Porto Alegre: Secretaria do Estado da Educação, Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino, 1993.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. **Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social do Brasil**. Revista Multidisciplinar da Uniesp. Saber Acadêmico – nº 09 – Jun. 2010/INSS 1980-5950. Disponível em <<http://www.unieso.edu.br/revista9/pdf/artigos/18.pdf>>. Acesso em: 19 mar.23

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira época: 1930-1964**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008 – (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BÁEZ, Fernando. **A História da destruição cultural da América Latina. Da conquista à globalização**. Tradução: Léo Schlafman, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BARBOSA, Maria Dulce. **Entrevista I. (nov. 2003)**. Tânia do Nascimento Tavares. Campina Grande, 2003. Entrevista concedida para TCC de graduação em História pela UEPB, 2003.

BASÍLIO, Astier. **No princípio, eram tropeiros**. Revista Cafeicultura. Especial – A história de Campina Grande – a União-PB. Postado em 10 dezembro 2009. <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=26920&especial---a-historia-decampinagrande-pb.html>.

BASÍLIO, Astier. **Especial – A história de Campina Grande**. Revista Cafeicultura – A União, Paraíba. Postado em 12/10/2009. <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=26920&especial---a-historia-decampinagrande-pb.html>. Visitado em 22 jun 23.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Assembleia Legislativa/A União, 1994.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Movimentos sociais**. In: Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, v. 2. 2000.

BOUDON, Raymond. **Movimentos sociais**. In: Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. **Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”**. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set/Dez, 2008.

BRUSCHINI, C. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1990.
CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande-PB: Ed. Caravela, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

CARDOSO, Carlos Augusto Amorim; MAIA, D. S. **A feira de campina grande: Onde se encontra o moderno e o tradicional**. In: Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, julho de 2010.

CARNEIRO, Sueli. (2011). **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: Acesso em 03 de agosto. 2023.

CARONE, Edgard. **A primeira república (1889-1930): texto e contexto**. Difusão Europeia do Livro, 1973.

CARONE, Edgard. **Coronelismo: definição histórica e bibliográfica**. In: Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro: v. 11, n. 3, jul. /set. 1971, p. 85-92.

CARONE, Edgard. **Oligarquias: definição e bibliografia**. In: Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, jan./mar. 1972.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação Racial e Pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65-104.

CARVALHO, José Murilo de. **As metamorfoses do coronel**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 06 mai. 2001. Disponível em: . _____. In Memoriam – Victor Nunes Leal (1914-1985). In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005b.

p. 381-383. 1. ed. _____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005^a, p-130-155, 1. ed.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma Discussão Conceitual.** Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nr...> acesso em 18 de Out. 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma Discussão Conceitual.** v. 4. n. 2. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Cidadania no Brasil. O longo caminho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CITTADINO, Monique. **Populismo e o golpe de Estado na Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim.** O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHANDLER, Bily Jaynes. **Os Feitosa e o Sertão dos Inhamuns; a história de uma família e uma comunidade do Nordeste do Brasil – 1700-1930.** Tradução de Alexsander F. Caskeye Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Simone da Silva. **Feminismo e igreja católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40).** Recife, 2015 (Tese de Doutorado – UFPE).

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista estudos feministas, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine.** University of Chicago Legal Forum, v. 1, n. 8, 1989.

DEL PRIORE, Mary Del. **As atitudes da igreja em face da mulher no Brasil colonial.** In: MARCILIO, Maria Luiza (org.). Família, mulher e sexualidade no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DERING, Renato de Oliveira. **A prova de redação do Enem: manutenção da colonialidade por meio do ensino de produção textual.** 2021. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2021.

DIAS, Roberto Barros. **Deus e pátria: Igreja e Estado no processo de romanização na Paraíba (1894-1930).** João Pessoa, 2008 (Dissertação de Mestrado – UFPB).

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica: Memória, identidade e representação.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; COSTA, Antônio Albuquerque da. **As rugosidades do comércio algodoeiro no espaço urbano atual de Campina Grande-PB.** Revista GeoSertões, Campina Grande, v. 2, n. 4, p. 7-31, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/548>. Acesso: 31 dez. 2018. Fotos - <http://cgretalhos.blogspot.com/2017/03/dulce-barbosa-1-vereadora-de-campina.html#.Y870I3bMLIU>

Foucault, M. (1987). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, (5. ed.), Petrópolis: Vozes.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento rural.** São Paulo: Global Editora, p. 207-267, 2003.

G1, Globo 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-contrabolsonaro-em-28-cidades-de-manha-11-cidades-tiveram-atos-a-favor.ghtml>. Acesso em 25, junho, 2024. Sem autor: Manifestantes fazem atos contra Bolsonaro em 40 cidades de manhã; 14 cidades tiveram atos a favor.

GALVÃO, André Luís Machado. **O coronelismo nas narrativas de Wilson Lins: espaços de poder.** Feira de Santana, 2010, 120 p. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural). PPGIDC, UEFS, 2010.

GALVÃO, Manoel da Cunha. **Porto da Parahyba. In: Melhoria dos portos do Brasil.** Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869, p. 151-170.

GEERTZ, Clifford. **Ethos, visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados.** In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: MEC; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade, 2005, p. 39-62. Acesso em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16224>. Acesso em: 21 de agosto. 2023 às 17h 29min.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Pauta das mulheres em 1945: luta pela anistia e pela democracia.** Universidade de Pernambuco e Prefeitura de Recife. ANUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano, Ensaios, intervenções e diálogos.** (org.). Flávia Rios, Márcia Lima. Editora Schwarcz S. A, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sergio A. Introdução. **Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil.** Publicação do Programa a Cor da Bahia. Mestrado em sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. n. 3, (1997), Salvador: Novos Toques, 1998, p. 17-19.

HAHNER, June. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed, São Paulo: Centauro, 2011.

HALL, Catherine. Sweet home. **In: história da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** PERROT, Michelle (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Entre duas eleições. Relação político-eleitor.** In: Como se fazem eleições no Brasil/ organizadoras: Beatriz M. A. de Heredia, Carla Costa Teixeira, Irllys A. F. Barreira. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HOOKS, bell. Ain't I a Woman: **Black Women and Feminism.** Boston: South End, 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014. <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/03/morre-primeira-mulher-prefeita-da-paraiba-com-96-anos.html>

HUNT, Lynn. **Revolução Francesa e vida privada.** In: história da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. PERROT, Michelle (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 2. ed. Brasília: IPEA, 2008, p. 135-170.

JARAMILLO, Isabel. La critica feminista al derecho. In: WEST, R. **Gênero y teoría del derecho**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000.

KOCKA, Jurgen. **Para além da comparação**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286, ago. 2014.

LAMBERG, Moritz. **O Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Lombaerts, 1896. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242535>. Acesso em 17 fev.2024.

LARAIA, Roque de Barros 1976 **Concepções de vida e morte entre os povos primitivos**. Jornal de Pediatria, v. 37, fascículos 5/6, Rio.

LEAL, L. A. M. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos.php>. Acesso em: 15 set. de 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Ivaldo. **A condição geopolítica dos corpos sensíveis**. Paisagens Híbridas. Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 25 mar. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e serviço social** – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katálysis. Florianópolis. v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

LOPES, Antonio Carlos Ferreira. **Queimadas: seu povo sua terra**. 4. ed. Rev. Ampliada. Queimadas-PB: Cópias e Papéis, 2010.

LOPES, Maria Immacolada Vassallo de. Pesquisa em comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LUCAS, Douglas Cesar. **Os novos movimentos sociais: contribuindo para a afirmação democrática do direito e do Estado**. Direito em debate. Ano XIV n. 25, jan/jun. 2006. Disponível em [file:///C:/Documentos%20and%20Settings/usuario/Meus%20documentos/Downloads/685-7251-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Documentos%20and%20Settings/usuario/Meus%20documentos/Downloads/685-7251-PB%20(2).pdf)> Acesso em 11 mar 23.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Vozes católicas: um estudo sobre a presença feminina no periódico A Ordem (anos 1930-40)**. In: LÔBO, Yolanda e FARIA, Lia (orgs.). Vozes femininas do Império e da República. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

MAIA, Doralice Satyro. **Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB**. 2000. 363 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MALUF, M. & MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: Fernando Novais & Nicolau Sevcenko. **História da Vida Privada no Brasil**. v. 3, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MATTOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanshi. **História oral como fonte: problemas e métodos**, Rio Grande, Repositório Institucional da FURG (RIFURG), 2011.

MENDES, João. (Dir.). **Anuario de Campina Grande**. Parahyba - Brasil. Recife: Off. Graph. Jornal do Commercio, 1925.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. México, DF: Aguiar Editores, 1975.

MIRALES, Rosana. **Desigualdades de gênero e formação do assistente social**. Revista Alamedas – Revista eletrônica do NDP, v. 1, n. 1, jan./jun. 2010.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2017.

MONTEIRO. José Marciano. **Família, poder local e dominação em um estudo sobre os processos de disputas políticas da(s) família(s) Ernesto-Rêgo em Queimadas-PB**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande. 2009.

MUNANGA, Kanbeguele. **A mestiçagem no pensamento brasileiro.** In: **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 47-78.

NICHOLSON, Linda. “**Interpreting Gender**” em Linda Nicholson, *The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern* (p. 53-76). Cornell University, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações sociais no Brasil. In: **Tanto preto quanto branco: estudo de relações sociais.** Prefácio de Thales de Azevedo – São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, p. 67-97.

NUERNBERG, A. H. (1999). **Investigando a significação de lugares sociais de professora e alunos no contexto de sala de aula.** Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/360813/mod_resource/content/1/LEAL%2C%20Victor%20Nunes.%20Coronelismo%20Enxada%20e%20Voto.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

OLIVEIRA, Josilene Maria. **Conferência Interseccionalidade.** Campina Grande: Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande-PB. Unidade Acadêmica do Mestrado em História I, 2022, 25 p.

ORTIZ, R. (1983). **A procura de uma sociologia da prática.** In: R. Ortiz (Org.), Pierre BOURDIEU: Sociologia (p. 7-36). São Paulo: Ática.

OTTO, Clarícia. **O Feminismo no Brasil: suas múltiplas faces.** *Estudos feministas*, Florianópolis, 12 (2): 237-253, maio-agosto/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>.

PAGÈS, M., Bonetti, M., Gaulejac, V., & Descendre, D. (1987). **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos.** São Paulo: Atlas.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PAULISTA, Maria Inês. **Os movimentos sociais como fonte de transformação na educação: possibilidades e realizações.** III Encontro de Pesquisa Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho. Disponível em <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A3o/eventos/MES%202.pdf> Acesso em : 23 junho 23.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, William Eufrazio Nunes. **Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande:** do gado (século XIX) ao algodão (século XX) Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Artigo Submetido: 18 de fevereiro de 2016; aceito: 8 de setembro de 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Bassanezi (orgs.). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **Repensando a história comparada da América Latina.** Dep. de História – FFLCH/USP. Revista de História 153/2 - 2005, p.11-33.

PRIORE, Mary Del. **A Mulher na História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas. Sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta, 2017.

PRIORE, Mary del. **Sobreviventes e Guerreiras. Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000.** São Paulo: Editora Planeta, 2020.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In: QUEIROZ, M. I. P. de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 163-216. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1., v. 5).

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1987.

_____. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Como sair do liberalismo?** Trad. De Maria Leonor Loureiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999^a.

_____. **Pelas Mãos de Alice – O social e o político na pós-modernidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

_____. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** 2. ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 2. ed, São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação. v. 16 n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em <http://br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acessado em: 21 jun. 23.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RÊGO, André Herácio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de fala?** – Belo Horizonte: Letramento: Justificado, 2017.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 451-466.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo Afro-latino-americano.** Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S. A, 2020.

ROCHA-Coutinho, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, Século XIX.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Eni de Mesquita. **La mujer em la historiografia latino-americana reciente**. In: SANCHEZ, Jorge Nûnez. História de la mujer y la família. Quito: Ed. Nacional.

SANTOS, Boaventura de S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. In: _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1903**. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 141-188.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD. Halbwachs: **Memória coletiva e experiência**. Instituto de Psicologia-USP, p. 285-298. São Paulo, 1993. Disponível em: file:///C:/Users/ALEX%20MARIN/Downloads/34481-40433-1-PB.pdf. Acesso em: 12 out. de 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**, 1. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 41-87.

SCHWARTZMAN, S. et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**. *Educação e Realidade*. 20 (2), p. 71-99, 1995.

SILVA, Ana Cláudia Feliciano. **A mulher na política paraibana: o protagonismo de Maria Dulce Barbosa (1947-1966)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2014) – Departamento de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SILVA, Marco Antônio Bloth. **Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”**. Ver. Bras. Hist. v. 35, n. 70 São Paulo jul./dez. 2015 Epub 27-Nov-2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>

SIMSON. O. R. M. V. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: O exemplo do centro de memória da Unicamp**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/temas.html>. Acesso em: 09 set. de 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. A pedido do PCB, 1970.

SOUTO, Baldomiro. **A Presença de Baldomiro**. Livro publicado pela família Souto com os principais artigos do jornalista, 1998.

SLATER, David. **Repensando as espacialidades dos movimentos sociais. Questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais**. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000, p. 503-533.

SMOLKA, A. L. B., Góes, M. C. R., & Pino, A. (1998). **A constituição do sujeito: uma questão recorrente?** In: J. V. Wertsch, P. del Ríó & A. Alvarez (orgs.), *Estudos socioculturais da mente* (p. 218-238). Porto Alegre: Artmed.

SOIHET, Rachel. **“História das Mulheres”**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **“Domínios da história”**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra, **Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade Campina Grande, 1930-1945**. Caderno pagu (24), janeiro-junho de 2005, p. 153-174.

SOUSA, Valquiria Alencar; CARVALHO, Maria Eliane Pessoa – **Por uma educação escolar não sexista**. Editora Universitária/UFPB, 2000.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. **Campina Grande nos anos 50: entre o sonho e a fantasia**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História - João Pessoa, p.1-8, 2003.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte; Fatos e personagens da história de Campina Grande, 1945/1953**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1982.

TELLES, M. A. **A Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: _____ (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 2. ed. Brasília: IPEA, 2008. p. 19- 47.

TERUYA, Marisa Tayra. **Em famílias: arranjos, negociações e poder local na Paraíba (1940-1946)**. In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz e Neto, Martinho Guedes dos Santos (orgs.). *Cultura e poder político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana*. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Qu'est-ce que la démocratie?** Paris: Faya, 1984.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. CONSTITUIÇÃO DE 1891: as limitações da cidadania na República Velha. Revista da FARN, Natal, v. 3, n. 1/2, p. 175-189, jul. 2003/jun. 2004.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom. London: John Murray, 1917

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A Invenção do Coronel: Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória: UFES, 1995.

VERDECANNA, Ticiania R. **A negação do mito da democracia racial e os desdobramentos dos estudos sobre relações raciais brasileiras após abolição**. In: JOHNSON, J.; VIEIRA, V. R. (org.). **Retratos e espelhos: Raça e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos**. São Paulo: FEA/USP, 2009, p. 93-113.

VILLAR, Euclides. (dir.). **Almanach de Campina Grande. Campina Grande-PB: Tipographia da "Livraria Campinense"**, 1933, p. 15-45, (Anno I).

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. São Paulo: UnB, 2004.

ZANELLA, A. V., & Pereira, R. S. (2001). **Constituir-se enquanto grupo: a ação de sujeitos na produção do coletivo**. Estudos de Psicologia (Natal), 6, 105-114.

ZANELLA, A. V., & Sobrera Abella, S. I. (2000). **Grupo, cultura e constituição do sujeito: o movimento dos sujeitos no contexto grupal**. Relatório final de pesquisa não-publicado. Programa PIBIC/CNPq - BIP/UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ZANELLA, A. V., Prado Filho, K. & Sobrera Abella, S. I. (no prelo). **Significações acerca de poder em um grupo de formação de gerentes em serviço**. Psicologia Argumento.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ORIENTADOR: PORF. DR. EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK
MESTRANDA: TÂNIA DO NASCIMENTO TAVARES

Conferência com o tema "Interseccionalidade" proferida no Centro de Humanidades, no dia 17 de maio de 2022, na Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Humanidades, Unidade Acadêmica de História, no plano acadêmico de ensino remoto (PAER) 2022.1, durante a disciplina de Estudo de Gênero, ministrada pelos professores doutores Rosilene Dias Montenegro e Fábio Ronaldo da Silva, com a participação especial da Mestre em Serviço Social e Vereadora da Câmara Municipal de Campina Grande Joseline Maria de Oliveira.

Transcrição da fala de Jô Oliveira

Boa tarde! Quero agradecer a possibilidade de partilhar um pouco do que temos experimentado, dessas travessias, desses cruzamentos, de todas as coisas que vivenciamos. Quero agradecer a professora Rosilene pelo contato - é sempre uma satisfação poder encontrá-la, mesmo que de forma remota (risos). Espero que nas próximas vezes estejamos onde sempre tivemos, nas lutas. Quero agradecer a Fábio Ronaldo pela mediação e, principalmente, por esse momento de compartilhamento que estamos tendo. Quero agradecer a Luiz, que está aqui lindinho na minha frente, lindo, e que eu amo (risos). E, é claro, agradecer a Paulo pela

introdução - ele já me tira uma grande responsabilidade de teorizar sobre o assunto, não é? (Risos).

Então, vou falar da parte prática, dessa coisa que é vivenciar a interseccionalidade. Embora concorde que precisamos fazer com que esses termos e essas coisas sistematizadas e organizadas extrapolem os muros das universidades e os espaços de produção do conhecimento, é importante também entender que no dia a dia, experimentamos tudo isso. Nem sempre racionalizamos, nem sempre com esse olhar, mais todos nós somos atravessados por todas essas categorias e situações todas essas situações que nos fazem quem somos, na condição de mulher negra, na condição de uma filha de uma trabalhadora doméstica, enfim, tudo isso que nos permite estar nesse lugar.

Particularmente, minha trajetória é muito atravessada por todas essas categorias que fundamentam a interseccionalidade, seja em termos de classe, gênero ou raça. Aqui, é importante ressaltar que uso o termo “raça” no sentido de categoria política, com o objetivo de ressignificar a forma como foi utilizada para nos hierarquizar e inferiorizar. Nesse contexto, inclusive, em toda a sua trajetória religiosa, científica e, enfim, da forma como ela foi utilizada. Que hoje eu faço questão mesmo de frisar esse lugar da raça como categoria política.

Eu me coloco como uma mulher negra em movimento, que não faz parte do movimento negro unificado em sua forma mais recente de apresentação, mas como uma cidadã negra campinense, como diz a Lélia Gonzalez e a Sueli Carneiro. Estamos aqui para falar um pouco sobre isso. Eu sempre faço questão de falar sobre minha trajetória pessoal política, para que possamos entender o nosso ponto de partida, a partir desse lugar. Porque sempre que falamos dessa experiência de estar enquanto vereadora, estar nesse lugar, de trazer as pautas que trazemos, de estar na linha de frente de alguns debates, é sempre importante que marquemos esse lugar, porque a política ainda é esse lugar dos poucos, é o lugar da família tradicional, ainda é esse lugar que representa as oligarquias, não é? Então é importante que façamos essa diferenciação.

Então, para quem não me conhece, eu sou Josilene, como já fui apresentada, mais conhecida como Jô, Jô Oliveira. É sempre importante a gente frisar o nome e o sobrenome. É uma coisa que eu também aprendi no feminismo negro, porque se não formos nós, a nos nomearmos, outras pessoas acabam colocando o nome, e esse nome geralmente é pejorativo, é diminutivo, é humilhante. E eu experimentei isso desde cedo, na condição de criança negra, na

condição de ser apontada como a diferente, sem necessariamente saber o porquê desse tratamento diferente. É importante colocar isso!

E eu sou filha de uma mulher negra, trabalhadora doméstica, mãe solo, que foi criada por uma tia-avó, lavadeira de roupa, costureira de ganho, como se dizia. Minha tia e minha madrinha, junto com a minha mãe, todas essas mulheres voltadas ao trabalho doméstico, são essas mulheres negras responsáveis por minha criação. Então, toda a minha casa, toda a minha experiência de criança, não havia essa presença masculina. Então às vezes, eu sempre estranhava a forma como as minhas colegas falavam que os pais não deixavam sair, que esperavam o pai chegar em casa para poder dizer o que podia ou não fazer.

Então, isso é uma realidade muito diferente, não é, da minha vivência familiar, muito embora, mesmo sendo criada por uma casa formada apenas por mulheres e mulheres negras, a gente também experimenta o machismo. A gente também é criada e orientada ainda nessa lógica, que a nossa sociedade ainda é estruturada, e ela ainda é machista e patriarcal. Então é importante que a gente coloque dessa forma!

Mas por que é também que eu preciso falar dessa trajetória? Porque, mesmo tendo esses elementos, foi nesse ambiente com essas mulheres, as mulheres negras, que eu aprendi a pensar de forma coletiva. Porque assim, sempre que precisava encaminhar algumas coisas, precisava resolver alguma questão, era um momento sempre muito dialogado, com a minha mãe, com a minha tia, com a minha madrinha e com a minha tia avó. Então essa dinâmica de sentar-se, conversar, debater e resolver muitas vezes as coisas, parte muito dessa dinâmica da minha casa.

Então, desde cedo quando eu me colocava nas disputas para presidência da turma e coisas do tipo, eu sempre ouvia que era a enxada, que estava se colocando no processo. Mas, era também uma dinâmica que já vinha da minha casa: nós fazíamos debates para decidir o que precisava ser feito, se fosse para ir à feira, ao centro ou ao mercado e eu geralmente acabava sendo a escolhida para ir. Então, é sempre bacana mencionar isso.

E assim, por que é importante marcar o lugar? Porque são mulheres semialfabetizadas que têm uma leitura da realidade à qual elas estavam e estão inseridas. Minha mãe sempre teve uma opinião sobre tudo, embora dentro da forma como ela compreende, não é? Sem ter esse olhar acadêmico, sem essa coisa que a gente muitas vezes só dá credibilidade quando há uma série de elementos por trás. Mas ela sempre teve opinião sobre futebol, política, religião, entre outros. Portanto, é sempre importante destacar isso. Acima de tudo, é a perspectiva que ela apontou e aponta para a educação, como alternativa de mudança de vida, como alternativa de

transformação, como possibilidade de ter uma vivência diferente da dela. Isso me trouxe a este lugar e me colocou inclusive nessa condição, como uma pessoa formada em serviço social, assistente social, que tem o mestrado exatamente por esses estímulos. Onde ela sempre entendeu que a educação é esse lugar que permitiria ter uma outra vivência, para além daquela que eu já experimentava com elas no trabalho doméstico. Então, só para falar um pouquinho dessa trajetória (risos).

Falando dessa trajetória, eu também falo sobre a interseccionalidade de forma prática. Como eu disse, eu já experimentava essa sociedade diferente. Quando paro para pensar e racionalizar, as primeiras experiências de racismo que eu me lembro. Foram na escola, na igreja, na rua, e em vários lugares, mas, nem sempre refletimos sobre elas. À medida que fui crescendo e me desenvolvendo, especialmente quando cheguei à universidade, me deparei com outras possibilidades. Hoje agradeço a minha mãe por ter insistido para que eu chegasse a esse lugar. Porque, inclusive, eu fui percebendo as camadas das quais sou formada ou as categorias, se pensarmos nesse lugar de conhecimento que estamos discutindo as necessidades dessa interseccionalidade.

Mas vejam bem, quando eu cheguei à universidade, eu tinha uma ideia limitada do serviço social e da dinâmica envolvida nessa área (risos). Era a ideia de fazer ação social, que estava presente na igreja, para ajudar aos pobres. Infelizmente, essa era a visão que eu tinha do lugar onde fui formada e que achava que precisava estar lá. Quando comecei o curso de serviço social, identifiquei, inclusive, a teoria sobre a classe. Sempre soube que era uma jovem, mulher negra e pobre. Mas uma coisa é saber disso e outra é ter elemento para racionalizar, identificar quem você é e entender em que lugar está na luta de classes. Embora a gente saiba disso, muitas vezes não pensamos a respeito.

É aí onde estar a grande questão! A gente precisa sair desse processo de alienação que estamos todas inseridas! E assim, foi fundamental para mim essa chave em relação à universidade e à profissão que eu estava escolhendo. Mas acima de tudo, esse lugar em que me coloco na luta de classe, inclusive que fazendo questão de afirmar hoje que sou uma sujeita comprometida com a defesa da classe trabalhadora.

Entendendo esse lugar, inclusive, como filha de trabalhadora doméstica que foi a vida inteira explorada na sua condição do trabalho, explorada na sua humanidade, explorada nesse seu lugar de mulher, foi fundamental fazer essa leitura. Então, quando eu me percebo nesse lugar, eu digo: “Rapaz, eu não acredito que a gente não pensa sobre isso! ”. E aí a gente entra

naquela história de fazer esse debate, de nos colocar ao lado da luta do povo. E é nesse momento que eu me coloquei, inclusive, como integrante do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Então, assim, uma coisa é você ver isso na teoria, na Universidade e conhecer a respeito, outra coisa é a gente experimentar isso. Foi fundamental essa experiência junto aos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra. Fiquei três anos junto ao movimento, inclusive fiz parte da direção, acompanhei uma série de ocupações e desintegração de terras. Mas, entendendo também o que significa esse lado que a gente assume, entendendo também o quanto é importante a gente falar disso no nosso dia a dia, falar sobre a necessidade da reforma agrária, reconhecer a quantidade de pessoas que estão à margem dos processos, inclusive, sem acesso à terra, sem acesso à água, sem acesso a alimentação. Porque tudo isso está concentrado nas mãos de poucos, então foi fundamental esse primeiro momento.

Outra coisa também que foi fundamental nesse processo, eu costumo falar desse caminho da interseccionalidade. Foi também me reconhecer nesse lugar da pessoa pobre, empobrecida, mas também jovem. Porque eu cheguei da Universidade com 17, 18 anos e à medida que fui falando sobre as políticas públicas, falando sobre o acesso ou não a universalização ou não das políticas sociais, comecei a perceber quem fazia esse debate e quem não fazia. Quem é que está sempre falando pelas pessoas, em nome das pessoas? Quem é que está construindo as políticas públicas? Como é que tudo isso é elaborado? Como isso é executado? E aí percebemos que também não havia participação da juventude. Por isso, tenho um carinho imenso, Luiz sabe disso, por nossa relação com o levante. Mas assim, eu também me constituí quanto sujeita política a partir desse olhar da juventude, entendendo inclusive o potencial que há na classe trabalhadora aliada a essa questão das juventudes, marcando quem são os sujeitos que estão na maioria dos processos dos subempregos, que estão inclusive entre a maioria dos desempregados, e eu era uma jovem nesse contexto.

Então, colocando esses elementos que vão formando a nossa identidade; foi que criamos a associação da juventude. Puxamos aqui, inclusive em Campina Grande, muitos dos debates sobre as conferências das políticas públicas e juventudes. Tudo isso que temos hoje pode não funcionar bem como deveria, mas foi resultado de muita luta, de muita gente que se inseriu em todos os níveis desse debate. Esse debate também aconteceu aqui em Campina, e nós contribuímos - quando digo “nós”, me refiro ao sentido coletivo - porque não foi só Jô, mas várias outras pessoas também puderam se colocar nesse lugar.

Depois vieram, acho que, as fases mais difíceis. Assim, na medida em que vamos entendendo esse lugar e essas dimensões que vamos alcançando, reconheci-me nesse lugar de mulher. Porque, obviamente, não é? (Risos). Aquela máxima sempre verdadeira da Simone: “a gente não nasce, a gente torna-se”. Fui me reconhecendo nesse lugar a partir desse debate de gênero, entendendo meu lugar na sociedade e inclusive, por muitas vezes, ser tratada diferente pelo fato de ser mulher.

Também foi fundamental para ir resignificando esse lugar de uma jovem empobrecida e mulher. Então, foi assim uma parte muito importante, porque pude não só me aproximar dos estudos de gênero - se é que podemos colocar dessa forma -, mas também conhecer outras mulheres, outras estruturas, conhecer o próprio feminismo. E falando do feminismo hegemônico, mas entendendo o feminismo, entendendo as teóricas, entendendo a pessoas, inclusive me permitiram conceituar gênero, entendê-lo na prática, perceber inclusive esse debate sobre porque ocupamos espaço A e não B? Por que ganho tão pouco em relação a essa figura masculina? Por que ainda somos tão poucas na política? E todos os porquês que envolvem a nossa dinâmica enquanto mulheres na sociedade.

E assim, foi fundamental que esse processo também se desse junto a outras pessoas, o que às vezes é uma jornada muito solitária, não é? Quando a gente vai fazendo esses debates e fazendo essas descobertas. E aí, o lugar e a relevância dos movimentos sociais são fundamentais, de estarmos junto com as pessoas que estão também para além do teórico, para além da formação. Mas que tem também uma atuação, que têm a possibilidade de uma atuação prática mesmo. Apesar que a atuação já é prática, enfim, vocês me perdoem a redundância. Mas assim, colocar nesse lugar que a gente precisa pensar sobre, mas também que a gente precisa estar na ponta, fazendo, chamando outras mulheres, conversando com outras mulheres, construindo esse momento com outras mulheres e com outros homens. Até para que a gente também possa quebrar essa lógica que o estudo de gênero é só para as mulheres ou é só sobre as mulheres. Então foi fundamental também assim construir esse lugar.

E não menos importante, foi exatamente essa dimensão racial e eu considero assim no meu ponto de vista pessoal. Dessa trajetória, acho que foi a mais difícil, exatamente por ser a mais tardia, o que a gente tem a condição de fazer de novo, não é? A gente faz esse processo. Entendi que eu era tratada diferente já na minha infância, por ser essa criança negra. Mas parar para pensar sobre isso, entender que durante muito tempo a ciência foi responsável, até por justificar a forma como os nossos corpos ainda hoje são colocados à margem dos processos, justificando a exploração dos nossos corpos, colocando que nós não tínhamos alma e todas as

outras coisas que envolvem o pensamento sobre esses corpos negros, que no caso também é o meu, é muito difícil! E aí, fica com aquela necessidade de estar sempre conversando, alertando outras pessoas. É um ciclo que às vezes é muito doloroso!

Mas também foi muito importante, porque me impulsionou a falar mais sobre isso, porque obviamente que eu sempre falei, não é? Sempre falei do racismo, sempre falei dessa questão. Mas ainda não era, como posso colocar? Não era a minha bandeira de luta! Não era um compromisso pessoal e diário. Então assim, eu sempre sou aquela pessoa que entra em espaço e conta quantas pessoas negras têm para saber se esse espaço será hostil ou não. Conto quantas pessoas negras estão em determinada mesa, em determinado local de fala, nos lugares que consideramos importantes para pensar nas políticas públicas, que estão no processo de fiscalização e acompanhamento, para que as coisas funcionem, que estão construindo sindicatos, movimentos, enfim.

Sempre fazendo essa problematização, porque eu acredito que a gente só tem condição de construir essa sociedade de iguais, que temos inclusive como horizonte, se estivermos de fato todas e todos nas mesmas condições e a gente sabe que isso ainda hoje não é possível. Então, é importante e necessário que a gente vá fazendo essa reflexão e faça essa reflexão junto, por exemplo, do meu processo pessoal, fazer esse debate junto com articulação da marcha das mulheres negras, fazer esse debate a partir da minha dissertação. Foi, como posso colocar, sem começar a chorar, obviamente! Porque sempre que eu me lembro (risos), vou trazendo, e aí vou lembrando das noites de sono, mas enfim, é evidente que precisamos disso.

Não é só importante, mas também nos alerta sobre o quanto ainda precisamos avançar no debate e na construção conjunta com a sociedade. Na minha opinião, baseada no que escrevi e experimentei na minha dissertação, é imprescindível abordar questões de gênero e diversidade de relações de poder. Eu foquei gênero, geração e raça, discutindo o lugar das jovens nas escolas e sua construção de identidade.

Então, eu fiquei pensando no quanto precisamos avançar para que as nossas adolescentes e jovens de hoje possam se identificar enquanto mulheres e construir sua identidade, mas ao mesmo tempo entendo que muitas outras vieram antes, construindo caminhos e responsáveis por alargar esse processo. Por exemplo, foram essas mulheres que nos permitiram estar aqui hoje, nessa tarde, em uma turma de mestrado, falando sobre as nossas experiências e as interseccionalidade que vivenciamos na condição mulher negra.

Então, eu entendo que são passos que a gente tem que dar para construir nessa direção. Certamente, amanhã e depois, a gente pode ter um debate menos dolorido e estar em processos menos dolorosos para as nossas meninas negras, por exemplo. Então, é sempre importante pensar no sentido da caminhada, por mais dolorida que seja agora. Já foi muito mais difícil, não é? É preciso tentar ver o copo meio cheio, na medida em que a gente vai avançando e construindo isso, chamando outras pessoas e fomentando o debate. Obviamente, a gente sabe que na medida em que a gente avança um ponto, sempre surgem críticas e oposições. Mas, ao mesmo tempo, a gente também vai criando musculatura e condições para enfrentá-las.

E aí, vocês podem dizer assim: “Ah, mas ela está falando sempre em enfrentamento!” Porque é! Ainda é! E é um enfrentamento diário que experimentamos nesse espaço que nós estamos hoje, que é a Câmara de Vereadores de Campina Grande. E toda a nossa experiência nesse lugar, enquanto vereadora, passa muito por essa necessidade de estarmos afirmando o tempo inteiro que nós somos uma pessoa negra, uma mulher negra, uma mulher negra vinda dessa classe empobrecida e que historicamente foi explorada por essa oligarquia, que inclusive é responsável pela manutenção do poder na cidade.

Então, a todo tempo estamos afirmando esse lugar. É a todo momento estamos colocando que o fato de estarmos aqui na condição de primeira mulher negra eleita é histórico, mas não é o suficiente. Precisamos ter mais mulheres negras, mais pessoas jovens, mais LGBTQIAPN+ assumidos! Porque enfim né (risos).

Então, é importante fazer esse debate o tempo todo para que esse lugar de fato represente quem somos e quem constrói a sociedade como um todo. Mas, é especialmente importante ter pessoas com essa característica ou com essa visão nos espaços estratégicos, para que possamos formular projetos de lei, apontar políticas públicas e fazer um controle mais efetivo do pleno funcionamento da sociedade. É necessário que estejamos nos movimentando para que possamos alterar a estrutura que temos em funcionamento atualmente.

Sabemos que não é fácil, sabemos que é um processo histórico. Sabemos que passa aí pelo desmonte, inclusive, dessa estrutura que forma nossa sociedade, que é racista, que é marxista, que é misógina, que é LGBTfóbica e todas as outras possibilidades ainda de nos tirar desse processo, tirar a humanidade de quem nós somos, porque, infelizmente, ainda passa por isso. Mas é também ser esse lugar de referência para outras meninas, outras mulheres, outros corpos se inspirem para que possamos fazer a diferença.

Então, novamente, é reforçar esse lugar que nós estamos aqui, experimentando esses ambientes e ainda criando possibilidades para que amanhã sejamos mais, para que depois sejamos muitas. Que amanhã tenhamos condição de pensar essa sociedade diferente. E por último, mas não menos importante, só para dialogar um pouquinho com o que Paulo traz sobre interseccionalidade, essa questão sistematizada, mas foi interessante porque eu também a utilizei em minha dissertação. Quando estava lendo Sueli Carneiro, Lélia González, Ângela Davis, encontramos essas mulheres falando sobre isso, só não deram o nome, mas é que fazemos no dia a dia. Por exemplo, quando a Lélia González fala da “preta doméstica”, ela marca o lugar da classe e de gênero. Assim vamos entendendo como se forma processos e como essas mulheres ainda não têm acesso a todos os seus direitos.

Hoje ainda, precisamos falar em Campina Grande sobre a mulher negra resgatada na condição de “trabalhadora doméstica” entre aspas, mas na realidade em uma condição de corpo escravizado. Não gosto de dizer que é trabalho análogo, é o que a legislação diz, mas na prática é trabalho escravo, pois esse corpo negro trabalhava sem qualquer direito trabalhista, não tinha direito a férias, folgas ou remuneração, e o mais grave de tudo isso é que essa mulher dividia o seu espaço de dormir com as cachorras paridas.

Então assim, ainda nos colocamos nesse lugar do animalesco do depois. E, quando houve o processo de apreensão, ainda chegaram a falar que ela era de casa, que era da família. Então precisamos lidar com a mesma cidade que elege a primeira mulher negra vereadora, mas ao mesmo tempo ainda experimenta essa mulher negra ainda em trabalho escravizado.

Então, esses dois exemplos mostraram exatamente o quanto precisamos avançar, o quanto precisamos debater sobre interseccionalidade e levar toda essa discussão para o conjunto da sociedade, para que não fiquemos surpresos com as duas coisas. Ainda hoje, me surpreendo quando as pessoas dizem: “Nossa, que legal, você é a primeira vereadora! ”. Ao mesmo tempo, ficamos chocados com o fato de ainda hoje existir pessoas escravizadas. Esses dois sentimentos são conflitantes, mas ao mesmo tempo são molas propulsoras para lançarmos cada vez mais essas discussões na sociedade e ter mais possibilidade de debater sobre isso.

E me colocar aqui hoje nessa ponta prática da interseccionalidade é difícil, até porque é o que a gente tenta fazer no nosso exercício diário e nas possibilidades dos debates que levamos para a Câmara de Vereadores, como audiências públicas, projetos de lei e tribunas livres, que também têm essa preocupação e esse olhar. Esses dias tivemos uma tribuna livre com trabalhadoras domésticas, que inclusive falaram desse processo de apreensão dessa mulher

negra. Falaram sobre a discussão com o Ministério Público do Trabalho e, pasmem, o Ministério Público do Trabalho já desconfiava de possíveis problemas nesse sentido em Campina Grande, não é de hoje. Não se espantem se amanhã e depois encontrarmos mais casos como esses, infelizmente, mas é assim que é.

Estar hoje nesse lugar é garantir que esses debates cheguem lá, porque mais ninguém falou a respeito; quem falou fez uma fala muito geral lá na Tribuna, uma pessoa muito preocupada com os animais que foram encontrados juntos com a trabalhadora doméstica, mas ninguém falou dessa mulher, ninguém falou desse corpo, que passou 39 anos nesse lugar de exploração. As pessoas usaram a Tribuna para dizer assim “ó a gente já fez um requerimento para que o centro de zoonoses recolhesse os animais que estavam na casa em que a fulana foi resgatada”. E apenas isso.

Então, não dá para achar que é normal. Precisamos discutir essas coisas em audiências públicas, falar sobre elas nos espaços que nos são permitidos. Hoje, estamos ocupando esse espaço importante que é a câmara de vereadores de Campina Grande, para fazer também essa travessia que é fundamental. Para encerrar essa lógica das irmãs que a Carla Akotirene utiliza, é a mesma que eu vi esses dias lá na Bahia da Traição com o Cacique Capitão, quando ele diz que, ao dialogar com seus parentes, incluindo tudo o que temos acompanhado do massacre da população indígena brasileira e dos povos originários, trata os outros povos e etnias nessa condição de parentes. Portanto, devemos exercitar essa irmandade, esse parentesco, essa relação com o outro para solidarizarmos com as lutas que são comuns e precisam ser enfrentadas coletivamente. Acho que é isso por enquanto.

Pergunta: 1 - Gostaria de saber como você vê o futuro dessas novas gerações de mulheres negras?

Pois prepare aí! O que eu anotei deu uma página (risos). Mais assim, falando de Lilian, eu acho que foi Pocinhos? Está, lembrei agora! (Risos). Mas enfim, primeiro eu quero dizer já começando das experiências dessas meninas o que eu espero do futuro. Que na verdade não está no futuro, está na prática. Elas entraram em contato comigo pelas redes sociais, falaram que estavam promovendo esse debate na escola e que me encontraram em algum lugar, indicado por alguém, e que queriam que eu falasse sobre o assunto na escola. Foi uma iniciativa

completamente autônoma delas de me procurar e dizer o que queriam que eu abordasse e confrontasse. Me colocaram uma leitura da escola, as suas muitas dificuldades em trazer esse debate e elas acharam que seria importante fazê-lo.

E a coisa mais fofa que eu achei disso tudo foi que, no final, uma delas chegou para mim assim, gente! Vocês precisavam ver! Com a mãozinha assim, bem rente à amassadinha, ela pediu para abrir a mão e botou R\$ 10 reais na minha mão e disse assim: “isso aqui é para ajudar na sua passagem de volta” (risos). Vocês não têm ideia do quanto isso é bacana! Eu disse: Não, amor, obrigada, - “não, precisa sim”. Eu fico emocionada! Mas assim, é isso, sabe? Elas pensaram em todas as pontas do processo, elas me procuraram, me acharam, conseguiram meu WhatsApp com alguém, falaram da escola que eu ia, me deram a leitura política com todas as dificuldades e ainda no fim pensaram na minha volta para casa.

Então, são essas meninas que estão aqui hoje, frequentando as escolas, mas que vão chegar às universidades e tenho certeza de que terão um olhar diferente sobre essa sociedade, e irão impactá-la como profissionais. Mas chegando no meio do caminho, há uma coisa que acontece muito conosco. Quando digo “conosco”, não me refiro apenas a Jô, mas a outras mulheres e pessoas ligadas, por exemplo, à pauta LGBTQIAPN+. Durante os meses específicos em que temos datas comemorativas, não paramos. Então, o mês de março não é mais apenas sobre o dia oito.

Então, minha agenda em março fica lotada. Às vezes, temos atividades de manhã, tarde, noite e até de madrugada, dependendo do contexto. No caso do dia 25 de julho, que hoje é chamado de “julho das pretas”, há muitos debates sobre questões raciais e assim por diante. E o dia 21 de novembro também é importante. Mas essas datas ainda são pontuais e muitas vezes ficam restritas a debates sobre representatividade. Em breve, incluirei um pouco de tudo isso.

Mas é importante o que pensamos quando falamos sobre Educação. Já temos legislações que precisam ser mencionadas o tempo todo, como a Lei 10.639, que torna obrigatória a história do ensino da África e a contribuição da população negra na formação do nosso país, considerando sua dimensão histórica, econômica, social e política. Tudo isso foi construído literalmente com o nosso sangue, com nossos durante 388 anos, e mesmo após a falsa liberdade, ainda continuamos no mesmo lugar. É importante destacar isso. Quando avaliamos, por exemplo, a Lei 10.639, os debates nas escolas públicas ou privadas ainda dependem muito do entendimento de cada profissional, de cada professor, de cada gestor. Cada um é afetado de forma diferente pela temática e percebe a importância de levar isso para a sala de aula.

Essa experiência que vivenciei com as meninas certamente ocorreu devido à abertura dos facilitadores da disciplina e dos processos. Elas se sentiram autorizadas a buscar, construir e fazer. Essa é a grande sacada, pois precisamos pensar sobre isso. Sempre me assusto muito nisso porque que a recepção é tão diferente nas escolas privadas. Tenho experimentado esse lugar, de ir para determinadas escolas aqui em Campina Grande - escolas muito bem-conceituadas do ponto de vista econômico e a forma como essas pessoas me recebem nas escolas privadas é completamente diferente das escolas públicas. Esse estranhamento que você coloca, ele é real. As meninas ainda não... não é que elas não se identifiquem, elas ainda me olham como esse lugar da outra, do estranho. Elas se perguntam: “Como assim? Ela chegou aqui com esse cabelo, esse corpo e está dizendo que é legal ser assim? Quando na realidade não vivencio isso? Quando no dia a dia os meninos me apontam e minha família diz que não pode ser assim.”

Essa coisa toda lá, e aí um dia, para a grande dificuldade racionalizar tudo isso na escola privada, para a classe média alta, nós somos o exótico e aí o exótico pode ser admirado, não necessariamente precisa ser combatido, mas é só olhar de admiração mesmo, tipo assim: “ó! Está vendo? Aqui ainda é possível ê! Ê! Sabe, às vezes eu fico preocupada se não vamos ficar somente no lugar do entretenimento. Por isso, é importante fazer o debate, instalar, conversar e até enfrentar o contraponto. Por vezes, quando vou nessas escolas, em seguida verifico nas suas redes sociais. Eu vou lá ver os comentários e aí tem pais dizendo: “Se começar com esse mimimi aí, de racismo, de esquerdismo, vou tirar meus filhos da escola.” Então, é assim! (Risos). A gente também precisa experimentar isso.

Mas há uma coisa fundamental precisamos pensar: será que essas meninas ainda se sentem incomodadas com esse debate que estamos fazendo? Isso mostra, mais uma vez, o desafio que temos enquanto sociedade de garantir que esse debate esteja presente em todos os lugares e momentos, não apenas nas datas comemorativas ou em momentos que achamos importante demarcar. Obviamente que essas datas e momento são importantes, pois se não fossem, seria um resultado direto de nossa inação para que eles ocorressem. No entanto, também é um ponto que devemos considerar, pois não podemos nos limitar apenas a isso.

Por exemplo, amanhã é o Dia Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A gente não fala disso em sala de aula e, no ano passado, na Paraíba 329 meninas entre 10 e 14 anos engravidaram, sendo 35 delas só em Campina Grande. E então, quem são essas meninas? Qual a cor delas? Qual é a ação política que está sendo feita para além do debate e do alerta? Que ações precisamos fazer com as meninas, e também com os meninos

para que não se tornem os abusadores de amanhã, para que não possam violentem os corpos dessas meninas.

Então assim, precisamos fomentar muito mais o debate sobre tantas coisas, mas não somente nas datas específicas; a gente precisa ter isso como referência o tempo todo. Mas chegar na universidade é um desafio, permanecer nela também. Permanecer, inclusive, no sentido de ressignificar nossa chegada, porque às vezes temos uma ideia do que seja chegar lá - e eu falei disso - mas é também importante que permaneçamos. Porque não basta somente acessar a universidade, é importante permanecer e entender o nosso compromisso profissional, ético, político. Não é? Quantas vezes falamos que em determinadas categorias as pessoas só pensam em dinheiro? Em determinadas formações profissionais, as pessoas só pensam no lucro? Só pensam nisso?

Então, isso parte também a forma como os próprios currículos das Universidades são elaborados, como são pensados. Qual o grau de compromisso que se coloca para essas pessoas, para esses sujeitos que estão em formação? Estamos falando desse contexto o tempo inteiro. Mas, assim, falando sobre essas meninas negras, quando elas chegam e conseguem permanecer na universidade, elas também vão se ressignificando a sua atuação.

Esses dias, tive a oportunidade de conversar com a turma de Serviço Social de uma da universidade privada aqui de Campina Grande, e foi fantástico entender o quanto essas pessoas conseguem problematizar essa política da morte que vivenciamos hoje nesse atual governo, a preocupação que se coloca em nossos cenários municipal e estadual e como estamos todos atravessados pelo mau funcionamento das políticas públicas. E essas pessoas estarão lá na ponta, estarão lá depois em sua atuação profissional, fazendo a diferença. Então, tenho certeza de que essas meninas que hoje já conseguem fazer tudo isso, já conseguem perceber-se enquanto meninas negras - coisa que na minha adolescência eu não tive - chegaram muito mais potentes nesses espaços e terão um compromisso muito mais ampliado por esse contexto de mudança da nossa sociedade.

E aí, já diálogo um pouquinho com o que Luiz colocou, quando falou tão bem desse processo inicial e essa fala sobre a própria Carla Akotirene. Não vou me repetir quanto a isso. Mas se teve uma coisa que vivenciei engraçada nessa dinâmica em que nós estamos hoje, enquanto vereadora de Campina Grande, foi no dia da diplomação de vereadoras, vereadores e do próprio prefeito. Ai gente! É uma piada! Por favor (Risos). No momento em que ele foi chamado, o prefeito, para assumir na condição de prefeito da cidade de Campina Grande, eu

não sabia que ele era Bruno Cunha Lima Branco. Eu disse: Não é Possível! (Risos). Não é possível que a pessoa seja a personificação do privilégio deste país e ainda tenha o sobrenome Branco! (Risos). Então, eu dei uma gargalhada! Estava em uma sala remota como esta, um monte de gente me viu rindo e pensou que eu estava rindo do prefeito, mas eu estava rindo do que significava, essa redundância, nunca foi tão redundante! A gente falar sobre o privilégio e ainda por cima ter o sobrenome Branco. (Risos)

Mas enfim, (risos) falando dessa coisa que Luiz traz, da política da morte, do que a gente busca a partir desse lugar que temos representatividade, trazer também isso para as políticas públicas é fundamental. Mas assim, considero que esse debate sobre representatividade precisa ter um limite. Até porque acredito que precisamos pensar em uma sociedade em que não seja mais necessário pensar em cotas para as mulheres, em que não seja mais necessário pensar em cotas para a população negra, em que não precisemos mais falar que somos minorias nos espaços de decisão política.

Acredito que temos que chegar a um ponto de avanço civilizatório, se é que podemos colocar nesses termos, em que tenhamos a representação de quem somos nos espaços estratégicos. Eu já falei isso anteriormente, seja na condição de jovens, mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, enfim. Mas, hoje ainda nesse contexto, a representatividade é um ponto que precisamos debater dentro do conjunto da sociedade, precisamos falar quem somos nos espaços de poder, não só na política institucional, mas também em outras esferas. Refiro-me à Câmara dos Vereadores, Assembleias legislativas e Câmara Federal.

Mas falando sobre isso também nos nossos sindicatos, nos nossos movimentos e nos espaços das universidades. Na gestão de políticas públicas ainda precisa ser um ponto. Mas é importante que não se encerre em si. Precisamos falar para o conjunto da sociedade e é necessário que toda a sociedade esteja comprometida com a construção de uma sociedade como a que ainda não temos. Precisamos recorrer cada vez mais a esse lugar de representatividade, seja como mulher negra, jovens, LGBTQIAPN+ ou em outras situações. Mas assim, é sempre um caminho fundamental para nós.

E eu, particularmente, me senti muito contemplada, ressignificada e aceita quando li o texto da Sueli Carneiro, no qual ela disse que precisamos “enegrecer” as políticas públicas e “empretecer” o debate sobre nossa sociedade, pois ele ainda não acontece. Então, se ainda não acontece, é fundamental que tenhamos esses olhares e possamos falar sobre políticas públicas

universais, ou que possamos falar sobre as políticas sociais do modo que ela atenda a quem de fato se destina.

Mas é importante falar sobre quem são os destinatários das políticas públicas e para quem elas se destinam. É fundamental conhecer o perfil desses destinatários, pois são eles que irão que experimentar se essas políticas funcionam ou não. E esse debate que puxamos aqui em Campina Grande sobre o auxílio emergencial foi fantástico, porque pudemos apontar quem eram a maioria das pessoas que ainda estão sendo afetadas diretamente pelo contexto da pandemia. E apresentamos o requerimento, que foi aprovado na Câmara. No entanto, começaram a dizer que não fomos nós que provocou essa discussão, alegando que o requerimento já estava sendo encaminhado. E assim, tentam tirar a nossa atuação desse lugar de pensar, elaborar e propor. Por isso, é importante que a gente faça isso.

E com relação ao debate da audiência LGBTQIAPN+ estamos para apresentá-lo novamente nos próximos dias. Hoje, inclusive, faríamos uma fala, mas devido a uma audiência pública que atrasou não foi possível. Mas amanhã certamente falaremos sobre isso. Quanto ao projeto da FLIC - Feira literária de Campina Grande –, nossa luta era para que ela pudesse ser inserida no calendário de eventos. A ideia é que esse evento, que já acontece na cidade e que neste ano será a sua quinta edição, seja incluído no calendário de eventos de Campina.

Para que pudesse ser divulgado nas mídias oficiais e dar visibilidade a um projeto tão bacana, apresentado por nós no legislativo, intitulado “A Diversidade de Gêneros Literários e Culturais à Disposição das Crianças e Adolescentes da Cidade de Campina Grande”, foi proposto que ele fosse incluído no calendário de eventos. Durante o debate, a parte da frase que gerou toda polemica, inclusive a rejeição do projeto foi “diversidade de gêneros”. Juro a vocês! (Risos). Eles não entenderam focaram apenas a questão de diversidade de gênero. Me pediram para retirar essa parte, mas eu disse que não retiraria porque eles não estavam entendendo o que significava aquilo. E, pelo fato de ter me recusado a retirar o termo “gênero”, eles vetaram o projeto na íntegra. O projeto foi reprovado, tendo apenas o meu voto favorável como autora da proposta.

Então, assim, é esse lugar que ainda pauta os projetos que são fundamentais para a cidade de Campina Grande, como os que falam sobre os corpos que menstruam. No entanto, eles vetaram uma parte do artigo que eu coloquei sobre identidade menstrual. Nós usamos “corpos que menstruam” para evitar confusão, entende? Mas então eles retiraram essa parte e colocaram “as mulheres”, porque disseram que eu estava usando “corpus que menstruam” como

um subterfúgio, uma pegadinha para atender “a todo esse povo aí que não é mulher”. É esse tipo de coisa ainda se ouve na Câmara de Vereadores de Campina Grande, o que muitas vezes faz a gente pensar: o que estou fazendo aqui? Mas, ao mesmo tempo, a gente lembra que há um compromisso, pessoal e político, para que possamos ocupar esse lugar e fazer esses debates, enfim! (Risos).

2 - Quais as práticas que você tem feito, primeiro para se manter viva ali, no seu espaço como mulher, como mulher negra, e no espaço totalmente que eu acredito, cis, hétero, patriarcal?

3 - Quais as burlas, as táticas que você utiliza para permanecer sendo quem você é?

4 - Como você conseguiu romper essas barreiras e se inserir nesse local?

JÔ OLIVEIRA:

Perfeito! Hoje a câmara estava cheia de criança né de 6,7,8,10 anos e alguns inclusive fizeram perguntas, apresentaram um projeto de lei, foi muito bacana, mas enfim. Essa fala do Ronaldo anotei algumas coisas aqui que é importante falar. Me sentir forasteira naquele espaço, certamente eu me sinto todo dia, porque a forma como as estruturas de poder, elas são pensadas, elas não são pensadas para nós, nem por nós, e aí é importante a gente sempre começar do alugar, aqui na condição de mulheres em especial mulheres negras, empobrecida. A política nunca foi um ambiente possível, imaginável para nós, então a todo tempo eu estou achando que aquilo não é comigo, quando as pessoas dizem assim: venha para cá! Você é autoridade! Não está no meu juízo que eu estou nesse lugar de autoridade.

E aí, esses dias conversando com algumas amigas de movimento negro de mulheres de João Pessoa, disseram: “Ó! Eu estou lhe convidando aqui como autoridade, ” - não mulher! Deixe de besteira! Eu também estou no movimento! – “Você tem que encarar e assumir a autoridade, você é! ” Eu disse: “Menina! Vou ter que desconstruir muita coisa no meu juízo, porque não é comum para a gente, esse lugar da autoridade, do possível, da representação, como esse privilégio. ” Então, às vezes eu fico assim nesse ambiente. Sem contar que do quanto é antagônico também, o que é expresso lá como pensamento majoritário.

E aí, é importante colocar: nós estamos no espaço em que somos 23 vereadores e vereadoras, mas a grande maioria, se não é ligada à família pela questão do sangue, do nome,

do vínculo, é pela relação de subserviência, porque já foi, já esteve nesse lugar. Então, assim, as coisas ainda transitam muito em torno disso. Se acha que pertence ou imagina que pertence a esse lugar, também por ser agregado. Então, é um lugar muito difícil de ir lidando com essas coisas todas.

Mas tem uma coisa que me deixa extremamente irritada: é quando eles falam sobre o lugar que fala, e usam essa expressão na fala deles. Não são todos, mas alguns que conseguem se expressar melhor conseguem ter algum discurso sobre essa questão, até leem algumas das coisas que a gente elaborou, coisa que eu não faço com relação a eles porque eu não tenho paciência (risos). Mas quando eles leem nossas ideias, volta e meia, colocam que estão fazendo isso porque estão no “lugar de fala”. Na semana passada, durante uma audiência, tive que responder que o lugar de fala não é algo pejorativo como estava sendo dito, porque inclusive eles usam muito nossos termos, escritas e bandeiras para nos ridicularizar. E fazem isso em um espaço estratégico, como aquele lugar da representação.

E aí, por exemplo, a gente tem experiências muito nocivas quando eles se apropriam disso e fazem debates, como o da ideologia de gênero, algo que nunca criamos, nunca foi um pensamento nosso, mas eles colocaram como sendo nossos e às vezes temos que estar respondendo algo que não criamos. Percebam como eles são perversos até nisso. Mas tem uma coisa ainda mais difícil, e aí passa muito por essa questão de racismo epistemológico mesmo: todos os nossos projetos e requerimentos são lidos na íntegra, mas apenas os nossos, no meu mandato, nem um outro são lidos na íntegra. E isso dialoga diretamente com o que a professora Rosilene colocou. Aí é uma coisa que me surpreende, porque o posicionamento ideológico, a escrita ideológica, o projeto ideológico e o pedido ideológico são sempre nossos. A negativa deles, a ausência deles e a falta de debate deles também não é ideológica. É como se a ideologia fosse algo ruim e representasse apenas um campo.

Então, volta e meia temos que estar dizendo o óbvio: o fato de vocês não quererem debater isso, o fato de recusarem que façamos audiência pública para a população LGBTQIAPN+, também é ideológico; também é marcar um campo; também é marcar um lugar; é também marcar o lugar em que vocês estão. Então precisamos está fazendo isso sempre e estamos nesse debate pouco produtivo, assim sabe: sobre verdade, sobre mentira e geralmente eles se colocando nesse lugar da verdade. Então, se eu faço um posicionamento enquanto liderança da oposição, eles pedem a palavra depois de mim, aí dizem: “agora vamos estabelecer a verdade” (risos), como se o que eu falei fosse o lugar da mentira, fosse algo não aceitável ou não dito.

Então, como é que a gente faz para se manter viva nesse mundo? Primeiro, ter sempre em casa uma boa garrafa de vinho! (Risos). Mas para além disso, é pensar que tem algumas coisas que eu já percebi do funcionamento. Por exemplo, eu sei quando eles vão fazer alguma fala que ataca algumas das nossas bandeiras de luta, seja elas de gênero, raça, enfim, de toda essa interseccionalidade que estamos falando aqui.

É porque eles ficam aqui falando na Tribuna; um assessor fica com o telefone aqui, gravando e olhando para mim, esperando a minha reação. Porque inclusive, eles querem gravar minha reação, para dizer que é feminista, a comunista, a descontrolada que está ali dizendo e comprovando tudo isso que eles colocam, como sempre negativo. Então o que, que eu adotei como alternativa? “Não dar resposta, ” eles falam sozinhos, não ganham palanque em cima do que eu vou responder.

Porque também é importante avaliarmos se o fato de algumas figuras terem sido potencializadas politicamente passou muito da forma como abordamos, a partir das respostas que precisávamos dar. Então, está aí o próprio Bolsonaro, Marcos Feliciano, mamãe falei. Esse pessoal todo surfou muito na onda do que nós respondemos e hoje ainda não aprendemos. Por exemplo, o projeto Olavo de Carvalho ganhou uma dimensão nessa cidade, eu disse; minha gente! Essa coisa só tomou essa proporção porque estamos preocupados em responder. Sabe, às vezes ficamos nesse lugar de estar se colocando..., mas enfim, é só um posicionamento.

Mas isso não quer dizer que não devamos responder. E aí tem que responder no momento estratégico, de forma estratégica, que os deixem sem palavras. E esses dias, um desses indivíduos colocou uma fala dizendo que: “não gosto de me colocar como negro! Não me vitimizo como tal! ”. Mas sofreu racismo e foi à delegacia denunciar e abriu, prestou boletim de ocorrência. “Mas reforço, não sou esquerdista, não gosto de mimimi e nem estou ligado nessas besteiras! ”. Ele disse desse jeito no microfone! E então, pedi a fala depois dele, me solidarizei porque inclusive disse que entendia o que significava ser mulher negra e enfrentar o racismo todo dia. Mas disse a ele também que se ele você teve a possibilidade de ir a uma delegacia e prestar queixa por injúria racial é porque nós fizemos com que essa luta valesse a pena. Então, ele não pode mais responder, não pôde mais dizer que era mentira minha. Então quem é que está com a verdade no final das contas? (Risos).

É sempre bom confrontá-los naquilo que eles não conseguem responder. – “Ó, vou trazer o lugar da Verdade! ”. Em um dia desses eu disse: “Então, tudo bem! Você está com o lugar da verdade? Não se preocupe! A história está aí, e ela é muito justa para mostrar quem está do lado

certo! Então, eles ficam assim em polvorosos, até dizem que ameaçamos, sabe! Mas, no geral, busco fazer a coisa muito dialogada, mesmo quando estão extremamente agressivos.

Eles podem dizer qualquer coisa, menos que não dialogamos, que não respondemos, que não temos capacidade, porque assim, eles podem ganhar no número, no voto. Por exemplo, para negar esse projeto da FLIC, como falamos aqui, mas nunca eles vão dizer que recusaram o projeto porque ele não tinha capacidade, porque ele não tinha viabilidade, porque não tinha qualidade, porque ele não tinha argumentações plausíveis que justificassem essa apresentação. Sabe, então eles têm que engolir esse lugar mesmo e assumir que votam contra porque querem agradar ao prefeito, que querem agradar o seu chefe político, porque querem, agradar aquelas pessoas a quem se comprometeram ideologicamente. Muito embora eles não assumam esse lugar!

Então, querer mostrar o tempo inteiro que o problema não está em mim (risos) às vezes é cansativo. Às vezes, precisamos mesmo parar, sair um pouco, respirar. Às vezes eu não vou para a sessão, vou ficar remota hoje, porque eu não sei se eu tenho paciência de ficar vendo essas caras o tempo inteiro falando sempre as mesmas coisas. Precisamos fazer outros debates, precisamos ter outros enfrentamentos, mas é muito por isso. Então vai depender muito da dinâmica e da lógica de cada momento; e vamos vendo como sobrevive a tudo isso.

Mas, no geral, temos uma equipe boa junto, sabe! Tem muita gente nos ajudando a pensar os projetos, as formas como esses são elaborados, a forma como são construídos, a partir das dinâmicas do coletivo, das plenárias, do que surge nas redes sociais, quando as pessoas nos abordam na rua. Então, isso também dá até outros elementos para fazermos as defesas desses projetos, de saber e colocar para eles: olha! Vocês não estão recusando o projeto de Jô! Não é do nosso mandato não! Não é meu, não é pessoal! Vocês estão recusando o pedido de audiência pública da população de LGBT, é um projeto de FLIC. Vocês estão vetando corpos que menstruam, mas por incapacidade de vocês assumirem que esses corpos estão na cidade de Campina Grande, que pagam seus impostos, que são cidadãos, que votam. Então, é sempre jogar para eles a responsabilidade dessas negativas e desses desconhecimentos mesmo sobre a população de Campina Grande.

E me inserir nesse lugar, como Tânia perguntou, passou muito pela minha relação com os movimentos sociais. Eu falei desse Lugar dos movimentos sociais, das camadas, que me redefini enquanto sujeita, enquanto cidadã negra campinense, essa formação de quem eu sou. Mas cada passo desse também foi me provocando nas ausências, por não ter mulheres negras

na política, de não ter mulheres negras também nos espaços das universidades, nas organizações dos partidos, pensando nossas organizações sociais.

Então, essas questões vão nos provocando e chegou um momento em 2015, eu já estava no mestrado e começamos esse debate sobre o processo eleitoral e já vínhamos acumulando essa discussão. Inclusive, ainda enquanto jovens, falávamos sobre a questão do voto consciente e da não venda do voto, porque a nossa organização é de São José da Mata. Historicamente e politicamente, esse espaço sempre foi vendido a um sobrenome familiar. Então, sempre enfrentamos essa questão sobre o voto, a qualidade do voto e em quem votar.

E então, em algum momento, as pessoas começaram a dizer: Ó, vocês estão aí há anos falando sobre a eleição! Vocês estão falando aí sobre quantidade! Mas por que vocês não se candidatam? E começamos a pensar: “Está tudo bem, mas quem se candidataria? (Risos). Foi quando esse pensamento começou a surgir dentro do nosso grupo, dentro da nossa organização, e aí sugeriram: ‘Acho que poderia ser a Jô!’. Foi assim que se estabeleceu nossa candidatura, até por ser mulher negra.

O primeiro momento, de fato, foi de estranhamento; e eu reforço não fomos ensinadas que a política é esse lugar que serve para nós! Então, primeiramente, resisti. Mas depois dialogando e fazendo esse trânsito, porque falamos sobre como ainda somos poucas no espaço de representação, por sermos poucas nesse lugar de representação ainda. Então, tudo bem, eu vou! Mas eu não vou sozinha! Não é um desejo pessoal, não é uma proposta de Jô ser candidata, então é importante que a construamos tudo de formas coletivas.

Então, desde o nosso primeiro processo eleitoral lá em 2016, que nós ficamos como primeiro suplente, com 1544 votos. Todas as nossas ações são muito coletivas; pensar a carta programa, na logomarca, no logotipo e tudo mais nesse sentido. Dá mais trabalho, porque ainda não estamos acostumadas a fazer política institucional e partidária dessa forma, já que muitas vezes a forma como ela é estruturada não nos permite essa abordagem. Mas é também experimentando. Hoje em dia, existem outras formas de fazer política, como as candidaturas coletivas, uma série de outras coisas que estão surgindo para confrontar essa forma tradicional e institucional de fazer política. Estamos muito felizes em sermos inseridas nesse ambiente político e em fazer parte desse debate pedagógico.

Falando sobre historicamente serem as mesmas famílias, os mesmos sobrenomes a representar a cidade, a representar o estado. E assim, eu também, volta e meia, fico muito feliz pelas ousadias. Na semana passada, teve um seminário sobre Direito Eleitoral aqui, que foi até

com o Barroso. Fui convidada para fazer parte de uma dessas mesas, e quem estava comigo era a Daniela Ribeiro (risos) do meu lado e aí, assim! Eu coloquei na minha fala, eu vou falar! E a pessoa que estava perto de mim disse: tem certeza? - Tenho! Precisamos mudar essa lógica de fazer política, não dá mais para mudarmos só o sobrenome. Ela estava do meu lado, como Senadora, o filho lá na frente (risos) que já tinha sido vereador. Ela já tinha sido Vereadora, enfim! E à medida que eu fui falando sobre esse lugar das oligarquias ainda na política, ela foi diminuindo, alguém me mandou uma mensagem, dizendo assim: Ei! Segura o tom! Se não, a mulher vai sumir do seu lado! (Risos).

Mas é isso, estar nesse lugar é também falar sobre isso; se ocupamos esse lugar e não fazemos esse debate, acredito que não contribuimos como deveríamos. Até para poder estimular outras pessoas a estarem aqui, a ter mais mulheres com esses perfis, com outras dinâmicas, com outras histórias de vida e que pode certamente contribuir com o município, com estado, com países, enfim, precisamos nos provocar nesses contextos. Acho que é isso.

5 - Queria saber por que eu senti assim que quando eu trabalhava no setor público eu tinha muito mais liberdade para trabalhar com os meus alunos, fiz a oficina de máscaras africanas e tudo isso, mas quando chega no setor particular eu tenho problemas para trabalhar questões muito mais simples?

JÔ OLIVEIRA

O problema está na fiscalização, mas vamos em frente. Primeiro, nessa coisa do Tibério, queria te agradecer pela referência. Eu vou ter que dar um jeito de acostumar-me com o nome Josilene. Porque hoje as pessoas me chamam, mas não sei se sou eu. Mas enfim, Tibério, de fato, eu nasci - digo que eu nasci e me criei - na Feira Central de Campina Grande. Eu sou apaixonada pela feira, gosto de comer picado e quebra-queixo na feira. É desse lugar que tenho como referência, era sempre o lugar que tinha de tudo, então qualquer coisa que precisássemos tinha na feira, porque era esse lugar de possibilidade. Minha mãe ainda hoje mora lá e não tem quem faça sair de lá, porque ela disse que pode botar água no fogo e comprar o pó de café, que a água não ferve.

Então, nesse lugar, a referência é sempre muito importante. E assim, falando um pouquinho que você mencionou sobre feira, eu sempre percebi a presença feminina lá. Foi

sempre marcante para mim, pois eu ia com a minha avó, minha mãe, minha tia, e com minha madrinha, cada uma um horário diferente. Então ia várias vezes à feira no mesmo período e sempre via muitas mulheres. Elas são maioria absolutas na condição de vendedoras de frutas, verduras e outras coisas, vemos até mesmo no setor de carnes, que costuma ser um espaço muito masculinizado, mas ainda assim encontramos mulheres lá.

E é extremamente importante que a gente problematize mesmo o lugar delas nesse espaço, nesse lugar, também da produção econômica e no giro da economia da nossa cidade. Eu também sou apaixonada também pelo tamanho da feira. Falar sobre essas mulheres, falar sobre sua informalidade, é também falar sobre as mulheres negras, que são a maioria na informalidade que está na esquina, na pedra, está nos trabalhos mais precarizados. Isso é uma realidade muito presente para mim. Enfim, parabéns pela pesquisa desde já. Quero acompanhar quando for a defesa.

Rafael, eu gostaria de acrescentar uma coisa, não sei se mencionei no início, mas minha pesquisa de mestrado foi sobre a formação de identidades de jovens negras em escolas públicas. Foi muito impactante para mim chegar a uma escola! Realizei a pesquisa na escola Solon de Lucena e coletei dados de 119 jovens entre 15 e 23 anos, que estudavam nos turnos manhã e tarde.

E aí eu perguntava, entre outras coisas, como elas se identificavam: a partir da cor da pele ou desse lugar de ser pessoa negra, preta, parda? Enfim, das 119 pessoas que preencheram o formulário, a maioria era meninas, mais de 60; apenas 5 se identificam como negras, ou pretas, ou pardas, colocando de fato essa relação da cor e sua identidade correspondente. Muitas me perguntaram assim: “A senhora quer que diga qual é a minha cor? Diga aí qual a minha cor? A senhora acha que eu tenho que cor?” Eu disse que não, era autoidentificação, e eu não poderia falar sobre isso.

E aí você percebe a distância do que a gente tem da legislação, do que a gente tem a necessidade de falar, sobre o quanto a gente ainda precisa trabalhar a nossa identidade, coisa que a gente ainda não consegue fazer, ou não faz como deveria. As ações são sempre a partir da ação de cada gestor, a partir de cada professora, a partir de gente que percebe que é importante levar esse debate da sala de aula. Ainda hoje, por exemplo, eu não consigo assumir a minha identidade de mulher negra sem que alguém questione se de fato é isso mesmo! E olha que eu sou uma mulher negra retinta, se a gente for comparar as outras tonalidades de cores! E aqui eu não quero, de fato, entrar nesse debate do colorido. Volta e meia quando eu assumo esse

lugar de mulher negra, as pessoas dizem ainda: “não, mas você não é negra! Você é, no máximo moreninha! E aí vão trazendo as gradações de cores para retirar essa ofensa ou a possibilidade que eu tenho de me assumir como essa possibilidade de mulher negra.

E aí traz para nós essa necessidade contínua de formação, essa necessidade mesmo de implementação do que já tem na legislação. Porque temos muita legislação desse tipo e falta que elas sejam implementadas, falta que elas sejam fiscalizadas. Que tenhamos não só como entendimento de um ou outro professor ou professora, mas que seja de fato o cumprimento do regramento que já temos.

E trazer essas falas problemas para sala de aula, dialogar com os alunos; é falar sobre a realidade deles, principalmente se falamos de escola pública. E aí acho que já dialoga com o que Ruama traz. Por que é que a gente tem mais liberdade na escola pública e não na escola privada? A escola privada, infelizmente, é aquela velha história que o cliente tem sempre razão! Não é à toa que, quando somos convidados para essas escolas, para esse espaço, os pais dizem: “se começar com a história de esquerdismo, com essas radicalidades”, eles tiram o filho da escola. É ameaça econômica mesmo. Então, esse mínimo também se entende nesse lugar do exigido, cobrar inclusive o posicionamento dos professores e afins.

Mas dialogar com esses meninos e meninas em sala de aula é que a necessidade de falar no dia a dia. Eu tenho a minha madrinha de casamento que é professora tanto em escola pública quanto em escola privada. Ela diz que é muito difícil estar na rede privada e ter que lidar com práticas racistas de meninos e meninas, e muitas vezes não poder tomar uma ação mais enérgica que ela poderia tomar, por exemplo, na rede pública, onde ela teria teriam muito mais autoridade e poder de comando para possível penalidades, como suspensão ou chamada dos pais ou responsáveis. Às vezes, o debate com essas pessoas é muito mais direto do que o que acontece nas escolas privadas.

E aí o que acontece, na verdade, é que para que essas escolas privadas funcionem, elas precisam passar por uma regulação a Secretaria de Educação precisa dar autorização para que elas funcionem. Elas têm que apresentar os seus conteúdos curriculares, no momento da abertura dessas escolas e é necessário também que seja feito um acompanhamento e fiscalização para saber se estão funcionando corretamente, não só em termos de horário e profissionais, mas também em termos do que está sendo apresentado de conteúdo e tudo mais.

Então, assim, eu sinto que não há um acompanhamento mais próximo de quem deveria fazer, seja Secretaria de Educação do Estado ou do Município. E principalmente, ainda é um problema

muito mais grave que a gente ainda não avalia sobre. Particularmente, não quero entrar no critério de religiosidade de ninguém, mas nós temos tido um avanço de escolas muito ligadas a vertentes religiosas conservadoras, e elas tiram da gente esse direito de debater quem nós somos, tiram esse lugar da população negra e a sua contribuição para a formação desse país.

Por isso, é importante termos a Lei 10.639. Além disso, é importante mencionar que são essas pessoas, que, de forma geral, invadem os templos, invadem e terreiros, quebram imagens, agredem pai de santo e perseguem as pessoas que expressão algum tipo de religiosidade. As pessoas estão abrindo seus comércios, igrejas e escolas, e estão promovendo debates com nossa população, muitas vezes vulnerável e sem palavra de conforto, se é que podemos colocar dessa forma. Eles possuem uma visão religiosa conservadora e se colocam como elemento fundamental.

Infelizmente, essas pessoas estão cada vez mais presentes em lugares estratégicos, inclusive na política. Preciso lidar com isso diariamente na Câmara de Vereadores, tendo de ouvir alguém dizer que represento o partido do diabo só por ser do Partido Comunista Brasileiro. Quando apresentamos um requerimento com voto de aplausos por partido, disseram que não iriam aprovar porque o líder o mentor espiritual do PCDB seria o próprio Lúcifer.

São essas pessoas que estão nas comunidades, escolas, comércios e em todos os lugares, falando sobre nós. Portanto, precisamos estar nesses lugares também e falar sobre nós com autoridade que nos é possível, pois nós experimentamos e vivenciamos tudo isso. É o mesmo caso das crianças e adolescentes, com quem precisamos falar sobre esses temas, já que eles também são afetados por essas questões. Eles também são perpassados por tudo isso. Então, quem tem mais autoridade que eles, para fazer esse debate na sala de aula? É claro que devemos fazer a mediação de forma que não seja agressiva e que também não os exponham. Não podemos fugir do debate.

6 - Qual foi o momento mais difícil assim qual foi o momento mais difícil que você viveu na câmara aquele que você realmente pensou não vale a pena? Então qual foi o momento mais delicado para você nessa nesse trajeto?

Jô Oliveira:

Bom, já respondo que esse é emblemático! Nós temos um problema em Campina Grande, e quem é daqui sabe disso, sobre a questão da regulação dos leitões. Se você hoje, por

exemplo, sofre um infarto em Campina Grande, será levado para UPA ou para o hospital de trauma e ficará aguardando por um leito no João XIII, no Pedro Primeiro ou uma transferência para João Pessoa. A cidade não possui o atendimento em cardiologia como deveria ter. E é importante lembrar que Campina Grande polariza mais de 160 municípios. Além de nossas próprias demandas, ainda temos as demandas de outros municípios.

Diante dessa problemática, convocamos uma audiência pública em setembro do ano passado para debater o assunto. Convidamos o Hospital Universitário e o João XXIII, responsável Cardiologia em nosso município, bem como as UPAS que prestam atendimento de urgência de emergência para essas pessoas. Chamamos todas as unidades hospitalares da cidade, a Secretaria de Saúde do Município e do Estado, a Central de Regulação e até mesmo hospitais que não são portas abertas. Chamamos todo mundo.

No momento em que ia começar a audiência pública, em 9 de setembro, o presidente da sessão ordinária estava prestes a encerrá-la para que pudéssemos dar início ao debate. No entanto, um dos vereadores pediu a palavra, instigado por outro, para sugerir ao presidente que eu não presidisse a sessão. Embora regimentalmente não haja a obrigação de que quem convocou a audiência pública presida os trabalhos, é algo que já se tornou comum para nós. Geralmente, presidente abre a sessão e, em seguida, transfere a presidência para quem convocou a audiência.

Porque quem convida os participantes, obviamente, tem interesse em promover o debate. Se fui eu que provocou, eu sei por que estou chamando. Isso acaba sendo muito comum. Nesse dia em especial, os vereadores acharam por bem que eu não teria condições de presidir a audiência pública que chamei. A alegação era de que se tratava de um tema muito geral da cidade, que falava sobre a política de saúde e eu era uma pessoa que tinha pautas muito específicas sobre mulheres e a questão racial. Talvez eu não estivesse à altura do debate.

Não foi dito com essas palavras, não foi nesses termos, mas foi colocado de forma meio que rebuscada. O interlocutor era alguém do direito, e acharam que ele poderia usar palavras mais elaboradas para dizer que eu não teria capacidade de presidir a audiência pública. Na hora que isso foi proposto no microfone, ficou aquele mal-estar. Todos os nossos convidados estavam lá: secretário do estado de saúde, secretário municipal de saúde, coordenações, gerências, diretores de hospitais, todo mundo já ali esperando. E ficou aquele clima: como assim? Jô chama e não vai presidir?

Então, houve um reboleço, servidores da casa vieram falar comigo: “acho que você não pode abrir! Você tem que presidir! Porque a audiência é sua! ”. Foi um problema! Algumas vereadoras vieram falar comigo, outras não vieram por questões políticas, ficou visível o mal-estar. Eu tive que ser mais enérgica com o presidente. Eu disse a ele: “Se eu não presidir essa sessão, essa casa vem abaixo hoje! A audiência é minha! Fui eu que chamei! ” E eu nem gosto muito de dizer que é minha! Que a pauta é minha! Porque não é! A pauta é da cidade!

A situação foi tão humilhante que chegaram a duvidar da minha capacidade de falar sobre um problema que, inclusive, eu vivenciei na minha família. Meu tio faleceu vítima desse sistema, devido à falta de regulação adequada. Ele teve um infarto, ficou 20 dias na UPA e não recebeu atendimento a tempo. Quando chegou no João XXIII, sofreu outro infarto e faleceu não teve mais condições de recuperar as suas artérias. Como é que eu não teria capacidade sem condições de recuperar as artérias. Como assim não teria capacidade de falar sobre isso? Só porque eu sou mulher negra que fala a partir da perspectiva de gênero? Que falo desse lugar sobre o olhar das mulheres? Eu não experimento também dessas dificuldades de saúde? Então como assim?

Então, foi um estardalhaço grande. Neste dia, eu senti o impacto mesmo do que é essa máquina! Mesmo quando estamos nos espaços, querem nos colocar em caixas específicas! Como se não pudéssemos dá de conta! Desse lugar! Do que ocupamos! Da responsabilidade que temos! Então, esse dia, foi quando eu senti mesmo! O peso! O tudo! Essa dúvida histórica com relação à nossa capacidade! Em relação ao nosso potencial! E nos colocar nesse lugar de inferioridade! Por sermos quem somos! E sobre o que falamos! Então foi bem difícil! Certamente foi o dia mais difícil!